



UniFAFIRE
CENTRO UNIVERSITÁRIO FRASSINETTI DO RECIFE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



**RECIFE
2024**

AUTORIZADA PELO DECRETO Nº. 6.488 DE 05 DE NOVEMBRO DE 1940
RECONHECIDA PELO DECRETO Nº. 13.583 DE 05 DE OUTUBRO DE 1943
CREDENCIADA COMO CENTRO UNIVERSITARIO FRASSINETTI DO RECIFE
PORTARIA Nº 341, DE 09 DE ABRIL DE 2024

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**ÚLTIMA PORTARIA DE RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO PORTARIA Nº 916, DE 27 DE
DEZEMBRO DE 2018.**

RECIFE
2024

C397p

Recife, Centro Universitário Frassinetti do Recife-UniFAFIRE

Projeto Pedagógico do Curso (PPC): licenciatura em pedagogia/José Paulino Peixoto Filho, (Coord. do Curso de Pedagogia); Eliene Amorim de Almeida; Tarcísio Regis de Souza Bastos; Ryta de Kássya Motta Avelar de Sousa; Regina Barreto dos Santos Silva. Centro Universitário UniFAFIRE – Recife: UniFAFIRE, 2024

222 p.; il; 30 cm.

1. Ensino superior – pedagogia. 2. Projeto pedagógico do curso – Pedagogia. 3. PPC do curso de pedagogia. I. Título.

CDD: Ed. 21 -- 378

Manuela Maranhão. CRB 4/2274

RECIFE SEMPRE!

(...) Recife sempre
Teus homens do povo Queimados do sol
Gritando nas ruas, ritmadamente:
Chora menino pra comprar pitomba
eu tenho lã de barriguda pra “trabiceiro”!
Doce de banana e goiaba!
(...) Continuava gritando,
andando apressado sem olhar para trás sem olhar para o lado
o nosso homem-brinquedo.
Foi preciso que o tempo passasse que muitas chuvas chovessem
que muito sol se pusesse
que muitas marés subissem e baixassem
que muitos meninos nascessem
que muitos homens morressem
que muitas madrugadas viessem
que muitas árvores florescessem
que muitas Marias amassem
que muitos campos secassem
que muita dor existisse
que muitos olhos tristes eu visse para
que entendesse que aquele homem-brinquedo
era o irmão esmagado era o irmão explorado
era o irmão ofendido
o irmão oprimido proibido de ser
era o irmão ofendido
o irmão oprimido proibido de ser.
Recife, onde tive fome Recife onde tive dor
sem saber por que onde hoje ainda tantos,
terrivelmente tantos,
sem saber por que têm a mesma fome
têm a mesma dor,
raiva de ti não posso ter.
Recife, onde um dia tarde com fome,
sem saber por que
pensei tanto nos que não comiam
nos que não vestiam nos que não sorriam
nos que não sabiam o que fazer da vida
Pensei tanto nos deserdados
nos maltratados nos que apenas se anunciavam
mas que não chegavam nos que chegavam,
mas que não ficavam nos que ficavam,
mas não podiam ser

nos meninos no ventre ainda,
ajudando a mãe a pedir esmolas
que já trabalhavam antes mesmo de nascer –
a receber migalhas –
também descaso de olhares frios –
Recife, raiva de ti não posso ter
Recife, cidade minha,
já homem feito teus cárceres experimentei.
Um, dois, três, quatro,
quatro, três dois, um pra frente pra trás apitos –
acerta passo soldado não pensa
um, dois, três, quatro,
quatro, três, dois, um, uma direita esquerda alto!
Esquerda direita soldado não pensa
Recife, cidade minha,
já homem feito teus cárceres
experimentei o que queria
o que quero e quereirei é que homens –
todos os homens possam comer
possam vestir possam calçar
possam criar
e que os meninos não tenham fome
não tenham dor possam brincar
possam sorrir possam cantar
possam amar e amados
possam ser. (...)
Recife, cidade minha, proclamo alto:
se alguém me ama a ti te ama.
Se alguém me quer que a ti te queira.
Se alguém me busca que em ti me encontre:
nas tuas noites, nos teus dias
nas tuas ruas nos teus rios
no teu mar no teu sol na tua gente
no teu calor nos teus morros
nos teus córregos na tua inquietação
no teu silêncio
na amorosidade de quem lutou
e de quem luta
de quem se expôs e de quem se expõe
de quem morreu e
de quem pode morrer buscando apenas,
cada vez mais,
que menos meninos tenham fome
e tenham dor sem saber por que (...)

(Freire e Guimarães, 1987, p. 155-60)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	Atos Regulatórios do Curso	11
Quadro 1	Dados Educação PE	25
Quadro 2	Dados Educação Recife	26
Imagem 2	Mapa Região Metropolitana do Recife	26
Imagem 3	Decreto de Autorização e Reconhecimento do Curso	29
Quadro 3	Funcionamento do Curso	31
Quadro 4	Base Legal do Curso	36
Quadro 5	Eixo Formação Geral e Interprofissional	42
Quadro 6	Eixo Formação Específica	44
Quadro 7	Eixo Estágio Supervisionado e Prática Pedagógica	45
Quadro 8	Competências Gerais	56
Quadro 9	Competências Específicas	57
Quadro 10	Habilidades Requeridas / Conhecimentos Profissionais	58
Quadro 11	Habilidades Requeridas / Prática Profissional	59
Quadro 12	Habilidades Requeridas / Engajamento Profissional	62
Quadro 13	Estrutura Curricular / Matriz Curricular	64
Quadro 14	Disciplinas em EaD	79
Imagem 4	Modelagem EaD	81
Imagem 5	Modelo de Avaliação EaD	93
Quadro 15	Núcleo Docente Estruturante - NDE	97
Quadro 16	Informações Gerais do Corpo Docente	104
Quadros 17 a 19	Periódicos Impressos / Virtuais e Assinaturas	118
Quadro 20	Infraestrutura	125
Imagem Gráfico 6	Insumos ENADE 2008 - 2021	130
Imagem 7	Comparativo do Desempenho dos/as Estudantes	131
Quadros 21	Ementários com Bibliografia Básica e Bibliografia Complementar	133

SUMÁRIO		
	LISTA DE ILUSTRAÇÕES	05
	APRESENTAÇÃO	09
1	CONTEXTO INSTITUCIONAL	10
1.1	Identificação da IES	10
1.2	Corpo Dirigente da Administração Superior da Mantenedora e da Mantida	10
1.3	Atos Regulatórios dos cursos ofertados na IES desde a sua criação	11
1.4	Histórico da IES	11
1.5	Identidade da IES	15
1.5.1	Missão, Visão e Valores	15
1.6	Inserção Regional	17
2	CONCEPÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	24
2.1	Contexto de Inserção Regional	24
2.2	Apresentação do Curso	27
2.3	Funcionamento do Curso	35
2.3.1	Base Legal do Curso	35
2.3.2	Número de Vagas	37
2.3.3	Formas de Acesso	38
2.4	Organização Didático Pedagógica	38
2.4.1	Eixo 1- Formação Geral e Inter Profissional	42
2.4.2	Eixo 2 - Formação Específica do/a Pedagogo/a	43
2.4.3	Eixo 3 – Estágio Curricular Supervisionado e Prática Pedagógica	44
2.4.3.1	O Estágio Curricular Supervisionado	44
2.4.4	Prática Pedagógica	47
2.5	Políticas Institucionais no âmbito do Curso e Articulação com o PPI	48
2.5.1	Política de Ensino	49
2.5.2	Política de Pesquisa	52
2.5.3	Política de Extensão	52
2.6	Objetivos do Curso	53
2.6.1	Objetivo Geral	53
2.6.2	Objetivos Específicos	53
2.7	Perfil Profissional do Egresso de Pedagogia – campos de atuação	54
2.7.1	Competências Gerais Docentes	56
2.7.2	Competências Específicas Docentes	57
2.7.3	Habilidades Requeridas do perfil do egresso e suas Dimensões	57
2.8	Estrutura Curricular do Curso	63
2.9	Conteúdos Curriculares	67
2.10	Metodologia do Curso	68
2.10.1	Atividades Complementares	69

2.10.2	Trabalho de Conclusão do Curso – Artigo	70
2.11	Apoio ao Corpo Discente	71
2.11.1	Apoio Psicopedagógico – APPFIRE	71
2.11.2	Núcleo de Atendimento Educacional Especializado – NAEE	71
2.11.3	Núcleo de Atendimento de Carreira Discente – NUDECAD	73
2.11.4	Bolsas, Monitorias e Intercâmbio	73
2.11.5	Serviço de Ouvidoria	73
2.11.6	Setor de Comunicação	74
2.11.7	Unidade de Ação Pastoral	74
2.12	Gestão do Curso e Processos de Avaliação Interna e Externa	75
2.13	Estrutura das Disciplinas no Formato Semipresencial EaD	77
2.13.1	Eixos e Trilhas de Formação	79
2.13.2	Eixo Formativo Comum	80
2.13.3	Metamodelo Institucional de Ensino – Aprendizagem - Estrutura de Funcionamento	81
2.13.4	Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA	82
2.13.5	Equipe Multidisciplinar	84
2.13.5.1	Coordenação das Disciplinas Ofertadas em EaD	85
2.13.5.2	Professor(a) Conteudista	85
2.13.5.3	Professor(a) Formador(a)	85
2.13.5.4	Coordenador(a) de Tutoria	86
2.13.5.5	Tutoria Virtual	86
2.13.5.6	Suporte Técnico Presencial	87
2.13.5.7	Setor de Comunicação	87
2.13.5.8	Setor de Tecnologias da Informação	87
2.13.5.9	Talents Assessoria Externa	87
2.13.5.10	Atividades de Tutoria	88
2.13.5.11	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria	89
2.13.5.12	Experiência do corpo de tutores em EaD	89
2.13.5.13	Interação entre tutores, docentes e coordenações	90
2.13.6	Tecnologias de Informação Conhecimento nos Processos de Ensino Aprendizagem	91
2.13.7	Procedimentos de Acompanhamento e Avaliação dos processos de Ensino e Aprendizagem	92
2.13.7.1	Avaliação da Aprendizagem	92
2.13.7.2	Avaliação Institucional do Programa de Educação à Distância	93
2.13.8	Acompanhamento e Avaliação do Processo de Ensino Aprendizagem	95
3	CORPO DOCENTE E TUTORIAL	97
3.1	Núcleo Docente Estruturante – NDE – Titulação e Regime de Trabalho	97
3.2	Atuação da Coordenação do Curso	98
3.2.1	Regime de Trabalho da Coordenação	100

3.3	Corpo Docente: formação experiência em Educação Básica e Superior	100
3.3.1	Regime de Trabalho do Corpo Docente	101
3.3.2	Titulação do Corpo Docente	101
3.3.3	Atuação do Colegiado do Curso	104
3.3.4	Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica.	105
3.3.5	Comitê de Ética em Pesquisa - CEP	106
4	INFRAESTRUTURA	107
4.1	Salas de Aula	108
4.2	Laboratórios	108
4.2.1	Laboratório de Informática	110
4.2.2	Laboratórios Didático de Formação Básica	111
4.2.3	Laboratório Multidisciplinar Móvel	111
4.2.4	Laboratório Multidisciplinar de Anatomia, Fisiologia e Patologia	111
4.2.5	Laboratório de Práticas Dietéticas e Tecnologia de Alimentos	112
4.2.6	Laboratório de Apoio Didático de Formação Específica das Licenciaturas: Espaço Paulo Freire, CENEDE e Brinquedoteca	113
4.3	Biblioteca	114
4.3.1	Acervo de Periódicos Físicos e Virtuais / <i>online</i> na Área do Curso 1941 2023	117
4.3.2	Espaço de Trabalho para a Coordenação do Curso	123
4.3.3	Sala Coletiva dos Professores	123
4.3.4	Espaço de trabalhos para Docentes em Tempo Integral	124
4.4	Outros espaços da IES	124
5	PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	126
5.1	Autoavaliação	126
5.2	Avaliação de processos de Ensino Aprendizagem	126
5.3	Exame Nacional de Desempenho dos/as Estudantes - ENADE	129
6	EMENTÁRIO COM BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR - UC	132
7	REFERÊNCIAS	182
8	ANEXOS	186

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o processo de atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário do Recife UniFAFIRE. Está referenciado na legislação em vigor e sua organização curricular organizada de modo a propiciar uma sólida formação profissional para o magistério na educação básica, preparando os/as licenciados/as para a docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, assim como, para a gestão educacional e processos escolares formais e não formais.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia da UniFAFIRE, busca favorecer aos/as licenciandos/as a vivência de experiências formativas significativas e práticas pedagógicas inovadoras que articulam ensino, pesquisa e extensão de modo a contribuir para a leitura crítica e o processo de cidadania plena.

A UniFAFIRE é uma Instituição de Ensino Superior de Direito Privado com autonomia patrimonial, administrativa e acadêmica, de caráter confessional, comunitária e sem fins lucrativos, credenciado pela Portaria 341 de 09/04/2024, com publicação efetiva em 11/04/2024. Fundada e mantida pela Congregação de Santa Dorotéia do Brasil. No desempenho da sua missão, desenvolvida na fidelidade aos princípios educacionais de Paula Frassinetti, a FAFIRE se propõe a responder às necessidades da comunidade, oferecendo, aos licenciando/as condições para desenvolver competências profissionais na perspectiva da formação integral, sempre em vista do bem comum de uma sociedade que permita a construção de sentidos comprometidos com a cidadania.

O Projeto Pedagógico do Curso expressa o compromisso com a formação integral da pessoa humana, com valores democráticos, com a pluralidade de saberes científicos, tecnológicos e outras formas de conhecimento que contribuam para o enfrentamento dos desafios econômicos, sociais, culturais, políticos, próprios dos tempos que vivemos.

Nessa perspectiva, o PPC do curso de Licenciatura do Curso de Pedagogia está ancorado nas diretrizes institucionais e marcos legais que regem a política educacional no país.

Trata-se de um referencial no qual devem se basear as posturas acadêmicas, a organização dos espaços, tempos e práticas pedagógicas, didáticas e metodológicas de forma que possibilite o percurso formativo e privilegie as aprendizagens significativas da formação do/a licenciando/a.

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 Identificação da IES

Centro Universitário Frassinetti do Recife – UniFAFIRE.

Av. Conde da Boa Vista, 921 – Boa Vista – Recife/PE.

CEP: 50060-002.

Portaria MEC/INEP nº 341, de 09 de abril de 2024

Código e-MEC 160.

CNPJ: 10.847.747.0015-39.

1.2. Corpo Dirigente Administração Superior da Mantenedora

Mantenedora: Congregação de Santa Doroteia do Brasil (10.847.747/0001-33).

Código e-MEC: 116.

Endereço: Rua da Soledade, 01 – Boa Vista – Recife/PE. CEP: 50070-060.

Presidente: Ir. Maria do Socorro Lopes, SSD.

Administração Superior da Mantida

Mantida: Centro Universitário Frassinetti do Recife – UniFAFIRE (10.847.747/0015-39).

Reitora: Prof.^a Dra. Maria das Graças Soares da Costa, SSD.

Vice-Reitora: Prof.^a Esp. Walnéa Virginia Manguiera Lima

Procurador Institucional: Prof. Me. Moisés Benigno da Silva.

Coordenadora-Geral de Graduação: Prof.^a Ma. Ana Cristina Emerenciano Alcoforado
Fonseca.

Coordenador-Geral de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão: Prof. Me. Antônio Gildo
Paes Galindo.

Coordenador-Geral Administrativo: Prof. Me. Uranilson Barbosa Carvalho.

Assessora Jurídica: Bel. Rejane Martins.

Coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia: Prof. Me. José Paulino Peixoto
Filho

1.3. Atos Regulatórios do Curso desde a sua criação

Ato Regulatório	Tipo de documento	Nº do documento	Data do documento	Data de publicação	Prazo de validade
Renovação de Reconhecimento de Curso	Portaria	916	27/12/2018	28/12/2018	Vinculado ao Ciclo Avaliativo
Renovação de Reconhecimento de Curso	Portaria	794 de 14/12/2016	14/12/2016	15/12/2016	Vinculado ao Ciclo Avaliativo
Renovação de Reconhecimento de Curso	Portaria	286 de 21/12/2012	21/12/2012	27/12/2012	Vinculado ao Ciclo Avaliativo
Reconhecimento de Curso	Decreto	13583 de 05/10/1943	-	05/10/1943	Vinculado ao Ciclo Avaliativo
Autorização	Decreto	6488 de 05/11/1940	-	05/11/1940	Art. 35 Decreto 5.773/06 (Redação dada pelo Art. 2 Decreto 6.303/07)

Imagem 1. Fonte: e-MEC (2024).

1.4. Histórico da IES

Sendo uma das primeiras Instituições de Nível Superior do Estado de Pernambuco e da Região Nordeste, a UniFAFIRE, inicialmente denominada Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras Paula Frassinetti, teve seus cursos de Filosofia, Matemática, Geografia, História, Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia autorizados a funcionar pelo Decreto-Lei nº 6.488, de 05 de novembro de 1940.

Em 13 de março de 1941, no salão nobre do Colégio de São José – Recife/PE, Instituição mantida pela mesma Congregação, teve lugar a Sessão Solene inaugural do referido Instituto, e, em 08 de setembro do mesmo ano, foi homologado o Parecer CNE/CES nº. 146, favorável ao pedido de autorização para adotar o nome Centro Universitário de Filosofia do Recife. Através do Decreto-Lei nº 13.583, de 05 de outubro de 1943, foram reconhecidos os respectivos cursos.

Por força de Decreto-Lei nº 9.388, datado de junho de 1946, ainda em vigor, a UniFAFIRE foi incorporada à Fundação da Universidade de Recife, possibilitando, assim, a criação da primeira Universidade de Pernambuco, a atual Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, pela integração de Centros já existentes no Estado – de Direito, Engenharia, Farmácia, Medicina e Belas Artes. Atenta às demandas de formação profissional que foram, ao longo das décadas, desenhando-se no cenário nacional, a UniFAFIRE ampliou suas áreas de atuação com a oferta dos cursos de Ciências Biológicas, autorizados pelo Decreto-Lei nº. 44.051, de 22 de julho de 1958, e Psicologia, autorizado pelo Decreto-Lei nº. 71.362, de 13 de novembro de 1972.

A Congregação, órgão superior deliberativo da Instituição, diante da necessidade da oferta de novos cursos, cujas propostas abrangem outros campos de estudo, aprovou, no dia

26 de outubro de 1999, a modificação do nome Centro Universitário de Filosofia do Recife para Centro Universitário Frassinetti do Recife. Com isso, apresentou ao Ministério da Educação e Cultura – MEC projeto para atuar na área das Ciências Sociais Aplicadas. Em 2001, foram criados os cursos de Administração, autorizados pela Portaria nº. 180, de 10 de agosto de 1997, e Turismo (desativado), autorizado pela Portaria nº 215, de 08 de agosto de 2001, respectivamente, a partir dos quais outros cursos foram implantados.

Com 80 anos de experiência na área da Educação, a UniFAFIRE vem buscando, ao longo de sua trajetória como Instituição de Ensino Superior Confessional Comunitária e Filantrópica, melhorias e mudanças fundamentais para a educação, através de uma proposta educacional inspirada nos princípios do Evangelho. Condizente com as demandas por melhor qualificação profissional, em 1990, a UniFAFIRE ingressou no campo da pós-graduação lato sensu, com os cursos de Educação Popular, Comunicação em Educação e Ensino Especial/Área Mental, conforme Parecer da Câmara de Ensino Superior nº 448/90, de 02 de abril de 1990. Atualmente, oferece mais de 60 cursos nas áreas de Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Letras, Pedagogia, Psicologia e Direito.

Preservando o direcionamento filosófico e humanístico que norteia seus princípios básicos, e com o propósito de oferecer uma formação integral, a IES incentiva a divulgação da produção científica de professores/as e estudantes, a partir da criação da Revista Lumen (1948). No último quadriênio a Revista Lumen (Recife), de produção exclusiva da UniFAFIRE avançou para o Qualis B2, classificação obtida pelos periódicos de excelência Nacional. Destacando-se por publicações multidisciplinares, a Lumen teve sua primeira publicação em 1948, seguindo por vários anos em edições impressas.

Já em 2019, suas publicações passaram a ser totalmente digitais e publicadas semestralmente no ícone “Publicações” do site www.fafire.br. dos Cadernos UniFAFIRE (2001), e, atualmente, editando a Revista UniFAFIRE. Em 2003, implantou o Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica (NUPIC), com o objetivo de incentivar a curiosidade epistêmica nos/as estudantes desenvolvendo projetos de pesquisa com aplicabilidade na região Nordeste, com foco em Pernambuco. Em 2008, aprovou uma Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários- ITCP, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - MTE-PRONINC.

Acompanhando as tendências educacionais e as demandas do Mercado, a UniFAFIRE compreendeu que os Cursos Superiores de Tecnologia aparecem como uma resposta do setor educacional às demandas do mundo do trabalho, apresentando-se com características peculiares à área de formação. Por essa razão, a Instituição resolveu investir nesses cursos

que, segundo a Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002, devem incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, além de estimular a sua aplicabilidade na sociedade.

Dessa forma, foram autorizados a funcionar os Cursos Superiores de Tecnologia em Logística, Gestão Financeira, Gestão Comercial e Gestão de Recursos Humanos, que passaram a fazer parte do elenco de graduação, com os já existentes: Bacharelados em Administração, Ciências Biológicas e Psicologia, e as Licenciaturas em Ciências Biológicas, Letras (Português/Inglês), Pedagogia e Psicologia.

Em 2013, também incluiu no rol das graduações o bacharelado em Ciências Contábeis. No ano de 2016, o curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental passou pelo processo de autorização junto ao MEC, e teve seu início no primeiro semestre de 2017. Em 2018, os cursos de Direito e Nutrição também passaram pelo processo de autorização junto ao mesmo órgão e tiveram suas primeiras turmas formadas no primeiro semestre do ano de 2018.

Com vistas a promover o aperfeiçoamento, e uma maior qualificação dos seus cursos de Licenciaturas assim como, a valorização da formação na prática de professores/as para a educação básica, em 2014, a IES se integrou aos Programas de valorização/avanço e fortalecimento da formação docente, desenvolvidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Foi assim, que a IES submeteu 03(três) projetos ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID atendendo ao Edital nº 061/2013/MEC/CAPES. Naquela ocasião, foram oferecidas 30 (trinta) vagas para estudantes das Licenciaturas em Ciências Biológicas (06 bolsas), Letras (18 bolsas) e Pedagogia (06 bolsas).

Na mesma perspectiva, em 2018, aderiu ao Programa Residência Pedagógica (PRP), atendendo aos Editais nº 06/2018 e nº 07/2018, garantindo dessa forma 24 (vinte e quatro) bolsas para cada estudante de Pedagogia e Letras, e renovou a sua adesão ao PIBID com também, 24(vinte e quatro) bolsas para cada licenciatura. Em 2022, apresentou projetos em resposta ao Edital 24/2022 e teve novamente projetos de Residência Pedagógica aprovados para os cursos de Pedagogia e Letras.

No ano de 2018 UniFAFIRE passou por uma imersão em tecnologias educacionais do *Google*, trazendo ferramentas inovadoras, que facilitam as novas metodologias de aprendizagem. Dessa forma, a adesão ao *Google for Education* aparece como um importante marcador institucional, porque viabiliza uma maior interação entre estudantes e professores/as nas salas de aula, e um ensino mais colaborativo e dinâmico.

No aspecto da gestão de pessoas, a premiação do *Great Place to Work* (GPTW) veio consolidar o diferencial da UniFAFIRE, na sua política de respeito e acolhimento, garantindo, em 2018, lugar de destaque no *ranking* das melhores empresas para trabalhar em Pernambuco. Tendo alcançado o quinto lugar no estado, na categoria médio porte, ainda foi homenageada pelos/as organizadores/as do evento como a única empresa pernambucana ganhadora do GPTW Mulher Nacional (Melhores Empresas para a Mulher Trabalhar no Brasil). Também em 2020, a UniFAFIRE recebe destaque por ser uma das melhores empresas para trabalhar. Dessa vez, o selo concedido pelo GPTW e pela *Época Negócios* destacou a IES como a 4ª (quarta) melhor empresa do terceiro setor para trabalhar, no Brasil.

É importante frisar que a UniFAFIRE, recorrentemente, é destacada pelo Ranking Universitário (RUF/2019) da Folha de São Paulo, aparecendo com cursos classificados entre os melhores do país, a exemplo de Ciências Biológicas, Letras, Pedagogia e Psicologia.

O ano de 2021 representou, para a UniFAFIRE, um marco em sua trajetória. Ao completar 80 (oitenta) anos, a Instituição desponta como uma das Instituições de Ensino Superior mais conceituadas na Região, o que representa o reconhecimento pelo trabalho de excelência voltado à formação de profissionais, a partir de uma visão ética, na qual sucesso e crescimento profissional estão sempre associados ao cuidado com o ser humano.

Em oito décadas, a IES vivenciou os mais diferentes momentos da história, em sintonia com as lutas e transformações sociais, acompanhando o surgimento de novas maneiras de pensar, de ser e de viver, dentro de contextos distintos. Mas, comemorar 80 (oitenta) anos em um período delicado, quando o mundo vive a Pandemia do Coronavírus - SARS-COB-2 ou Covid-19, torna ainda mais evidente o cumprimento de uma missão voltada à valorização do saber e do cuidado com o ser humano.

A UniFAFIRE esteve lado a lado com a sua comunidade, dentro de um processo de reinvenção, reafirmando sempre o seu posicionamento de prevenção e cuidado, diante do quadro da saúde mundial, o que permitiu a continuidade de seu trabalho junto aos/as estudantes, professores/as e colaboradores/as, no intuito de entregar à sociedade profissionais competentes e preparados/as para atuar em uma nova realidade.

Esse reconhecimento foi realizado pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE) e pela Câmara Municipal do Recife, com Votos de Aplausos pelo octogésimo aniversário da Instituição, em sessões solenes que referenciam a importância da UniFAFIRE para o Estado de Pernambuco e para a Cidade do Recife. Além disso, diversas personalidades políticas, acadêmicas e culturais fizeram manifestações públicas em virtude da celebração dos

seus 80 (oitenta) anos, através de vídeos com mensagens direcionadas à sociedade e à comunidade educativa.

1.5. Identidade da IES

1.5.1. Missão, Visão e Valores

Fundamentada em princípios éticos e nos ensinamentos da Igreja Católica, a UniFAFIRE tem por Missão Institucional **“Oferecer uma educação integral de qualidade, promovendo a formação humana e profissional comprometida com a construção de uma sociedade justa e fraterna, fundamentada em princípios éticos e cristãos e na intuição pedagógica de Paula Frassinetti”**. E como Visão (2021-2025), **“Ser reconhecida como uma instituição de ensino superior de excelência com perfil acolhedor, comprometida com a inovação e com a qualidade do ensino, contribuindo para a formação de profissionais humanizados envolvidos socioeconômico-ambientalmente para a prestação de serviços relevantes à comunidade”**.

Nessa perspectiva, a UniFAFIRE defende, portanto, a presença do diálogo, que implica a escuta, a percepção do outro/a, a participação crítica e criativa; o favorecimento de ações comprometidas com a justiça, com a fraternidade e com a solidariedade; a audácia pedagógica para assumir uma prática educativa inovadora, apoiada na ética, na ciência e no equilíbrio entre firmeza e suavidade, para a satisfatória condução do ensino e da aprendizagem.

No processo de formação integral, fomenta o desafio de que os/as estudantes, para além da formação profissional, descubram a sua missão de vida. Para tanto, registra, no Projeto Institucional, a prática do acolhimento, a construção do olhar transdisciplinar, o acompanhamento das mudanças socioculturais, o redimensionando de seu papel e de sua atuação, a promoção da autoavaliação de sua prática e o respeito às diversidades étnicas, culturais, religiosas, ideológicas e de gênero, de modo a construir a cultura da solidariedade.

A contribuição da UniFAFIRE para a formação integral do ser humano pressupõe o respeito ao indivíduo, à cultura, às diferenças, ao ambiente, às suas características e necessidades, resgatando a consciência reflexiva capaz de superar-se, compreendendo a sua importância no coletivo. O Centro Universitário pretende colaborar para a formação de profissionais com competências técnicas e política, com práticas humanísticas, capacitando-os/as para a compreensão dos principais problemas, levando-os/as à análise e à reflexão

crítica sobre a realidade social em que se insere, contribuindo para o desenvolvimento local, regional e nacional.

O processo de educação superior tem a responsabilidade na formação do/a cidadão/ã capaz de transformar o país, em busca de justiça social, igualdade e pleno desenvolvimento econômico, considerando sempre a cultura e o meio ambiente. A UniFAFIRE, através do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2021-2025), que orienta suas práticas e visualiza seus valores socioculturais, econômicos e ambientais, ensejando, no corpo docente, discente e técnico-administrativo, a defesa dos princípios de solidariedade, ética, igualdade social, reconhecimento das diferenças, liberdade e respeito à natureza.

Ciente de seu compromisso social, a UniFAFIRE integra o ato educativo à práxis social, desenvolvendo ações extensionistas na promoção de projetos entre os diversos cursos, setores e serviços. Nesse sentido, define os seguintes eixos de atuação:

- **Inclusão social e acadêmica:** perfil pedagógico que prima pela efetiva construção do conhecimento, integralização das diversas dimensões do ser humano e competência técnica e ética para um adequado desempenho profissional; concessão de bolsas para estudantes, funcionários/as e dependentes; pedagogias alternativas para estudantes com necessidades educacionais especiais;
- **Implementação de políticas para desenvolvimento econômico e social:** através dos programas de profissionalização, objetivando a formação de redes de ação social para o desenvolvimento sustentável, em comunidades menos favorecidas economicamente;
- **Cidadania e meio ambiente:** através de projetos que favoreçam a formação de uma postura ética, política e de consciência ecológica, mediante ações de reaproveitamento de águas, de coleta seletiva de lixo e reciclagem;
- **Arte e cultura:** desenvolvimento da sensibilidade estética e consciência da cidadania cultural, por meio de programas e projetos que possibilitam o acesso às mais variadas expressões do saber científico, religioso e filosófico.

A UniFAFIRE ampliou e fortaleceu, no decorrer dos seus 80 anos, um projeto institucional humanístico pautado em valores e atitudes que traduzem a sua teleologia: a construção da plenitude da vida humana.

1.6. Inserção Regional

No entorno no qual a UniFAFIRE está situada, encontram-se o comércio, os escritórios, os consultórios, as repartições públicas e uma vasta gama de equipamentos educacionais. A perspectiva de inserção aqui apresentada vai utilizar elementos da geoeconomia, da cultura e da história, em um espaço e tempo que transitam entre as ricas e doces raízes que irradiam cores, sabores e sons da cultura local e regional, bem como entre os aspectos de desafios e potencialidades para o contexto dos mais variados ecossistemas da capital pernambucana.

A UniFAFIRE, está literalmente situada em um dos maiores corredores de mobilidade urbana da capital. Os dados de mobilidade pré-pandemia acenavam, segundo a Autarquia de Transporte e Trânsito Urbano do Recife – CTTU, que cerca de 310 (trezentos e dez) mil pessoas transitam pela Avenida Conde da Boa Vista, por dia, sendo a metade delas por meio das dezenas de linhas de ônibus. Circundada por polos ou cenários que se destacam economicamente, de forma local, regional, nacional e internacional. Inclusive, muitas vezes, estes conceitos de espaço se sobrepõem economicamente em camadas, pois, logo ali, numa esquina próxima ou a alguns quarteirões, é possível situar tais ecossistemas fortemente ligados a uma base prestadora de serviços médico-hospitalares, jurídicos, gastronômicos e de inovação com tecnologia da informação e comunicação.

Para evocar o estado de Pernambuco, é importante destacar que, sob o aspecto cultural, percebe-se um território marcado pela diversidade, com uma população que vive e valoriza a sua cultura, passando-a de geração em geração. Não por acaso, o estado é reconhecido no país como um grande celeiro cultural. Matizado a partir da interação, nem sempre pacífica, de indígenas, negros africanos, ciganos, portugueses, holandeses e judeus. Além de berço de grandes nomes da literatura, da música e da educação, como Manuel Bandeira, Joaquim Cardozo, Luiz Gonzaga e Paulo Freire, o estado tem no Carnaval e no São João expressões de sua identidade, com folguedos, crendices, artesanato, comidas típicas e festas populares. Estas expressões são exemplos de variados movimentos culturais que atraem, para Pernambuco, turistas nacionais e estrangeiros.

No Carnaval, são conhecidos o Maracatu, o Caboclinho, o Coco de Roda, a Ciranda e o Frevo, sendo este último de significativa representatividade, uma vez que o ritmo e a dança, de origem pernambucana, foi reconhecido, no ano de 2012, como patrimônio cultural da humanidade. Na festa de Carnaval, são famosas as ladeiras de Olinda, o Recife Antigo e o Bloco Galo da Madrugada, considerado o maior do mundo. Uma *provinha* dessa

multiculturalidade pode ser trazida por duas letras e melodias, uma da música “Leão do Norte” de Lenine e Paulo César Pinheiro, e a outra, da música “Feira de Caruaru”, de Onildo Almeida e Luiz Gonzaga.

O estado de Pernambuco possui 98.067.877 mil km², projetando-se regionalmente como a quinta maior dimensão espacial, com 1.554,3 mil km², correspondendo a 6,3% da área total da Região Nordeste do Brasil. Em relação ao país, classifica-se na décima nona posição em extensão, perfazendo 1,2% dos 8.515,8 mil km² de área do Brasil. Localizado no centro-leste da Região Nordeste, limita-se, ao Norte, com os estados da Paraíba e do Ceará; ao Sul, com os estados de Alagoas e da Bahia; a Leste, com o Oceano Atlântico; e a Oeste, com o Estado do Piauí. Também faz parte dos 185 municípios do território pernambucano o arquipélago de Fernando de Noronha, a cerca de 500 km da costa. Conforme o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2022, o estado contabilizou uma população de 8.796.448 habitantes. Os dados estimados pelo IBGE para o contingente populacional, em 2021, chegam a 9.058.155 habitantes.

Pernambuco aporta uma forte herança histórica açucareira, a qual, mesmo com todas as suas crises ao longo do tempo, ofereceu ao Estado a geração de um excedente que possibilitou uma base propícia para o surgimento de variados tipos de atividade econômica. É interessante situar tais atividades econômicas a partir da perspectiva geográfica e geopolítica. Segundo a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE / FIDEM, o estado de Pernambuco está geopoliticamente dividido em doze regiões, e estas se apresentam a partir de suas fortes vocações econômicas e culturais, ou seja, do Litoral ao Sertão, passando pelas Matas Norte e Mata Sul e pelo Agreste.

Utilizando um marcador mais preciso, serão destacadas as Regiões de Desenvolvimento, doravante RD que, segundo estudo consolidado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) sobre o desenvolvimento econômico e tendências territoriais, apresenta uma melhor definição de ambiente de negócios e vocações locais. O estudo parte da premissa do reconhecimento de expressivas diferenças entre as oito RDs de Pernambuco, a saber: RD Metropolitana, RD Mata Sul, RD do Agreste Central e Setentrional, RD Mata Norte, RD Sertão do São Francisco, RD Agreste Meridional, RD do Sertão Central, Moxotó, Pajeú e Itaparica e RD Sertão do Araripe.

O estado, pela sua disposição longitudinal, apresenta aspectos edafoclimáticos específicos para cada RD, isto é, características do meio ambiente tais como: clima, relevo, temperatura, umidade do ar, litologia, radiação, tipo de solo, vento, composição atmosférica e precipitação pluvial.

As diferenças nos aspectos naturais atuam como pano de fundo para a caracterização do perfil socioeconômico das RDs de Pernambuco e trazem um mosaico socioeconômico com marcadas identidades, muito bem representadas pela expressão literal *do litoral ao sertão*. Em termos da representatividade econômica de cada uma das RDs, possível de ser revelada através do rateio do PIB 2015 em termos percentuais: RD Metropolitana 52,73%; RD Mata Sul 13,94%; RD do Agreste Central e Setentrional 10,71%; RD Mata Norte 7,28%; RD Sertão do São Francisco 4,59%; RD Agreste Meridional 4,58%; RD do Sertão Central, Moxotó, Pajeú e Itaparica 4,49% e RD Sertão do Araripe 1,69%.

Pernambuco também apresenta uma diversidade étnica racial bastante acentuada. Segundo a Fundação Palmares (2024) são registradas 202 (duzentas e duas) comunidades quilombolas, com uma maior concentração desses grupos na região Agreste. Com relação às diversas etnias que são chamadas de “ciganos” a Secretaria de Cultura de Pernambuco (2019) contabiliza 14 (quatorze) comunidades da etnia Calon situadas em 8 (oito) regiões de Desenvolvimento.

No que diz respeito aos povos indígenas, são registradas 14 (quatorze) (Silva, 2022) etnias que vivem no Sertão e Agreste pernambucanos, além de diversas pessoas oriundas desses grupos que vivem na cidade do Recife e adjacências. Essa pluralidade de grupos culturalmente diferenciados coexistindo no nosso estado tem repercussão direta no currículo do curso de pedagogia da UniFAFIRE. Dessa forma a IES incluiu nas Propostas Pedagógicas dos Cursos (PPCs) de Licenciaturas o componente curricular “Culturas Afro-brasileira e Indígena” possibilitando que estudantes possam conhecer, reconhecer e respeitar essa diversidade cultural.

A capital pernambucana, Recife, situa-se como o centro dinâmico da RD Metropolitana, composta pelos municípios de Abreu e Lima, Camaragibe, Fernando de Noronha, Glória do Goitá, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Pombos, Recife, São Lourenço da Mata e Vitória de Santo Antão. A RD Metropolitana ocupa uma área de 2.522,895 Km², o que corresponde a 2,6% da área total do estado de Pernambuco, sendo Vitória de Santo Antão o município limítrofe superior, com 335,941 Km², e Fernando de Noronha, com área de 17,017 Km², o limítrofe inferior.

Diante de uma população estimada na RD Metropolitana de 3.844.224 habitantes, representando 40,6% da população pernambucana, em 2017, marcadores socioeconômicos, como o Índice de Gini, ajudam a refletir a diferença de rendimento entre as RDs. Quanto mais

próximo de 1 for o coeficiente, maior a concentração de renda. Para os dados censitários de 2010, Recife apontou o primeiro lugar no ranking do Índice de Gini no estado de Pernambuco. Considerando este ranking estadual para o recorte da RD Metropolitana, na sequência, é possível destacar a Ilha de Itamaracá em sétima posição, Jaboatão dos Guararapes na décima sexta posição e Olinda na trigésima sexta posição.

O marcador de desenvolvimento humano, referenciado pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, aportado em dados censitários de 2000 (dois mil) e 2010 (dois mil e dez), destacam, na RD Metropolitana, a Ilha de Fernando de Noronha, com respectivos IDH-M 0,694 e 0,788, ocupando a maior posição no ranking estadual, em ambos os anos. Recife ocupou o segundo lugar no ranking, com 0,66, em 2000, e 0,772, em 2010. Cabe destacar que os sete municípios que superam o IDH de 0,673 para o estado de Pernambuco, em 2010, são todos da RD Metropolitana, a saber: Abreu e Lima, Camaragibe, Fernando de Noronha, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Recife.

Conforme informações no site da Prefeitura da Cidade, o Recife se destaca como o maior polo de serviços modernos do Nordeste, setor que congrega áreas responsáveis pela circulação de ideias, pessoas e mercadorias, com destaque no conhecimento científico e inovação. A posição de vanguarda é o resultado da organização dos empreendimentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Economia Criativa no Porto Digital, dos Polos Médico e Gastronômico, considerados respectivamente, o segundo e o terceiro maiores do Brasil.

A cidade é o centro logístico e de serviços do Nordeste Oriental, principalmente dos eixos João Pessoa-Ipojuca-Caruaru-Campina Grande. Neste polígono, de até 300 quilômetros de raio do Recife, está concentrada uma população de mais de cinco milhões de habitantes, formando um amplo mercado consumidor e uma estrutura produtiva diversificada, aliada a um bom nível de competitividade econômica, considerando a infraestrutura, a logística e os centros de pesquisas. Na medida em que se amplia o arco para 800 quilômetros de raio, a capacidade irradiadora do município do Recife também aumenta, chegando a 20 milhões de habitantes, correspondendo a cerca de 90% do PIB do Nordeste.

Pernambuco é conhecido como o segundo maior polo médico mais relevante do país. O segmento, concentrado em local estratégico do Recife, na área central da cidade, foi o primeiro a se estabelecer na região Nordeste, durante a década de 70 do século XX. Entre mais de 500 hospitais, clínicas e laboratórios, a cidade segue consolidando sua relevância e mantendo ritmo acelerado de desenvolvimento no setor, segundo o Sindicato dos Hospitais,

Clínicas, Casas de Saúde e Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas do Estado de Pernambuco – SINDHOSPE, a partir de informações veiculadas em seu site institucional.

Diante disso, o polo médico é fundamental para o desenvolvimento e a economia de Pernambuco. Conforme publicação da Folha de Pernambuco online, em reportagem de agosto de 2021, o polo médico de Pernambuco registra um faturamento anual de R\$ 8 bilhões e é o segmento que mais contribui com a arrecadação de Imposto Sobre Serviços - ISS do Recife. Com mais de 130 mil empregos diretos e indiretos gerados, é o segundo centro de saúde mais representativo do Brasil, tanto do ponto de vista econômico como sob a ótica de infraestrutura, inovação, comunidade médica e científica e material humano altamente especializado e capacitado.

O Porto Digital, segundo informações de seu *site* institucional, conta com mais de 330 (trezentos e trinta) empresas e instituições embarcadas em seu território. Boa parte atua na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). São empresas que desenvolvem *softwares*, aplicativos móveis, sistemas de gestão e soluções customizadas. Há, ainda, empresas que lidam com tecnologias avançadas, como inteligência artificial, redes neurais e automação. Entre as empresas presentes no parque, estão líderes da indústria global e referências nacionais em inovação, como CESAR, Neurotech, Serttel, Accenture, Stefanini IT, Procenge e Microsoft.

Constando entre os principais parques tecnológicos e ambientes de inovação do Brasil, é um dos representantes da nova economia do estado de Pernambuco. Localizado no Recife, sua atuação se dá nos eixos de *software* e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Economia Criativa (EC), com ênfase nos segmentos de games, cine-vídeo-animação, música, fotografia e design.

Desde 2015, o Porto Digital também passou a atuar no setor de tecnologias urbanas como área estratégica. É fruto e referência nacional de uma ação coordenada entre governo, academia e empresas, conhecido como modelo “*Triple Helix*”. Essa iniciativa propiciou o ambiente necessário para fazer com que o Porto Digital se transformasse num dos principais ambientes de inovação do País.

A publicação ainda destaca o Porto Digital como se tratando de uma iniciativa planejada, administrada pelo Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD), formado pelo governo local, universidades e empresas em 2000. É a esse grupo que cabe a missão de trazer estudantes qualificados/as, conectar empresas com cadeias locais de abastecimento e lançar *startups* para investidores/as.

Na publicação online da Revista Algomais, os dados para o desempenho do Porto Digital, no triênio de 2018 a 2020, mostram a quão robusta e arrojada é a performance deste parque tecnológico, mesmo sendo 2020 o ano mais desafiador para a economia do país. Entre 2018 e 2020, o faturamento do Porto Digital teve um crescimento de 50,8%, passando de R\$1,89 bilhões para R\$2,86. Ou seja, em 2020, o faturamento do conjunto de empresas embarcadas na região atingiu mais de meio bilhão acima do desempenho de 2019.

Conforme um estudo denominado Dimensionamento do Polo Jurídico no Estado, realizado pela Consultoria Econômica e Planejamento – CEPLAN, as estatísticas referentes ao número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos advocatícios indicam dois aspectos relevantes: a importância de Pernambuco no contexto regional e o processo de interiorização que se traduz na redução da importância relativa do total de pessoas empregadas nos referidos estabelecimentos na Região Metropolitana do Recife e no Recife, e na disseminação desses empregos nos demais municípios do estado.

Concentrando a análise na ocupação dos/as advogados/as, o que se constata é uma grande diversidade de relações de trabalho que tal profissão apresenta. Em 2015, 60% dos/as profissionais trabalhavam por conta própria e sem carteira assinada. No período 2006-2015, entre 23% e 28,6% das pessoas ocupadas formalmente no Nordeste, nos estabelecimentos de serviços advocatícios, trabalhavam em Pernambuco. Além disso, a tendência era de aumento da participação do estado no total dessas pessoas ocupadas, considerando que os empregos nos referidos estabelecimentos passaram de 23%, em 2006, para 27,8%, em 2015.

A cena gastronômica recifense, segundo site da Empresa Pernambucana de Turismo – EMPETUR, apresentava dados pré-pandemia que revelavam o Recife como o primeiro polo gastronômico do Nordeste e terceiro do Brasil, atrás apenas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Um diversificado festival de sabores está à disposição do turista, que pode provar desde a mais saborosa comida caseira ao mais sofisticado prato da culinária internacional. Segundo estimativa da ABRASEL PE, mais de 1,7 mil bares e restaurantes funcionavam na cidade, gerando 120 mil empregos diretos e indiretos.

Para a Rede Food Service, os desafios enfrentados durante a crise sanitária e econômica deixaram uma marca de 30% de encerramento de atividades para empresas do segmento, em todo o país. É esperada a completa recuperação do setor no próximo ano. Nesse contexto, os estabelecimentos que encontraram novos formatos para comercializar seus produtos, “pegando carona” no boom do *delivery* e dos aplicativos de comida, e conseguiram atravessar com cautela as limitações dos últimos meses, encontram, agora, uma atmosfera promissora de expansão, com menos concorrência e mais oportunidades para ganhar novos públicos.

Este vasto cenário com desafios e oportunidades torna a atuação do Centro Universitário Frassinetti do Recife UniFAFIRE, privilegiada e diferenciada. Tanto pela inserção geoespacial, em si, quanto pelo fato de oito entre dez estudantes assistidos pela Centro serem, majoritariamente, usuários/as de transporte público. Noventa em cada cem estudantes residem numa das cinco cidades da Região de Desenvolvimento Metropolitana: Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Camaragibe.

2. CONCEPÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

2.1 Contexto de Inserção Regional

Pensar um projeto de formação de professores/as requer que tenhamos o contexto social, econômico, político e cultural como texto base para sua fundamentação. As dimensões territoriais do Brasil e os aspectos regionais com suas singularidades e diversidades nos parece ser outro aspecto relevante. A história da educação no Brasil carrega as marcas do longo período de colonização e a ausência de políticas públicas de inclusão e qualidade social da educação. Por essa razão, os índices de analfabetismo são bastante consideráveis para um país que, do ponto de vista econômico, encontra-se entre as 10 (dez) melhores economias do mundo.

Apesar da universalização do acesso à escola, a qualidade ainda é um grande desafio a ser enfrentado, sendo na região nordeste onde o desafio parece ser maior. Ainda temos considerável índice de analfabetos em todas as idades e é a região do Brasil com maior quantidade de crianças, jovens e adultos/as fora da escola. Em Pernambuco, essa realidade não é diferente. Apesar da sua trajetória histórica em ser um estado na vanguarda dos movimentos revolucionários e libertários, amarga os baixos índices de desenvolvimento educacional.

Por essa razão, pensar a formação dos/as professores/as que atuarão nesse cenário requer que tomemos essa realidade como desafio e que os/as egressos/as possam motivados/as pelas perspectivas que se apresentam contribuir num curto espaço de tempo, com as mudanças significativas na formação humana e profissional capaz de assegurar a qualidade social e o compromisso com a transformação, visando a uma sociedade justa e fraterna.

A localização geográfica da UniFAFIRE é um importante corredor que liga a cidade aos seus Bairros e oferece uma rede de serviços diversificados como educação, saúde, comércio, entre outros e faz a conexão com os Municípios que compõem a Região Metropolitana do Recife (RMR), também referida na literatura como grande Recife em virtude do processo de conurbação. O conjunto desses municípios, conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), somam uma população de 3.726.442 habitantes, considerada a maior Região Metropolitana do país.

Recife é a 9ª cidade mais populosa do Brasil e a terceira do Nordeste, registrando 1.488.920 habitantes, segundo os resultados do Censo (IBGE, 2022), detém a liderança regional quando se trata de regiões metropolitanas. Os 14 (quatorze) municípios que formam

a RMR reúnem mais de 3,7 milhões de habitantes. Com isso, o aglomerado urbano do Recife fica atrás apenas da cidade de São Paulo (20,6 milhões/hab.), Rio de Janeiro (11,6 milhões/hab.), Belo Horizonte (4,9 milhões/hab.) e Brasília (3,8 milhões/hab.).

Parte da população que saiu do Recife se instalou em cidades vizinhas à capital, mantendo a região metropolitana como destaque regional e detendo a seu favor este diferencial econômico. Um fator que faz o Recife ter crescimento populacional limitado é a sua área de 218 km² já completamente ocupada e sem muitos espaços para novos habitacionais. A capital pernambucana é a 12^a (décima segunda) cidade brasileira mais densamente povoada com 6.803,6 habitantes/km². No estado, perde apenas para o município de Olinda, que tem 8.474,00 habitantes/km².

Esses números trazem consequências diretas na organização social, econômica, política, cultural e educacional das cidades, uma vez que o crescimento desordenado não é acompanhado no mesmo ritmo pelas políticas públicas de saneamento, infraestrutura, segurança, habitação, educação e outros serviços e direitos básicos da população e acabam contribuindo para o aumento da violência e de outros fenômenos que atingem a população, principalmente os mais pobres. De acordo com o último Censo do IBGE realizado em 2022, a Cidade do Recife, tem uma população residente de 1.488.920 habitantes, com taxas de escolarização de 97,1% dos 6 aos 14 anos. O conjunto desses municípios conta com uma importante rede de serviços que incluem um amplo complexo de indústrias, comércio, portos, aeroportos, transporte, tecnologias e serviços educacionais, com marcante presença de instituições públicas, privadas e comunitárias na oferta de educação superior. A Cidade do Recife conta com uma importante rede de ensino, constituída de escolas de Educação Básica pública, privada e confessional, com serviços educacionais da Creche ao Ensino Fundamental, conforme os quadros 1 e 2, que seguem:

IDEB – Anos iniciais do Ensino Fundamental rede pública estadual 2021	5,1
IDEB – Anos Finais do Ensino Fundamental rede pública 2021	4,7
Matrículas no Ensino Fundamental 2021	1.249.850 matrículas
Matrículas no Ensino Médio 2021	341.641 matrículas
Docentes no Ensino Fundamental 2021	54.225 docentes
Docentes no Ensino Médio 2021	18.657 docentes
Número de estabelecimentos de Ensino Fundamental 2021	6.577 escolas
Número de estabelecimentos de Ensino Médio 2021	1.119 escolas

Quadro 1. Dados da Educação em Pernambuco – IBGE 2022

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade 2010	97,1 %
IDEB – Anos iniciais do Ensino Fundamental Rede Pública 2021	5,3
IDEB – Anos finais do Ensino Fundamental Rede Pública 2021	5,0
Matrículas no Ensino Fundamental 2021	175.876 matrículas
Matrículas no Ensino Médio 2021	59.761 matrículas
Docentes no Ensino Fundamental 2021	8.248 docentes
Docentes no Ensino Médio 2021	3.480 docentes
Número de estabelecimentos de Ensino Fundamental 2021	719 escolas
Número de estabelecimentos de Ensino Médio 2021	195 escolas

Quadro 2. Dados da Educação no Recife – IBGE 2022

O mapa a seguir apresenta o conjunto dos 14 municípios que compõem a Região Metropolitana do Recife,



Imagem 2- Municípios que compõem a RM do Recife – www.baixarmapas.com.br acesso: 04.09.23.

Considerando esse contexto, a importância do Curso de Pedagogia evidencia-se por sua inserção local e regional com efetiva presença ininterrupta do curso desde o início dos anos de 1940, sendo um dos primeiros cursos voltado para a formação de professores/as, com pioneirismo na oferta de educação para as mulheres. Destaca-se a expressiva presença de egressos/as desse Curso exercendo a docência em unidades educacionais das diferentes redes de ensino Estadual, Municipal e Privada, bem como exercendo funções de planejamento e

gerenciamento de programas e projetos em diferentes órgãos do sistema de ensino e outras áreas de serviços educativos e em organizações do terceiro setor.

Considerando ainda as metas de universalização da educação para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a ampliação de serviços de Creches, previstas na Lei nº 18.147/2015, que cria o Plano Municipal de Educação do Recife, se faz necessário a ampliação da rede de serviços educacionais e conseqüentemente, a necessidade de qualificação de professores/as com formação em nível superior para atender as demandas.

2.2 Apresentação do Curso

O curso de Pedagogia no Brasil foi regulamentado pelo Decreto Lei nº 1.190, de 04 de abril de 1939, tendo, na época, como objeto de estudo e finalidade precípuos os processos educativos técnicos para formação de bacharéis que posteriormente assumiram nas secretarias de educação funções de administração, planejamento de currículos, inspeção de escolas entre outras, e, portanto, definido como lugar de formação técnica em educação.

A padronização do curso de Pedagogia foi fruto das concepções normativas da época que alinhava às licenciaturas a um denominado esquema 3 + 1 (três mais um), pelo qual era primeiramente feito a formação em bacharel em áreas diversas da formação das Ciências Humanas, Sociais e da Natureza. Portanto, o Bacharelado em Pedagogia era realizado em um período de três anos e, para receber o título de Licenciado, teria que cursar mais um ano com estudos dedicados à Didática e à Prática de Ensino. Silva (1999) destaca três períodos que focam a tentativa de construção da identidade do curso.

O primeiro é de 1939 a 1972, considerado o período das regulamentações em que são criados Leis, Decretos e Pareceres na tentativa de dar uma definição para o curso e para a destinação profissional dos/as egressos/as. Entre eles, a Lei nº 4.024/1961, considerada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação no país, os Pareceres do CFE nº 251 e 292 /1962, a Lei da Reforma Universitária nº 5.540/1968.

O conjunto dessas legislações pouco alteraram a estrutura organizacional do curso, mas apenas incluíam um conjunto de disciplinas que uma vez cursadas, autorizavam ao/a egresso/a do curso atuar no campo técnico e pedagógico da educação e criavam as habilitações para exercício da administração, supervisão, inspeção, coordenação e orientação educacional. Na análise de Brzezinski (1996), prevaleceu o modelo tecnicista, próprio da época em que a educação estava associada ao modelo capitalista desenvolvimentista em que as pessoas eram treinadas para atender as demandas do mercado.

Ainda de acordo com Silva, (1999), o segundo período é denominado de período das indicações e se estende de 1973 a 1978, e é marcado pelo Parecer CFE nº 252/1969, que, no seu parágrafo 3.º estabelece as condições para obtenção de habilitações específicas do Curso. No Art. 2.º determina que o Currículo mínimo do curso de Pedagogia compreenderá uma parte comum a todas as modalidades de habilitação e outra diversificada em função de habilitações específicas. E o § 3.º, determina que a parte diversificada compreenderá, segundo a modalidade de habilitação específica e conforme as possibilidades de cada IES, duas ou mais dentre as seguintes matérias e atividades, na forma do artigo 3.º A disciplina de Didática, antes optativa, passou a compor a parte comum do currículo, sob o argumento de que os pedagogos seriam, por princípio, professores da Escola Normal. As disciplinas obrigatórias, que compunham o núcleo comum, atendendo à Resolução CFE nº 2/1969, ficaram designadas como segue: Sociologia Geral, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Didática. E o terceiro período, conforme Silva (1999), é o período das proposições e vai de 1979 a 1998, marcado por amplo debate envolvendo movimentos sociais, associações educacionais e representação estudantil.

É um período marcado também pela redemocratização social e econômica do país após o longo período de regime autoritário implantado pela ditadura militar. Como fruto desses movimentos, muitas mudanças ocorreram no país e que impactaram a necessidade de novas legislações e regulamentações no campo educacional em virtude da ampliação do acesso à escola, demandas por qualificação profissional docente e em todas as áreas das atividades humanas.

Em virtude da luta dos movimentos sociais, e em particular de profissionais da educação, temos a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que responsabilizam o Estado pela oferta da educação escolar de qualidade. Nesse contexto, temos o surgimento de novas diretrizes e paradigmas educacionais que marcam o início da década de 2000, com novo ordenamento jurídico infraconstitucional, elaborado para responder às mudanças trazidas pela C.F/88 e pela LDB/9.394/96. É o caso do Parecer CNE/CP nº 9/2001, e da Resolução CNE/CP nº 2/2002, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores/as da Educação Básica, em nível superior, cursos de licenciatura, graduação plena e em seguida o Parecer CNE/CP nº 5/2005 e a Resolução CNE/CP nº 2/2015, que detalham e orientam os projetos de cursos de formação de professores/as para a Educação Básica, definindo objetivos, finalidades, princípios, perfil esperado dos/as egressos/as e modelos de organização curricular.

A mais recente Resolução do CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores/as para a educação básica e institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores/as da educação básica (BNC - Formação).

O Curso de Pedagogia da UniFAFIRE recebeu concessão para a organização/funcionamento, juntamente com outros cursos, pelo Decreto nº. 6.488 da Presidência da República em 05 de novembro de 1940. E teve sua aula inaugural no dia 13 de março de 1941. Foi reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, através do Decreto nº. 20.341, publicado em 07 de janeiro de 1946. Pelo exposto, o curso de Pedagogia da UniFAFIRE tem praticamente, o mesmo tempo histórico do curso de Pedagogia do Brasil, cujo marco da sua criação foi o Decreto 1.190, de 04 de abril de 1939, no âmbito da organização da Faculdade de Ciências e Letras.

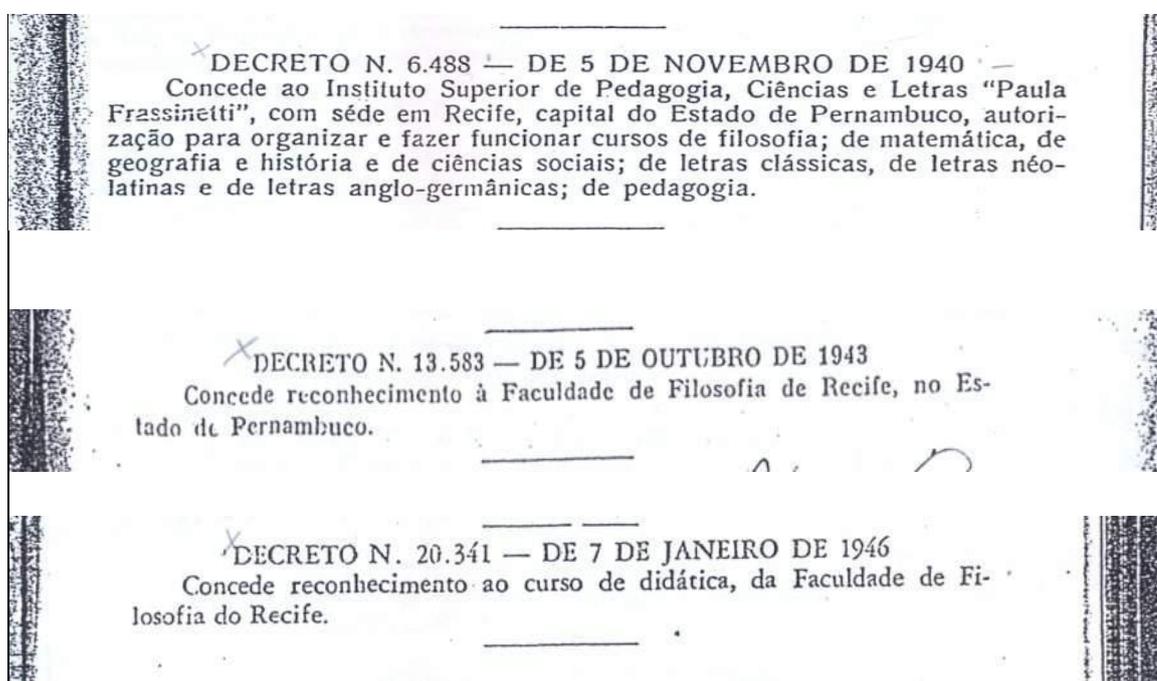


Imagem 3 - Fonte: Centro Universitário Frassinetti do Recife - UniFAFIRE

Ao longo da sua trajetória histórica dos 80 anos de sua criação, o Curso de Pedagogia, vem, efetivamente, acompanhando as mudanças que se processam em todos os campos da realidade socioeducacional e justificando a atualização de seu projeto de modo a atender às necessidades emergentes da sociedade, no que concerne à formação do/a profissional da Educação, especificamente ao/a profissional da Pedagogia.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/96, e as demais legislações que normatizam a educação nacional, são os fundamentos legais que orientam a constante atualização que caracteriza o PPC do curso de Pedagogia que em sintonia com os desafios impostos pelo processo de transformações sociais, culturais, inovações tecnológicas, heterogeneidade dos segmentos sociais a serem atendidos em educação, impõem as mudanças para o sistema educacional brasileiro como um todo, oferecendo normatizações específicas para as diversas modalidades educacionais, incluindo os cursos de formação de professores/as, entre eles, a Licenciatura em Pedagogia.

O projeto do Curso foi alterado em decorrência da publicação dos Pareceres nº. 9, 27 e 28/2001 CNE/MEC e das Resoluções CNE/CP 01 e 02, de fevereiro de 2002, para a Formação de Professores/as da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de Graduação Plena. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e posteriormente o Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002, que estabelece a Política de Educação Ambiental e por isso, foi necessário fazer a atualização do PPC, o que implicou em um novo currículo para o Curso de Pedagogia passando a vigorar no primeiro semestre de 2005.1, que tinha o seu foco na docência, constituindo-se em duas modalidades: Magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Todavia, em virtude da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais destinadas à Licenciatura em Pedagogia fundamentada nos Pareceres CNE/CP nº. 5/2005 e nº. 3/2006 e na Resolução CNE/CP Nº. 01, de 15 de maio de 2006, da Resolução do CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira Indígena e Africana; a publicação do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, o curso de pedagogia mais uma vez fez alteração no projeto, adequando a organização curricular à nova legislação e uma nova matriz curricular passou a vigorar a partir de 2007.2 (segundo semestre do ano de dois mil e sete) assegurando a oferta de componentes curriculares que atendam as diretrizes.

Através da Resolução CNE/CES nº. 03, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências. O artigo 3º expõe que a carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (sessenta minutos), de atividades acadêmicas e de efetivo trabalho docente. Para atender ao

exposto na resolução, em 2008.2, o curso de Pedagogia entra mais uma vez em processo de reformulação de sua carga horária, justificando assim, o surgimento de uma revisão da matriz curricular, implantada em 2009.1.

Destarte, sua concepção de currículo sempre esteve voltada a superar uma visão dicotômica e fragmentadora da realidade, presente historicamente nos processos educacionais. O que propicia uma formação reflexiva voltada para práticas educativas que enfrentam problemáticas contemporâneas. Por contemplar uma perspectiva curricular interdisciplinar dialoga através de sua metodologia com o uso das novas tecnologias na educação, estando assim atendendo às demandas educacionais atuais. Quando se vive mudanças de paradigmas na ciência, na educação, na sociedade em geral, e diante das mais recentes exigências para o curso de Pedagogia em relação ao tipo de profissional que se deseja formar, partindo-se do entendimento de que o cotidiano é reconstruído a cada dia e que os desafios educacionais presentes nessa cotidianidade são propícios às releituras e mudanças, surge a necessidade de revisar o perfil do curso à luz dos novos parâmetros estabelecidos.

Nesse movimento de mudança, os/as discentes que vivenciavam o currículo revisado, com a introdução da **Disciplina Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Conforme determinações legais do Decreto N. 5.626/ 2005. Em dezembro de 2009 o CNE/CES publicou a Resolução nº 05, de 17 de dezembro de 2009, fixando novas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil e em junho de 2010 o CNE/CEB publicou a Resolução nº 04, de 13 de junho de 2010, fixando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Considerando as orientações dessas resoluções, novas mudanças foram introduzidas no PPC e uma nova matriz passou a vigorar a partir de 2011.1.

No segundo semestre de 2012, o curso passou por uma nova revisão considerando os avanços das políticas públicas afirmativas e de inclusão social e digital. Nessa perspectiva, a matriz curricular 11, que passou a vigorar para os/as ingressantes de 2012.2, teve a inclusão de novos componentes como as disciplinas: Culturas Afro-Brasileira e Indígena, e Educação Ambiental. Neste período, iniciamos também o processo de integração das Licenciaturas, introduzindo um conjunto de disciplinas que passou a ser denominado de Núcleo Comum das Licenciaturas-NCL, incorporando um conjunto de disciplinas ofertadas aos/as estudantes das Licenciaturas com uma carga horária comum de 660 horas.

É, pois, nessa busca de novas abordagens para superar propostas de formação do pedagogo que se dá continuidade ao processo de acompanhamento e avaliação da organização curricular do curso de Pedagogia na perspectiva de formar profissionais capazes de intervir

criticamente na realidade educacional para transformá-la, investindo na melhoria da escola e em espaços não escolares, atentos às necessidades da formação continuada dos/as profissionais da educação. A mais recente mudança no PPC do curso de pedagogia tinha sido feita em 2017 para atender as prerrogativas da Resolução do CNE/CP N°. 02, de 01 de julho de 2015 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores/as da Educação Básica, em nível superior, cuja Matriz Curricular ainda se encontra em vigor.

No final do ano de 2019, uma nova Resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE, Conselho Pleno, foi publicada e homologada pelo Ministério da Educação. Trata-se da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para formação inicial de professores/as da Educação Básica (BNC-Formação).

O Projeto do Curso de Pedagogia descrito neste PPC, para atender as prerrogativas dessa resolução, foi amplamente elaborado/discutido pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE, e socializado e debatido junto ao Colegiado dos/as Professores/as do curso de pedagogia.

O curso de Pedagogia, tem a docência como base para a atuação na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Ter a docência concebida como base significa acreditar num projeto político pedagógico intencional e metódico que envolve conhecimentos específicos e diversificados e interdisciplinares, onde os conceitos, objetivos, princípios e valores basilares da formação, serão desenvolvidos na construção e apropriação dos valores éticos, estéticos, linguísticos e políticos construídos e permanentemente revisitados a partir da reflexão-ação-reflexão, tendo o trabalho pedagógico concebido como princípio educativo.

Este PPC se identifica com os pressupostos legais descritos no Art. 5º da Lei 9.394/96, que trata dos fundamentos e da política de formação docente dos/as professores/as e demais profissionais da educação, para atender às especificidades do exercício de suas atividades profissionais, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, e tem os seguintes fundamentos:

- A sólida formação básica, como conhecimentos dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
- A Associação entre teorias e práticas pedagógicas e;
- Aproveitamento da formação e das experiências anteriores, desenvolvidas em instituições de ensino, em outras atividades docentes ou na área da educação.

Entende-se que a formação do/a licenciado/a em Pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não-escolares, que tem a docência como base. Nesta perspectiva, a docência é compreendida como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia. Esta concepção está explicitada no Parecer CNE/CP nº 5/2005, de 15 de maio de 2006, nos seguintes termos:

Entende-se que a formação do licenciado em Pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não escolares, que tem a docência como base. Nesta perspectiva, a docência é compreendida como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia. Desta forma, a docência, tanto em processos educativos escolares como não-escolares, não se confunde com a utilização de métodos e técnicas pretensamente pedagógicos, descolados de realidades históricas específicas. Constitui-se na confluência de conhecimentos oriundos de diferentes tradições culturais e das ciências, bem como de valores, posturas e atitudes éticas, de manifestações estéticas, lúdicas, laborais.

Tendo em vista sua proposta pedagógica que se pauta nos princípios éticos, filosóficos, pedagógicos e em valores cristãos, objetiva propiciar uma formação do/a educador/a crítico/a comprometido/a com uma educação inclusiva. Essa finalidade se materializa mediante a visão da educação enquanto prática social transformacional, impulsionadora do desenvolvimento social, assim como econômico.

Nesta perspectiva, contempla os processos formativos para a docência, gestão dos processos educativos escolares e não escolares, assim como a produção e socialização do conhecimento do campo educacional através do ensino, da pesquisa e extensão na relação permanente entre teoria e prática.

Dessa forma, ancorados nos princípios descritos nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia, esperamos que o Projeto Pedagógico do Curso, propicie aos/as estudantes, meios de investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.

Partimos do pressuposto que o propósito dos estudos destes campos é orientar a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões nas aprendizagens, bem como orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não-escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino. O/A graduando em Pedagogia trabalha com um repertório de informações e

habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada pelo exercício da profissão, fundamentando-se em interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Este repertório deve se constituir por meio de múltiplos olhares, próprios das ciências, das culturas, das artes, da vida cotidiana, que proporcionam leitura das relações sociais e étnico-raciais, e dos processos educativos por estas desencadeados.

Para a formação do/a licenciado/a em Pedagogia é central o conhecimento da escola como uma organização complexa que tem a função social e formativa de promover, com equidade, educação para e na cidadania. É necessário que saiba, entre outros aspectos, que entre os povos indígenas, comunidades quilombolas, pessoas do campo, ciganos, a escola se constitui em forte mecanismo de desenvolvimento e valorização das culturas étnicas e de sustentabilidade econômica, territorial das comunidades, bem como de articulação entre as organizações dos povos/comunidades tradicionais e o restante da sociedade brasileira.

Para essa formação, a proposição, realização, análise de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva histórica, cultural, política, ideológica e teórica, com a finalidade, entre outras, de identificar e gerir, em práticas educativas, elementos mantenedores, transformadores, geradores de relações sociais e étnico-raciais que fortalecem ou enfraquecem identidades, reproduzem ou criam relações de poder.

Para isso é central a participação na gestão de processos educativos, na organização e funcionamento de sistemas e de instituições de ensino, com a perspectiva de uma organização democrática, em que a corresponsabilidade e a colaboração são os constituintes maiores das relações de trabalho e do poder coletivo e institucional, com vistas a garantir iguais direitos, reconhecimento e valorização das diferentes dimensões que compõem a diversidade da sociedade, assegurando comunicação, discussão, crítica, propostas dos diferentes segmentos das instituições educacionais escolares e não-escolares.

Com efeito, a pluralidade de conhecimentos e saberes introduzidos e manejados durante o processo formativo do/a licenciado/a em Pedagogia sustenta a conexão entre sua formação inicial, o exercício da profissão e as exigências de educação continuada.

2.3 Funcionamento do Curso de Pedagogia.

ESPECIFICAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO CURSO	
Regime de Matrícula	Semestral
Duração e integralização	4 (quatro) anos, divididos em 8(oito) períodos semestrais. Mínimo 8 semestres e máximo 14 semestres.
Turno de Funcionamento	Horário Noturno O Curso de Pedagogia da UniFAFIRE funciona das 18h30 às 22h, a aula com duração de uma hora relógio, conforme estabelecido pela Resolução nº 02/CNE/CP, de 19 de fevereiro de 2002
Número de Vagas Anuais	125
Portaria de Renovação de Reconhecimento	Portaria INEP Nº 916, de 27 de dezembro de 2018, publicado no DOU de 28 de dezembro de 2018. Seção 1.
Conceito do Curso ENADE 2021	4
Informações INEP	Curso 4848. Rótulo CINE 0113P01
Endereço:	Av. Conde da Boa Vista, 921. CEP: 50060-002. Recife. PE

Quadro 3 - Funcionamento do Curso

2.3.1 Base Legal do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia está amparado legalmente no conjunto de dispositivos legais que regulamentam a formação de professores/as no âmbito nacional e nos dispositivos e instrumentos normativos internos que regulamentam o funcionamento do curso. A seguir o quadro com escopo desses dispositivos:

LEGISLAÇÃO NACIONAL E LOCAL QUE AMPARA O CURSO DE LICENCIATURA PEDAGOGIA	
Leis, Decretos, Pareceres, Resoluções, Portarias Nacionais e municipais	Escopo
Resolução do CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019,	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Institui a BNC – Formação
Parecer CNE/CP nº 22, de 7 de novembro	Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial

de 2019,	de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC Formação)
Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017,	Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, se refere à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental
Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018,	Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação- PNE – 2014 -2024 e dá outras providências.
Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014,	Aprova sem vetos o Plano Nacional de Educação – PNE – 2014-2024.
Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006,	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia /Licenciatura
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,	Define as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
Lei nº 13.168, de 06 de outubro de 2015,	Altera o a redação do § 1º do art. 47 da Lei 9.394/96
Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007,	Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências
Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009,	Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010,	Normatiza o Núcleo Docente Estruturante.
Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010,	Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica
Parecer CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005, reexaminado pelo Parecer CNE/CP nº 3 de 15 de maio de 2006,	Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia
Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019,	Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino
Parecer CNE/CP nº 3, de 21 de fevereiro de 2006,	Trata de reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005;
Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999,	Dispõe sobre a Educação Ambiental e Institui a Política Nacional de Educação Ambiental
Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002,	Estabelece as Políticas de Educação Ambiental
Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências
Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012,	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e Portaria MEC Nº 3.284/2003,	Estabelecem condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida
Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005,	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004,	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
Lei nº 10.861/2004, de 14 de abril de 2004	Estabelece os Princípios da Avaliação da Educação Superior
Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010,	Que Normatiza o Núcleo Docente Estruturante
Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012,	Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos
Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de	Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos

2012,	Humanos
Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012,	Estabelece a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015,	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
Portaria MEC/SERES nº 86, de 28 de janeiro de 2021	Sistematiza Parâmetros e Procedimentos para Renovação e Reconhecimento de cursos Superiores
Lei nº 18.147/2015, de 23 de junho de 2015 -2025	Plano Municipal de Educação do Recife.
Instruções Normativas, Resoluções e Regulamentos da UniFAFIRE	
Instrução Normativa de Avaliação (INA) INA-CGG nº 01/04 de outubro de 2023	Dispõe sobre os critérios avaliativos nos cursos de Graduação da UniFAFIRE
Resolução nº 001/2021 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE,	Estabelece as Diretrizes para a Inserção da Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação da UniFAFIRE e dá outras providências.
Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI Projeto Pedagógico Institucional – PPI 2021 - 2025 Plano Provincial de Educação das Doroteias – PPED	Documentos que definem as Bases Pedagógicas e as Políticas Institucionais da UniFAFIRE

Quadro 4 - Legislação nacional e local, que ampara o Curso de Licenciatura em Pedagogia da UniFAFIRE

2.3.2 Número de Vagas

O Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Frassinetti do Recife conforme a Portaria INEP nº 916, de 27 de dezembro de 2018, publicado no DOU de 28 de dezembro de 2018. Seção 1 poderá ofertar 125 (cento e vinte e cinco) vagas anuais e funciona no turno noturno. As vagas atendem as demandas do curso e são distribuídas semestralmente a partir da análise de relatórios emitidos pela Secretaria Acadêmica. Nos relatórios semestrais constam os dados de ingressantes por meio de processo de vestibular e pelo PROUNI. As vagas remanescentes do processo seletivo, atendem demandas de transferências internas e externas e portadores de diploma.

2.3.3 Formas de Acesso

A forma de acesso ao Curso de Pedagogia segue o Regimento Interno (RI) da IES, e é comum aos/as ingressantes de todos os cursos. UniFAFIRE promoverá o ingresso de candidatos/as que concluíram o Ensino Médio ou equivalente, nos diversos cursos de graduação, através de processo público seletivo obedecendo ao disposto na legislação pertinente, objetivando classificar os/as candidatos/as no limite das vagas do curso pretendido, conforme mostramos a seguir:

§ 1º - As normas do processo seletivo serão levadas ao conhecimento público, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, antes da realização da seleção, através de Edital publicado em suas redes sociais e internas.

§ 2º - O Edital do processo seletivo conterá as seguintes informações:

- 1) Denominação de cada curso abrangido pelo processo seletivo;
- 2) Ato regulatório de cada curso
- 3) Número de vagas autorizadas,
- 4) Processo de agendamento com provas online
- 5) Notas obtidas no ENEM

Conforme artigos 25 e 26 do Regimento:

Art. 25 - A UniFAFIRE poderá adotar outras modalidades de ingresso a serem definidas e regulamentadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE.

Art. 26 - A classificação faz-se pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluindo-se os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos no Edital do Processo Seletivo.

§ 1º - A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual foi realizado o Processo Seletivo, tornando-se nulos seus efeitos, se o/a candidato/a classificado/a deixar de apresentar a documentação exigida e/ou não efetuar a matrícula nos prazos fixados.

§ 2º - Para as vagas não preenchidas serão publicados remanejamentos sucessivos, em um total de até três remanejamentos.

§ 3º - O portador de Diploma de Curso Superior, poderá solicitar matrícula, dispensado o Processo Seletivo, observando: a apresentação do diploma devidamente registrado; a equivalência entre o curso realizado e o pretendido; a existência de vaga remanescente no curso desejado.

Outras formas previstas para ingresso é o uso da nota do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e transferência interna.

2.4 Organização Didático-Pedagógica

Em consonância com a legislação nacional em vigor, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial e continuada docente, com os processos de ensino e aprendizagens requeridos para os tempos atuais, com procedimentos didáticos pedagógicos e metodológicos coerentes com o mundo em transformação, os princípios e fundamentos que

orientam as boas práticas de ensino e aprendizagens com qualidade social. O curso de pedagogia assume o compromisso com a promoção da igualdade com equidade.

Também reconhece que a formação humana e profissional dos/as professores/as exige construção de conhecimentos, competências, habilidades, valores e atitudes que se alicerçam na prática docente ao longo do processo de formação inicial e continuada em virtude da dinâmica social e que trazem rebatimentos diretos nos conteúdos gerais e específicos da formação humana e profissional docente.

Assim, o processo de organização didático-pedagógica considera ainda os seguintes princípios:

- Respeito pelo direito de aprender e a liberdade com valores imprescindíveis à formação humana e profissional;
- Reconhecimento dos espaços de formação como locus de construção de diferentes saberes e socialização de experiências;
- Assegurar o fortalecimento de experiências criativas e protagonismo autônomo dos/as estudantes na construção do seu processo formativo humano e profissional;
- Valorização da prática pedagógica e dos estágios curriculares com espaço de construção dialógica e de troca de saberes entre as instituições: IES, Escolas e outras organizações, entre supervisores, orientadores e estudantes;
- Reconhecimento dos campos de estágios sejam eles espaços de educação formal ou não formal, de redes de ensino público ou privada com espaços colaboradores imprescindíveis à formação e as aprendizagens específicas da profissão;
- Como exigências próprias do tempo que vivemos, o curso adotará a cultura investigativa e proativa junto aos licenciandos/as, e nos processos de ensino e aprendizagem, assumimos o compromisso de contribuir gradativamente com práticas, interdisciplinares, inovadoras, a partir do uso de recursos advindos das tecnologias e metodologias ativas que dinamizam os processos de aprendizagem no contexto atual;
- A reflexão sobre a prática será um indicador permanente no processo de atualização da formação continuada dos/as seus/suas professores/as e conseqüentemente dos/as seus/suas estudantes, para aprimorar os serviços e a busca da qualidade social.

Para isso, o curso de pedagogia se compromete em desenvolver o trabalho colaborativo entre os/as professores/as, ampliar parcerias e convênios com as redes de ensino, criar canais de escuta e desenvolver programas, projetos e cursos por meio da política de ensino, pesquisa

e extensão comunitária. Os fundamentos pedagógicos que orientam a prática docente asseguram:

- Compromisso com o desenvolvimento de competências básicas de leitura, produção e interpretação de textos em língua portuguesa e no domínio da norma culta;
- Compromisso com usos de metodologias inovadoras, uso de tecnologias digitais e outras dinâmicas formativas que garantam aos/as futuros/as educadores/as experiências significativas de aprendizagens, abordagens contextualizadas e alinhadas com as diretrizes da formação;
- Proporcionar o desenvolvimento da autonomia dos/as estudantes, sua capacidade de resiliência, capacidade de resolução de problemas e mediação de conflitos a partir de estratégias e processo crítico-reflexivo e investigativos;
- Assegurar práticas dialógicas e interdisciplinares como procedimento didático metodológico;
- Compreender a escola como um sistema integrado em que a qualidade do processo de aprendizagem é fruto do trabalho coletivo e colaborativos de todos/as os/as profissionais: professores/as, gestores/as, coordenadores/as e demais profissionais e que a relação escola – família e comunidade são instrumentos importantes na busca da qualidade social da educação;
- E assegurar o diálogo interprofissional com as demais licenciaturas através das disciplinas que compõem o Núcleo Comum.

Seguindo as instruções das normativas nacionais que regulamentam a formação inicial do/a Pedagogo/a, a carga horária do curso é de 3.200 horas considerando ensino, pesquisa e extensão, assim distribuídas: 1.980 (mil novecentos e oitenta) horas de conteúdo disciplinares; 400 (quatrocentas) horas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, 400 (quatrocentas) horas de Prática Pedagógica Curricular; 320 (trezentos e vinte) horas de extensão e 100 (cem) horas de atividades complementares. O cumprimento da carga horária segue os critérios definidos na Res. CNE/CES n 03/2007 que define a hora aula de 60 (sessenta) minutos. Para cumprimento do que rege o art. 3º dessa resolução, o horário de funcionamento do curso de Pedagogia é organizado, divulgado e seguido com horário definido de funcionamento de segunda a sexta feira das 18h30 às 22h.

Na Resolução CNE/CP nº.1, de 15 de maio de 2006, que trata das diretrizes específicas para o curso de Pedagogia afirma: o Curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará:

- O planejamento, execução e avaliação de atividades educativas;
- A aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.

No que se refere a Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019, que trata da organização Curricular dos cursos superiores para a formação docente, no seu Art. 7º, descreve um conjunto de princípios que devem ser considerados no processo de organização curricular do curso, e que consideramos importantes e assumimos como princípios que norteiam o PPC, por isso citamos aqui:

- Compromisso com a igualdade e a equidade educacional, como princípios fundantes da BNCC;
- Reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;
- Respeito pelo direito de aprender dos licenciandos e compromisso com a sua aprendizagem como valor em si e como forma de propiciar experiências de aprendizagem exemplares que o professor em formação poderá vivenciar com seus próprios estudantes no futuro;
- Reconhecimento do direito de aprender dos ingressantes, ampliando as oportunidades de desenvolver conhecimentos, habilidades, valores e atitudes indispensáveis para o bom desempenho no curso e para o futuro exercício da docência;
- Atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com todas as experiências de aprendizagem dos professores em formação;
- Fortalecimento da responsabilidade, do protagonismo e da autonomia dos licenciandos com o seu próprio desenvolvimento profissional;
- Integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;
- Centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
- Reconhecimento e respeito às instituições de Educação Básica como parceiras imprescindíveis à formação de professores, em especial as das redes públicas de ensino;
- Engajamento de toda a equipe docente do curso no planejamento e no acompanhamento das atividades de estágio obrigatório com estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando;
- Aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros;

No Art. 8º, da mesma Resolução, quando trata dos Fundamentos Pedagógicos destinados à formação inicial de professores, também apresenta alguns pressupostos que consideramos relevantes e que serão assumidos no PPC:

- O desenvolvimento de competência de leitura e produção de textos em Língua Portuguesa, domínio da norma culta;
- O uso metodologias inovadoras e com outras dinâmicas formativas que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica alinhada com a BNCC, visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, do exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de suas soluções práticas;
- A conexão entre o ensino e a pesquisa e extensão com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento;
- Emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo;
- Avaliação formativa como parte integrante do processo da formação, que possibilite o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso que se fizerem necessárias;
- Apropriação de conhecimentos relativos à gestão educacional no que se refere ao trabalho cotidiano necessário à prática docente, às relações com os pares e à vida profissional no contexto escolar;
- Reconhecimento da escola de Educação Básica como lugar privilegiado da formação inicial do professor, da sua prática e da sua pesquisa;
- Compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas.

No que diz respeito à organização didático-pedagógica a matriz curricular está organizada, em 3 (três), conforme os quadros a seguir:

2.4.1 Eixo I: Componentes da Formação Geral (NFG) e Inter profissional Comum às Licenciaturas (NCL) com 810 horas teóricas e 120 horas de prática

Código	Formação Geral	C.H Teórica	Modalidade	
NFG 001	Metodologia do Estudo e da Pesquisa	60	EaD	
NFG 002	Tecnologias Trabalho e Inovação	60	EaD	
NFG 003	Ética e Responsabilidade Social	60	EaD	
NFG 004	Cidadania e Fé	60	EaD	
NFG 005	Educação Ambiental e Sustentabilidade	60	EaD	
Código	Formação Interprofissional Comuns às Licenciaturas	C.H Teórica	C.H Prática	Modalidade
NCL 01	Língua Portuguesa: compreensão e produção de texto	60	10	P
NCL 02	Fundamentos Sócio Filosóficos da Educação	60	10	P

NCL 04	Psicologia da Aprendizagem	30	10	P
NCL 05	Didática	60	10	P
NCL 06	Neurociência e Educação	30	10	P
NCL 07	Metodologias Ativas	30	10	P
NCL 08	Avaliação da Aprendizagem	60	10	P
NCL 09	Cultura Afro-Brasileira e Indígena	30	10	P
NCL 014	Educação Inclusiva	60	10	P
NCL 015	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	30	10	P
NCL 016	Gestão Educacional	30	10	P
NCL 017	Política e Legislação da Educação Básica	30	10	P
		810	120	

Quadro 6 - Disposição da carga horária específica de Pedagogia

2.4.2 Eixo 2: Componentes Específicos da Formação do/a Pedagogo/a

Código	Base de Conteúdos de Formação Específica do/a Pedagogo/a	CH Teórica	C.H. Prática	CH Extensão	Modalidade
PED 201	Relações Interpessoais	60	15	-	P
PED 202	Ludicidade, Corporeidade e Educação	30	-	40	P
PED 203	História da Educação	60	15	-	P
PED 204	Literatura Infantojuvenil	30	-	40	P
PED 205	Psicomotricidade e Educação	30	15	-	P
PED 206	Antropologia Cultura e Educação	30	15	-	P
PED 207	Fundamentos Psicológicos da Educação	60	10	-	P
PED 208	Processos de Alfabetização e Letramento	30	-	40	P
PED 209	Ensino de Matemática e suas Tecnologias I	60	15	-	P
PED 210	Projeto Pedagógico e Currículo	60	10	-	P
PED 211	Ensino das Artes e Suas Tecnologias	60	15	-	P
PED 212	Ensino da Matemática e suas Tecnologias II	30	-	40	P
PED 213	Dificuldades de Aprendizagem e Altas Habilidades	60	15	-	P
PED 214	Ensino das Ciências e Suas Tecnologias	60	10	-	P
PED 215	Educação no/do Campo	30	15	-	P
PED 216	Fundamentos da Educação Infantil	30	-	40	P
PED 218	Ensino de Língua Portuguesa e suas Tecnologias I	30	15	-	P
PED 219	Coordenação Pedagógica e Planejamento Educacional	30	-	40	P
PED 221	Ensino de História e Suas Tecnologias	60	15	-	P
PED 222	Ensino da Língua Portuguesa e suas Tecnologias II	60	15	-	P
PED 223	Pesquisa em Educação	30	15	-	P
PED 224	Pedagogia nas Organizações	30	-	40	P
PED 226	Educação de Jovens e Adultos	30	15	-	P
PED 227	Ensino da Geografia e Suas Tecnologias	60	15	-	P
PED 228	Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo	30	15	-	P
PED 229	Políticas Públicas e Financiamento da Educação	30	-	40	P
PED 230	Educação Contemporaneidade e Trabalho Docente	30	10	-	P
PED 232	Gênero, Educação e Direitos Humanos	30	15	-	P
	Carga Horária Total do Eixo	1.170	280	320	
	Atividades Teórico Práticas de Aprofundamento	100			
		1.170	400	320	

2.4.3 Eixo III: Componente do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e da Prática Pedagógica Curricular com 800 horas, assim distribuídas:

Código	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório no Curso de Pedagogia - UniFAFIRE	Carga Horária
PED 217	Orientação e Estágio Supervisionado na Educação Infantil	120
PED 220	Orientação e Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	120
PED 225	Orientação e Estágio Supervisionado na Educação de Jovens, Adultos e Idosos	80
PED 230	Orientação e Estágio Supervisionado na Gestão Educacional: espaço escolar e não escolar	80
		400
2	Componente da Prática Pedagógica Curricular, distribuídos ao longo do curso	400

Quadro 7 Estágio Curricular e Prática Pedagógica

Tanto o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, quanto a Prática Pedagógica Curricular, estão institucionalizados na IES e possuem regulamentos internos (Anexo 4 e 5), que define concepção, orientação, supervisão, parcerias, acordos de cooperação, entre outros com as redes de ensino, com as unidades de ensino, entre outras organizações da sociedade civil.

2.4.3.1 O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

Está institucionalizado e possui regulamento (anexo 5). Contempla carga horária adequada, orientação cuja relação orientador(a)/estudantes é compatível com as atividades, assistidos por uma coordenação e supervisão que cuidam das orientações didático, pedagógicas e metodológicas a partir de um plano de trabalho, orientam os estudantes quanto às atividades a serem vivenciadas, preparam os instrumentos de acompanhamento e registro das atividades e articulam previamente as escolas e organização campo do estágio, articulam os acordos de parcerias e convênios com as redes de ensino e encaminham os estudantes por meio de carta de apresentação e carta de anuência emitida pela rede com a autorização para início das atividades.

O Estágio é supervisionado por professores com experiência na docência na Educação Básica e que fazem a articulação com os/as professores/as orientadores/as das escolas campo de estágio, fazem acompanhamento com visita *in loco* para assegurar e promove a vivência da realidade escolar de forma integral. Os/as estudantes participam da dinâmica escolar,

enquanto vivenciam a experiência do estágio, articulam teoria e prática, em consonância com o currículo do curso e projeto político pedagógico das escolas.

O Estágio curricular aproxima o/a estudante da sua futura profissão, a relação com o/a orientador na escola impacta diretamente na escolha da profissão e é definidor na expectativa do perfil esperado do egresso, pois é na relação direta com o/a professor/a experiente e com a realidade escolar que se constrói a docência.

A coordenação do Estágio Supervisionado das Licenciaturas é nomeada pela Reitoria, a partir de consulta prévia aos coordenadores de curso. Conforme Portaria n. 025/2023 que nomeia a professora Nelma Menezes para a coordenação dos estágios supervisionados, sua incumbência é de articular os/as professores orientadores, articular as redes de ensino, desenvolver reuniões periódicas com os supervisores e orientadores das escolas campo de estágio e desenvolver melhorias e adequações contínuas, com vista a atender as expectativas das competências e habilidades previstas para o perfil do/a egresso/a.

A Avaliação do estágio é realizada pelo/a professor/a supervisor/a e orientador/a através das intervenções pedagógicas e de relatórios elaborados na etapa final do estágio.

A Carga horária do Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Licenciatura em Pedagogia da UniFAFIRE tem a seguinte distribuição:

- O Estágio Supervisionado na Educação Infantil, com 120 horas é ofertado no 5º período. Possui um/a professor/a orientador/a, que uma vez por semana realiza um encontro presencial, com carga horária de 20 horas semestral de orientação no horário noturno e 100 horas de vivência na escola campo do estágio, no horário diurno, com cronograma previamente organizado onde consta o horário, o nome e endereço da escola campo de estágio, os contatos da gestão da escola e do/a professor/a supervisor/a. A carga horária do/a professor/a orientador/a é de 4 (quatro) horas, sendo duas para encontro presencial e duas para acompanhamento com visita as escolas.
- O Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, é ofertado no 6º período. Possui um/a professor/a orientador/a, que uma vez por semana realiza um encontro presencial, com carga horária de 20 horas semestral de orientação no horário noturno e 100 horas de vivência na escola campo do estágio, no horário diurno, com cronograma previamente organizado onde consta o horário, o nome e endereço da escola campo de estágio, os contatos da gestão da escola e do/a professor/a supervisor/a. A carga horária do/a professor/a orientador/a é de 4 (quatro)

horas, sendo duas para encontro presencial e duas para acompanhamento com visita as escolas.

- O Estágio Supervisionado em Educação de Jovens e Adultos é ofertado no 7º período e vivenciado preferencialmente no horário noturno. Tem um encontro quinzenal presencial com o(a) professor(a) orientador(a) com 20 (vinte) horas na EIS e 80 (oitenta) horas no campo de estágio. A carga horária do/a professor/a orientador/a é de 4 (quatro) horas, sendo duas para encontro presencial e duas para acompanhamento com visita às escolas.
- O Estágio Supervisionado em Gestão Espaço Escolar e Não Escolar é ofertado no 8º período e vivenciado no horário conforme a disponibilidade do/a estudante e terá um encontro quinzenal presencial com o(a) professor(a) orientador(a) com 20 (vinte) horas na EIS, horário noturno e 80 (oitenta) horas no campo de estágio, sendo 30 (trinta) horas em escolas e 30 (trinta) horas em espaços de educação não formal. A carga horária do/a professor/a orientador/a é de 4 (quatro) horas, sendo duas para encontro presencial e duas para acompanhamento com visita às escolas.

O processo de avaliação do estágio se faz por elaboração de relatórios, atividades de regências, produção de artigos, relatos de experiência socializados nos eventos institucionais em formato de banner e ainda pela entrega de pareceres e declarações da escola e demais instituições onde ele foi realizado.

Para compreender a centralidade que o estágio ocupa no processo de formação docente e os desafios que muitas vezes são postos no percurso formativo, tanto para quem promove, quanto para quem realiza, vale destacar dados do Censo Escolar (INEP/2021) que revelam que o Brasil possui atualmente 2,2 milhões de professores/as na Educação Básica, dos quais, 77% atuam nas redes públicas. Paralelo a isso, anualmente as IES formam cerca de 250 (duzentos e cinquenta) mil estudantes nas licenciaturas (INEP/2019). São essas profissionais recém-formados/as, portanto, os potenciais futuros/as educadores/as das redes de Educação Básica.

Entre os fatores determinantes que impactam a escolha profissional do futuro professor/a, o estágio curricular supervisionado ocupa uma centralidade, pois é nele, que os conhecimentos e os saberes específicos da docência, as práticas e a reflexão crítica da profissão se evidenciam com maior intensidade. Além disso, é no contato direto com a escola, com os/as professores/as experientes com os/as gestores/as e com os/as estudantes, que se aprende na prática, a construção da docência. Durante os estágios, os estudantes têm acesso a

conhecer a realidade escolar como um todo, desde contatos com as turmas, bem como espaços de decisão colegiada, como conselhos e reuniões.

Neste contexto, Gatti, *et al.*, (2019, p. 313) afirma “a atividade docente nas escolas é ponto fundamental na formação, sendo necessário que se cuide de oferecer experiências reais, bem orientadas e avaliadas, nas redes escolares aos futuros docentes”. Por essa razão, o estágio vivenciado no curso de Pedagogia da UniFAFIRE, é cuidadosamente planejado pelos/as professores/as orientadores/as e articulado com os/as professores/as das escolas das redes públicas e privadas, com os/as gestores/as, com os/as estudantes, que somente são encaminhados/as para as escolas, quando passam pelas orientações e a apropriação de instrumentos que antecedem a sua chegada ao campo de estágio.

As diretrizes e resoluções que tratam da formação de professores/as apontam o modelo de formação centrado nas aprendizagens e reforça a centralidade da prática na formação dos/as futuros/as profissionais, dando destaque ao estágio supervisionado como espaço que integra o saber teórico e o fazer profissional.

Ao vivenciar a sala de aula e outros espaços da escola, o/a licenciando/a é levado/a a exercitar a leitura crítica, refletir sobre os problemas e situações diversas que caracterizam o contexto real das escolas. Os/as estudantes realizam regência, elaboram relatórios e conforme a natureza do estágio, são acompanhados/as pelos/as profissionais que atuam na escola que avaliam e dão *feedback* aos/as professores/as orientadores/as do estágio na IES.

Os estágios, são processos que se complementam, se sustentam e permitem aprendizagem mútua colaborativa. A parceria com outros espaços de educação não formal tem contribuído para a formação dos/as estudantes de Pedagogia em diversos contextos. Ao final do estágio realizado durante a Residência Pedagógica, os/as estudantes são convidados/as a apresentarem os resultados de seu trabalho, as apresentações ocorrem através da exposição de *banner* que são expostos no *hall* da UniFAFIRE de forma que toda a comunidade acadêmica. As ações finais são realizadas integrando: avaliação, depoimentos, avaliação da escola e da professora preceptora.

2.4.4 Prática Pedagógica Curricular implementada no PPC, é distribuída ao longo do curso, atribuída às disciplinas, registradas no diário de classe, conforme regulamento interno. (Anexo 4)

A prática como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento, que tanto está presente nos cursos de formação nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio nos momentos em

que se exercita a atividade profissional. (Brasil/CNE/CP 9/2001). A Prática, componente curricular obrigatório dos cursos de licenciaturas, permeia todo o processo formativo articulada no conjunto do projeto pedagógico, trabalhada nas disciplinas da formação específica e interprofissional e desenvolvida por meio de diferentes procedimentos metodológicos.

Trata-se, pois, de uma concepção de prática que, deve ser tempo e espaço curricular específico. Nesse caso a dimensão prática transcende o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar. Fundamentando-se, portanto, na relação ação/reflexão que atravessa as dimensões ensino, pesquisa e extensão.

2.5 Políticas Institucionais no âmbito do curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UniFAFIRE concilia a missão e os valores institucionais com as demandas e necessidades apontadas por professores/as e estudantes que são coletadas por meio de escutas, seja nas reuniões ordinárias (e/ou extraordinárias) do NDE, do Colegiado do Curso) e/ou ainda extraídas das avaliações internas e externas, tais como as avaliações da Comissão Própria de Avaliação - CPA, e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) guarda coerência com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), quanto ao referencial teórico-metodológico, princípios, diretrizes, abordagens, estratégias e ações, pois o Curso de Pedagogia da UniFAFIRE está ancorado na educação humanística, democrática e integral e suas dimensões social, política, educacional, científica, cultural e espiritual.

Nesse sentido, tem o ensino de qualidade como meta e horizonte constante que orienta seu planejamento e sua prática pedagógica e metodológica fundadas na dimensão dialógica com vista a favorecer aprendizagens contextualizadas, significativas e impactantes na construção do perfil dos/as futuros/as profissionais.

Nessa perspectiva, vem implementando iniciativas de ampliação da articulação com as licenciaturas, criando o núcleo comum de formação; realizando ações integradas com outras áreas de conhecimento e estabelecendo parcerias e diálogo com organizações da sociedade civil.

Objetivos estratégicos alinhados ao PPI

- Garantir planos de ensino que propiciem a integração simultânea entre teoria e prática e de atividades que incentivem a interdisciplinaridade;
- Avaliação formativa, processual do ensino e da aprendizagem, que privilegia os aspectos qualitativos;
- Ter o/a educando/a como centro do processo, mediante a assistência psicopedagógica e atendimento em todos os momentos de sua vida acadêmica, ao lado da oferta de ensino de qualidade, apoiado em um corpo docente qualificado e em recursos metodológicos, bibliográficos e tecnológicos adequados;
- Sistema organizacional que respeite as individualidades e harmonize a convivência acadêmica em todos os níveis e categorias;
- Integração do educando à comunidade social por meio de programas e ações de Iniciação Científica e Extensão, em parceria com organizações, empresas e instituições governamentais ou particulares sediadas no território de Pernambuco;
- Convênios interinstitucionais para viabilizar a troca de experiências e de informações entre a comunidade acadêmica do Curso, a comunidade local e regional e organizações brasileiras e estrangeiras.

2.5.1 - Políticas de Ensino

As políticas de ensino estão institucionalizadas no âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia, e levam em consideração os desafios da educação superior diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional, e são atualizadas de acordo com as mudanças do marco legal. Valoriza a formação docente e acadêmica de seus/as estudantes, proporcionando a integração Ensino, Pesquisa e Extensão.

Os componentes curriculares do curso corroboram com essas exigências que são postas pela sociedade, pelo mercado de trabalho, e a legislação vigente, à medida que desenvolve uma forte e qualificada formação técnica/científica e política, comprometida eticamente com os Direitos Humanos, concretizados pela inclusão como componentes obrigatórios no processo de formação as disciplinas Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, foi incorporada desde o ano de 2005, visando atender a perspectiva de uma formação bilíngue e com inclusão; a oferta da disciplina Educação Inclusiva, possibilita a discussão dos direitos e

das concepções e do trato didático e pedagógico para com as pessoas com alguma deficiência e ao mesmo tempo, amplia os serviços de apoio com adaptações curriculares, acessibilidade metodológica, considerando tempos e espaços conforme cada dificuldade diagnosticada; com abordagem que prioriza o direito de todos/as os/as estudantes frequentarem as salas regulares, combatendo qualquer discriminação. Em virtude da crescente inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior, a meta prevê ampliação de serviços e espaços de atendimento educacional especializado (AEE), como medida complementar e não substitutiva da sala de aula comum, que podem ser frequentados pelos/as estudantes com deficiência no contraturno. No caso do Curso de Pedagogia os docentes utilizam os Laboratórios da IES para garantir aulas de qualidade sobre as demandas específicas e elaborar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras existentes, garantindo a inclusão e autonomia dos/as estudantes.

A implementação e ampliação de espaços interativos, práticos e lúdicos, com diversidade de recursos e insumos, tem favorecido no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e contribuído para o desenvolvimento de aprendizagens significativas, colaborativas e favorecido maior autonomia e integração dos/as docentes e discentes.

A oferta das disciplinas Educação Ambiental e Sustentabilidade, Ensino de Ciência e suas Tecnologias, Ética e Responsabilidade Social, buscam atender as prerrogativas das políticas de Educação Ambiental expressas no PDI da instituição.

A oferta de disciplina Educação de Jovens, Adultos e Idosos, Estágio Supervisionado em Educação de Jovens, Adultos e Idosos; Cultura Afro-Brasileira e Indígena buscam contemplar o que se expressa no Estatuto do Idoso, e o que está previsto na missão institucional como a educação integral para todas/os com vista a eliminação de preconceitos etários e outras formas de exclusão e de preconceito racial, religioso ou de gênero.

O curso tem proporcionado a realização de Programa de Mobilidade Estudantil / Intercâmbio e proporcionado aos/às estudantes, experiências formativas acadêmicas e culturais que em muito contribuem no processo formativo. É o caso de estudantes que fizeram intercâmbio na Universidade do Porto e na Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, também em Portugal.

Um marco importante na política de ensino do Curso foi a adesão em 2014 ao Programa de Valorização e Fortalecimento da Formação Docente, junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/MEC, sendo contemplado com 06 (seis) bolsas do Programa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID, em 2018 fez adesão

ao Programa de Residência Pedagógica, sendo contemplado com 24 bolsas, renovou a adesão ao PIBID, sendo contemplado com 24 (vinte e quatro bolsas) estreitando e ampliando a relação direta com as escolas de Educação Básica. Além disso, o curso desenvolve um intenso programa de formação complementar através de mesas redondas, seminários, exposições, rodas de diálogos, articulados com diversos setores da sociedade civil e acadêmica, tratando de temáticas que impactam a formação geral para a cidadania e a formação específica da profissão, entre eles citamos:

- Encontro de Educação e Literatura Infantojuvenil, realizado no primeiro semestre de cada ano, já na sua 27ª edição, realizado em parceria com diversos setores da sociedade focando questões relacionadas à leitura e à escrita e intervenção no mundo;
- Encontro Fafire na sua 17ª edição trabalha com temáticas de interesse das diversas áreas do ensino da UniFAFIRE;
- O Projeto Mulheridades - acontece todos os meses de março, com um conjunto de ações articuladas com os movimentos em defesa dos direitos das mulheres e as diversas formas de violência;
- Educação em Debate - na sua 30ª tem como objetivo tratar de temas relacionados à educação nas dimensões formal e informal, dos espaços de atuação do pedagogo/as e da Pedagogia;
- Exposição povos indígenas de Pernambuco - acontece na semana dos povos indígenas. Está na sua IIª edição e visa sensibilizar os/as estudantes, assim como a comunidade acadêmica em torno da questão dos povos indígenas na atualidade e é promovida pela disciplina Culturas Afro-indígenas;
- Enfrentamento ao Racismo - acontece em novembro e tem como objetivo promover a discussão e o letramento sobre a questão do racismo no Brasil e em especial, Pernambuco, através da disciplina Culturas Afro-indígenas.
- Gênero e Diversidade sexual - vem sendo fortemente desenvolvido durante todo o ano letivo nos diversos eventos que o curso promove a partir do gênero, sexualidade e Direitos Humanos.

O conjunto de iniciativas desenvolvidas na política de ensino tem favorecido melhorias significativas no processo de ensino e de aprendizagens e reverberou diretamente no resultado obtido pelos estudantes no ENADE de 2021, tendo obtido o conceito 4.

2.5.2 Políticas de Pesquisa - (Regulamento - Anexo 11)

Atendendo ao PPI da UniFAFIRE a pesquisa no curso de Licenciatura em Pedagogia, é incorporada como princípio educativo. Dessa forma, os/as discentes e docentes do curso vêm anualmente participando dos editais publicados pelo Núcleo de Pesquisa Extensão e Inovação (NUPEX) desenvolvendo pesquisas, que promovem a formação epistêmica dos/as estudantes e o aperfeiçoamento das práticas docentes. A seguir citamos as pesquisas que foram/estão sendo realizadas no período - 2021-2023:

- Os impactos e os desafios da Covid-19 na constituição das práticas docentes no Ensino Superior. 2021. envolveu duas professoras orientadoras e 3 (três) estudantes.
- O uso de Jogos didáticos no ensino de Ciências nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental - 2023, envolveu uma professora e 2 (dois) estudantes;
- O Ensino de Ciências nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: o livro didático a partir da Base Nacional Comum Curricular - BNCC. 2023. Envolveu uma professora e 2 (dois) estudantes.
- Metodologias de ensino utilizadas por professores de escolas públicas e privadas para o ensino de ciências no ensino fundamental dos anos iniciais
- Formação de professores em Educação de Jovens e Adultos em Recife. 2023. Envolveu uma Professora e 1 (um) estudante.
- Impactos dos Programas Institucionais de Iniciação à Docência - Pibid e Residência Pedagógica - RP na formação dos/das estudantes das licenciaturas na UniFAFIRE. 203-2024. Envolve 1 (um) professor e 6 (seis) estudantes.
- As relações interpessoais na sala de aula: construção de um ambiente saudável e uma aprendizagem significativa. Envolve 1 (um) estudante autor e 1 (uma) professora orientadora. 2023-2024.

A difusão do conhecimento científico ocorre anualmente no Congresso de Iniciação Científica (CONIC), e é quando são socializados os resultados das pesquisas que, posteriormente, integram os Anais do Congresso e/ou são publicados nos periódicos da instituição.

O Núcleo de Pesquisa de Pesquisa, Extensão e Inovação da UniFAFIRE tem mais de 20 anos de existência, vem ao longo desses anos promovendo ações que integram as diferentes áreas de conhecimento, desenvolvendo e ampliando articulações com diferentes setores e organizações sociais, acadêmicas e comunitárias numa perspectiva interdisciplinar,

interprofissional, intersetorial e interseccional para ampliação das possibilidades de diferentes leituras críticas da realidade .

O aprendizado investigativo proporciona ao/a estudante de graduação o desenvolvimento do pensamento científico, crítico e reflexivo, além de abrir oportunidades para o seu ingresso nos programas de pós-graduação. Para os/as docentes, a pesquisa como princípio científico e educativo, promove a renovação e o aperfeiçoamento de sua ação profissional que, segundo Freire (1996, p. 29):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quefazerem se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Assim, os princípios e objetivos do Curso de Pedagogia toma Freire como referência, pois entende que ensinar é orientar os/as estudantes a buscarem soluções para os problemas que a vida oferece e ao mesmo tempo garantir a sua existência como sujeitos epistêmicos, dessa forma, o ensino ganha significado, à medida que promove a descoberta, quando se estimula a curiosidade, através da pesquisa científica.

2.5.4 Políticas de Extensão (Regulamento - Anexo 12)

No curso de Licenciatura em Pedagogia a política d Institucional de Extensão foi implementada, desde 2022 com o processo de curricularização da extensão, inserindo no PPC 10% da carga horária, conforme prevista na Res. 07/2018 e da Meta 12.7 da Lei nº 13.005-PNE 2014-2024 e regulamentada na UniFAFIRE, através da Resolução n. 01/21 que “Estabelece as diretrizes para a inserção da Extensão nos currículos dos Cursos de Graduação” da Instituição. Desde então, têm sido desenvolvidos vários projetos extensionistas, são eles:

- 1) Corpo e movimento na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental** – direitos de aprendizagem e campos experienciais. Abrigado na disciplina Ludicidade corporeidade e Educação vem sendo desenvolvido desde 2022.1 em parceria o Programa Mãe Coruja da cidade do Recife, com atividades no Centro Comunitário da Paz - COMPAZ;
- 2) A literatura Infantojuvenil – narrativas, expressões, vivências e valores** - desenvolvido desde 2022.2 através da disciplina Literatura Infantojuvenil, em parceria com a Escola Auxiliadora e a Escola Criativa, ambas localizadas na cidade do Recife;

- 3) Atividades Lúdicas e Expressões Literárias para práticas de alfabetização e Letramento** - vivenciadas na disciplina Processos de alfabetização e Letramento, desde 2023.1 em parceria com a Fundação Centro de Comunicação Social do Nordeste – CECOSNE;
- 4) Jogos Lúdicos e Resolução de Problemas com Metodologias Ativas para ensino da Matemática na Educação Infantil e no Ensino Fundamental Anos Iniciais** - vivenciados na disciplina Ensino da Matemática e suas Tecnologias II, desde 2023.2, na escola Dr. Samuel Gonçalves da Rede Municipal do Recife
- 5) Educar e Cuidar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:** práticas de higiene, saúde, direitos e bem-estar - vivenciadas na disciplina Fundamentos da Educação Infantil, 2024.1 articulado com a disciplina Estágio Curricular da Educação Infantil, em parceria com as escolas campo de estágio.
- 6) Liderança, Trabalho Colaborativo no Planejamento e Gerenciamento Escolar** - projeto a ser desenvolvido 2024.2
- 7) Os Campos de Atuação e Saberes Pedagógicos nos Espaços de Educação não formal** - projeto a ser desenvolvido - 2025.1
- 8) As Políticas Públicas e o Financiamento da Educação no chão da escola** - projeto a ser desenvolvido 2025.2.

2.6 OBJETIVOS DO CURSO

2.6.1 Objetivos Geral

Formar profissionais da Licenciatura em Pedagogia, com sólidos conhecimentos teóricos e práticos, com espírito crítico-reflexivo e investigativo para atuar no exercício da docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio na Modalidade Normal, de Educação Profissional - na área de serviços e apoio escolar, nos anos Iniciais da Educação de Jovens e Adultos e Idosos na gestão de processos educativos escolares e não escolares e em atividades de pesquisa, produção e difusão de conhecimentos da área educacional.

2.6.2 Objetivos Específicos

- Assegurar a formação de uma prática docente fundamentada na articulação de saberes, conhecimentos e competências em situação de aprendizagem;

- Promover o respeito à diversidade social, cultural, étnica, religiosa e de gênero;
- Intervir de modo crítico e reflexivo na realidade dos problemas que se colocam no cotidiano escolar e em outros espaços educativos, construindo soluções criativas, mediante reflexão contextualizada e teoricamente fundamentada;
- Apropriar-se das linguagens tecnológicas exigidas pela sociedade da comunicação e da informação;
- Mediar a aprendizagem dos conteúdos curriculares pertinentes à Língua Portuguesa, às Ciências, à Matemática, à Geografia, à História e às Artes na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos;
- Exercer a docência de disciplinas pedagógicas e de outras que fundamentam a Educação, no curso de Ensino Médio, Modalidade Normal, em Educação de Jovens, Adultos e Idosos e na Educação Profissional;
- Exercer a docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental conforme as orientações da BNCC e da proposta Curricular das redes e sistemas de ensino que ofertam esta modalidade;
- Atuar na área de serviços e apoio escolar, em cursos de Educação Profissional e em outras áreas, nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos;
- Participar na coordenação e gestão de sistemas educativos de instituições de ensino e espaços de educação não formal;
- Coordenar, organizar e supervisionar atividades pedagógicas em espaços escolares e não escolares;
- Investigar processos educativos e gestoriais, em diferentes situações institucionais: escolares, comunitárias, classe hospitalar, assistenciais, empresariais e outras.

2.7 Perfil Profissional do/a Egresso/a e Campos de Atuação Profissional - Curso de Licenciatura em Pedagogia da UniFAFIRE

As constantes mudanças de natureza social, econômica, política, cultural e tecnológica pela qual tem passado a sociedade, produzem impactos diretos nas formas de organização produtivas e conseqüentemente, na formação docente, e demandam do futuro profissional, no caso do(a) Pedagogo(a), uma sólida formação teórico-prática, crítica e reflexiva para enfrentar e responder com qualidade social aos desafios advindos dessas transformações. Sendo assim,

o perfil esperado do egresso do Curso de Pedagogia é que seja um(a) sujeito(a) capaz de traduzir sua prática pedagógica docente nos espaços de atuação, no sentido de assegurar o compromisso com a democracia, o respeito pela diversidade, o exercício da pluralidade de ideais e de concepções pedagógicas, a defesa da dignidade da pessoa humana e promoção da justiça social, com equidade e inclusão.

Considerando esse contexto, o perfil profissional do egresso do Curso de Pedagogia da UniFAFIRE, se ancora no Parecer nº 5, de 13 de dezembro de 2005, reexaminado pelo Parecer CNE/CP nº 3, de 15 de maio de 2006 e na Resolução do CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 e Resolução CNE / CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, onde se espera que o egresso do Curso de Pedagogia desenvolva seu itinerário profissional com protagonismo, autonomia e competência e que esteja atento às oportunidades de trabalho, articuladas com as necessidades locais e regionais, ampliadas em função de novas demandas requeridas pelo mundo do trabalho em seu campo de atuação profissional e desse modo, possa assumi-las com empenho e profissionalismo. Que o processo de formação, teórico-prático lhe possibilite a capacidade de pensar de forma crítica, reflexiva, criativa e propositiva, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais humana, justa, fraterna e ética.

Poderá cursar no mestrado e/ou doutorado na área de ciências humanas, e se inserir na área da pesquisa em atividades de produção e da difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.

Assim sendo, o egresso do Curso de Pedagogia - Licenciatura de acordo com a Resolução CNE/CP nº. 1 de 15 de maio de 2006, o/a profissional graduado/a no curso de Pedagogia UniFAFIRE exercerá suas funções profissionais em ambientes escolares e não-escolares. Enquanto docente atuará na Educação Infantil, nos anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas da formação pedagógica do Ensino Médio, na modalidade normal, educação profissional na área de serviços e apoio escolar e na Alfabetização de Educação de Jovens e Adultos e Idosos e classe hospitalar.

Na área de Gestão e Coordenação, participará em atividades ligadas a planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades em programas e projetos educativos em escolas, sistemas escolares e espaços educativos não – escolares, como empresas, setor de recursos humanos (seleção, capacitação, educação continuada), equipes multidisciplinares de organizações não-governamentais (ONGs), brinquedotecas hospitalares, instituições e programas educacionais não-escolares, TV educativa, produção de brinquedos educativos e materiais didáticos, EAD, Movimentos Sociais, Editoras, entre

outros. Para a atuação profissional, deverá possuir um conjunto de competências e habilidades descritas a seguir:

2.7.1 Competências Gerais Docentes

Para fins deste PPC, entende-se por competência, a capacidade intelectual dos sujeitos para mobilizar conhecimentos e valores capazes de gerar êxito no desempenho das atividades acadêmicas humanas e profissionais. De acordo com o Art. 2º da Resolução CNE/CP nº 2/2019, a formação inicial de professores para a Educação Básica pressupõe o desenvolvimento de competências gerais descritas na BNC – Formação, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o pleno desenvolvimento da pessoa, visando à formação integral. Com base nesses princípios, são requeridas as seguintes competências gerais.

Competências gerais dos/as docentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UniFAFIRE (Baseado na BNC-Formação)
Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos,

inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Quadro 8 - Competências docentes almeçadas do curso de Pedagogia da UniFAFIRE elaborado tendo como referência a BNC- Formação

2.7.2 Competências Específicas Docentes

As competências específicas do profissional de Pedagogia da UniFAFIRE, comungam com aquelas descritas na BNC-Formação, e estão agrupadas em três dimensões fundamentais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas: I - Conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional.

Assim caracterizadas e apresentadas conforme quadros a seguir:

Competências Específicas da Formação do profissional de Pedagogia da UniFAFIRE		
Conhecimento Profissional	Prática Profissional	Engajamento Profissional
Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los	Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional
Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem	Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem	Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos
Reconhecer os contextos	Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino	Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos
Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais	Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, competências e habilidades.	Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade

Quadro 9 - Competências Específicas da Formação do profissional de Pedagogia da UniFAFIRE - (Baseado na BNC – Formação)

2.7.3 Habilidades requeridas do Perfil do/a Egresso/a do Curso de Pedagogia da UniFAFIRE e suas dimensões

Para fins deste PPC, entende-se por habilidades, a capacidade dos/as indivíduos/as de mobilizar os saberes para o fazer materializado no conjunto de atitudes e de práticas que possam responder satisfatoriamente aos desafios de vida acadêmica, profissional e social.

As habilidades requeridas no perfil dos/as egresso/as de pedagogia da UniFAFIRE também comungam com as expostas na Resolução CNE/CP 2/2019, são elas:

Dimensão do Conhecimento Profissional	Habilidades requeridas do egresso do curso de Pedagogia da UniFAFIRE em relação às dimensões do conhecimento profissional
Competências Específicas	Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.
Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los.	Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo
	Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo
	Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;
Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem	Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.
	Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas tais como a diagnóstica, formativa e somativa usadas para avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.
	Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.
	Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolverem as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.
	Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.
Reconhecer os contextos	Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.
	Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.
	Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.
	Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.
Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais	Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.
	Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.
	Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.
	Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.

Quadro 10 - Habilidades requeridas do egresso do curso de Pedagogia da UniFAFIRE em relação às dimensões do conhecimento profissional, - adaptado a partir da BNC – Formação

No que diz respeito à dimensão da prática profissional - entende-se que abordar os conteúdos do conhecimento pedagógico são tão importantes quanto, a forma e a vivência deles em sala de aula, pois a prática docente é a associação contínua entre o objeto de conhecimento e o do ensino. A concomitância entre aprendizagem dos conteúdos a serem ensinados (objetos de conhecimento) e a aprendizagem dos procedimentos e objetivos para selecionar, ordenar, organizar e avaliar os conteúdos para aprender (objetos de ensino) são partes fundamentais da formação e da relação conhecimento e prática.

Na dimensão prática profissional as habilidades requeridas compõem-se pelas seguintes ações:

Dimensão da Prática Profissional	Habilidades requeridas do egresso do curso de Pedagogia da UniFAFIRE, em relação à dimensão da prática profissional
Competências Específicas	Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC
Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.
	Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).
	Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam às necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.
Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem	Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.
	Criar ambientes seguros e organizados que favoreçam o respeito, fortaleçam os laços de confiança e apoiem o desenvolvimento integral de todos os estudantes.
	Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os estudantes, utilizando as estratégias adequadas para evitar comportamentos disruptivos.
Avaliar o desenvolvimento do Educando, a aprendizagem e o ensino	Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.
	Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.
	2.3.3 Dar devolutiva em tempo hábil e apropriado, tornando visível para o estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.
	Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática pedagógica.
Conduzir as Práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, competências e habilidades	Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.
	Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.
	Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes
	Trabalhar de modo colaborativo com outras disciplinas, profissões e comunidades, local e globalmente.
	Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.

Quadro 11 - Habilidades requeridas do egresso do curso de Pedagogia da UniFAFIRE em relação à dimensão da prática profissional - adaptado a partir da BNC - Formação

Na dimensão do engajamento profissional - O engajamento profissional é fundamental e estruturante para o exercício da ação docente. Anteriormente, reconheceu-se o conhecimento profissional como base estruturante para o exercício da profissão e a prática profissional como atividade inseparável do conhecimento pela qual o professor exerce sua habilidade docente. Entretanto, integrando essas duas dimensões, há esse domínio indispensável para a profissionalidade dos professores que é o engajamento. Trata-se de um compromisso ético do professor para com os estudantes, seus pares, os gestores, a comunidade escolar e os demais atores do sistema educacional.

O engajamento profissional pressupõe o compromisso consigo mesmo (desenvolvimento pessoal e profissional), o compromisso com o outro - aprendizagem e desenvolvimento do estudante, e o compromisso com os outros sujeitos do processo educacional e da sociedade civil organizada.

Na dimensão do engajamento profissional as habilidades requeridas podem ser assim apresentadas:

Dimensão do Engajamento Profissional	Habilidades requeridas do egresso do curso de Pedagogia da UniFAFIRE, em relação a dimensão do engajamento profissional
Competências Específicas	Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.
Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional	Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes
	Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.
	Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.
	Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.
Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todo(a)s são capazes de aprender	Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado
	Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.
	Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.

	Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionarem problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.
Participar da construção do Projeto Político Pedagógico da Escola e da construção de valores democráticos	Contribuir na construção e na avaliação do projeto pedagógico da escola, atentando na prioridade que deve ser dada à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do estudante.
	Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.
	Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.
	Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.
Engajar-se profissionalmente com as famílias e a comunidade	Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.
	Manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a escola, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento.
	Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.

Quadro 12: Habilidades requeridas do egresso do curso de Pedagogia da UniFAFIRE, em relação à dimensão do engajamento profissional baseado BNC - Formação

Considerando o conjunto das competências gerais e específicas e das habilidades e suas dimensões, espera-se que o(a) egresso/a do curso de Pedagogia possua um repertório de saberes plurais, teóricos e práticos, resultante das ações vivenciadas durante o percurso formativo fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Para isso, **o egresso do curso de Pedagogia da UniFAFIRE**, deverá:

- Compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento nas dimensões: física, psicológica, intelectual, social, afetiva e socioemocional; entre outras;
- Desenvolver aprendizagens de crianças do ensino fundamental anos iniciais, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- Trabalhar em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

- Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- Ensinar Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Artes, Recreação e outros componentes que lhe sejam requeridos de forma interdisciplinar e adequados às diferentes fases do desenvolvimento humano, usando metodologias investigativas, atrativas e ativas de modo a promover aprendizagens significativas;
- Relacionar as linguagens digitais e outros meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa e propositiva em face de realidades complexas com vista a contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras; de modo a promover o processo de humanização;
- Desenvolver trabalho colaborativo e em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento, respeitando a diversidade social e cultural;
- Participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- Participar da gestão e coordenação das instituições, planejando, executando, monitorando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- Realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre os estudantes e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências escolares e não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambientais-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

- Criar e utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- Utilizar as tecnologias na educação de forma crítica, criativa e inclusiva de modo a contribuir com a qualidade social da educação;
- Estudar e aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

2.8 Estrutura Curricular do Curso - interdisciplinaridade, flexibilidade, acessibilidade metodológica

Na estrutura curricular, já apresentada anteriormente, podemos destacar que a interdisciplinaridade acontece através da realização de projetos, de visitas técnicas de campo, exigindo que docentes de várias disciplinas façam o planejamento conjunto, como é o caso das disciplinas: Culturas Afro-Indígenas; Educação do campo; e, Literatura infantojuvenil; Educação de Jovens e Adultos, ou ainda, o conjunto de disciplinas da área comum dos cursos de licenciaturas, as disciplinas de metodologias de ensino, seja da matemática, das ciências, de geografia e história, promovendo debates, fóruns e exposições coletivas que contemplem os conhecimentos interdisciplinares que perpassam a sala de aula, desenvolvidos pelas várias professoras que ministram esses componentes curriculares. Temos os encontros, a exemplo do Encontro de Educação e Literatura Infantojuvenil, que além das disciplinas, articula os cursos de Letras e Pedagogia, envolvendo os saberes, e os/as docentes desses cursos.

No que diz respeito à flexibilidade da estrutura curricular podemos afirmar que ela vem acompanhando as mudanças do mercado de trabalho, da legislação em vigor, ou ainda do ingresso de estudantes com deficiências, das demandas impostas pela sociedade, por isso nos últimos anos foram incorporadas à estrutura curricular, disciplinas que tratam de questões étnico-raciais, de gênero, sexualidade, direitos humanos, inclusão social, questões ligadas às pessoas que vivem no campo, questões ambientais, e também à introdução da disciplina de Libras.

Além disso, é proporcionado aos/às estudantes discussões acerca das temáticas das *Fakes News*, enfrentamento à Homofobia, LGBTfobia; racismos, entre outras temáticas que afetam a sociedade e mais precisamente os excluídos de direitos.

Ainda podemos citar com relação à flexibilidade a iniciativa da coordenação em propor para estudantes cursarem disciplinas em outras IES, como é o caso da disciplina Paulo Freire, oferecida pela Cátedra Paulo Freire, da Universidade Federal de Pernambuco.

No que se refere à acessibilidade metodológica utilizamos diversos recursos: de apoio a pessoas com deficiência; adaptação e ampliação do tempo para realização de provas; disponibilização de profissionais de Libras; aulas nos laboratórios de informática e anatomia; sala Paulo Freire com recursos sensoriais e pedagógicos; brinquedoteca; utilização de *software* de Tecnologia Assistida, além dos programas *Dosvox*, *Nvda*, Teclados em Braille e teclas para baixa visão, fone de ouvidos e Mesa reservada para cadeirante. O uso da Sala Google; metodologias ativas; aulas de passeio; pedagogia de projetos; situações problemas; estudos de caso, entre outras.

A carga horária do curso é vivenciada em horas relógio (sessenta minutos) é o padrão para a composição da carga horária total do Curso, atendendo assim as prerrogativas da Res. CNE/CES n. 3/2007.

No quadro a seguir apresentamos a representação gráfica da distribuição da carga horária total do curso.

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – MATRIZ - 14 - 2024.2							
NÍVEL 1							
Código	Disciplinas Curriculares	Modalidade	C.H Teórica	C.H Prática	C.H Extensão	Estágio Supervisionado	C.H Total
PED 202	Ludicidade, Corporeidade e Educação.	P	30	-	40	-	70
PED 201	Relações Interpessoais	P	60	15	-	-	75
PED 203	História da Educação	P	60	15	-	-	75
NCL 01	Língua Portuguesa: compreensão e produção de texto	P	60	10	-	-	70
NFG 001	Metodologia do Estudo e da Pesquisa	EaD	60	-	-	-	60
TOTAL		-	270	40	40	-	350
NÍVEL 2							
Código	Disciplinas Curriculares	Modalidade	CH Teórica	CH Prática	C.H Extensão	Estágio Supervisionado	CH Total
PED 204	Literatura Infantojuvenil	P	30	-	40	-	70
PED 207	Fundamentos Psicológicos da Educação	P	60	10	-	-	70
PED 202	Psicomotricidade e Educação	P	30	15	-	-	45
PED 206	Antropologia, Cultura e Educação.	P	30	15	-	-	45

NCL 02	Fundamentos Sócio Filosóficos da Educação	P	60	10	-	-	70
NFG 002	Tecnologias, Trabalho e Inovação.	EaD	60	-	-	-	60
TOTAL		-	270	50	40	-	360
NÍVEL 3							
Código	Disciplinas Curriculares	Modalidade	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão	Estágio Supervisionado	CH Total
PED 208	Processos de Alfabetização e Letramento	P	30	-	40	-	70
PED 209	Ensino de Matemática e suas Tecnologias I	P	60	15	-	-	75
PED 210	Projeto Pedagógico e Currículo	P	60	10	-	-	70
PED 211	Ensino de Artes e suas Tecnologias	P	60	15	-	-	75
NCL 04	Psicologia da Aprendizagem	P	30	10	-	-	40
NFG 003	Ética e Responsabilidade Social	EaD	60	-	-	-	60
TOTAL		-	300	50	40	-	390
NÍVEL 4							
Código	Disciplinas Curriculares	Modalidade	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão	Estágio Supervisionado	CH Total
PED 212	Ensino de Matemática e suas Tecnologias II	P	30	-	40	-	70
PED 213	Dificuldades de Aprendizagem e Altas Habilidades	P	60	15	-	-	75
PED 214	Ensino de Ciências e suas Tecnologias	P	60	10	-	-	70
PED 215	Educação no Campo	P	30	15	-	-	45
NCL 05	Didática	P	60	10	-	-	70
NFG 004	Cidadania e Fé	EaD	60	-	-	-	60
TOTAL		-	300	50	40	-	390
NÍVEL 5							
Código	Disciplinas Curriculares	Modalidade	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão	Estágio Supervisionado	CH Total
PED 216	Fundamentos da Educação Infantil	P	30	-	40	-	70
PED 217	Orientação e Estágio Supervisionado na Educação Infantil	P		-	-	120	120
PED 218	Ensino de Língua Portuguesa e suas Tecnologias I	P	30	15	-	-	45
NCL 06	Neurociências e Educação	P	30	10	-	-	40
NCL 07	Metodologias Ativas	P	30	10	-	-	40
NCL 08	Avaliação da Aprendizagem	P	60	10	-	-	70
NFG 005	Educação Ambiental e Sustentabilidade	EaD	60	-	-	-	60
TOTAL		-	240	45	40	120	445
NÍVEL 6							
Código	Disciplinas Curriculares	Modalidade	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão	Estágio Supervisionado	CH Total

			a			do	
PED 219	Coordenação Pedagógica e Planejamento Educacional	P	30	-	40		70
PED 220	Orientação e Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	P		-	-	120	120
PED 221	Ensino de História e suas Tecnologias	P	60	15	-	-	75
PED 222	Ensino de Língua Portuguesa e suas Tecnologias II	P	60	15	-	-	75
PED 223	Pesquisa em Educação	P	30	15	-	-	45
NCL 09	Cultura Afro-Brasileira e Indígena	P	30	10	-	-	40
TOTAL		-	210	55	40	120	425
NÍVEL 7							
Código	Disciplinas Curriculares	Modalidade	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão	Estágio Supervisionado	CH Total
PED 224	Pedagogia nas Organizações	P	30	-	40	-	70
PED 225	Orientação e Estágio Supervisionado em Educação de Jovens e Adultos - EJA	P		-	-	80	80
PED 226	Educação de Jovens e Adultos - EJA	P	30	15	-	-	45
PED 227	Ensino de Geografia e suas Tecnologias	P	60	15	-	-	75
PED 228	Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo	P	30	15	-	-	45
NCL 014	Educação Inclusiva	P	60	10	-	-	70
TOTAL		-	210	55	40		385
NÍVEL 8							
Código	Disciplinas Curriculares	Modalidade	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão	Estágio Supervisionado	CH Total
PED 229	Políticas Públicas e Financiamento da Educação	P	30	-	40	-	70
PED 230	Orientação e Estágio Supervisionado em Gestão: espaço escolar e não escolar	P		-	-	80	80
PED 231	Educação, Contemporaneidade e Trabalho docentes.	P	30	10	-	-	40
PED 232	Gênero, Educação e Direitos humanos.	P	30	15	-	-	45
NCL 015	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	P	30	10	-	-	40
NCL 016	Gestão Educacional	P	30	10	-	-	40
NCL 017	Política e Legislação da Educação Básica	P	30	10	-	-	40
TOTAL		-	180	55	40		355
Atividades Teórico Práticas de Aprofundamento - ao longo do Curso			100	400	320	400	3.200

Quadro 12 - Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia - MATRIZ CURRICULAR 14 - 2024.2

RESUMO	CH
Carga Horária Teórica Disciplinas Curriculares	1.980
Carga Horária Prática Pedagógica Curricular	400
Carga Horária Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	400
Carga Horária de Extensão	320
Carga Horária de Atividades Teórico Práticas de Aprofundamento	100
Carga Horária Total do Curso	3.200
INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	
Mínima	08 semestres (04 anos)
Integralização	14 semestres

2.9 Conteúdos Curriculares

As constantes mudanças políticas, sociais, culturais, tecnológicas, educacionais que são processadas no cenário nacional, regional local, impactam os processos produtivos e formativos e imprimem na matriz curricular do curso a necessidade de atualização dos conteúdos da formação do pedagogo. Garante dessa forma que o/a licenciando/a tenha uma compreensão maior do contexto em que ele/a e suas práticas estão inseridos e dessa forma, possibilitam a materialização do perfil profissional almejado para o exercício da profissão.

Dessa forma, está assegurada nos conteúdos curriculares a oferta obrigatória de conteúdo sobre educação para as relações étnicos raciais, por meio da disciplina Cultura Afro-Brasileira e Indígena; o debate sobre as questões de Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos, implementado no currículo com disciplina obrigatória; as discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade, por meio da disciplina Educação Ambiental e Sustentabilidade; a oferta da disciplina Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e Educação Inclusiva como componente curricular obrigatório.

Além disso, o curso vem desenvolvendo de forma processual a abordagem de temas sobre enfrentamento ao racismo, homofobia, lesbofobia entre outros, incorporados na programação de eventos acadêmicos e científicos.

A bibliografia utilizada, seja de forma física ou digital, permite que os conhecimentos construídos em sala de aula sejam constantemente atualizados, em consonância com as pesquisas científicas. Dessa forma os conteúdos curriculares do curso de Pedagogia dão conta da formação geral e específica, conforme as diretrizes para formação inicial e continuada de professores/as da educação básica e considera ainda o que vem sendo exigido no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

Assim, no que se refere aos componentes específicos da área de Pedagogia, são desenvolvidos os seguintes temas /conteúdos, conforme explicitamos nos eixos já tratados nesse documento:

- Filosofia da Educação; Antropologia da Educação; História da Educação; Sociologia da Educação; Psicologia da Educação; Teorias pedagógicas; Didática; Teorias e práticas de currículo; Políticas, organização e financiamento da educação brasileira; Pesquisa educacional; Tecnologias da comunicação e informação nas práticas educativas; Diferença, Diversidade, Educação especial e inclusiva; Cultura Surda e Libras; Trabalho e Educação; Identidade e especificidades do trabalho docente; Planejamento, avaliação do ensino, da aprendizagem e do sistema educacional;
- Conteúdos e metodologias específicas do ensino de: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes, Alfabetização e letramento.
- Políticas de Infância e Linguagens expressivas na infância; Práticas educativas para o processo de aprendizagem de crianças, jovens e adultos; Planejamento, organização e gestão democrática educacional em espaço escolar e não escolar; Implementação e avaliação de currículos, programas educacionais e projetos político-pedagógicos; e práticas de articulação escola-comunidade e movimentos sociais.

No que diz respeito aos conteúdos de formação geral e interprofissional conforme está explícito no Eixo I, e o que vem sendo requerido no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, tomamos como referencial os seguintes temas/conteúdos: Ética, democracia e cidadania; Estado, sociedade e trabalho; educação e desenvolvimento humano e social; cultura, arte e comunicação; ciência, tecnologia e inovação; promoção da saúde e prevenção de doenças; segurança alimentar e nutricional; meio ambiente: biodiversidade, sustentabilidade e intervenção humana; cidades, habitação e qualidade de vida; processos de globalização e política internacional; diversidade e multiculturalismo; acessibilidade, equidade e inclusão social.

A problematização e contextualização das temáticas de formação geral e específicas também são vivenciadas ao longo do curso, nos eventos acadêmicos realizados de forma sistemática e contínua, como também já tratamos anteriormente, tais como: Educação em Debate; e, Encontro de Educação e Literatura Infantojuvenil que são realizados em cada semestre letivo e em outros momentos que marcam o contexto sócio-histórico.

2.10 Metodologia do Curso

A metodologia de desenvolvimento do curso baseia-se em um processo de ação-reflexão-ação, teoria-práticas, visando à garantia da aprendizagem dos conteúdos vivenciados em sala de aula e nos demais espaços, como nos auditórios, laboratórios de informática e laboratórios de formação básica e específica das Licenciaturas.

Nos desenvolvimentos do curso os/as docentes utilizam diversos recursos: de apoio a pessoas com deficiência; adaptação e ampliação do tempo para realização de provas; disponibilização de profissionais de Libras; aulas nos laboratórios de informática e anatomia; sala Paulo Freire com recursos sensoriais e pedagógicos; brinquedoteca; utilização de *software* de Tecnologia Assistida, além dos programas *Dosvox*, *Nvda*, Teclados em Braille e teclas para baixa visão, fone de ouvidos e Mesa reservada para cadeirante. O uso da Sala Google; metodologias ativas; aulas de passeio; pedagogia de projetos; situações problemas; estudos de caso, entre outras.

A adesão da UniFAFIRE ao *Google for Education* desde (2018) proporciona o contato ainda maior do licenciando com as novas tecnologias aplicadas ao ensino e a aprendizagem, ajudando-o a integrar mais essa ferramenta, de modo gradativo, aos seus processos de ensino-aprendizagem e, futuramente, aos dos seus estudantes.

O uso de salas *Google classroom* e demais ferramentas do *Google for Education G suite*, tem contribuído significativamente para inovação dos processos e metodologias ativas, criativas, fazendo uso das ferramentas de salas de aula invertida. As situações de aprendizagem vivenciadas, que não se restringem à sala de aula, são baseadas nos princípios de participação, interação, diálogo, gerando desafios que conduzam à construção, desconstrução e reconstrução de conhecimentos necessários à atuação profissional do graduando.

2.10.1 Atividades Complementares

As Atividades Complementares possuem carga horária de 100 (cem) horas e serão realizadas ao longo do curso. Não estão previstas na Resolução CNE/CP nº 2/2019, mas são previstas nas Diretrizes específicas para o Curso de Licenciatura em Pedagogia assim descritas: as atividades teórico-práticas de aprofundamento desenvolvidas em áreas de interesse próprio dos estudantes, por meio de iniciação científica, iniciação à docência, extensão, monitorias dentre outras atividades previstas e descritas no **(Regulamento - Anexo 1)**.

São atividades concebidas no sentido de proporcionar enriquecimento curricular, ao mesmo tempo que contribuem para a autonomia intelectual do estudante. No Capítulo III, Art. 12 da referida resolução, quando se refere ao núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreende a participação em:

- a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;
- b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos.

2.10.2 Trabalho de Conclusão de Curso /Produção de Artigo Científico

O Trabalho de Conclusão de curso é um componente curricular obrigatório para conclusão do curso. Para o Trabalho de Conclusão de Curso, será exigido do estudante a produção individual de um artigo científico, organizado e estruturado conforme regulamento e normas internas institucionais. (Regulamento - **Anexo 2**)

Seguindo o regulamento e normas institucionais, bem como as orientações normativas da Associação Brasileira de Normas Técnicas para organização de Projeto NBR 15287 e para Escrita de Artigo. 6022/2003, que trata dos elementos que constituem um artigo em publicação científica; a NBR – 6023/2002 que trata das normas de apresentação das referências; a NBR – 6024/2003, NBR – 6028/2003 e NBR – 10520/2002, que tratam, respectivamente, da numeração progressiva das seções, resumos e citações etc.

Para realização do Trabalho de Conclusão de Curso, o(a) estudante elabora o projeto de pesquisa a partir do 6º período na disciplina Pesquisa em Educação. Define a temática, a

justificativa, a problematização, os objetivos, apontam a metodologia, esboça o referencial teórico. No 7º período, escreve o artigo, sob a orientação do(a) professor(a) e no final do semestre faz a socialização.

Após a conclusão e socialização do artigo, o(a) professor(a) orientador(a) emite um parecer por escrito e o trabalho é encaminhado à secretaria acadêmica para o registro no histórico do(a) estudante. Os trabalhos ficam armazenados em formato digital disponibilizados em repositório institucional (acessível pela internet) criados pelo setor de Tecnologia, catalogados e fichados pela equipe da biblioteca e colocados para consulta pública.

2.11 Apoio ao Corpo Discente

A IES disponibiliza vários serviços de apoio ao discente que contemplam ações de escuta, acolhimento, atendimento educacional especializado, encaminhamentos, orientação profissional, entre outros. Entre eles, vale destacar:

2.11.1 Apoio Psicopedagógico – APPFIRE.

Atua como um serviço de apoio/escuta psicopedagógico ao discente em suas necessidades e ou fragilidades de natureza pedagógica, emocional e relacional e desenvolve ações que contemplam as seguintes dimensões:

- **Escutas individuais** e, quando necessário, promove os processos de integração com estudantes, professores e as ações de interferência da Clínica Escola de Psicologia;
- **Escutas coletivas** nas salas de aulas para a melhor integração dos estudantes
- Atua com **ação preventiva**, realizando Fóruns de Aprendizagens no que tange às questões de aprender a aprender; ainda como ação preventiva, orienta a construção de horário de estudo, organizar a vida pessoal, profissional e acadêmica, portanto, organização do tempo;
- Como **ação curativa**, faz atendimento individual e em grupo após a realização das avaliações para estudantes com baixo desempenho acadêmico (nota inferior a 7,0) - através da análise acerca das dificuldades de aprendizagem, assim, orientando novas técnicas de aprendizagem. Apoio e acompanhamento às questões didático-pedagógica no processo relacional professor-estudante.

2.11.2 Núcleo de Atendimento Educacional Especializado – NAAE.

- Atua com foco nos processos de acessibilidade metodológica e instrumental de inclusão educacional, tecnológica e social. O NAAE se destina à promoção do atendimento às especificidades pedagógicas dos estudantes com deficiência, assim como à comunidade acadêmica em geral.
- Dá apoio aos funcionários na perspectiva da inclusão seja no âmbito do seu desenvolvimento, aceitação e convivência com as diferenças, valorização humana e aprendizagem;
- Conta com estrutura de professor especialista em Educação Especial, Intérprete de Libras e Professor Brailista.
- Atua na orientação e acompanhamento do professor para a promoção de estratégias que favoreçam autonomia e o desenvolvimento do estudante nos processos de ensino e de aprendizagem;
- Promove a acessibilidade física e comportamental; orienta sobre as adaptações curriculares e suporte didático metodológico;
- O NAAE tem dado suporte e orientação na biblioteca. Maria Leopoldina de Oliveira, orientando sobre a disposição e uso de mobiliário adaptado para pessoas com nanismo ou mobilidade reduzida, com programa de leitura de tela, que é destinado a auxiliar a pessoa com deficiência visual a fazer uso do computador por meio de um aparelho sintetizador de voz (*DosVox*);
- Tem colaborado nas aquisições de tecnologias para estudantes com deficiência visual, como teclado acessível em braille, assim como atendimento em linguagem de sinais por colaborador com formação específica na área.
- No setor da biblioteca há um facilitador de leitura (**sistema de síntese de voz, lupas, réguas de leitura.**) No sistema *Pergamum* e na biblioteca digital Saraiva, assim como na Biblioteca virtual Pearson. Como aparato especial, há vinculação entre o NAAE e a biblioteca, bem como com outros que seguem dando apoio na implementação de ações que favorecem a promoção de valores, direitos e questões relacionadas à acessibilidade específica, promovendo o processo de inclusão em todos os espaços da UniFAFIRE;

- Dá suporte aos professores no atendimento aos educandos com deficiência e atua na formação do pessoal docente e técnico administrativo para que desenvolvam adaptações curriculares compatíveis com cada realidade;
- Tem orientado as equipes de atendimento e infraestrutura para as questões de acessibilidade, física com adaptação de ambientes, acessibilidade comunicacional com sinalização dos espaços com vista à eliminação de barreiras;
- Em síntese, o NAEE tem como meta contribuir cada vez mais com o processo de inclusão com qualidade social e cidadania plena da pessoa com deficiência de modo a contribuir na melhoria da acessibilidade atitudinal que busca a percepção e a aceitação do outro sem preconceito, estigmas e outras formas de discriminação. Desse tipo de acessibilidade, outras formas de acessibilidade se tornarão mais possíveis de viabilidade, pois a eliminação de barreiras, preconceitos e discriminações, contribuem para acessibilidade comunicacional, acessibilidade pedagógica, e acessibilidade digital.

2.11.3 Núcleo de Desenvolvimento de Carreira Discente – NUDECAD

O NUDECAD atua na promoção da cidadania e empregabilidade do estudante através da promoção de sua inserção no mercado de trabalho com experiência de estágio remunerado não obrigatórios e opcionais. Nesse sentido, promove o estreitamento das relações do Centro Universitário com as empresas, professores, coordenadores de estágios e os estudantes. Ao longo da formação acadêmica realiza os processos de orientação para a organização do currículo, entrevistas e comportamento ético e profissional no mundo do trabalho.

Realiza, também, a articulação contínua entre a IES com as organizações, no que se refere às oportunidades de estágio, de emprego como também realiza sessões de orientação e reorientação do planejamento da carreira, articula e divulga vagas de estágio remunerado junto aos estudantes dos cursos da IES.

2.11.4 Bolsa, Monitorias e Intercâmbio

Outros tipos de apoio Discentes são desenvolvidos na IES, tais como: concessão de bolsa integral e parcial a estudantes que comprovem baixa renda junto à assistência social da IES, bolsa PROUNI 100% e 50%, realização de monitoria acadêmica especial e programa de mobilidade estudantil – intercâmbio acadêmico. O Curso tem ainda adesão ao Programa de

Iniciação Científica da IES e tem participado com aprovação de projetos junto ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e Residência Pedagógica – RP, ambos vinculados à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – do Ministério da Educação – MEC.

2.11.5 Serviço de Ouvidoria

A Ouvidoria é órgão auxiliar da Administração Superior, competindo-lhe atender às demandas da comunidade acadêmica, seja do âmbito interno: estudantes, professores e funcionários e/ou externo: sociedade em geral. O Ouvidor(a) é indicado e nomeado pela Diretora, através de Portaria, como também possui regulamento próprio.

O canal de Ouvidoria é eletrônico, acessível diretamente através do Portal da UniFAFIRE (<http://www.UniFAFIRE.br>). Reconhecemos o serviço de Ouvidoria Institucional como uma instância estratégica, gerando insumos para a melhoria da qualidade dos serviços da instituição.

Os/as representantes de turma eleitos/as pelo/as próprios/as estudantes têm acesso direto à coordenação de curso. Há um fluxo de reuniões semestrais convocadas pela Reitoria e Coordenação Geral de Graduação, e coordenação do curso. A coordenação possui um grupo de *whatsapp* específico onde são disponibilizadas vagas para estágio remunerado, programação de eventos, avisos, entre outros. A coordenação do curso de pedagogia possui uma sala *google classroom* e um grupo de *WhatsApp* com os estudantes matriculados.

2.11.6 Setor de Comunicação

O Setor de Comunicação da UniFAFIRE atua no acolhimento do público (interno e externo) para orientações sobre processo seletivo, cursos de graduação, pós-graduação e extensão, parcerias, bolsas e descontos, eventos internos e direcionamento para os demais setores. O atendimento é feito por telefone, WhatsApp, e-mail, através das redes sociais ou de forma presencial. O Setor ainda promove a realização das solenidades de Colação de Grau Unificadas, acolhimento e orientação dos formandos e demais turmas que desejem organizar o processo de formatura.

2.11.7 Unidade de Ação Pastoral

A Unidade de Ação Pastoral exerce um papel fundamental para a comunidade acadêmica da UniFAFIRE, quando mostra a sua identidade e seu propósito evangelizador, procurando atender a missão institucional.

Essa ação tem um locus privilegiado ao se situar nas fronteiras do diálogo entre os participantes do mundo acadêmico, das culturas do seu entorno e do seu papel evangelizador. A Ação Pastoral dispõe de recursos humanos, materiais e espaço físico que lhe permite projetar uma considerável visibilidade perante a comunidade acadêmica e extrapolando o âmbito interno e promovendo grande protagonismo no ambiente externo da instituição.

Seus eixos de atuação podem ser assim enunciados 1. Dimensão Organizacional: Articular o trabalho da Pastoral com diversos níveis da vida acadêmica dentro e fora da UniFAFIRE; 2. Dimensão Social: Vivenciar o espírito evangélico de partilha através da ação social e solidária, bem como possibilitar à comunidade acadêmica, a vivência da fraternidade através de gestos concretos; 3. Dimensão Cultural: Trabalhar as diversas linguagens artísticas como forma de expressão, cuidado e reflexão.

2.12 Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa

A gestão do curso se dá de forma colegiada e colaborativa, com participação direta do NDE e do colegiado de curso. O plano de trabalho da coordenação é elaborado a partir dos insumos produzidos dos relatórios da Comissão Própria de Avaliação – CPA, que é um órgão regulamentado e com atuação colegiada, autônoma, nos termos da Legislação que a disciplina e no limite de sua competência, tendo como objetivo contribuir para a melhoria da Instituição em todos os seus níveis. A CPA/UniFAFIRE possui uma coordenação, nomeada pela reitoria, tendo como atribuições conduzir os processos de avaliação internos da instituição, sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). As atividades da Comissão Própria de Avaliação – CPA são geridas por um Regulamento próprio.

A UniFAFIRE dispõe de uma sala exclusiva para a Comissão Própria de Avaliação (CPA), localizada no primeiro pavimento do prédio principal, apresentando excelentes condições de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, conforto, acessibilidade, ergonomia, conservação e comodidade. A infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA atende plenamente às necessidades institucionais. O processo de autoavaliação na UniFAFIRE foi instituído em 2002, em atendimento ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI),

concebido como uma das fontes geradoras de insumos essenciais para o planejamento estratégico da instituição para promover a melhoria contínua da qualidade nos produtos e serviços ofertados pela IES. Com o advento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), foram ampliados os campos de escuta pedagógica pela atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Atualmente os dois percursos de autoavaliação coexistem de forma independente, mas em regime de colaboração e Bibliografia de Complementaridade. O Projeto de Autoavaliação Institucional está alicerçado nas 10 (dez) dimensões determinadas pelo art. 3º da Lei do SINAES. **A Comissão Própria de Avaliação** da UniFAFIRE, como instrumento de gestão, é um órgão consultivo e autônomo que fornece informações e sugestões que contribuem com o processo de melhorias e de tomada de decisão a partir de escutas e da sua representatividade institucional junto à comunidade acadêmica.

A CPA conta com o compromisso e apoio institucional e com os demais núcleos e setores. A concepção diagnóstica de avaliação possibilita a decisão de orientar e reorientar processos educacionais em curso e passíveis de modificações voltadas para a transformação qualitativa, objetivando a contínua melhoria da qualidade dos serviços ofertados.

A autoavaliação está voltada para o mapeamento de dificuldades, problemas, conquistas e avanços como forma de corrigir percursos e realimentar o crescimento, assumindo caráter investigativo e processual. Está referendado nas reuniões pedagógicas gerais e setoriais, nos veículos de comunicação interna do Centro, nas reuniões com segmentos representativos da sociedade, envolvidos em ações extensionistas, políticas de pesquisa, de ensino e outras identificadas no decorrer do processo.

É importante destacar que a Avaliação Institucional Interna, realizada pela CPA, e as avaliações externas, produzem insumos que são tomados pela coordenação do curso e pelo NDE para o planejamento e a melhoria contínua no processo de gestão do curso de Pedagogia, além de fomentar análises e estratégias de gestão acadêmica e administrativa, sendo um importante instrumento para perceber os limites e as perspectivas da ação institucional, constituindo-se como mais um instrumento que propicia à Instituição a possibilidade de rever concepções, práticas, projetos acadêmicos e formas de gestão, sendo realizada por meio de um processo sistemático de observação, acompanhamento e interpretação do desenvolvimento institucional, pela comunidade e equipe gestora, associado à ampla divulgação dos resultados obtidos e das decisões tomadas, atendendo ao que está disposto na Lei do SINAES.

A avaliação de desempenho docente e da coordenação do curso realizada pelos estudantes, nos possibilita conhecer os pontos fortes e as fragilidades e são tomadas como objeto de reflexão para melhoria processual do trabalho docente e da coordenação a cada semestre. Soma-se ao processo avaliativo a análise dos resultados das avaliações de natureza externa construídos a partir de uma visão conjunta dos diversos indicadores e relatórios do MEC/INEP e pelo resultado obtido no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). A UniFAFIRE reconhece que todos esses elementos são essenciais para a identificação de caminhos que conduzam ao aperfeiçoamento das ações acadêmico-administrativas. A Avaliação Institucional adota uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa. Para o atendimento dos eixos e suas respectivas dimensões propostos pelo SINAES, são utilizadas estratégias diversificadas que compreendem: resumos de reuniões; anotações; registro de relatos de experiências; documentos institucionais; dados da Ouvidoria; relatórios estatísticos, questionários de aplicação direta ou *on-line*; discussões grupais, entrevistas semiestruturadas e/ou conversas informais.

É assegurada a participação ativa de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, conforme disposto no art. 5º do Regimento Institucional. O Projeto de Autoavaliação da UniFAFIRE incide sobre os aspectos relacionados às atividades, cursos, programas, projetos, serviços e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais. Os resultados sistematizados nos relatórios, sejam referentes à autoavaliação institucional e às avaliações externas, são divulgados para a comunidade acadêmica e a sociedade, colaborando assim com a Gestão, no sentido de aprimorar as análises de resultados obtidos e as decisões a serem tomadas, para promover a melhoria e consolidação da Educação Superior na UniFAFIRE.

As dimensões da avaliação da qualidade dos cursos de graduação da UniFAFIRE estão estruturadas no Projeto de Autoavaliação Institucional e tomam como referência as orientações da Missão Institucional, associando formação humana e práticas administrativas e pedagógicas baseadas em relações democráticas e propiciadoras do espírito autônomo e inventivo. Nessa perspectiva, a gestão acadêmica e a organização e prática pedagógica são macro indicadores que instruirão o processo avaliativo institucional.

Em seus desdobramentos, a gestão acadêmica será traduzida pelo acompanhamento e apoio à prática docente; pelo cumprimento do marco legal que orienta a estrutura curricular dos cursos; pela interlocução com a vida acadêmica dos discentes; pelos mecanismos de

formação continuada, pelo estímulo à produção científica de professores e estudantes e pelas ações colegiadas capazes de orientar as inovações pedagógicas. O indicador “organização e prática pedagógica” revela um movimento que anuncia a contínua atualização curricular referendada por uma orientação teórica atualizada e o atendimento às demandas de formação profissional; a estreita relação do perfil de formação e perfil do egresso; os mecanismos de formação continuada; o estímulo à produção científica; as boas relações professor e estudantes; o desenvolvimento da pesquisa, e, especialmente, as práticas voltadas para a melhoria do ensino e da aprendizagem. A avaliação perpassa, ainda, pelos indicadores que informam o conhecimento do projeto do curso pelos docentes e a existência de práticas pedagógicas que articulem ciência e contexto social em ações interdisciplinares associadas a uma estrutura física de ensino que permita boas condições de aprendizagem. Os indicadores da avaliação de cursos poderão ser creditados a outros aspectos no decorrer do processo, se considerados relevantes para a UniFAFIRE e em sintonia com o projeto da avaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e com as avaliações externas promovidas pelo MEC/INEP nos seus mais diversos atos regulatórios.

A avaliação interna que acontece no decorrer do ano se dá de forma articulada com os diferentes segmentos da IES. O diálogo com os estudantes possibilita melhor avaliação dos Projetos de Curso em sua vivência bem como a prática de interlocução com o grupo gestor na perspectiva de tomadas de decisão em decorrência dos resultados apresentados com posterior prestação de contas à comunidade acadêmica, no intuito do aprimoramento dos seus produtos e serviços a fim da promoção de melhoria contínua institucional.

2.13 Estrutura das disciplinas no formato semipresencial (EAD)

Os desafios foram amplificados em uma escala planetária, a partir da convivência com a pandemia da Covid-19, fomos levados a revisitar nossas práticas educacionais e uma maior aproximação com as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC).

A caminhada institucional pavimentada em 2016, nos possibilitou seguir adiante aprimorando o processo de formação de professores, sobretudo no que diz respeito à aplicação das Metodologias Ativas.

Incentivados (e motivados) pelo Ministério da Educação (MEC), a partir da Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 (em substituição a Portaria MEC nº 4.059/2004), desenvolvemos o Programa Institucional de Educação a Distância (PIEAD 2021-2025) com o propósito de definir os princípios, objetivos, diretrizes gerais e as condições estruturais

essenciais para a implantação da Educação à Distância em todos os Cursos de Graduação, respeitando os limites da utilização de 40% da carga horária total do Curso, em consonância com a Portaria nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019, como também alavancar outros segmentos da Instituição através da proposição do cronograma de expansão desta modalidade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2021-2025) nos convida na Meta 11 em “Ampliar a oferta de disciplinas do Núcleo Comum Institucional, elevando para 300 horas a carga horária da modalidade à distância oferecida nas Licenciaturas e Bacharelados; e para 240 horas nos Cursos Superiores de Tecnologia” e “Ampliar os Laboratórios Didáticos para possibilitar experiências de inovação pedagógica mediadas pelo uso das tecnologias educacionais”, como Meta 12.

Neste sentido, estabelecemos um caminho para aprofundar esta temática no âmbito institucional onde situamos a Educação à Distância (EAD) como cenário mobilizador das ações administrativo-pedagógicas, por sua característica, não apenas instrumental, mas de ressignificação do processo de ensino e aprendizagem.

2.13.1 Eixos e Trilhas de Formação

A estruturação curricular geral e no âmbito de cada curso está correlacionada à necessidade de gerir uma cultura pedagógica interdisciplinar e interprofissional, fomentando diálogos com diferentes áreas de formação e de perspectivas teóricas. A expectativa pedagógica é de que as contribuições provenientes das diferentes visões de realidade que se cruzam nos ambientes virtuais de aprendizagem e nos ensalamentos intercursos, ao apresentar visões diferentes e Bibliografia Complementares da realidade possam ser geradoras de novas análises e de novas aprendizagens.

O percurso formativo para a consecução do perfil do egresso do Curso de Pedagogia está alicerçado na busca permanente de integração e contextualização que articula ensino-pesquisa-extensão, posto ainda, em consonância com a modulação dos componentes curriculares, disponibilizados no Eixo Formativo Comum, no Eixo Formativo Interprofissional e o Eixo Formativo de Integração e Atividade Prática Acadêmico/Profissional. Os três Eixos permitem um espaço ou “território” de pleno desenvolvimento das Competências, fundamentadas no conhecimento, nas habilidades e nas Atitudes, a articulação da teoria com a prática e, nos casos de disciplinas à distância (EaD) facultando e facilitando a familiarização dos estudantes com processos de ensino-aprendizagem mediados por tecnologia.

As disciplinas representam um conjunto de conteúdos fundamentais e de situações didáticas para a apropriação de um ou vários objetos de estudo. Tem caráter teórico/prático possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado das informações acadêmicas ministradas em situação real ou simuladas e são transversalizadas por atividades de aprofundamento, atividades da prática de ensino de pesquisa e de outros recursos integradores, expressos ao longo do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura/Bacharelado/ do Centro Universitário Frassinetti do Recife (UniFAFIRE). Cada disciplina /professor tem seu plano de ensino expresso em formulário institucionalizado a ser semestralmente atualizado e apresentado à Coordenação para o acompanhamento.

A trajetória didática é prerrogativa do professor no sentido de atualizar as informações científicas, a mobilização de diferentes saberes a dialogarem com a ciência, a técnica e as estratégias de trabalho, propor experiências criativas e inovadoras para organizar as situações de ensino segundo a modalidade, a necessidade e o público-alvo.

A sua realização é antecedida do planejamento docente expresso no plano de disciplina, documento que traduz os Programas expressos nos Projetos de Curso. O Plano de disciplina, define as abordagens e o design didático-pedagógico, faz uso de diferentes recursos a exemplos dos aparatos tecnológicos, biblioteca física e virtual, laboratórios, aulas de campo e visitas técnicas etc. As disciplinas têm seu tempo pedagógico mensurado em hora-aula de 60 (sessenta) minutos atendendo à convenção trabalhista.

2.13.1 Eixo Formativo Comum

O Eixo Formativo Comum é constituído pelo bloco de componentes institucionalmente postos como marcador comum, pois está obrigatoriamente disposto em cada um dos cursos das quatro grandes áreas institucionais da IES: Educação, Saúde, Negócios e Gestão e Direito. A modalidade de oferecimento é EAD com carga horária de 60 (sessenta) horas-aula, cada. As 300 (trezentas) horas-aula do Eixo Formativo Comum, aportam elementos teóricos e metodológicos que serão de grande valia para a consolidação da curricularização da extensão, posta a característica, amplitude e pertinência no suporte para estruturação da ampliação da visão de mundo e da intervenção nos contextos das relações sociais.

Disciplinas	Carga Horária	Docentes
-------------	---------------	----------

Metodologia do Estudo da Pesquisa (MEP)	60h	Profa. Dra. Maria Júlia Carvalho de Melo
Cidadania e Fé (CF)	60h	Profa. Dra. Maria das Graças Soares da Costa e
Tecnologias, Trabalho e Inovação (TTI)	60h	Prof. Me. João Paulo Nogueira
Ética e Responsabilidade Social (ERS)	60h	Prof. Dr. Tarcísio Régis de Souza Bastos
Educação Ambiental e Sustentabilidade (EAS)	60h	Prof. Dr. Thiago José de Souza Alves

Quadro 14 - Componentes disciplinares comuns a todos/as os estudantes dos cursos de graduação

Espera-se que os/as estudantes adquiram as seguintes competências:

- Empregar instrumentos e procedimentos epistemológicos e científicos para apropriar-se, representar e interpretar dados e situações-problemas na perspectiva científica;
- Compreender o modo de produção, significação e circulação das diferentes ideologias, os aspectos que envolvem as relações sociedades e natureza, incorporando ao seu projeto de vida, princípios solidários e de respeito aos Direitos Humanos, a consciência ética socioambiental e do desenvolvimento econômico sustentável;
- Reconhecer e compreender os impactos e o potencial de comunicação e produção das ferramentas tecnológicas, fazer seleção e uso das fontes confiáveis de informações para o desenvolvimento social, intelectual e produtivo.

E desenvolvam as seguintes habilidades:

- Utilizar as diferentes ferramentas investigativas da ciência e da tecnologia para a ampliação das aprendizagens acadêmicas, desenvolvimento do trabalho e produção científica e cultural; analisar os diálogos e conflitos na disputa por legitimidade das diferentes crenças religiosas e formas de espiritualidade;
- Avaliar os impactos das tecnologias nas relações e produção do trabalho; produzir e divulgar informações, através de ferramentas tecnológicas e dos novos formatos de produção e distribuição do conhecimento na cultura de rede;
- Investigar a pluralidade de ideias e seus processos de inclusão social assim como privação de direitos individuais e coletivos; debater e promover ações de respeito aos direitos humanos e ao exercício do diálogo na resolução de conflitos; analisar e

discutir as formas de regulação, preservação ambiental e das parcerias locais, nacionais e internacionais para a promoção de práticas ambientais sustentáveis, dos setores produtivos e seus impactos.

2.13.2 Metamodelo Institucional de Ensino-Aprendizagem - Estrutura de Funcionamento

Com objetivo de atenuar os efeitos produzidos pela Distância Transacional (Moore, 2002), o Metamodelo Institucional de Ensino-Aprendizagem proposto está assim organizado: conforme normatizado no Regimento da Instituição, um semestre letivo é dividido em 02 (duas) Unidades Acadêmicas. No início de cada semestre, as disciplinas ofertadas na modalidade EAD, tem as 03 (três) semanas iniciais estruturadas por encontros presenciais síncronos.

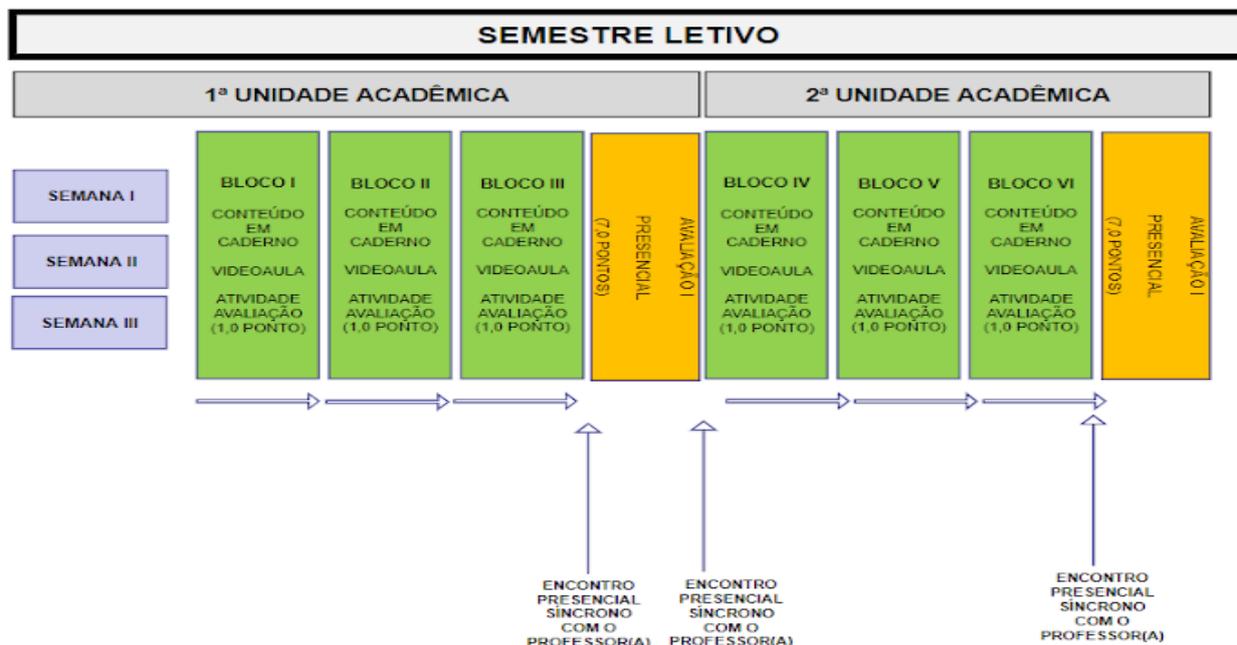


Imagem 4 -Fonte: Coordenação de EaD

Essas semanas são reservadas para uma acolhida aos/as estudantes matriculados na disciplina, na ocasião é realizada uma apresentação do professor/a Formador/a e do respectivo Plano de Ensino, além de uma dinâmica de grupo a fim de promover uma maior integração entre os estudantes e a disciplina. Ao longo desses encontros, o professor formador abordará

os conteúdos específicos de cada bloco, podendo fazer dinâmicas e atividades presenciais síncronas para fixação e compreensão do conteúdo proposto.

Nesses encontros iniciais, o/a estudante se ambienta com o conteúdo, interagindo de perto com professor/a formador/a, auxiliando-o/a, introdutoriamente, na compreensão da dinâmica da disciplina EAD.

Cada Unidade Acadêmica (UA) é estruturada por 03 (três) Blocos Pedagógicos. Os Blocos Pedagógicos são vivenciados à distância através da interação online com o Ambiente Virtual de Aprendizagem (virtual assíncrono), sendo preservado o dia da semana da disciplina para o desenvolvimento de suas atividades, estudos e pesquisas. Cada Bloco é dotado de um E-book (material didático-pedagógico no formato digital), uma Videoaula e por uma Atividade de Avaliação Parcial.

Ao que se refere à relação-interação presencial síncrono, na semana que antecede, e sucede, a Atividade de Avaliação Presencial se tem um encontro com o/a Professor/a Formador/a. Esses encontros são destinados para a resolução de dúvidas pedagógicas e das questões avaliativas, objeto das avaliações presenciais.

Dessa forma, ao longo do semestre letivo, cada disciplina conta com 06 (seis) encontros presenciais síncronos, sendo assim distribuídos: 03 (três) encontros no início do semestre (primeiras semanas de aula) e mais 03 (três) encontros distribuídos antes da avaliação e após a avaliação de culminância. A proposição de distribuição da carga horária destinada para as atividades virtuais assíncronas e para as atividades presenciais síncronas dá-se numa proporção distributiva de **60% - 40%**, respectivamente, na vivência da unidade curricular.

2.13.4 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA):

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) adotado pela UniFAFIRE é o *MOODLE*. É um acrônimo para *Modular Object Oriented Distance Learning*. Trata-se de uma plataforma bastante difundida no mundo acadêmico, sendo utilizada por grandes instituições de ensino ao redor do mundo. É um *software* livre, de código aberto, mantido por uma comunidade virtual de forma colaborativa que reúne diversos atores, entre eles: professores, estudantes, pesquisadores, programadores, designers e administradores de sistemas. É multiplataforma e está disponível em diversos idiomas.

Por ser considerado também um *Learning Management System* (LMS), ou *Course Management System* (CMS), nos possibilita a utilização de diferentes ferramentas de suporte à

aprendizagem, como: fóruns, *chats* (síncrono e assíncronos), diários, questionários, Wiki, laboratório e pesquisas de avaliação, tarefas, glossários, além do padrão SCORM (*Shareble Content Object Reference Model*). O MOODLE da UniFAFIRE é responsivo, ou seja, permite uma excelente usabilidade em dispositivos móveis. Atualmente encontra-se na versão 3.11.5+ com acesso nativo ao banco de dados MySQL 7.4.27, integrado ao módulo de segurança (criptografia) OpenSSL 1.1.1m, integração nativa com antivírus e com o SPAM cleaner.

Citamos como recursos tecnológicos diferenciados e inovadores o Módulo de Análise de Aprendizagem cujo propósito é a medição, coleta, análise e comunicação de dados sobre estudantes e seus contextos, para entender e otimizar a aprendizagem.

Em consonância com Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) adotado neste Programa Institucional de Educação à Distância (2021-2025), está alinhado ao Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação (PPC) nas disciplinas que compõem o Eixo Formativo Comum, onde o AVA/UniFAFIRE é periodicamente avaliado pela gestão através de relatórios gerenciais emitidos pela assessoria externa contratada (TALENTIS), como também pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), tendo seus resultados como insumos indutores para o plano de melhoria contínua da instituição.

2.13.5 Equipe multidisciplinar

É estruturada da seguinte forma: Gestor (a) / coordenador (a) de educação à distância - É o (a) profissional responsável pela gestão da modalidade. Possui as seguintes atribuições e responsabilidades:

§ Elaborar e propor políticas, diretrizes, normas e procedimentos na área de Educação à Distância (EAD);

§ Participar da proposição de criação de nova (s) disciplina (s), assessorando a elaboração dessas propostas;

§ Implementar as políticas de avaliação da EAD em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Regimento Institucional e com a Legislação vigente;

§ Elaborar e propor redesenho de processos e fluxos, visando a melhoria do desempenho pedagógico-institucional;

§ Trabalhar em conjunto, com as outras coordenadorias, setores e serviços, no sentido de facilitar e propiciar a unidade de procedimentos institucionais e a integração entre as áreas;

§ Assessorar a implantação da formação continuada dos professores dos cursos de graduação da UniFAFIRE;

- § Responsabilizar-se administrativamente pela sua coordenação, acompanhando e decidindo sobre as questões funcionais, dentro de sua alçada;
- § Elaborar e propor alterações na estrutura organizacional de sua área, sempre que necessário;
- § Solicitar e acompanhar os processos seletivos para professores da sua área, conforme parâmetros de seleção docente;
- § Solicitar, com fundamentação, contratação ou redução de quadro de pessoal, segundo necessidades da área;
- § Acompanhar, auditar e garantir a execução e o cumprimento de todas as políticas, diretrizes, normas e manuais implantados em todas as áreas de sua Coordenadoria;
- § Monitorar o mercado educacional local, regional, nacional e internacional, visando detectar ameaças e oportunidades para a UniFAFIRE;
- § Cumprir fielmente e fazer cumprir as determinações advindas das instâncias superiores da Instituição.

2.13.5.1 Coordenação das Disciplinas ofertadas em EaD

A IES possui uma coordenação específica das disciplinas ofertadas na modalidade EaD e tem articulação direta com as demais coordenações dos cursos de graduação. Ela cuida do planejamento e organização do ambiente, sugere a adequação dos conteúdos e organização do trabalho, além de garantir todos os recursos para o bom funcionamento da disciplina e a melhor formação do estudante. Possui as seguintes atribuições e responsabilidades:

- § Participar da seleção e da indicação de professor (es) Conteudista (s) e/ou formador (es) para a EAD;
- § Homologar a ementa e a estrutura didático-pedagógica da disciplina no formato EAD, cabendo validar juntamente ao Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- § Aprovar o E-book (material didático);
- § Acompanhar a interação entre a Coordenação de Tutoria, Professor (a) Formador (a), Tutor (a) Virtual através de mensagens no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) UniFAFIRE, a fim de fornecer esclarecimentos ou direcionamentos institucionais;
- § Acompanhar o aproveitamento (rendimento) dos estudantes nas disciplinas;

2.13.5.2 Professor/a conteudista

É o/a docente contratado/a para a elaboração da disciplina a ser ministrada à distância.

Possui as seguintes atribuições e responsabilidades:

- § Elaborar o E-book (material didático);
- § Elaborar atividades, incluindo as avaliativas, de cada Bloco Programático;
- § Gravar as Vídeo aulas.

2.13.5.3 Professor/a formador/a

É o/a docente responsável por acompanhar a disciplina no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Atua em parceria com a coordenação do curso dirimindo dúvidas e estimulando a aprendizagem. Possui as seguintes atribuições e responsabilidades:

- § Dúvidas em relação ao conteúdo didático-pedagógico;
- § Corrigir as atividades avaliativas dos estudantes;
- § Responder em tempo hábil, mensagens privadas em até 24h e fóruns de discussão em até 48h, todas as comunicações do AVA/UniFAFIRE;
- § Revisar, se necessário, as notas das atividades avaliativas, sobretudo aquelas atribuídas pelos Tutores Virtuais.
- § Planejar e executar os encontros presenciais síncronos – mensais em consonância com o Gestor de EAD.

2.13.5.4 Coordenador/a de Tutoria:

É o/a profissional responsável por auxiliar no planejamento das ações institucionais da EAD e acompanhar/assessorar os/as sujeitos/as da EAD/UniFAFIRE. Possui as seguintes atribuições e responsabilidades:

- § Preparar e conduzir a Formação Técnico-pedagógica dos Tutores Virtuais, dos Estudantes e do Suporte Técnico Presencial;
- § Acompanhar e auxiliar os Tutores Virtuais (Professores Formadores) no AVA;
- § Acompanhar os prazos de correção das atividades avaliativas e seus respectivos feedbacks;
- § Acompanhar a interação didático-pedagógica dentro da Sala de Aula Virtual;
- § Interagir tecnicamente e pedagogicamente com o professor/a formador/a e com a Coordenação de Curso;

- § Tratar e direcionar aos canais apropriados das reclamações e dúvidas dos estudantes;
- § Fornece relatórios sobre o andamento das disciplinas para o Gestor de EAD.

2.13.5.5 Tutoria virtual

É o/a responsável por acompanhar e avaliar as atividades dos estudantes, sempre apontando as possibilidades de melhorias. É professor/a formador(a) da disciplina. Possui a seguinte atribuição/responsabilidade:

- § Mediar pedagogicamente todas as atividades na Sala de Aula Virtual;
- § Corrigir, se necessário, as atividades avaliativas dos estudantes;
- § Obedecer e zelar pelo cumprimento do Calendário da Disciplina;
- § Participar das Avaliações de Culminância Pedagógica e Encontros Presenciais Síncronos;
- § Responder em tempo hábil todas as mensagens - individuais e dos fóruns, do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- § Esclarecer dúvidas gerais.

2.13.5.6 Suporte técnico presencial

É o/a profissional responsável por auxiliar nos esclarecimentos de dúvidas técnicas no Ambiente Virtual de Aprendizagem. A IES disponibiliza uma equipe de atendimento e suporte ao usuário com profissionais dedicados/as e qualificados/as, disponíveis para prestar assistência a toda a comunidade educativa. Possui a seguinte atribuição e responsabilidade: auxiliar os/as estudantes, professor/a formador/a, coordenador/a de curso e tutoria virtual no manuseio das ferramentas tecnológicas do AVA/UniFAFIRE.

2.13.5.7 Setor de comunicação

É a área responsável por fornecer todos os materiais informacionais de cunho institucional. Zela pela identidade visual da IES, como também auxilia na divulgação da EAD/UniFAFIRE nos principais canais de comunicação, como: portal institucional, redes sociais, murais internos e pelos serviços de mensagerias eletrônicas (e-mails, grupos de WhatsApp, entre outros).

2.13.5.8 Setor de tecnologia da informação - TI

É a área responsável por fornecer os dados das matrículas do Sistema Acadêmico TOTVS para a solução integrada ao AVA/UniFAFIRE. Outra atribuição é a importação das notas de culminância pedagógica do *MOODLE* e migrar para o Portal Acadêmico do Estudantes (*TOTVS*).

2.13.5.9 Talentis - Assessoria Externa

A fim de dar suporte ao funcionamento e à estrutura da plataforma virtual, *MOODLE*, o AVA da UniFAFIRE é administrado por uma assessoria externa: TALENTIS. Essa por sua vez, edita e formata as salas de aulas, proporcionando um *design* responsivo, armazenamento e disponibilização dos objetos educacionais. É responsável também pela rotina de *backup* e de atualização do ambiente virtual. Além disso, junto ao Setor de Tecnologia da Informação e Secretaria Acadêmica, a assessoria trabalha na criação e ensalamento dos usuários.

O trabalho dessa equipe é contínuo, uma vez que o suporte se dá de forma frequente no atendimento às demandas sobre o funcionamento da plataforma, a gestão dos artefatos, importação de notas e seu envio para processamento no Portal Acadêmico. A interação e a interlocução entre a assessoria externa e as necessidades da EAD/UniFAFIRE, dá-se, sobretudo, através da Gestão e Coordenação da EAD.

2.13.5.10 Atividades de Tutoria

Em função da estrutura institucional da EAD UniFAFIRE ser formatada com atividades de múltipla escolha, bem como a mediação presencial síncrona ou assíncrona do professor formador, ele incorpora as funções de tutoria em suas atividades. Essas, por sua vez, atendem às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular, compreendendo a mediação pedagógica juntos aos discentes seja através dos encontros presenciais síncronos, mas, sobretudo, através de mensagens enviadas pelo AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) e/ou fóruns de discussão. Os professores formadores, por sua vez, em suas funções de tutoria, estão disponíveis e aptos ao atendimento aos discentes através do domínio do conteúdo, dos recursos e dos materiais didáticos. Através dessa interação, o professor formador consegue acompanhar o processo formativo dos estudantes, dialogando com a equipe de gestão para que ações corretivas sejam tomadas. A fim de dar suporte aos professores formadores, a UniFAFIRE conta com uma Coordenação de Tutoria que atua

presencialmente, através de plantões pedagógicos, tanto para os discentes como para os professores formadores, além de todo o suporte *online* necessário através do AVA.

Os plantões pedagógicos acontecem durante a semana de aula regular. São horários determinados, semestralmente, definindo dias e horários específicos para atendimento presencial individualizado aos estudantes. Esses encontros acontecem na sala da Coordenação de Tutoria (localizada em ambiente específico e localizado no primeiro pavimento da IES, ao lado do complexo da Direção), sendo conduzido pelo coordenador(a) a qual presta total assistência aos estudantes que a procuram. Aos docentes, a coordenação de tutoria trabalha de forma coletiva no atendimento a todas as questões funcionais, de formato, de atendimento às demandas no que tange à Plataforma Virtual de Aprendizagem (MOODLE), sua usabilidade, sua estrutura e seu suporte.

Aos discentes, portanto, a coordenação de tutoria presta suporte no manuseio da ferramenta, atendimento às dúvidas sobre a estrutura da EAD UniFAFIRE, composição de notas, intermediação entre as demandas da Secretaria Acadêmica no que tange à análise e validação dos protocolos e das solicitações abertas pelos estudantes. Além da comunicação acerca dos informes institucionais relativos ao EAD.

2.13.5.11 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria

Para a seleção dos/as docentes que atuam na EAD, busca-se como pré-requisito os conhecimentos prévios referentes à modalidade de Educação à Distância. Aliado a isso, todos/as os professores/as são treinados/as, pela equipe de coordenação de tutoria, no manuseio da ferramenta, bem como referente à compreensão do ensino à distância, sua legislação, sua metodologia e a estrutura institucional da EAD/UniFAFIRE. Os treinamentos dos/as professores/as formadores/as, juntamente com a coordenação de tutoria e gestão da EAD, ocorrem de forma regular, antes do início do semestre. Nesses momentos, busca-se alinhar as atividades e ações aos PPCs. Identifica-se, também, possível necessidade de capacitação professores/tutores/as referente ao manuseio das ferramentas e/ou quaisquer dificuldades apresentadas para serem sanadas e solucionadas antes do início das atividades acadêmicas.

A equipe de gestão faz o processo de escuta e interação entre os professores/tutores, que, coletivamente, decidem as melhores estratégias para solução e/ou alteração dos pontos apresentados para melhoria de seus trabalhos, bem como de auxílio e colaboração no processo de ensino-aprendizagem. Se porventura, qualquer processo, ao longo do semestre, for

modificado no que se refere à estrutura, ou à ferramenta, é feita uma reunião com a participação de todos para anúncio, sensibilização e formação dos envolvidos. Dito isto, é pertinente dizer que o acompanhamento das necessidades da equipe de tutoria acontece de forma constante através da interação junto à coordenação de tutoria e gestão da EAD.

2.13.5.12 Experiência do corpo de tutores em educação à distância:

Toda a equipe de tutoria da EAD/UniFAFIRE tem experiência na modalidade de ensino à distância. Desde a seleção dos professores do quadro funcional da instituição com aptidão e conhecimento e prática no ensino à distância a equipe é continuamente formada e participa ativamente das decisões relativas aos rumos da EAD.

É importante ressaltar que o quadro de professores é permanente, desta forma, cada disciplina possui o professor que, ao longo do tempo, vai compreendendo as mudanças e nuances do perfil dos estudantes, buscando associar a possíveis modificações em suas práticas didáticas. Essas práticas incluem atividades extracurriculares que corroboram sobremaneira no processo de ensino-aprendizagem.

Dentre essas práticas, podemos citar: fóruns de debates, visitas técnicas, palestras etc. É importante dizer, contudo, que o docente, ao fazer uso de tais práticas, busca trabalhar de forma inseparável a teoria e a prática, possibilitando uma maior compreensão e assimilação dos fenômenos ao seu redor. Essas atividades, por sua vez, passam por uma avaliação da coordenação de tutoria e gestão da EAD para aprovação.

2.13.5.13 Interação entre tutores/as, docentes e coordenadores/as de cursos a distância:

A interação entre os/as professores formadores/tutores/as junto à coordenação dos cursos inicia antes mesmo do início do semestre e execução da disciplina. Os coordenadores de curso são responsáveis por selecionar os/as professores/as que atuarão na EAD/UniFAFIRE, estabelecendo o contato inicial com eles para informações sobre a disciplina junto à Secretaria Acadêmica. Aliado a isso, é pertinente dizer que ao longo da disciplina, os/as coordenadores/as de curso, possuem contato direto com os/as professores/as formadores/as e coordenação de tutoria, a fim de mediar, também, a interação entre os estudantes, e suas necessidades com a equipe da EAD/UniFAFIRE.

Com essa medida, portanto, é possível melhor captar e solucionar as questões elencadas pelos estudantes. Assim, todas as demandas repassadas às coordenações dos cursos,

são solucionadas a partir de um entendimento em conjunto: equipe de EAD (gestão, coordenação e tutoria), e coordenação de curso.

Com o intuito de facilitar a comunicação entre a instituição e equipe de EAD junto aos/as estudantes, os/as coordenadores de curso são frequentemente notificados com informativos, avisos e lembretes sobre prazos, atividades, calendários e datas através do aplicativo do WhatsApp que, nesse caso, tem a finalidade de encaminhar aos representantes dos cursos tais mensagens. Com essa medida, portanto, busca-se desenvolver uma comunicação eficaz, uma vez que todos os interlocutores a partir dos diferentes canais (sejam eles, AVA, fórum, mensagens individuais), estão cientes e informados no que tange às questões relativas à EAD/UniFAFIRE.

No que concerne ao aspecto pedagógico, os/as coordenadores/as de curso, juntamente com seus Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), buscam trabalhar coletivamente na elaboração de ementas e conteúdos a serem desenvolvidos nas disciplinas. Desta maneira, busca-se uma integração entre as diferentes áreas de conhecimento com foco na interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Isto posto, é importante dizer que na EAD/UniFAFIRE, para seu pleno e satisfatório funcionamento, faz-se necessária a colaboração e integração dos diferentes setores institucionais, que dialogam de forma harmônica para que os processos sejam atingidos. A gestão da EAD, juntamente com coordenação de tutoria, por sua vez, é quem estabelece o elo entre os diferentes setores e sujeitos/as envolvidos/as.

2.13.6 As Tecnologias de Informação e Conhecimento nos Processos de Ensino e da Aprendizagem

A perspectiva da tecnologia educacional na IES perpassa por um entendimento amplificado a partir da premissa do seu posicionamento como um campo que precisa ser refletido e refletir os desafios e oportunidades inerentes aos processos de ensino e aprendizagem. Reflexões e usos de tecnologia dentro do ambiente acadêmico não são elementos recentes, mas a atual crise sanitária mundial envolveu substancialmente o cenário educacional numa compulsória imersão dentro de uma realidade não-física, e lá, a tecnologia ocupou um papel preponderante, o qual precisa ser entendido e posicionado.

Os diversos olhares sobre a temática tecnológica costumam abranger perspectivas que nem sempre estão pacificadas, mas que são importantes para a visão sistêmica da forma na qual a tecnologia se posiciona a serviço dos processos de ensino e da aprendizagem. No bojo

desta diversidade de tendências é possível destacar a tecnologia educacional como um conceito centrado no “meio” e/ou centrado do processo, a tecnologia educacional como uma estratégia de inovação e adiante a tecnologia educacional e o processo de ensino-aprendizagem.

Em boa medida a UniFAFIRE estimula a articulação das diversas ferramentas ou instrumentos tecnológicos sempre com respaldo nos aspectos dos processos pedagógicos institucionalmente planejados e no contexto ao qual a IES e seus atores estão inseridos. Cursos e capacitações são oferecidos de forma recorrente para toda a comunidade acadêmica, a partir das suas demandas intrínsecas, de modo a ampliar e promover a acessibilidade tecnológica, sem perder de vista a contextualização institucional como um todo. A UniFAFIRE compreende que o uso tecnológico só se torna verdadeiramente educacional quando consegue superar as barreiras da sua aplicação em si e passa a criar e requalificar a aprendizagem.

2.13.7 Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem

Duas dimensões de avaliação são contempladas no Programa Institucional de Educação à Distância (PIEaD), ambas em consonância com a **Política de Ensino**, com o **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)** e com a **Instrução Normativa de Avaliação nº 01/2023**:

2.13.7.1 Avaliação da Aprendizagem

O processo de avaliação das aprendizagens é pautado em dois procedimentos avaliativos:

- I. Atividades de Avaliação Parcial;
- II. Atividades de Avaliação Presencial;

As Atividades de Avaliação Parcial são realizadas *online* através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) onde é atribuída a pontuação máxima de 1,0 (um) ponto por cada atividade realizada em cada Bloco Pedagógico ao longo das duas Unidades Acadêmicas.

As Atividades de Avaliação Presencial são realizadas fisicamente na instituição, no Laboratório de Informática, previamente agendadas conforme calendário da disciplina, onde é atribuída uma pontuação máxima de 7,0 (sete) pontos em cada Unidade Acadêmica. O

questionário avaliativo é liberado pela Equipe do Suporte Técnico Presencial, mediante a utilização de senha. O estudante, por sua vez, apenas realiza a atividade presencialmente no horário agendado.

É pertinente dizer que a equipe citada é treinada para sanar dúvidas dos estudantes no que tange ao uso e manuseio da ferramenta em tempo integral e fisicamente (presencialmente) no laboratório.

As atividades avaliativas são compostas por questões de múltipla escolha que requeiram compreensão, análise e interpretação a serem realizadas individualmente pelo estudante e que represente a síntese dos conteúdos vivenciados na disciplina, valorizando o caráter interdisciplinar.

2.13.7.2 Avaliação Institucional do Programa de Educação a Distância:

O processo de Autoavaliação Institucional foi instituído na UniFAFIRE em 2002, alicerçado a partir de um Projeto de Autoavaliação Institucional sob a gestão e salvaguarda da **Comissão Própria de Avaliação (CPA)**. É de responsabilidade da CPA a avaliação sistêmica do Programa Institucional de Educação a Distância (PIEaD), respeitando precipuamente sua autonomia de atuação e funcionamento a partir de seu projeto de autoavaliação. A UniFAFIRE, através da Coordenação da EAD, pode utilizar-se de instrumentos institucionais de avaliação (dentre eles a **Ouvidoria**), a fim de garantir o bom funcionamento, a satisfação da comunidade acadêmica e sua constante atualização em busca da melhoria contínua dos seus processos operacionais da Educação à Distância.

Como parte integrante da **Política Institucional de Avaliação de Desempenho** em todos os semestres os docentes da UniFAFIRE são submetidos a uma avaliação por parte dos seus estudantes, mensurando o desempenho nos seguintes itens/indicadores a seguir:

Descrição	0	1	2	3	4	5	6				
Incentiva a participação dos alunos nas atividades programadas.	0	0,00%	0	0,00%	1	25,00%	2 50,00% 1 25,00% 4 5,00%				
Incentiva o uso de materiais. Desenvolve o conteúdo da disciplina apresentando diversas posições teóricas, de forma crítica, utilizando recursos tecnológicos de informação e comunicação e acervo disponível na biblioteca.	0	0,00%	0	0,00%	1 25,00%	0	0,00%	2 50,00%	1 25,00%	4 4,75%	
Análise os resultados das avaliações com os alunos e orienta a superação de dificuldades.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2 50,00%	2 50,00%	0	0,00%	4 4,50%
GRUPO ANUA E FE (Nº230)											
TURMA: N10EAD03											
PROFESSOR: MARIA DAS GRAÇAS SOARES DA COSTA											
ALUNOS NA TURMA/DISCIPLINA: 13											
Análise de disciplinas	0,00%	0,00%	0,00%	5,76%	1,92%	92,30%	5,86%				
O material de apoio/bibliografia atende as reais necessidades da disciplina.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4 100,00%	4 6,00%	
O material de apoio/bibliografia atende as reais necessidades da disciplina.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4 100,00%	4 6,00%	
As aulas ministradas presencialmente são esclarecedoras.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4 100,00%	4 6,00%	
As aulas ministradas presencialmente são esclarecedoras.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4 100,00%	4 6,00%	
Seu Professor/Tutor atende as demandas on line conforme agenda definida?	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4 100,00%	4 6,00%	
Seu Professor/Tutor atende as demandas on line conforme agenda definida?	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4 100,00%	4 6,00%	
Plataforma AVA. Facilita a metodologia/métodos que estimulam a aprendizagem do estudante.	0	0,00%	0	0,00%	1 25,00%	0	0,00%	3 75,00%	4 5,50%		
Plataforma AVA. Facilita a metodologia/métodos que estimulam a aprendizagem do estudante.	0	0,00%	0	0,00%	1 25,00%	0	0,00%	3 75,00%	4 5,50%		
Existe facilidade de acesso à plataforma.	0	0,00%	0	0,00%	1 25,00%	0	0,00%	3 75,00%	4 5,50%		
Existe facilidade de acesso à plataforma.	0	0,00%	0	0,00%	1 25,00%	0	0,00%	3 75,00%	4 5,50%		
Apresenta e discute seu Plano de ensino contendo: ementa, objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação e bibliografia.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4 100,00%	4 6,00%	
Apresenta e discute seu Plano de ensino contendo: ementa, objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação e bibliografia.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4 100,00%	4 6,00%	
Orienta a utilização da Plataforma AVA.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4 100,00%	4 6,00%	
Orienta a utilização da Plataforma AVA.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4 100,00%	4 6,00%	
Discute previamente os critérios das avaliações.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4 100,00%	4 6,00%	
Discute previamente os critérios das avaliações.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4 100,00%	4 6,00%	
Comunica-se de forma clara/amigável facilitando a compreensão dos conteúdos e dos recursos tecnológicos utilizados.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4 100,00%	4 6,00%	
Comunica-se de forma clara/amigável facilitando a compreensão dos conteúdos e dos recursos tecnológicos utilizados.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4 100,00%	4 6,00%	
Demonstra preocupação com a aprendizagem dos alunos.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4 100,00%	4 6,00%	
Demonstra preocupação com a aprendizagem dos alunos.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4 100,00%	4 6,00%	
Incentiva a participação dos alunos nas atividades programadas.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4 100,00%	4 6,00%	
Incentiva a participação dos alunos nas atividades programadas.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4 100,00%	4 6,00%	
Incentiva o uso de materiais. Desenvolve o conteúdo da disciplina apresentando diversas posições teóricas, de forma crítica, utilizando recursos tecnológicos de informação e comunicação e acervo disponível na biblioteca.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1 25,00%	3 75,00%	4 5,75%		
Incentiva o uso de materiais. Desenvolve o conteúdo da disciplina apresentando diversas posições teóricas, de forma crítica, utilizando recursos tecnológicos de informação e comunicação e acervo disponível na biblioteca.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1 25,00%	3 75,00%	4 5,75%		
Análise os resultados das avaliações com os alunos e orienta a superação de dificuldades.	0	0,00%	0	0,00%	1 25,00%	0	0,00%	3 75,00%	4 5,50%		
Análise os resultados das avaliações com os alunos e orienta a superação de dificuldades.	0	0,00%	0	0,00%	1 25,00%	0	0,00%	3 75,00%	4 5,50%		

Imagem 5 - EAD UniFAFIRE

A oferta de disciplinas em Formato de Educação a Distância, atende o disposto na Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino à Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o prescrito na Portaria Nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, que revoga a Portaria MEC Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para a oferta de disciplinas na modalidade à distância.

Art. 2º, as IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.

Art. 4º A oferta de carga horária à distância em cursos presenciais deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC para a realização dos objetivos pedagógicos, material didático específico bem como para a mediação de docentes, tutores e profissionais da educação com formação e qualificação em nível compatível com o previsto no PPC e no plano de ensino da disciplina.

§ 1º O Projeto Pedagógico do Curso - PPC deve apresentar claramente, na matriz curricular, o percentual de carga horária à distância e indicar as metodologias a serem utilizadas, no

momento do protocolo dos pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso.

§ 2º A introdução de carga horária à distância em cursos presenciais fica condicionada à observância das Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN dos Cursos de Graduação Superior, definidas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, quando houver.

Art. 1º As instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderá introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade à distância.

§ 1º As disciplinas referidas no caput poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

§ 2º As avaliações das disciplinas ofertadas na modalidade referida no caput serão presenciais.

2.13.8 Acompanhamento e Avaliação dos Processos de Ensino e Aprendizagem

Considerando a concepção de avaliação como uma estratégia a favor do ensino e das aprendizagens e que, como tal, se dá de forma processual com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos; considerando os marcos legais da educação superior que aquilatam a qualidade dos cursos e o desempenho dos estudantes por meio de provas compostas por questões que contemplem a complexidade e a interdisciplinaridade que “exploram níveis diversificados de habilidades e saberes dos estudantes, o processo de avaliação do ensino e aprendizagem do Curso de Pedagogia segue o Regimento Interno da UniFAFIRE e na **Instrução Normativa de Avaliação (INA) INA-CGG. Nº 01, de 03 de outubro de 2023**, que dispõe sobre os critérios avaliativos da Instrução Normativa de Avaliação, uniformizando a valoração do julgamento de nota dos instrumentos de avaliação, aplicáveis para as disciplinas da Graduação na modalidade presencial e na modalidade à distância.

O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos no processo avaliativo, conforme legislação em vigor e as normas próprias determinadas pela UniFAFIRE. Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, portanto, visam à avaliação progressiva do aproveitamento do estudante e constam de instrumentos avaliativos diversos, previstos no plano de ensino da

disciplina. Compete, portanto, ao professor da disciplina, a elaboração de tais instrumentos e atribuir-lhes nota expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez), assim distribuídos:

- a) Somatório das atividades diversificadas, realizadas durante a unidade acadêmica – (3,0) três pontos;
- b) Somatório do exercício escrito individual, realizado ao final de cada unidade acadêmica – (7,0) sete pontos.

As notas obtidas nas unidades acadêmicas são inseridas no Portal do Professor e disponibilizadas aos estudantes, de acordo com o período informado no Calendário Acadêmico Institucional, que pode solicitar revisão da nota atribuída à verificação de aproveitamento, caso seja necessário. A relação individual – docente x discente – dá-se, portanto, através dos *feedbacks* dos exercícios e das atividades avaliativas realizadas em sala de aula, como preconiza a Instrução Normativa de Avaliação da IES, alicerçada no Projeto Pedagógico Institucional.

É de competência do Núcleo Docente Estruturante (NDE), em consonância com seu regulamento, o acompanhamento do processo de avaliação, a partir de uma relação dialógica com o colegiado do curso, objetivando mensurar o aproveitamento do ensino e da aprendizagem (individual e coletiva dos estudantes) e sua adequação aos pressupostos exigidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Compete ao Professor da disciplina elaborar os instrumentos avaliativos, e atribuir-lhes o julgamento através de nota expressa em grau numérico de zero a dez. As Culminâncias Pedagógicas, duas por período letivo, visam à avaliação progressiva do aproveitamento do estudante e constam de instrumentos avaliativos, previstos no plano de ensino das disciplinas no formato presencial e nas disciplinas ofertadas em EAD.

É realizada uma 2ª Chamada no caso de o estudante não comparecer a uma das avaliações individuais da primeira ou segunda unidades, devendo esta ser em forma de prova escrita, abrangendo todo o conteúdo programático do período letivo.

Fica dispensado do Exame Final o estudante que, tendo realizado duas Culminâncias Pedagógicas previstas para o período letivo, houver obtido média não inferior a (7,0) sete. O estudante só se submete ao Exame Final se tiver obtido a média mínima de três pontos. O Exame Final deve constar de uma prova escrita, abrangendo todo o conteúdo programático do período letivo. É concedida revisão da nota atribuída às verificações de aproveitamento, quando requerida no prazo estipulado no Calendário Acadêmico.

Atendida em qualquer caso a frequência mínima a 75% das aulas e demais atividades acadêmicas, é aprovado o estudante que obtiver nota de aproveitamento não inferior a cinco correspondente à média das notas das Culminâncias Pedagógicas e do Exame Final.

Na Modalidade EaD, ou seja, nas disciplinas semipresenciais, a prova poderá ser em formato impresso e/ou eletrônico através de agendamento para sua realização, com preenchimento de gabarito para correção com leitura ótica e/ou automatizada, será previamente agendada conforme Calendário Acadêmico Institucional, composta por questões de múltipla escolha, que requeiram compreensão, análise e interpretação. Ela deve ser realizada individualmente pelo estudante e que represente a síntese dos conteúdos vivenciados na disciplina, valorizando a interdisciplinaridade. Tanto no formato impresso quanto no formato eletrônico, as avaliações para os estudantes com diagnóstico com alguma deficiência, são adaptadas, ampliadas as fontes, tempos e espaços, acompanhadas de profissionais habilitados para acompanhamento e orientação.

3. CORPO DOCENTE E TUTORIAL

3.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE - Titulação e Regime de Trabalho

De acordo com a política institucional e em atendimento à Resolução CONAES n° 01, de 17 de junho de 2010. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Pedagogia da UniFAFIRE, é um órgão consultivo, é responsável pelo permanente acompanhamento, avaliação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Art. 2º - O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo responsável pela concepção, avaliação, atualização e consolidação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação

O NDE, de acordo com regulamento próprio, (**Anexo 6**) é um colegiado que se estabeleceu a partir do ano letivo de 2010, como um espaço consultivo, avaliativo e decisório, cuja função primordial é participar na concepção, avaliação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso – PPC –, é composto por 5 (cinco) docentes que integram o curso (o coordenador e mais 4 (quatro) docentes designados pela coordenação e pela direção) por um período de 3 anos, devendo ser renovado, a cada três anos, mantendo parte de seus/suas membros desde o último ato regulatório. Tendo como presidente a então Coordenação do Curso.

Em 2017, foi instituída na IES a função de Vice-Presidente do NDE, com carga horária de 4 h/a semanais, para ajudar a coordenação a conduzir as atividades do curso.

Atribuições do núcleo docente estruturante - NDE

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional dos egressos dos cursos;
- II. Conduzir os trabalhos de reestruturação dos projetos pedagógicos dos cursos, objetivando suas atualizações curriculares, quando necessárias, para aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão- CEPE;
- III. Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento dos cursos definidas pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão- CEPE e pelo Regimento da UniFAFIRE;
- IV. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades constantes nos projetos pedagógicos dos cursos;

V. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão que contribuam para a melhor formação dos integrantes dos cursos;

VI. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação da UniFAFIRE;

VII. Exercer as demais atribuições que lhes são explícitas ou implícitas conferidas pelo Regimento da Centro, bem como legislação e regulamentos a que se subordine.

O NDE é constituído por 5 docentes do curso. **Atuam em regime de trabalho integral e parcial, sendo 03 mestres 60% e 02 doutores. 40% sendo 03 em Regime Integral 60% e 02 em Regime parcial 40%.** O NDE tem Regulamento Interno com definição de suas competências e atribuições. Sua atuação é pautada na atualização permanente do PPC do curso, na busca de melhorias que contribuam para a formação dos licenciandos.

MEMBROS DO NDE CURSO PEDAGOGIA	PORTARIA DE NOMEAÇÃO	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
José Paulino Peixoto Filho - Presidente	Portaria nº 004/2022, de 17 de janeiro de 2022, período de vigência de 01 de fevereiro de 2022 a 31 de janeiro de 2025.	Mestrado	Integral
Regina Barreto Santos Silva - Vice Presidenta	Portaria nº 049/2021, de 25 de outubro de 2021, vigendo de 07 de outubro de 2021 a 11 de outubro de 2024	Mestrado	Parcial
Ryta de Kássya Motta de Avelar Souza.	Portaria nº 032/2023, de 02 de agosto de 2023, vigendo de 03 de agosto de 2023 a 02 de agosto de 2026.	Mestrado	Parcial
Eliene Amorim de Almeida.	Portaria nº 031/2023, de 02 de agosto de 2023, vigendo de 03 de agosto de 2023 a 02 de agosto de 2026.	Doutorado	Integral
Tarcísio Régis de Souza Bastos	Portaria nº 055/2022, de 07 de março de 2022, vigendo de 07 de março de 2022 a 07 de março de 2025.	Doutorado	Integral

Quadro 15 -Membros do NDE

3.2 Atuação da Coordenação do Curso

O trabalho de Coordenação de curso é desafiador frente às demandas do cotidiano institucional e às exigências postas pelo sistema educacional em permanente mutação. Cuidar do processo de formação dos educadores, da relação professor e alunos, da intermediação com o mundo do trabalho, das parcerias interinstitucionais, dos estágios curriculares obrigatórios, da atualização da legislação, dos processos burocráticos e administrativos do dia a dia, são

atribuições que pautam o cotidiano da coordenação e todas elas demandam tempo, organização e planejamento, com vista ao bom andamento dos processos e a qualidade social.

A coordenação do curso de Pedagogia assume o compromisso e responsabilidade, alinhado com as políticas institucionais traçadas no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Político Pedagógico do Curso em consonância com o que se afirma na Missão institucional “Oferecer uma educação integral de qualidade, provendo a formação humana e profissional comprometida com a construção de uma sociedade justa e fraterna, fundamentada nos princípios éticos e cristãos e na intuição pedagógica de Paula Frassinetti’.

Para isso, seu trabalho é pautado pelo compromisso da promoção de boas relações com os docentes e discentes e demais atores envolvidos na dinâmica institucional com vista à melhoria do processo de ensino e aprendizagem. As ações desenvolvidas no decorrer de cada semestre, são planejadas e socializadas nas reuniões de colegiado do curso e com o NDE.

As atribuições da coordenação do curso se expressam no cotidiano de suas ações a partir de um plano de trabalho construído e socializado junto ao NDE, tendo como base as políticas institucionais e os resultados dos processos de avaliação interna e externa.

Nesse sentido, o plano de trabalho da coordenação do curso de Pedagogia é elaborado com vista a atender às demandas apontadas pela comunidade discente e docente a partir dos processos de escuta nas reuniões com estudantes representantes de curso, das reuniões de colegiado do curso, dos insumos das avaliações institucionais internas e externas, avaliação de desempenho docente que é realizada pelos estudantes, considera os dados e demandas apontadas pela CPA; as informações do Relatório do ENADE produzidos pela Diretoria de Avaliação do Ensino Superior - DAES, 2021.

As atribuições da atuação da coordenação do curso estão descritas no PDI e no Regimento Interno da IES, e entre elas destacam-se: acompanhar e avaliar a prática docente do curso; orientar os/as estudantes em relação a sua vida acadêmica; supervisionar as atividades docente, administrativa e acadêmica, vinculadas ao Curso e o cumprimento das exigências do regime didático, administrativo e disciplinar. Estão assim expressas:

- Representar o Curso junto às autoridades e órgãos da UniFAFIRE;
- Convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso;
- Acompanhar e avaliar a prática docente do Curso;
- Orientar os estudantes do Curso em relação a sua vida acadêmica;
- Supervisionar as atividades docente, administrativa e acadêmica, vinculadas ao Curso e o cumprimento das exigências do regime didático, administrativo e disciplinar;
- Apresentar, semestralmente, ao Colegiado do Curso, relatório das atividades da sua Coordenadoria;
- Sugerir à Direção contratação ou dispensa do pessoal docente e coordenar o processo de seleção docente;
- Examinar e dar parecer aos pedidos de transferência e aproveitamento de estudo, ouvindo a Assessoria Jurídica-Acadêmica e, quando necessário, o Colegiado do Curso;
- Presidir e convocar o Núcleo Docente Estruturante – NDE;

- Zelar pela execução do Projeto Pedagógico do Curso e pelo atendimento aos padrões de qualidade definidos pela UniFAFIRE e pela legislação vigente;
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei, neste Regimento e em outros documentos da Instituição.
 -

3.2.1 Regime de Trabalho da Coordenação do Curso

A coordenação do Curso de Pedagogia trabalha em Regime Integral com 40h, sendo 20 horas semanais para atender as demandas da gestão do curso, as demandas dos docentes e discentes. Considerando outras atividades de ensino, pesquisa e extensão. Seu trabalho é pautado pelo compromisso de promover a escuta cuidadosa aos docentes e discentes e intermediar junto à coordenação geral da graduação as melhorias necessárias que impactem os processos de ensino e aprendizagens. O Plano de trabalho da coordenação do curso é elaborado a partir dos dados emitidos por relatórios da CPA; resultados das avaliações externas; dos canais de escuta aos discentes e docentes. A coordenação do curso participa de colegiados superiores, convocados pela coordenação geral de graduação e/ou pela reitoria.

3.3 Corpo Docente, Área de Formação, Titulação e Regime de Trabalho

O corpo docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia é composto em sua maior parte, por professores com formação inicial, em cursos de Licenciatura, com predominância em Pedagogia, com anos de experiência de atuação docente na Educação Básica e Superior. O quadro a seguir descreve a formação, titulação e regime de trabalho do(a) docente e apresenta coerência com o disposto na Lei Federal nº 9.394/1996, segundo a qual, pelo menos um terço do corpo docente, deve possuir qualificação *stricto sensu*. E no que se refere ao regime de trabalho, atende o que descreve o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Compete ao corpo docente organizar e planejar os conteúdos dos componentes curriculares das disciplinas que ministram no curso, considerando sua pertinência e relevância para uma atuação profissional coerente com a proposta do curso, os objetivos e o perfil profissional dos egressos. Compete aos docentes atualizar a bibliografia básica e Bibliografia Complementar e na dinâmica da sala de aula, utilizar a reflexão crítica e dialógica sobre os processos de ensino aprendizagem.

Considerando a política de avaliação das aprendizagens da IES, conforme instrução normativa interna de avaliação INA-CGG nº 01, de 04 de outubro de 2023, compete ainda aos

docentes, elaborar e aplicar os instrumentos de avaliação da aprendizagem, fazer os devidos registros de lançamento de notas no sistema e alimentar os diários acadêmicos em formato eletrônico com os conteúdos ministrados e a frequência dos estudantes.

O quadro a seguir sintetiza informações básicas do corpo docente como: formação, titulação, disciplinas que ministram, regime de trabalho, experiência docente na Educação Superior e na Educação Básica.

3.3.1 Regime de Trabalho do Corpo Docente

O Regime de Trabalho do corpo docente do curso de Pedagogia é composto de 22 professores, sendo: 4 professores em regime horista, o que corresponde a 18,18%, 12 professores em regime parcial, o que corresponde a 54,55% e 6 professores em regime integral, o que corresponde a 27,27%.

As atividades desenvolvidas pelos docentes incluem planejamento, organização do trabalho pedagógico, atendimento aos estudantes, participação em reunião de colegiado, atividades de formação continuada, atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Regime de trabalho	Quantidade	Percentual
Integral	6	27,27%
Parcial	12	54,55%
Horista	4	18,18%
Total	22	100,00%

3.3.2 Titulação do corpo docente

O quadro docente do Curso de Pedagogia é constituído por 22 professores: sendo 4 especialistas, o que corresponde a 18,18%, 11 mestres, o que corresponde a 50% e 7 doutores, o que corresponde a 31,82%.

Titulação	Quantidade	Percentual
Doutores	7	31,82%
Mestres	11	50,00%
Especialistas	4	18,18%
Total	22	100,00%

Síntese do Corpo Docente

PROFESSOR/A	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO	DISCIPLINA	Regime de Trabalho	Anos de Experiência Ed. Superior	Anos de Experiência na Educ. Básica
Aderval Farias de Lima	Filosofia	Especialista	Fundamentos Sócio Filosóficos da Educação	Horista	37	0
Alessandra Christiane Cardoso dos Santos	Pedagogia	Mestrado	Coordenação Pedagógica e Planejamento Ensino de Geografia e suas Tecnologias	Horista	20	29
Andrea Cavalcanti Galvão Moretti	Pedagogia	Mestrado	Alfabetização e Letramento Ensino de Língua Portuguesa e suas Tecnologias I e II	Horista	18	11
Cristianne Lopes Lima de Castro	Pedagogia Psicologia	Mestrado	Relações Interpessoais; Gênero, educação e D.H; Fundamentos psicológicos da educação; Psicologia da aprendizagem; Educação, contemporaneidade e trabalhos docentes	Horista	20	24
Eliene Amorim de Almeida	História	Doutorado	Cultura Afro-Brasileira e Indígena Antropologia Cultural e Educação Educação no Campo Políticas Públicas e	Integral	12	0

			Financiamento da Educação			
Frederico José Machado	Letras	Doutorado	Didática	Parcial	15	03
Ilcéia Alves Soares	Psicologia	Mestrado	Educação Inclusiva Pedagogia nas Organização	Parcial	03	0
José Paulino Peixoto Filho	Pedagogia	Mestrado	Gestão Educacional História da Educação Pesquisa em Educação Estágio Supervisionado em Gestão	integral	24	20
João Paulo Nogueira	Engenharia Elétrica e Gestão Financeira	Mestrado	Tecnologia, Trabalho e Inovação	Integral	13	0
Kylzia Andrea Azevedo Pereira	Pedagogia	Mestrado	Estágio Supervisionado Educ. Infantil Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	Parcial	12	07
Maria das Graças Soares da Costa	Letras	Doutorado	Cidadania e Fé	Integral	16	0
Maria Izabel Carneiro da Cunha de Araújo Barbosa	Letras	Especialista	Metodologias Ativas	Parcial	7	10
Maria Júlia Carvalho de Melo	Pedagogia	Doutorado	Metodologia de Estudo	Parcial	05	02
Nelma Menezes Soares de Azevedo	Letras	Mestrado	Língua Portuguesa: compreensão e produção de texto Literatura Infantojuvenil	Parcial	21	30
Patrícia Irene dos Santos	Pedagogia	Doutorado	Ensino de História e Suas Tecnologias Avaliação da Aprendizagem Projeto Pedagógico e Currículo	Parcial	13	17
Regina Barreto dos Santos Silva	Pedagogia	Mestrado	Ensino de Matemática e suas Tecnologias I e II Ensino de Artes e suas tecnologias Tecnologias na Educação	Parcial	16	22
Rosângela Nieto Albuquerque	Pedagogia	Mestrado	Neurociência e Educação Educação Inclusiva Psicomotricidade	Integral	21	30
Ryta de Kassya Motta de Avelar Sousa	Pedagogia	Mestrado	Trabalho de Conclusão de Curso Política e Legislação educacional	Parcial	17	23

			Ensino de Ciências e suas Tecnologias Educação de Jovens e Adultos; Orientação e estágio supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental.			
Sandra Batista Ferreira	Pedagogia	Especialista	Ludicidade Corporeidade e Educação Dificuldades de Aprendizagem e Altas Habilidades Orientação e Estágio Supervisionado em EJA	Parcial	17	22
Tarcísio Régis de Souza Bastos	Economia	Doutorado	Ética e Responsabilidade Social	Integral	7	0
Thiago José de Souza Alves	Ciências Biológicas	Doutorado	Educação Ambiental e Sustentabilidade	Parcial	10	13
Walnéa Virgínia Manguiera Lima	Pedagogia	Especialista	Fundamentos da Educação Infantil	Integral	27	30
Média de experiência do corpo docente					16 anos	13,3 anos

Quadro 16 - Síntese do Corpo Docente.

3.3.3 Atuação do Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso é uma instância acadêmica com funções pedagógicas e administrativas. Está institucionalizado na IES, tem regulamento (**Anexo 10**) e é um órgão para tratar os assuntos da política de Ensino/Pesquisa/Extensão do curso em conformidade com as normas institucionais (*vide* Regimento Interno, nos artigos. 7º, 25º e 26º). É constituído pelo Coordenador do Curso, pelos professores do quadro efetivo do Curso, representante estudantil e representantes da Comissão Própria de Avaliação.

As reuniões do referido órgão são presididas pela Coordenação do Curso e acontecem, ordinariamente, duas vezes no semestre, e, extraordinariamente, quando se fizer necessário. A convocação é feita com antecedência, a fim de garantir a presença dos seus membros. Durante esse encontro, o Colegiado acompanha o funcionamento do curso, discute, analisa e delibera sobre questões acadêmicas, pedagógicas e administrativas relacionadas às atividades do Ensino Superior.

Em cada sessão do colegiado lavra-se uma ata que, depois de lida e aprovada, é assinada pelo coordenador e pelos presentes. Todas as questões apresentadas são, posteriormente, resolvidas na coordenadoria do Curso em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante - NDE ou encaminhado ao setor competente para soluções. Dispõe de sistema de suporte de registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões e realiza avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajustes de práticas de gestão.

Conforme o Regimento da IES estão descritas as competências do Colegiado:

- Participar da elaboração do PPC e do currículo do curso de Graduação e encaminhá-lo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, para aprovação;
- Assumir responsabilidades nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitadas as especialidades e coordenar as atividades desenvolvidas nestas áreas;
- Aprovar os programas, ementas e planos de ensino das disciplinas;
- Elaborar e aprovar os projetos de ensino, de pesquisa e de extensão e executá-los, depois de aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos dos estudantes regulares e adaptações curriculares de estudantes transferidos e diplomados;
- Aprovar o plano e o calendário de atividades de seu Curso;
- Propor a seleção de monitor para sua disciplina;
- Analisar e discutir questões específicas de sua competência.

3.3.4 Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica.

O ciclo de avaliação foi marcado em parte com o quadro de Pandemia da Covid 19. De 2020 a 2021 o cenário educacional foi impactado pelas mudanças profundas que marcou o cenário mundial com rebatimentos diretos nos processos de ensino e aprendizagem e conseqüentemente nos processos de produção científica, difusão cultural, artística e tecnológica. O isolamento social, o cancelamento e adiamentos de eventos científicos, congressos e outras atividades do meio acadêmico científico, cultural, artístico ou tecnológico, foram diretamente atingidos.

Apresentamos a seguir o resumo da produção dos docentes do curso, considerando o período de retomada das atividades presenciais 2022 a 2024.

Nesse Contexto, 72,73% atendem algum dos critérios de produção, assim distribuídos:

Professores	Produções	percentuais
11	4	50,00%
03	7	13,64%
02	9	9,09%

3.3.5 Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) tem como objetivo receber projetos, pesquisas de alunos e professores, e analisar, à luz do bom desempenho ético, a viabilidade da execução de determinado projeto. O CEP/UniFAFIRE se constitui numa importante ferramenta institucional de apoio à produção científica. Foi oficialmente constituído em 2012, com o reconhecimento pelo Ministério da Saúde, através da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

O CEP/FAFIRE vem desempenhando um papel de importância na consolidação das práticas éticas de pesquisa na instituição. Pode-se destacar a cooperação com o núcleo de pesquisa nos aspectos educacionais e informativos, ainda, ressalta-se que a procura por informações referentes aos protocolos de pesquisa vem ocorrendo com naturalidade, com isso, cria-se a recorrência da procura por pesquisadores da UniFAFIRE e pesquisadores externos. O Comitê possui uma equipe multidisciplinar formada por membros docentes, administrativos e da sociedade civil e espaço físico adequado com os recursos e equipamentos necessários para o desenvolvimento de suas funções.

4. INFRAESTRUTURA

A UniFAFIRE possui 11.407,02 m² de área construída, distribuídos em três edifícios conjugados: o prédio da Biblioteca, o prédio da Pós-Graduação e o prédio principal. Todas as dependências foram projetadas para atender aos requisitos de um moderno estabelecimento de ensino e estão adequadas ao desenvolvimento das atividades e programas curriculares, não perdendo de vista o lema Institucional da Tradição e Modernidade.

Os itens a seguir descritos neste Plano de Desenvolvimento Institucional (2021-2025), obedecem aos **padrões arquitetônicos recomendados quanto à ventilação, iluminação, acústica, ergonomia, dimensão física, limpeza, acessibilidade, avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial e sua destinação específica de utilização.**

Situada na área central do Recife e em uma das mais importantes avenidas da cidade, a UniFAFIRE, o 'pontinho verde da Boa Vista', dispõe de uma localização privilegiada e diferenciada. Tanto pela inserção geoespacial em si, quanto pelo fato da proporção de oito para dez do perfil assistido dos estudantes, ser majoritariamente de usuários de transporte público. Noventa em cada cem estudantes residem em uma das cinco cidades da Região de Desenvolvimento Metropolitano: Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Camaragibe.

A Instituição disponibiliza acesso à rede WIFI (modelo *Aruba 203 e 207*) de alta velocidade (**link de internet de fibra óptica full duplex de 600Mbps** do fornecedor *Local Link*) para toda a comunidade educativa: estudantes, professores, funcionários e visitantes em todo o ambiente da IES. A navegação e o respectivo acesso são seguros (através da adoção de criptografia ponta a ponta) e são monitorados atendendo aos critérios definidos na Política de Segurança da Informação da Instituição (**APÊNDICE**). A estabilidade da energia elétrica e da rede lógica é assegurada por um Gerador **HIMOINSA HSW-725 T6B SP de 700 KVA** de potência (cabinado com funcionamento a Diesel - 2700 litros) com autonomia de 36 (trinta e seis) horas ininterruptas, assim assegurando o funcionamento da UniFAFIRE 24 horas por dia, 7 dias por semana.

O Acordo de Nível de Serviço (*Service Level Agreement*) estabelecido entre a área de Tecnologia da Informação e os requisitantes dos serviços estão descritos no Plano de Trabalho da área supracitada, e são revisados periodicamente, para assegurar sua adequação ao atendimento das necessidades organizacionais.

4.1 Salas de Aula

A infraestrutura da UniFAFIRE conta com diversas salas de aula e uma série de setores e núcleos que propiciam aos estudantes uma ampla vivência do espaço acadêmico, estimulando múltiplas competências e saberes. No que se refere às salas de aula, essas são ambientes devidamente equipados com recursos tecnológicos adequados às atividades com computador, som e projetor de multimídia (Datashow), são todas climatizadas, em excelentes condições de dimensão, com manutenção periódica dos equipamentos, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade. Adicionalmente, o curso conta com espaços como Laboratório de Apoio Didático Espaço Paulo Freire, Laboratório Multidisciplinar de Anatomia, Fisiologia e Patologia, Laboratórios de Informática e Laboratório de Técnica Dietética e Tecnologia dos Alimentos somam-se como espaços que possibilitam ampla vivência dos conteúdos curriculares essenciais para a formação profissional em Pedagogia. As normas de utilização dos laboratórios utilizados pelo Curso de Pedagogia encontram-se anexadas ao PPC.

Adicionalmente, no que diz respeito às inovações tecnológicas, os estudantes do curso de Pedagogia contam com o Laboratório Multidisciplinar Móvel, equipado com Chromebook que podem ser utilizados em diferentes ambientes da instituição e permitem atividades e vivências práticas dos conteúdos discutidos em sala de aula através do uso de ferramentas didático-pedagógicas tecnológicas e inovadoras.

4.2 Laboratórios

A partir de um minucioso estudo das necessidades fundamentais para a realização de aulas práticas na formação do profissional em Pedagogia, a UniFAFIRE disponibiliza aos professores e estudantes, uma ampla estrutura de laboratórios didáticos devidamente equipados, com condições físicas e materiais e insumos que possibilitam atividades experimentais nas diversas disciplinas contempladas na matriz curricular. (Regulamento Normas Gerais - **Anexo 7**).

Além das aulas práticas, os laboratórios destinam-se a oferecer suporte às pesquisas realizadas pelos estudantes nos projetos de iniciação científica aprovados e em desenvolvimento junto ao Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica da UniFAFIRE, sempre com a supervisão feita por professores e/ou técnicos dos laboratórios. Adicionalmente, os laboratórios servem de espaço para a realização de oficinas, minicursos e cursos de extensão na área de Pedagogia.

Visando o conforto e a garantia da segurança dos procedimentos realizados, os laboratórios são refrigerados e possuem um mapa de risco, bem como preconiza a aplicação de normas de biossegurança. Esse acompanhamento da biossegurança é realizado constantemente, e está sob responsabilidade da coordenação dos laboratórios. Ressalta-se que todo espaço está dentro das normas de biossegurança previstas pela legislação, a fim de evitar qualquer acidente/incidente.

A aquisição de materiais de consumo é feita semestralmente, por meio de solicitação encaminhada à coordenação dos laboratórios e ao setor administrativo para compras. No âmbito da **acessibilidade** para os laboratórios de práticas multidisciplinares localizados em diferentes ambientes da UniFAFIRE, encontram-se: rampas de acesso; nivelamento do piso na entrada dos laboratórios para cadeirantes; piso cromo diferenciado (marcação com fitas adesivas amarela nas mudanças de níveis de pisos e degraus antiderrapantes); 02 elevadores (um com marcação em Braille e outro de pistão para acesso às salas de dinâmica de grupo) e marcação em Braille nas portas de acesso aos laboratórios. Internamente, os laboratórios apresentam livre circulação em seu interior, sem a presença de obstáculos, nos locais de deslocamento e apresentam bancadas com alturas acessíveis. Todas estas propostas promovem uma estrutura física e pedagógica para acessibilidade aos laboratórios de práticas multidisciplinares.

Os laboratórios de práticas multidisciplinares também contam com ações no âmbito da educação inclusiva através da presença de intérpretes de libras, aprendizagem sensorial pelo tato, além de atividades coletivas em grupo que promovem apoio ao desenvolvimento do aprendizado, a aceitação das diferenças, valorização humana e aprendizagem. Todas estas propostas promovem a garantia de uma atividade inclusiva e pedagógica nos laboratórios de práticas multidisciplinares na UniFAFIRE.

A gestão geral do laboratório é de responsabilidade primária da Coordenação de Ambientes Pedagógicos e dos Laboratórios de Práticas, que atuam em conjunto com os coordenadores de curso, a partir da proposta de gestão compartilhada dos espaços. A gestão conta ainda com o apoio de um técnico de laboratório que dá suporte e apoio nas atividades práticas dos laboratórios. Os laboratórios são: Laboratório Multidisciplinar de Anatomia, Fisiologia e Patologia; Laboratório de Informática e Laboratório Multidisciplinar Móvel.

4.2.1 Laboratório de Informática

A UniFAFIRE possui três laboratórios de informática equipados com modernos computadores completos (com mouse, teclado, monitor e CPU), com acesso à internet, os quais permitem sua utilização para ministrar aulas práticas de diferentes disciplinas. A infraestrutura de redes de computadores viabiliza a instrumentalização e uso de programas como os de webdiet, bioinformática, estatística, gerenciadores de referências bibliográficas, dentre outros, utilizados na formação dos estudantes de nutrição. **(Regulamento Anexo 7)**

Estruturalmente, os três laboratórios são climatizados e estão equipados com diferentes quantidades de computadores e equipamentos, onde o menor laboratório de informática, apresenta 15 computadores completos, o de porte médio, apresenta 18 computadores completos e o de maior porte, apresenta 42 computadores completos. O laboratório de menor porte está equipado com 01 birô, 3 bancadas, 1 ar-condicionado, 15 monitores, 15 teclados, 15 mouses e 15 CPUs. O laboratório de porte médio está equipado com 03 bancadas, 1 ar-condicionado, 18 monitores, 18 teclados, 18 mouses e 18 CPUs. Já o de maior porte está equipado com 05 bancadas, 1 ar-condicionado, 42 monitores, 42 teclados, 42 mouses e 42 CPUs que são de acesso para uso dos estudantes, visitantes e público em geral. Este último laboratório de informática, também apresenta dois birôs, que estão equipados com 01 telefone, 01 impressora, 02 teclados, 02 monitores, 02 mouses e 02 CPUs que são de acesso restrito aos técnicos do laboratório, responsáveis pelo apoio e suporte de todos os laboratórios de informática da instituição.

Em relação à acessibilidade, os laboratórios de informática apresentam o programa NVDA e DOSVOX, que se comunicam com os usuários mediante síntese de voz, permitindo que pessoas com deficiência visual possam acessar e interagir com os sistemas operacionais presentes nos computadores. Para isto, estão disponibilizados 15 fones de ouvido que podem ser utilizados pelos usuários quando solicitados.

Os laboratórios de informática da UniFAFIRE têm como finalidade oportunizar aos estudantes do curso o contato com o mundo na sua mais ampla forma, desenvolvendo e ampliando o conhecimento teórico adquirido em sala de aula. Visitas a museus virtuais, acesso aos vídeos no *YouTube*, uso do *Google View* e visitas às plataformas biotecnológicas *on-line* são alguns exemplos da utilização. No cenário da pandemia, o laboratório de informática foi utilizado pelos discentes para acompanhamento das atividades remotas nas salas de aulas virtuais, através do pacote *G-suite*, onde estudantes e professores interagem de forma síncrona no ambiente virtual do *Google classroom*.

4.2.2 Laboratórios didático de formação básica

Os Laboratórios de Apoio Didático das Licenciaturas são constituídos de um conjunto de Laboratórios de Biologia Geral, Zoologia, Anatomia Humana e Microbiologia e Química/Bioquímica. Espaço destinado às disciplinas das metodologias de ensino e suas tecnologias, Neurociência e Educação, Educação Ambiental e Sustentabilidade. Os Laboratórios possuem equipamentos em quantidade e qualidade adequados à natureza das atividades que são desenvolvidas, possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos modernos, condizentes com os espaços físicos e a capacidade de atendimento. Passam por revisões periódicas e avaliações contínuas a partir dos relatórios de avaliação interna produzidos pela CPA. A gestão dos laboratórios possui plano de contingência que busca melhorias contínuas. O gestor é nomeado pela reitoria e o profissional possui formação adequada, consta ainda com apoio de técnico de funcionários da IES e monitores que acompanham e orientam as atividades. O uso se dá a partir de agendamento e os usuários são orientados sobre as normas de funcionamento que precisam ser seguidas durante as atividades. (**Regulamentos - Anexo 7**).

4.2.3 Laboratório Multidisciplinar Móvel

No que diz respeito às inovações tecnológicas, este laboratório está equipado com máquinas modernas, chamadas Chromebook, que permitem atividades práticas em diferentes ambientes e disciplinas, seja em sala de aula, laboratórios ou em outros espaços da UniFAFIRE. Contudo, apresenta-se como uma ferramenta didático-pedagógica tecnológica e inovadora que pode estar presente em qualquer ambiente da instituição. Desta forma, os discentes podem apresentar diferentes práticas pedagógicas com ferramentas tecnológicas no âmbito de sua formação geral e específica, em sua área de formação nos diferentes ambientes e vivências na UniFAFIRE.

4.2.4 Laboratório Multidisciplinar de Anatomia, Fisiologia e Patologia

O laboratório conta uma área total de 68 m², e serve de apoio ao aprendizado morfológico macroscópico dos órgãos dos diferentes sistemas do organismo humano. Sua estrutura física está equipada com peças anatômicas, 01 macromodelo do tronco humano em gesso, 08 macromodelos de tronco cerebral e 08 telencéfalos. Ossos humanos naturais

(avulsos) e diversas peças formolizadas de todos os sistemas, todas naturais, compõem o acervo. O acervo também é composto de um esqueleto, um sistema digestório e sistema cardiovascular, todos em material plástico, além de materiais em isopor elaborados pelos próprios estudantes. Esse espaço também conta com birô, estantes para armazenamento dos materiais e peças anatômicas, lousa, bancos e duas mesas grandes em alumínio próprias para o estudo de anatomia humana, as quais servem de suporte para as peças naturais durante as aulas.

Este ambiente, além de conferir ao estudante um conhecimento de formação geral e específica, desenvolvendo atividades pedagógicas de integração entre teoria e prática em sua área de formação, também promove a abordagem dos diferentes aspectos das ciências da vida referentes aos conhecimentos da anatomia humana através da manipulação, observação e interação, proporcionando experiências e habilidades nas práticas do manuseio de materiais, modelos e peças anatômicas referente ao conhecimento do corpo humano.

Neste ambiente também podem ser realizadas atividades didático-pedagógicas inovadoras com o uso concomitante do laboratório multidisciplinar móvel, que é equipado com os chromebooks, e que permite aos estudantes, atividades práticas em diferentes ambientes e disciplinas, seja em sala de aula, laboratórios ou em outros espaços da UniFAFIRE.

Neste cenário da pandemia do novo coronavírus, o laboratório de anatomia humana também tem sido utilizado pelos discentes em acompanhamento das atividades remotas (transmissão das aulas práticas), nas salas de aulas virtuais, onde estudantes e professores interagem de forma síncrona no ambiente virtual do *Google classroom*, como também tem sido utilizado em atividades presenciais, seguindo todos os protocolos de biossegurança em decorrência da pandemia da Covid-19.

4.2.5 Laboratório de Técnica Dietética e Tecnologia de Alimentos

O laboratório de Técnica Dietética e Tecnologia de Alimentos conta uma área projetada em modelo de cozinha experimental, constando ainda neste ambiente uma sala para análise sensorial de alimentos e outra sala de apoio para guardar equipamentos e utensílios domésticos. O laboratório destina-se ao suporte de aprendizado e pesquisas (iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso) que envolvam técnicas de pré-preparo e preparo

de alimentos, análise sensorial dos alimentos, como também, aplicação de materiais e/ou métodos tecnológicos de produção ou conservação de alimentos.

Esse ambiente atende às aulas práticas referentes à saúde e segurança alimentar no ambiente escolar, proporcionando a discussão e aprendizado de temas como pirâmide alimentar, consumo de alimentos naturais e importância da hidratação e alimentação saudável no Curso de Pedagogia. Esta atividade ocorre de forma integrada com o curso de Nutrição, promovendo a prática intercurso, proporcionando a troca de experiências e vivências entre os cursos de pedagogia e nutrição.

Estruturalmente, o espaço está equipado com 04 fogões industriais providos de 06 acendedores cada, 02 coifas, 01 freezer horizontal, 01 geladeira, 04 mesas com pia em aço inox, 05 mesas em aço inox, 02 mesas de apoio, base em ferro com tampo em granito cinza e 01 armário em aço inox. O laboratório conta também com diversos eletrodomésticos, como liquidificadores, batedeiras, extrator de suco elétrico e forno micro-ondas. O acervo ainda é constituído por variados utensílios domésticos, como copos, pratos (fundo, raso e de sobremesa), talheres, facas para corte (carnes e legumes), descascadores de legumes, espátulas, escumadeiras, conchas, bandejas plásticas (diferentes dimensões), tábuas para corte em polietileno, painéis e formas (diferentes dimensões), utensílios para pesos e medidas (balança de cozinha carregada à pilha, balança analítica eletrônica, copos medidores e provetas plásticas), lixeiras plásticas com pedal, entre outros itens de suporte utilizados no curso das aulas.

Com a nova realidade instaurada a partir da pandemia do novo coronavírus, docentes e discentes foram conduzidos a vivenciar uma nova vivência acadêmica através das aulas híbridas. Neste contexto, por meio das salas de aulas virtuais, estudantes e professores compartilham saberes de forma síncrona no ambiente virtual do *Google Classroom*. Ademais, as atividades presenciais realizadas no Laboratório de Técnica Dietética e Tecnologia de Alimentos são conduzidas mediante todos os protocolos de biossegurança implantados pela Instituição ancorados nos documentos legais vigentes para o combate à pandemia da Covid-19. (Regulamento - Anexo 7)

4.2.6 Laboratórios de Apoio didático de formação específica das Licenciaturas - CENEDE, ESPAÇO PAULO FREIRE E BRINQUEDOTECA (Regulamento - Anexo 8 e 9)

São espaços destinados para planejamento de atividades práticas utilizadas pelas disciplinas das metodologias de ensino. O espaço possui mesas para atividades em equipe, recursos didáticos para atividades lúdicas, jogos, livros, mapas, material dourado, ábaco, blocos lógicos, entre outros. Os espaços são utilizados para apresentação de trabalhos de conclusão de curso, ensaios, realização de fóruns, palestras e outras atividades formativas. Os espaços estão institucionalizados com regulamento e normas de funcionamento. São espaços de criação, reflexão, produção e inovação, que a partir do uso de diferentes linguagens, abordagens e metodologias contribuem expressamente de forma significativa no processo de formação considerando os princípios da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão a partir de práticas interdisciplinares e interprofissionais.

4.3 Biblioteca (Regulamento - Anexo 13)

Fundada em 1941, com fins de credenciamento para abertura de cursos, a Biblioteca Ir. Maria Leopoldina de Oliveira, antes situada no primeiro andar das estruturas possui, desde 2004, prédio próprio subsidiado ao segundo pavimento da Instituição, contando com estrutura em área total construída de 20.443,54 m², distribuída em dois andares. No segundo andar há uma área ampla e climatizada com serviço de atendimento ao usuário, com colaboradores treinados para orientações sobre busca, renovação e reserva de empréstimo online e presencial, havendo 05 (cinco) salas de estudo em grupo com capacidade para 05 (cinco) estudantes cada, 85 (oitenta e cinco) ilhas de estudos individuais, 06 (seis) computadores para consulta acadêmica e 05 (cinco) terminais de consulta ao acervo, sendo um deles adaptado à pessoa com mobilidade reduzida, além de 01 (um) banheiro feminino e 01 (um) banheiro masculino, contando também com 01(um) elevador. O primeiro andar, apresenta mais de 85.000 (oitenta e cinco mil) exemplares de materiais de estudo, é destinado ao acervo físico da biblioteca, além de funcionar como espaço para processamentos técnicos (catalogação, etiquetagem, tombamento e indexação de periódicos).

A IES dispõe de uma Política de Formação e Desenvolvimento do Acervo, como também um Regulamento Interno, devidamente homologado nas instâncias superiores da IES. O acervo é fundamentado nas indicações de bibliografias, propostas pelas unidades

acadêmicas e administrativas, necessárias para o atendimento dos PPC's (Projetos Pedagógicos de Cursos), havendo também uma vasta seleção de periódicos, o que proporciona agilidade na renovação do acervo, configurando no total de 18.296 exemplares de periódicos para consulta local, distribuídos em 407 exemplares na área de ciências exatas e da terra, 648 exemplares em ciências biológicas, 11 exemplares em engenharias, 801 exemplares em ciências da saúde, 19 exemplares em ciências agrárias, 6.180 exemplares em ciências sociais aplicadas, 9.493 exemplares em ciências humanas e 737 exemplares em linguística, letras e artes.

O acervo físico da Biblioteca Ir. Maria Leopoldina de Oliveira é fechado, ou seja, o usuário pesquisa as obras nos terminais de consulta e faz a solicitação de empréstimo domiciliar ou de material de consulta através do “catálogo nas nuvens”, não necessitando o acesso direto ao acervo. Os materiais disponíveis para consulta e empréstimo estão totalmente tombados, garantindo seu registro, carimbo e validação patrimonial, além de ser totalmente informatizado.

A Biblioteca destina-se à comunidade acadêmica e é fechada ao público em geral, permanecendo aberta em horário diferenciado, de segunda à sexta-feira das 08h às 22h e aos sábados, das 08h às 17h. É utilizado como software o sistema Pergamum, que consiste em um sistema informatizado de gerenciamento de dados, com contratação ininterrupta para fins de catálogo online. É oferecido para comodidade acadêmica, renovar os empréstimos remotamente a qualquer hora e em qualquer lugar, por meio de dispositivos móveis ou computadores através do site institucional, por onde, o usuário pode ter informações sobre suas reservas atuais, livros vinculados a sua matrícula, fazer alteração de senha e ver histórico de materiais emprestados. Como suporte aos estudos, é disponibilizado rede WIFI (rede sem fio) de acesso livre à internet para uso dos estudantes da instituição, através da rede aberta “Conecta UniFAFIRE”, o que permite aos usuários conectarem à internet utilizando dispositivos próprios, tais como, *notebooks, tablets ou smartphones*.

No que se trata de acesso às bibliotecas virtuais, há contrato ininterrupto e assinado pela UniFAFIRE, que garante aparato de materiais de estudo para os usuários, contando com 02 (duas) bibliotecas. A biblioteca virtual Pearson, que se trata de uma coleção de livros digitais (e-books) disponibilizada em uma plataforma própria de acesso online de diversas áreas do conhecimento, contando com 2.500 licenças de acesso, atualmente apresenta 12.509 títulos disponíveis para os usuários matriculados. Para maior suporte aos acadêmicos, há assinatura bienal à biblioteca digital Saraiva, dos selos editoriais Saraiva Jur, Saraiva Uni e Érica – grandes referências em conteúdo para os cursos de Direito, Administração, Pedagogia,

Ciências Contábeis, além de cursos técnicos e profissionalizantes, contando com 500 licenças e 2.987 títulos até a construção do PDI (2021-2025). A comunidade acadêmica possui conexão às bibliotecas virtuais dentro do espaço físico da biblioteca, através dos terminais de computadores, além do acesso também ser disponibilizado fora da instituição para estudantes e professores matriculados, utilizando login e senha no Portal eletrônico institucional.

Em caso de falhas sistêmicas, a UniFAFIRE disponibiliza aparato dos serviços de tecnologia através de profissionais de Tecnologia da Informação (TI), aptos ao atendimento, estando situados dentro da estrutura física da Centro, dando o suporte tecnológico necessário para a equipe da biblioteca.

A comunidade acadêmica poderá visitar o acervo através de visita guiada, por onde, o estudante é apresentado ao espaço físico da Biblioteca, por um ou mais auxiliares, evidenciando as normas de acesso, o acervo e o catálogo para pesquisa, além de informação sobre os serviços locais e virtuais e os recursos oferecidos para servir de suporte no desenvolvimento da vida acadêmica. Atualmente o corpo técnico administrativo é composto por 09 (nove) auxiliares administrativos e 01 (um) bacharel em Biblioteconomia, regularmente cadastrado no órgão credenciador do conselho, CRB-4/2274. O usuário poderá ser auxiliado quanto à consulta acadêmica de normas técnicas, em específico a ABNT 6023 atualizada com o bibliotecário/a da instituição, além de poder consultar todas as normas técnicas de instrumentos acadêmicos em formato impresso em horário de expediente.

A Biblioteca Ir. Maria Leopoldina de Oliveira dispõe de mobiliário adaptado para pessoas com nanismo ou mobilidade reduzida, com programa de leitura de tela, que é destinado a auxiliar a pessoa com deficiência visual a fazer uso do computador por meio de um aparelho sintetizador de voz (*DosVox*), também é disponibilizado para estudantes com deficiência visual, teclado acessível em braille, assim como atendimento em linguagem de sinais (LIBRAS) por colaborador treinado. Conta também com facilitador de leitura (sistema de síntese de voz, lupas, régua de leitura) no sistema Pergamum e na biblioteca digital Saraiva, assim como na Biblioteca Virtual Pearson. Como aparato especial, há vinculação entre a biblioteca e o Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NAEE), que segue dando apoio na implementação de ações que favorecem a promoção de valores, direitos e questões relacionadas à acessibilidade, promovendo o processo de inclusão em todos os espaços da UniFAFIRE.

Em parceria com o NUPIC (Núcleo de Pesquisa Científica) são utilizadas ações de difusão para a produção acadêmica, através de divulgação e explicações que abarcam as publicações voltadas para os cursos de pós-graduação da instituição, com o propósito de

incentivar a participação dos docentes e discentes nas produções das revistas institucionais: Revista UniFAFIRE e Revista Lumen. A avaliação periódica do espaço e o gerenciamento da manutenção patrimonial é da responsabilidade da Gestão de Infraestrutura da IES.

4.3.1 Acervos de Periódicos Físicos, Virtuais e *online* na área do curso 1941 a 2023

É proposto para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da biblioteca nos próximos cinco anos de vigência deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2021-2025) a construção de repositório institucional; readequação do *Pergamum* para melhor utilização e aperfeiçoamento dos serviços; capacitação periódica dos colaboradores relativo ao atendimento ao cliente e gestão de habilidades; implementação de mecanismos de divulgação do acervo e serviços oferecidos; ampliação das condições de acessibilidade para deficientes visuais, auditivos e físicos; readequação da área disponibilizada para a biblioteca no site institucional; digitalização das monografias; implementação de inventário automatizado; ampliação e atualização do acervo de livros e periódicos; melhoria no sistema de segurança da biblioteca; inserção de serviços laborais, para que sejam prevenidas doenças. Dar-se como objetivo alcançar todos os propósitos citados, com intuito de reforçar o propósito institucional, tendo por finalidade atingir as metas e garantir a excelência em todos os âmbitos da biblioteca.

A organização técnica dos materiais bibliográficos está de acordo com as tabelas Classificação Decimal de Dewey-CDD (21ª edição) e a de *Cutter Sanborn*. A distribuição dos livros da Biblioteca Irmã Leopoldina de Oliveira, de acordo com as grandes áreas do CNPq, estão distribuídas com o total em Ciências Exatas e da Terra com 626 títulos e 1.826 volumes; Ciências Biológicas com 870 títulos e 2.496 volumes; Engenharias com 83 títulos e 272 volumes; Ciências da saúde com 1.517 títulos e 4.083 volumes; Ciências agrárias com 62 títulos e 144 volumes; Ciências Sociais Aplicadas com 7904 títulos e 20.100 volumes; Ciências humanas com 10607 títulos e 19.869 volumes; Linguística, Letras e Artes com 6.159 títulos e 10.678 volumes, totalizando 27.828. títulos e 59.468 volumes.

O acervo *online* da biblioteca virtual *Pearson*, que garante acesso em diversas áreas de conhecimento, tais como: administração, marketing, engenharia, direito, letras, economia, computação, educação, medicina, enfermagem, psiquiatria, gastronomia, turismo e outras, conta com mais de 12.509 títulos em sua base, pelo qual é

disponibilizado para os estudantes matriculados e cadastrados na biblioteca da UniFAFIRE. Já a biblioteca digital Saraiva, conta com mais de 2.987 títulos, em áreas como direito e contábeis, assegurando uma maior eficiência nos cursos oferecidos pela instituição, ao todo são somados mais de 15.496 livros.

Sequências de Quadros 17 a 19 - com Relatório de Periódicos por Área de Conhecimento Especializado em Educação com ASSINATURAS / IMPRESSAS

1.	AVALIAÇÃO: REVISTA DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. São Paulo. Quadrimestral. ISSN 1414-4077. Classificação: 582 Ac. 49055.
2.	BOLETIM TÉCNICO DO SENAC: A REVISTA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. Rio de Janeiro. Quadrimestral. ISSN 0102-549X. Classificação: 271 Ac. 22773.
3.	CONSTRUIR NOTÍCIAS. Recife. Bimestral. Classificação: 424 Ac. 22926
4.	EDUCAR EM REVISTA. Curitiba, PR. Semestral. ISSN 0104-4060. Classificação: 225 Ac. 22727.
5.	EM ABERTO. Brasília, DF. Irregular. ISSN 0104-1037. Classificação: 23 Ac. 22525.
6.	ENSAIO: AVALIAÇÃO E POLÍTICAS EM EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro. Trimestral. ISSN 0104-4036. Classificação: 257 Ac. 22759
7.	LUMEM. Recife, PE. Semestral. ISSN 0103-9512. Classificação: 138 Ac. 22640
8.	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro. Quadrimestral. ISSN 1413-2478. Classificação: 411 Ac. 22913
9.	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Brasília. Quadrimestral. ISSN 0034-7183. Classificação: 41 Ac. 22543
10.	EDUCAÇÃO (PUCRS). Porto Alegre: Centro Universitário de Educação – PUCRS. Semestral ISSN 0101-465X - Classificação: 236 Ac.22738 -Anos: 2010, 2011, 2012 e 2013
11.	EDUCAR EM REVISTA. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Semestral ISSN 0104-4060 Classificação: 225 Ac. 22727 - Anos: 2010, 2011, 2012 e 2013
12.	NOVA ESCOLA: A REVISTA DO PROFESSOR. São Paulo: Fundação Victor Civita (abril Cultural). Mensal ISSN 0103-0116 - Classificação: 364 Ac. 22866 - Anos: 2010, 2011, 2012 e 2013
13.	ENSINO SUPERIOR. São Paulo, SP: Editora Segmento. ISSN 2238-5576. Classificação: 368 Ac. 22870 - Anos: 2010, 2011, 2012 e 2013

Fonte: Biblioteca Maria Leopoldina

Relatório de Periódicos Virtuais por Área de Conhecimento Especializado em Educação

1.	CADERNOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Centro Universitário de Educação Universidade Federal de Uberlândia. ISSN 1982-7806.
2.	CADERNOS DE PESQUISA. Fundação Carlos Chagas.
3.	CIÊNCIA & EDUCAÇÃO. UNESP
4.	EDUCAÇÃO & PESQUISA. Centro Universitário de Educação da Universidade de São Paulo. ISSN 1517-9702.
5.	EDUCAÇÃO & REALIDADE. Centro Universitário de Educação – UFRGS. ISSN 2175-6236.
6.	EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. CEDES
7.	EDUCAÇÃO EM REVISTA. Centro Universitário de Educação UFMG. ISSN 0102-4698.
8.	EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO. Revista do Curso de Comunicação Social das Centros Integradas Tereza D'Ávila. ISSN 2177-5087
9.	EDUCAÇÃO: REVISTA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO – UFSM. ISSN 1984-6444.
10.	EDUSER: REVISTA DE EDUCAÇÃO. Escola Superior de Bragança – Portugal.
11.	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO / HISTORY EDUCATION JOURNAL. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS
12.	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO – ANPED. ISSN 1413-2478
13.	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS – RBEP (INEP).

14. **REVISTA PROFISSIONAL DOCENTE.** Programa de Mestrado em Educação – Universidade de Uberaba. ISSN 1519-0919.

Fonte: Biblioteca Maria Leopoldina

PERIÓDICOS ON-LINE DO CURSO DE PEDAGOGIA

15. AMBIENTE E EDUCAÇÃO: REVISTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. ISSN 1517-1256. (Disponível no Portal Livre).
16. ATOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO. ISSN 1809-0354. (Disponível no Portal Livre).
17. AVALIAÇÃO: REVISTA DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CAMPINAS). ISSN 1982-5765. (Disponível no Portal Livre e Scielo).
18. BOLETIM DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA (BOLEMA). ISSN 1980-4415. (Disponível no Portal Livre e Scielo).
19. CADERNOS CEDES. ISSN 1678-7110. (Disponível no Portal Scielo).
20. CADERNOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. ISSN 1984-686X. (Disponível no Portal Livre).
21. CADERNOS DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E SOCIEDADE. ISSN 2316-9907. (Disponível no Portal Livre).
22. CADERNOS DE EDUCAÇÃO. ISSN 2178-079X. (Disponível no Portal Livre).
23. CADERNOS DE EDUCAÇÃO: CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS – FITS. ISSN 2357-9919. (Disponível no Portal Livre).
24. CADERNOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. ISSN 1982-7806. (Disponível no Portal Livre).
25. CADERNOS DE PESQUISA. ISSN 1980-5314. (Disponível no Portal Scielo).
26. CADERNOS PAGU. ISSN 1809-4449. (Disponível no Portal Scielo).
27. CALIDAD EN LA EDUCACIÓN (CHILE). ISSN 0718-4565. (Disponível no Portal Scielo).
28. CAMINE: CAMINHOS DA EDUCAÇÃO. ISSN 2175-4217. (Disponível no Portal Livre).
29. CIÊNCIA & EDUCAÇÃO. ISSN 1980-830X. (Disponível no Portal Livre e Scielo).
30. COMUNICAÇÃO & EDUCAÇÃO. ISSN 2316-9125. (Disponível no Portal Livre).
31. CONJECTURA: FILOSOFIA E EDUCAÇÃO. ISSN 2178-4612. (Disponível no Portal Livre).
32. CONTEXTO E EDUCAÇÃO. ISSN 2179-1309. (Disponível no Portal Livre).
33. DEBATES EM EDUCAÇÃO. ISSN 2175-6600. (Disponível no Portal Livre).
34. EDUCAÇÃO - PUCRS. ISSN 1981-2582. (Disponível no Portal Livre).
35. EDUCAÇÃO & LINGUAGEM. ISSN 2176-1043. (Disponível no Portal Livre).
36. EDUCAÇÃO & REALIDADE. ISSN 2175-6236. (Disponível no Portal Livre e Scielo).
37. EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. ISSN 1678-4626. (Disponível no Portal Livre e Scielo).
38. EDUCAÇÃO E FILOSOFIA. ISSN 1982-596X. (Disponível no Portal Livre).
39. EDUCAÇÃO E PESQUISA (USP). ISSN 1678-4634. (Disponível no Portal Livre e Scielo).
40. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS EM DEBATE. ISSN 2238-8346. (Disponível no Portal Livre).
41. EDUCAÇÃO EM FOCO. ISSN 2447-5246. (Disponível no Portal Livre).
42. EDUCAÇÃO EM PERSPECTIVA. ISSN 2178-8359. (Disponível no Portal Livre).
43. EDUCAÇÃO EM REVISTA (UFMG). ISSN 1982-6621. (Disponível no Portal Livre e Scielo).
44. EDUCAÇÃO EM REVISTA (UNESP). ISSN 2236-5192. (Disponível no Portal Livre).
45. EDUCAÇÃO POR ESCRITO. ISSN 2179-8435. (Disponível no Portal Livre).
46. EDUCAÇÃO UNISINOS. ISSN 2177-6210. (Disponível no Portal Livre).
47. EDUCAÇÃO: REVISTA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO UFSM. ISSN 1984-6444. (Disponível no Portal Livre).
48. EDUCACIÓN Y EDUCADORES (COLÔMBIA). ISSN 0123-1294. (Disponível no Portal Scielo).
49. EDUCAR EM REVISTA. ISSN 1984-0411. (Disponível no Portal Scielo).
50. ENSAIO: PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS. ISSN 1983-2117. (Disponível no Portal Livre e Scielo).
51. ENSAIO: AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO. ISSN 1809-4465. (Disponível no Portal Livre e Scielo).
52. ESTUDIOS PEDAGÓGICOS (CHILE). ISSN 0718-0705. (Disponível no Portal Scielo).
53. FILOSOFIA E EDUCAÇÃO. ISSN 1984-9605. (Disponível no Portal Livre).
54. INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA. ISSN 1982-1654. (Disponível no Portal Livre).
55. INSTRUMENTO - REVISTA DE ESTUDO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. ISSN 1516-6368. (Disponível no Portal Livre).
56. INTERFACE: COMUNICAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO. ISSN 1807-5762. (Disponível no

	Portal Livre e Scielo).
57.	INTERFACES CIENTÍFICAS: EDUCAÇÃO. ISSN 2316-3828. (Disponível no Portal Livre).
58.	NUANCES: ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO. ISSN 2236-0441. (Disponível no Portal Livre).
59.	PERSPECTIVAS EM DIÁLOGO: REVISTA DE EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. ISSN 2358-1840. (Disponível no Portal Livre).
60.	PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL. ISSN 2177-580X. (Disponível no Portal Livre).
61.	PROPOSIÇÕES. ISSN 1980-6248. (Disponível no Portal Scielo).
62.	PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL. ISSN 2175-3539. (Disponível no Portal Scielo).
63.	QUAESTIO: REVISTA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO. ISSN 2177-5796. (Disponível no Portal Livre).
64.	RENOTE: REVISTA NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO. ISSN 1679-1916. (Disponível no Portal Livre).
65.	REVISTA ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO (VERAS). ISSN 2236-5729. (Disponível no Portal Livre).
66.	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. ISSN 2317-6571. (Disponível no Portal Livre).
67.	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM GEOGRAFIA. ISSN 2236-3904. (Disponível no Portal Livre).
68.	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. ISSN 1980-5470. (Disponível no Portal Livre).
69.	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. ISSN 1809-449X. (Disponível no Portal Scielo).
70.	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. ISSN 2176-6681. (Disponível no Portal Scielo).
71.	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. ISSN 2238-0094. (Disponível no Portal Livre).
72.	REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. ISSN 1678-166X. (Disponível no Portal Livre).
73.	REVISTA CONTEMPORÂNEA DE EDUCAÇÃO. ISSN 1809-5747. (Disponível no Portal Livre).
74.	REVISTA CONTEXTO & EDUCAÇÃO. ISSN 2179-1309. (Disponível no Portal Livre).
75.	REVISTA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE EDUCAÇÃO (UNEMAT). ISSN 2178-7476. (Disponível no Portal Livre).
76.	REVISTA DE EDUCAÇÃO DO VALE DE SÃO FRANCISCO – REVASF. ISSN 2177-8183. (Disponível no Portal Livre).
77.	REVISTA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. ISSN 2236-6377. (Disponível no Portal Livre).
78.	REVISTA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E MATEMÁTICA. ISSN 2238-2380. (Disponível no Portal Livre).
79.	REVISTA DE ENSINO, EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS. ISSN 2447-8733. (Disponível no Portal Livre).
80.	REVISTA DE PRODUÇÃO DISCENTE EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA. ISSN 2238-8044. (Disponível no Portal Livre).
81.	REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL. ISSN 0103-0000 (Disponível no Portal Livre).
82.	REVISTA ELECTRÓNICA DE INVESTIGACIÓN EDUCATIVA (MÉXICO). ISSN 1607-4041. (Disponível no Portal Scielo).
83.	REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO. ISSN 1982-7199. (Disponível no Portal Livre).
84.	REVISTA ELETRÔNICA EM GESTÃO, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA AMBIENTAL. ISSN 2236-1170. (Disponível no Portal Livre).
85.	REVISTA ENTREIDEIAS: EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE. ISSN 2317-1219. (Disponível no Portal Livre).
86.	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. ISSN 2236-3459. (Disponível no Portal Livre e Scielo).
87.	REVISTA IBEROAMERICANA DE EDUCACIÓN SUPERIOR (MÉXICO). ISSN 2007-2872. (Disponível no Portal Scielo).
88.	REVISTA IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO. ISSN 1982-5587. (Disponível no Portal Livre).
89.	REVISTA NOVAS TECNOLOGIAS DA EDUCAÇÃO – RENOTE. ISSN 1679-1916. (Disponível no Portal Livre).
90.	REVISTA PORTUGUESA DE EDUCAÇÃO (PORTUGAL). ISSN 0871-9187. (Disponível no

O acervo físico está tombado e informatizado, o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES. O acervo da bibliografia complementar é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC.

Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia complementar da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo. Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que complementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

4.3.2 Espaço de Trabalho da Coordenação do Curso

O Espaço de Trabalho do Coordenador de Curso da UniFAFIRE apresenta plenas condições de utilização, dispondo de espaço físico próprio com equipamentos atualizados, **adequação a normas de acessibilidade e de higiene, ventilação, iluminação, acústica, ergonomia, dimensão física, limpeza, avaliação periódica dos espaços, gestão da manutenção patrimonial e sua destinação específica de utilização.**

A documentação acadêmica e do acervo institucional se encontra digitalizada, acessível através de um Sistema de Gestão Eletrônico de Documento (GED) integrado ao Sistema Empresarial-Administrativo TOTVS. A avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial é de responsabilidade da Gestão de Infraestrutura, em constante diálogo com a Comissão Própria de Autoavaliação (CPA) e com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Consideramos como recursos tecnológicos

diferenciados e inovadores toda operação (*back office*) uma solução automatizada de processos via Secretaria Acadêmica Digital (Doc.xpress).

4.3.3 Sala Coletiva dos Professores

A Sala dos Professores está localizada no primeiro pavimento do prédio principal, devidamente equipado com quadro de avisos, 03 (três) *Chromebooks* do fabricante *ACER* com bancada individualizada, 01 (um) Televisor LED Philips com 43” polegadas, ambiente climatizado com ar-condicionado do modelo *split*, telefone fixo com linha interna e externa, em excelentes condições de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, conforto, acessibilidade, ergonomia, conservação e comodidade. O espaço ainda dispõe de acesso à rede WIFI de alta velocidade, além de instalações sanitárias para o gênero masculino e feminino de uso exclusivo dos docentes.

O local oferece uma área *gourmet* para pequenas refeições/lanches com serviço de café, água e chá, mantido pela Associação dos Professores da UniFAFIRE - ADOFFIRE. Dispõe também de uma mesa de reunião com 08 (oito) lugares, 02 (duas) cadeiras com uma mesa de centro, 04 (quatro) cadeiras acolchoadas e um sofá de 03 (três) lugares, além de jogos para propiciar lazer aos professores. A avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial é de responsabilidade da Gestão de Infraestrutura e do Gestão de TI, em constante diálogo com a Comissão Própria de Autoavaliação (CPA) e com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

As normas de utilização e convivência estão consolidadas e institucionalizadas, preservando o disposto no Regimento Interno da Instituição. Cada docente possui um escaninho privativo, como também, a possibilidade de impressão e *scanner* de documentos, e de alocação de recursos tecnológicos por tempo determinado.

4.3.3 Espaços para Docentes em Tempo Integral

Os Espaços de Trabalho para os Docentes em Tempo Integral apresentam plenas condições de utilização, dispendo de espaço físico, adequação a normas de acessibilidade e de higiene, ventilação, iluminação, acústica, ergonomia, dimensão física, limpeza, avaliação periódica dos espaços, gestão da manutenção patrimonial e sua destinação específica de utilização. O espaço físico encontra-se localizado no segundo pavimento da Instituição, onde

são disponibilizadas baias de trabalho individuais. As baias são compostas de computador de última geração com acesso a impressora, cadeiras (02), bancada e espaço para realização das ações acadêmicas, como o planejamento didático-pedagógico atendendo assim às necessidades da IES. Os recursos de TIC são apropriados garantindo assim a privacidade de uso dos recursos e atendimento aos discentes e docentes. Dispõe, também, de acessibilidade para pessoas com deficiências com mobilidade reduzida e sinalização em Braille.

4.3.4 Outros Espaços da IES

A UniFAFIRE conta, ainda, com ambientes de convivência e espaços para alimentação no térreo e no segundo andar, ambos terceirizados, com alvará de funcionamento e permanentemente fiscalizados pela Secretaria da Saúde. Seguindo sua orientação religiosa e confessional, o Centro, possui em seu 2º andar, uma capela para atividades relacionadas à Pastoral e todas as terças-feiras, celebra missas para a comunidade em geral.

Outros espaços também estão disponíveis para estudantes, professores e funcionários, conforme evidenciado no quadro abaixo:

TÉRREO	1º ANDAR	2º ANDAR	3º ao 5º ANDAR
1. Setor de Comunicação 2. Setor de Informática 3. Setor de Recursos Humanos 4. Setor de Encadernação 5. Setor Financeiro 6. Clínica Psicológica 7. Sanitários 8. Bicicletário 9. Estacionamento para veículos e motos 10. Lanchonete 11. Auditório Ir. Maria José Torres 12. Casa de Vegetação 13. Setor de Contabilidade 14. Refeitório e sala de descanso dos funcionários 15. Núcleo de Práticas Jurídicas – Casa da Justiça e Cidadania Dom Helder Câmara	1. Laboratórios Multidisciplinar de Anatomia, Fisiologia e Patologia 2. Laboratórios de Informática 3. Sala de Projetos Interdisciplinares 4. Sala de Professores da Graduação 5. Projetos Consultoria Júnior 6. Salas de aula 7. Diretoria: 7.1 Recepção e Secretaria da Direção 7.2. Assessoria Jurídica 7.3. Coordenação de Graduação 7.4. Coordenadoria Geral de Pesquisa e Extensão 7.5. Procurador Institucional 7.6. Diretoria administrativa 7.7. Sala de Reunião 7.8. Gabinetes da Reitora e Vice-reitora	1. Salas das Coordenações dos cursos de Graduação 2. Sala de Escaninhos e Ponto (para professores da graduação). 3. Central de Secretarias Acadêmicas 4. Central de Suporte Acadêmico 5. Núcleo de Pesquisa e Extensão 6. Gabinetes Professores tempo Integral 7. Salas de aula dos cursos de Graduação e Pós-Graduação 8. NAEE -Núcleo de Atendimento Educacional Especializado 9. Central de Escuta: Ouvidoria, 10. CPA - Comissão	1. Auditório da graduação 2. Sanitários 3. Salas de aulas da Graduação e da Pós-Graduação 4. Auditório da Pós-Graduação

16. Laboratório de Técnicas Dietéticas e Tecnologias de Alimentos 17. Memorial Henriqueta Cesário 18. Gerente de Infraestrutura 19. Laboratório dos Cursos Tecnólogos	8. Sala da CPA 9. Sanitários 10. Espaço de lazer e convivência	Própria de Avaliação 11. APPFIRE - Serviço de Apoio Psicopedagógico ao estudante 12. NUDECAD 13. Sala da Pastoral 14. Capela 15. Lanchonete 16. Biblioteca Maria Leopoldina 17. Sanitários 18. ADOFFIRE – Associação dos Professores da UniFAFIRE 19. Sala de Coordenação de Estágios 20. CENEDE 21. Sala Paulo Freire 22. Salas de Atividades para Dinâmica de Grupo 23. Brinquedoteca	
--	--	--	--

Quadro 20 – Infraestrutura da UniFAFIRE

Todos os espaços estão dimensionados para suportar o número e a circulação de pessoas diárias com qualidade e acessibilidade. Como os funcionários da UniFAFIRE têm atividades predominantemente de atendimento e apoio aos estudantes em suas necessidades, são continuamente desenvolvidos processos de formação continuada e de acompanhamento pelo Setor de Recursos Humanos, tanto na parte específica e operacional das atividades, como também no desenvolvimento pessoal e profissional deles. Além desse espaço, há também um espaço de convivência organizado pela Associação dos Professores da UniFAFIRE – ADOFFIRE com as mesmas condições e serviços que facilitam a integração dos docentes.

5. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

5.1 Autoavaliação

A autoavaliação está voltada para o mapeamento de dificuldades, problemas, conquistas e avanços como forma de corrigir percursos e realimentar o crescimento, assumindo caráter investigativo e processual.

Está referendado nas reuniões pedagógicas gerais e setoriais, nos veículos de comunicação interna do Centro, nas reuniões com segmentos representativos da sociedade, envolvidos em ações extensionistas, políticas de pesquisa, de ensino e outras identificadas no decorrer do processo.

Com o advento do SINAES, foram ampliados os campos de escuta pedagógica pela atuação da CPA. Atualmente os dois percursos de autoavaliação coexistem de forma independente, mas em regime de colaboração e Bibliografia Complementaridade. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UniFAFIRE, como instrumento de gestão, é um órgão consultivo que fornece informações e sugestões que contribuem com o processo de melhoria contínua e de tomada de decisão.

A concepção diagnóstica de avaliação possibilita a decisão de orientar e reorientar processos educacionais em curso e passíveis de modificações voltadas para a transformação qualitativa, objetivando a melhoria da qualidade dos serviços ofertados.

5.2 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

A avaliação é parte importante do processo educativo e nesse sentido, é concebida como um instrumento que redimensiona a prática educativa. Deve ser processual e formativa, privilegiando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Por essa razão, exigirá dos atores uma permanente vigilância no que se refere à concepção, organização, planejamento e definição clara de objetivos, instrumentos, procedimentos e critérios.

A UniFAFIRE a partir de janeiro de 2015 implantou uma nova sistemática de avaliação do desempenho acadêmico e regulamentou através da Instrução Normativa -CGG No 01/2015, de 29 de janeiro de 2015, revisitada e **reeditada uma nova instrução IN- CGG No 01/2023, de 04 de outubro de 2023**, em virtude das adequações necessárias às avaliações das disciplinas ofertadas em regime EAD. (Regulamento – Anexo 3).

A Instrução considera que a avaliação é parte integrante e estruturante da prática educativa que está a serviço das aprendizagens dos estudantes e, em sua dinâmica, fornece informações para a melhoria dos processos de ensino e da aprendizagem e desempenho acadêmico dos estudantes que ingressam na instituição e por isso é necessário ter um olhar especial para o processo.

1 - Para fins dos procedimentos avaliativos o semestre letivo está dividido em duas unidades acadêmicas que correspondem à realização de um conjunto de situações pedagógicas descritas nos Planos de Ensino de cada Disciplina e seus processos avaliativos com periodicidade de registro definidos no Calendário Acadêmico Institucional;

2 - Em cada unidade acadêmica, a avaliação do processo de ensino e aprendizagem compreenderá as seguintes situações:

2.1 - Procedimento avaliativo com estratégias e instrumentos diversificados, de livre agendamento do professor;

2.2 - Procedimento avaliativo em formato escrito, previamente agendado, composto por questões de múltipla escolha e discursivas que requeiram compreensão, análise, interpretação e produção, a ser realizado individualmente pelo estudante e que represente a síntese dos conteúdos vivenciados na disciplina, valorizando a interdisciplinaridade.

2.2.1 – A sistematização dos instrumentos de avaliação deverá ser discutida com o Núcleo Docente Estruturante – NDE de cada Curso.

3 - Em cada uma das unidades acadêmicas, será atribuído julgamento de nota expresso em grau numérico de zero a dez assim distribuídos:

- a) Somatório das atividades diversificadas - 7,0 pontos;
- b) Somatório do exercício escrito individual - 3,0 pontos.

4 - A culminância de cada uma das unidades acadêmicas dar-se-á com a realização do exercício escrito.

4.1 - Quando o estudante não comparecer a um dos procedimentos avaliativos, no formato escrito, em consonância com o item 2.2, será facultado o direito de requerer a segunda chamada. Caso contrário, permanecerá com apenas a nota das avaliações (item 2.1) instrumentos diversificados, com até 3,0 pontos.

4.2 - Conforme parágrafo 3º, do Artigo 71, do Regimento da UniFAFIRE, o estudante poderá requerer, apenas, uma 2ª chamada, durante o semestre letivo.

5 - No início de cada período letivo, o docente, quando da apresentação do Plano de Ensino, informará aos estudantes os critérios de avaliação, a periodicidade dos instrumentos de verificação de aprendizagem e seus conteúdos/competências.

Quando da elaboração das estratégias e instrumentos de avaliação, recomenda-se:

- a) Utilizar linguagem clara e objetiva;
- b) Definir, criteriosamente, os conteúdos e habilidades a serem ensinados e trabalhados;
- c) Estabelecer prioridades na definição dos conteúdos e habilidades a serem avaliados com base em sua relevância acadêmica;
- d) Considerar os objetivos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, no Projeto do Curso, no Plano de Ensino, e observar os parâmetros do Exame Nacional de Desempenho Estudantil.

6 - O processo avaliativo dos estudantes com necessidades educacionais especiais, deve atender às especificidades da deficiência, com a utilização de estratégias que facilitem o processo de sua aprendizagem, tempo e espaço diferenciados conforme a necessidade de cada educando e para o qual o professor contará com a orientação do Apoio Psicopedagógico UniFAFIRE – APPFIRE e do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado – NAEE.

7 - Quanto aos Estágios Curriculares Obrigatórios, estes são avaliados conforme descrito no Projeto Pedagógico de cada Curso. No Curso de Pedagogia, os estágios são oferecidos a partir do quinto período, tendo início com Educação Infantil, seguido do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, Educação de Jovens e Adultos e Gestão dos espaços escolares e não escolares. Para cada estágio há um procedimento de avaliação constituído de relatórios, regências e produção de artigo.

8 - A Prova Final, prevista no Calendário Acadêmico, envolverá conteúdos e habilidades trabalhados durante o semestre letivo, ficando a cargo do professor, os critérios de sua seleção e definição.

II – Do Registro

1 - O docente deverá registrar na caderneta, sistematicamente, o conteúdo desenvolvido nas aulas, a frequência dos estudantes e os resultados de suas avaliações. Bem como, as atividades correspondentes à prática de ensino.

5.3 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE

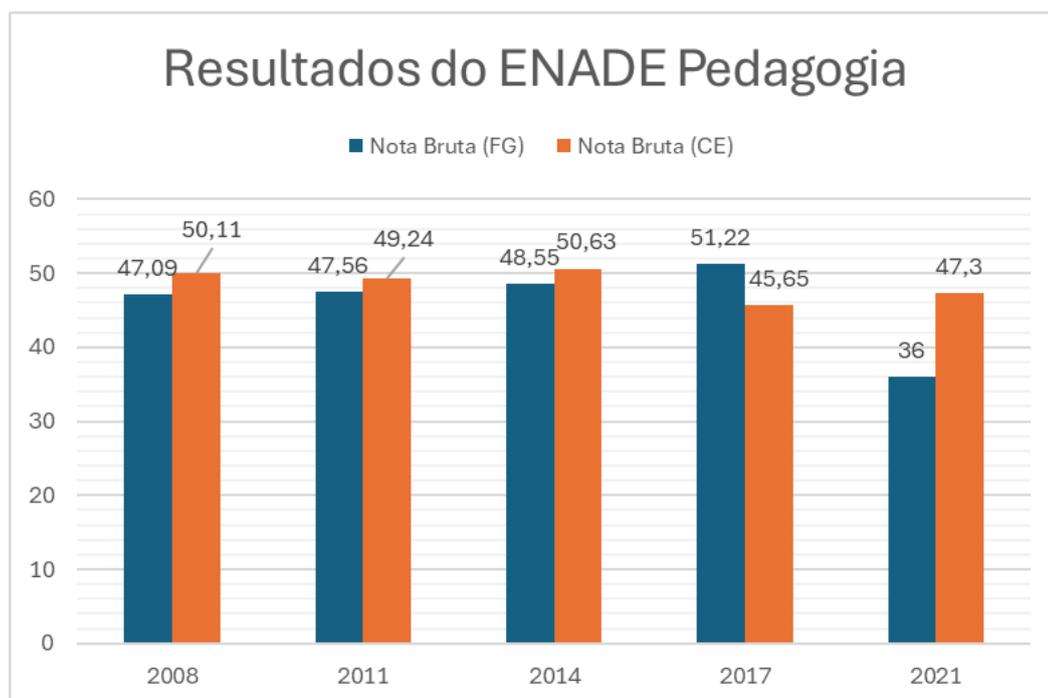
O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é um dos procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES.

O ENADE é componente curricular obrigatório aos cursos de graduação, conforme determina a Lei nº 10.861/2004 e, aplicado periodicamente aos estudantes de todos os cursos de graduação, tem como objetivo o acompanhamento do processo de aprendizagem e do desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação. A IES, a partir dos resultados publicados, poderá definir ações voltadas à melhoria da qualidade dos cursos de graduação por parte de professores, técnicos, dirigentes e autoridades educacionais.

Em 2020, ciclo avaliativo do Enade foi alterado em virtude da Pandemia Covid 19, as avaliações foram suspensas, vindo a ocorrer em novembro de 2021, e mesmo contando com todas as dificuldades geradas em virtude da pandemia, os resultados divulgados no Relatório da Diretoria de Avaliação do Ensino Superior - DAES 2021, revelam que o desempenho dos estudantes do Curso de Pedagogia da UniFAFIRE tiveram desempenho superior à média comparada com os desempenhos dos estudantes de Pedagogia no âmbito nacional, regional e local, obtendo o conceito 4 na avaliação do ENADE.

A seguir, são apresentados os resultados do desempenho dos estudantes do curso de Pedagogia do Centro Universitário Frassinetti do Recife – UniFAFIRE, destacando o desempenho no período 2008 a 2021 a partir de informação extraídas dos insumos dos relatórios emitidos pela Diretoria da Avaliação da Educação Superior - DAES.

Insumos ENADE Pedagogia 2008 a 2021



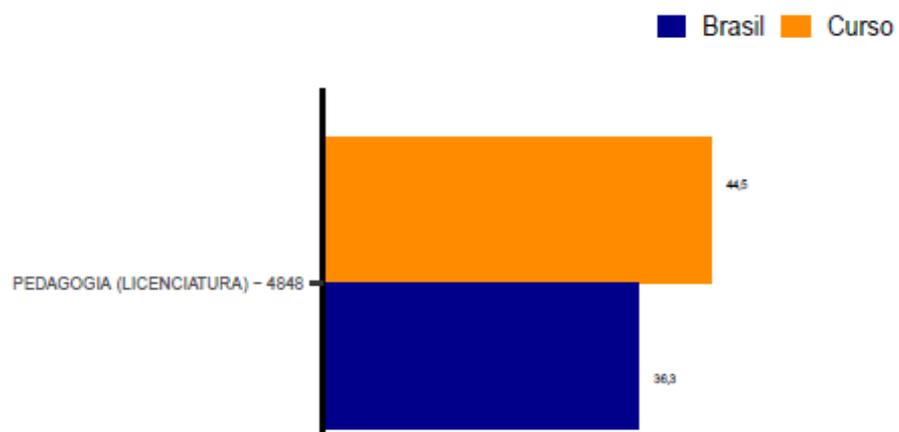
Código do Curso 4848	
Número de Estudantes Concluintes Inscritos	51
Número de Estudantes Concluintes Participantes	50
Nota Bruta do Curso - Formação Geral	51,22600173950195
Nota Bruta do Curso - Componente Específico	45,65200042724609

2021

Imagem 6 – Fonte: Insumos do Relatório INEP/ MEC 2008 - 2021

Os resultados acima evidenciam melhor desempenho dos estudantes nos conteúdos de formação geral com curva ascendente de 2008 a 2017, já no que se refere ao desempenho dos estudantes nos componentes de formação específica houve oscilação, sendo o melhor desempenho em 2014, e com acentuada queda em 2017. Isso sinaliza que precisamos investir mais nesse aspecto. Já em 2021 dentro do contexto de Pandemia - Covid 19 o desempenho dos estudantes do curso de Pedagogia da UniFAFIRE ficou acima da média Nacional, de acordo com dados extraídos do Relatório da Diretoria de Avaliação do Ensino Superior - DAES 2021, obtendo o conceito 4 na avaliação do ENADE.

Média de desempenho dos estudantes do Curso de Pedagogia da UniFAFIRE comparadas com o desempenho dos estudantes do Curso de Pedagogia do Brasil, ano 2021.



Fonte: INEP/MEC, 2021

5.EMENTÁRIO COM BIBLIOGRAFIA BÁSICA E BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR.

O acervo da biblioteca segue os princípios e exigências institucionais com o intuito de atender as demandas necessárias. Em conjuntura com a biblioteca é referendado e assinalado o Relatório de Adequação de Bibliografia Básica e Complementar, que constata a correlação entre o número de vagas autorizadas do próprio curso e de outros que utilizem os mesmos títulos além da quantidade de exemplares por títulos ou assinatura de acesso disponível no acervo. Nas bibliografias básicas e complementares de cada Componente Curricular, os materiais são catalogados para melhor aproveitamento dos usuários, atendendo as demandas de busca da comunidade acadêmica pré-definida, pelo Projeto pedagógico e diretrizes do MEC.

Nesse sentido, a bibliografia básica e complementar, física e virtual que apresentamos a seguir atende as necessidades do curso descritas no PPC, bem como as exigências legais no que se refere à quantidade, atualidade e qualidade. Passou por análise do Núcleo Docente Estruturante – NDE e está referendada em relatório de adequação, assinado pelo NDE e por demais entes responsáveis.

O acervo físico está tombado e informatizado, o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES. O acervo da bibliografia básica é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC. Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo. Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

A seguir apresentamos uma síntese onde consta o nome das disciplinas, por núcleo e grupo, constando o código de identificação, carga horária teórica e prática, ementa com as bibliografias básicas e Bibliografia Complementares.

Disciplinas do Eixo de Formação Geral ofertadas no formato EAD para todos os estudantes

DISCIPLINA	NFG 001- Metodologia do Estudo e da Pesquisa – EAD – 60h
EMENTA	Ciência e produção do conhecimento; tipos de conhecimento; métodos de estudo; leitura e produção da escrita de textos científicos; métodos, técnicas e abordagens científicas; tipos de pesquisa e etapas da construção de projetos de pesquisa.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ANDRADE, M. M. de; MARTINS, J. A. de A. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p.</p> <p>CARVALHO, M. C. M. de (org.). Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas. 1. ed. Campinas: Papirus, 2022. <i>E-book</i>.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 315 p</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ALVES-MAZZOTTI, A. J. A; GWANDSNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000. 203 p.</p> <p>BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. de S. Fundamentos de metodologia científica. 3 ed. São Paulo: Pearson, 2017. <i>E-book</i></p> <p>CHAUÍ, M. Convite à filosofia. 13. ed. São Paulo: Ática, 2000.</p> <p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p>

DISCIPLINA	NFG 002 - Tecnologias, Trabalho e Inovação – EAD – 60h
EMENTA	Das sociedades primitivas às revoluções industriais. interação humano-computador. Gestão do conhecimento e tecnologias da informação. Tecnologia e tomada de decisão. Tecnologias na educação. Blockchain e suas possibilidades, inteligência artificial, Business Intelligence, Smart Contracts, Tecnologia da Informação Verde, Segurança da informação e na proteção de dados. Redes sociais. Implicações pedagógicas e sociais do uso da tecnologia. Dinâmica social e organização do trabalho.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>MELLO, Cleyson de Moraes. Educação a distância: a educação digital em um mundo em transformação. 1. ed. [S.l.]: Processo, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 23 abr. 2024.</p> <p>MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 1. ed. Campinas, SP: Papirus, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 23 abr. 2024.</p> <p>TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2014. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 23 abr. 2024.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ALVES, Lynn; COUTINHO, Isa de Jesus (org.). Jogos digitais e aprendizagem: fundamentos para uma prática baseada em evidências. 1. ed. Campinas: Papirus, 2017. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 23 abr. 2024.</p> <p>ASSMANN, H. Redes digitais e metamorfose do aprender. São Paulo: Vozes. 2005.</p> <p>KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2013. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 23 abr. 2024.</p> <p>LIMA, Nabylla Fiori de. Ciência, tecnologia e sociedade. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 23 abr. 2024.</p> <p>SANCHO, M. J; HERNANDES, F. Tecnologias para transformar a Educação. São Paulo: Artmed, 2006.</p>

DISCIPLINA	NFG 003 - Ética e Responsabilidade Social – EAD - 60h
EMENTA	Ética: concepções, campo de conhecimento e desenvolvimento histórico. Questões fundamentais: Consciência ética, liberdade, responsabilidade social, natureza, determinismo. Valores ético-morais e práticos-morais. A obrigatoriedade oral. A realização da moral. Forma e justificação dos Juízos morais. Ética especial: Deontologia. Ética pessoal e social. Problemas ético-sociais do mundo contemporâneo. Ética profissional.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ANTUNES, M. T. P. Ética. São Paulo: Pearson, 2018. <i>E-book</i>.</p> <p>KARKOTLI, G; ARAGÃO, S. D. Responsabilidade Social: uma contribuição na gestão transformadora das organizações. Petrópolis: Vozes, 2012.</p> <p>TRASFERETTI, J. A. Ética e responsabilidade social. Campinas: Alínea, 2011.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ALENCASTRO, M. S. Ética e Meio Ambiente: Construindo bases para o futuro sustentável. Curitiba: Intersaberes, 2015. <i>E-book [Pearson]</i></p> <p>BOFF, L. Saber cuidar, Ética do Humano – compaixão pela terra. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.</p> <p>KESSELRING, T. Ética, política e desenvolvimento humano: a justiça na era da globalização. Caxias do Sul: EducS, 2011. <i>E-book [Pearson]</i></p> <p>MARCÍLIO, Maria Luiza. Ética: na virada do milênio: 'busca do sentido da vida'. 2. ed. São Paulo: LTr, 1999. 235 p. (Col. instituto jacques maritain).</p> <p>OLIVEIRA, M. A. Correntes Fundamentais da Ética Contemporânea. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.</p>

DISCIPLINA	NFG 004 - Cidadania e Fé – EAD – 60h
EMENTA	Raízes culturais e o nascimento da sociedade ocidental. Contribuição das tradições religiosas, com enfoque especial para a tradição judaico-cristã que marca a cultura ocidental. Cidadania: realização humana, justiça no mundo, ética comunitária, moral pessoal e social para a formação de profissionais. Cidadania, ciência e espiritualidade.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ALVES, R. O que é religião. 12 eds., São Paulo: Loyola, 2011.</p> <p>BOFF, L. Virtudes para um outro mundo possível: convivência, respeito e tolerância. III. Petrópolis: vozes, 2005.</p> <p>MOURA, L. Cidadania e fé: caderno da disciplina. UNIFAFIRE, Recife, 2016.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BOFF, L. A Águia e a Galinha: uma metáfora da condição humana. 5 eds., Vozes, Petrópolis, 2014, 149 p. <i>E-book</i></p> <p>BOFF. O despertar da águia: diabólico e simbólico na construção da sociedade. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.</p> <p>BOFF. Saber cuidar, ética do humano: compaixão pela terra. 17ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.</p> <p>CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1962-1965. Constituições, decretos, declarações. Braga: Secretariado nacional de apostolado da oração, 1966. 691 p.</p> <p>GAARDER, J.; HELLERN, V.; NOTAKER, H. O livro das religiões. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.</p>

DISCIPLINA	NFG 005 - Educação Ambiental e Sustentabilidade – EAD – 60h
EMENTA	Epistemologia da Educação Ambiental e os antecedentes históricos. As relações entre a sociedade e a natureza. Educação Ambiental e ação transformadora. Conceitos básicos em Educação Ambiental. Questões ambientais na sociedade e empresas. Gestão Ambiental privada e pública, cidades sustentáveis. Sustentabilidade e questões legais. Políticas e projetos em educação ambiental. Estratégias de abordagem comunitária.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>CARVALHO, I. Cristina de M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011. 256 p.</p> <p>DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9 ed. São Paulo: Global, 2004.</p> <p>LOUREIRO, C. F. B. <i>et al.</i> Sociedade e Meio Ambiente: A educação ambiental em debate, editora Cortez, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ASHLEY, P. A. (org.). Ética, responsabilidade social e sustentabilidade nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2018. <i>E-book.</i></p> <p>BARSANO, P. R. R; BARBOSA, R. P. Gestão ambiental. São Paulo: Érica, 2017. <i>E-book.</i></p> <p>BUENO, K. E. M; TAVEIRA, B. D. de A; FOGAÇA, T. K. Planejamento e gestão ambiental. Curitiba: InterSaberes, 2020. <i>E-book.</i></p> <p>PEREIRA, A. C.; SILVA, G. Z. de; CARBONARI, M. E. E. Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente. São Paulo: Saraiva, 2012. <i>E-book.</i></p> <p>TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p>

O Núcleo de Formação Interprofissional - constituído por Disciplinas do Núcleo Comum das Licenciaturas – NCL

DISCIPLINA	NCL 01 - Língua Portuguesa: compreensão e produção de texto
CARGA HORÁRIA	Teórica - 60h + 10h prática
EMENTA	Linguagem e comunicação. A organização textual e o processamento discursivo. Concepções e estratégias de leitura. O processo de produção textual. Diversidade dos gêneros textuais. A argumentação nos textos orais e escritos. Os gêneros textuais da esfera acadêmica.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ANTUNES, I. Lutar com palavras. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.</p> <p>KOCH, I.; ELIAS, V. M. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>JUBRAN, C. S. A construção do texto falado. São Paulo: Contexto, 2015. <i>E-book</i>.</p> <p>KOCH, I. A interação pela linguagem. São Paulo: Editora Contexto, 2010.</p> <p>KOCH, I. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez Editora, 2011.</p> <p>VAL, M. da G. C. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 2006.</p> <p>XAVIER, A. C. Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos. Recife: Respel, 2010.</p>

DISCIPLINA	NCL 02 - Fundamentos Sócio filosóficos da Educação
CARGA HORÁRIA	Teórica 60h + 10h prática
EMENTA	A Educação como objeto de estudo sociológico e filosófico. A Educação enquanto processo social específico e suas relações com a configuração estrutural da sociedade. Funções da Sociologia da Educação no mundo contemporâneo. Os condicionamentos sociais da educação. O conhecimento escolar como Capital Cultural. A função das Sociologia e Filosofia da Educação na construção da cidadania ativa e dos direitos fundamentais da pessoa humana na perspectiva de uma sociedade democrática.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da educação. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>NERY, Maria Clara Ramos. Sociologia da educação. Curitiba: Intersaberes, 2013. E-book.</p> <p>MORRISH, Ivor. Sociologia da educação: uma introdução. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>APPLE, Michael W. Ideologia e Currículo. 3. ed., Porto Alegre, Artmed, 2006.</p> <p>CHARLOT, Bernard. Relação entre o Saber, formação de professores e globalização: questões para a educação. Porto Alegre, Artmed, 2005.</p> <p>LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.</p> <p>PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir. Sociologia da educação: pesquisa e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 2007.</p> <p>TEDESCO, Juan Carlos. Sociologia da educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.</p>

DISCIPLINA	NCL 05 - Didática
CARGA HORÁRIA	Teórica 60h + 10h prática
EMENTA	A sociedade e a questão educacional. Saberes docentes. Didática e prática docente: concepção, fundamentos, determinantes e relações, trajetória histórica da didática. A aula: espaços e tempos do ensinar e do aprender. O processo de produção e apropriação de conhecimento. A aula. Planejamento do ensino.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1992</p> <p>VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. Didática: o ensino e suas relações. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2004. 183 p. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública: a Pedagogia crítico – social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1989.</p> <p>PERRENOUD, P. Novas Competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>PIMENTA, Selma G. Saberes pedagógicos e atividade docente. 8º Ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). Lições de didática. 5. ed. São Paulo: Papyrus, 2012.</p> <p>VEIGA, Ilma P.; AMARAL, Ana Lúcia. (org) Formação de Professores: Políticas e Debates. 5. Ed. Campinas: Papyrus, 2016.</p>

DISCIPLINA	NCL 08 - Avaliação da Aprendizagem
CARGA HORÁRIA	Teórica 60h + 10h prática
EMENTA	Evolução histórica das concepções de avaliação e seus modelos teórico-práticos. Implicações das concepções de educação e aprendizagem no processo avaliativo escolar. Legislação e avaliação escolar. Relação entre o projeto pedagógico e o sistema de avaliação. Desafios epistemológicos e práticos da avaliação.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>HOFFMANN, Jussara. O jogo do contrário em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>SILVA, Janssen Felipe da. Avaliação na perspectiva formativa-reguladora: pressupostos teóricos e práticos. Porto Alegre: Mediação, 2004.</p> <p>OLIVEIRA, João Ferreira de; FONSECA, Marília (Orgs.). Avaliação institucional: sinais e práticas. São Paulo: Xamã, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ÁLVAREZ MENDEZ, J. M. Avaliar para conhecer, examinar para excluir. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico. 1ª edição – São Paulo: Editora Cortez, 2011.</p> <p>VASCONCELLOS, C. dos S. Avaliação – concepção dialética – libertadora do processo de avaliação escolar. SP, Cadernos Pedagógicos do Libertad, 1995,5ª edição.</p>

DISCIPLINA	NCL 06 - Neurociência e Educação
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 10h prática
EMENTA	Neurociência e educação. Descritores da neurociência: cérebro humano, córtex cerebral, hemisférios, neurônios, sinapse e plasticidade, emoções e memória. Sujeito cerebral. Neurociência e aprendizagem: prática pedagógica.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>COSENZA, Ramon M. GUERRA. Leonor B. Neurociência e Educação: como o Cérebro Aprende. São Paulo. Editora ARTMED. 2011.</p> <p>FLOR, Damaris; CARVALHO, Terezinha Augusto Pereira. Neurociência para Educador: coletânea de subsídios para alfabetização neurocientífica. São Paulo. Ed. Baraúna. 2011.</p> <p>RELVAS, Marta Peres. Neurociência na Prática Pedagógica. Rio de Janeiro. Editora Wak. Rio de Janeiro 2012.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>LEITE, Luiza Elena; VALE, Ribeiro do. Cérebro e Aprendizagem, um jeito de viver diferente. Rio de Janeiro. Ed. Wak. 2014.</p> <p>LIMA. Souza Elvira. Neurociência e Aprendizagem. Coleção cultura Ciência e Cidadania. São Paulo. Editora Inter ALAIA. 2009.</p> <p>MUNIZ, Iana. Neurociência e exercícios mentais. Rio de Janeiro. Editora WaK. 2014</p> <p>RELVAS, Marta Peres. Neurociência e educação potencialidade dos gêneros humanos na sala de aula. Editora Wak. Rio de Janeiro 2009.</p> <p>RELVAS, Marta Peres. (Org.). Que cérebro é esse que chegou à escola? Rio de Janeiro. Editora Wak. 2012.</p>

DISCIPLINA	NCL 07 - Metodologias Ativas
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 10h prática
EMENTA	Fundamentos teóricos e práticos das metodologias ativas, modelos de sala de aula invertida. Aprendizagem baseada em problemas.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>DIESEL, A. <i>et al.</i> Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. Revista Thema. [online] 2017, Vol. 14, nº 1, p. 268-288.</p> <p>MELLO, Cleyson de Moraes; ALMEIDA NETO, José Rogério Moura de; PETRILLO, Regina Pentagna. Metodologias ativas: desafios contemporâneos e aprendizagem transformadora. 2 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2022. <i>E-book</i>. [Pearson]</p> <p>MELLO, Cleyson de Moraes; ALMEIDA NETO, José Rogério Moura de; PETRILLO, Regina Pentagna. Ensino por competências: eficiência no processo de ensino e aprendizagem da teoria à prática. Rio de Janeiro: Freitas Barros, 2019. <i>E-book</i>. [Pearson]</p> <p>MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. [online] 2015, Vol. 2, p. 15-33.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BENDER, W. N. Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso, 2015.</p> <p>BERGMANN, J.; AARON, S. (Org.). Sala de Aula Invertida - Uma Metodologia Ativa de Aprendizagem. Rio de Janeiro, RJ, 2016, 116p.</p> <p>MUNHOZ, A. S. ABP - Aprendizagem Baseada em Problemas. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016, 260p.</p> <p>SUHR, Inge Renate Froese. Desafios no uso da sala de aula invertida no ensino superior. R. transmutare, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 4-21, 2016.</p> <p>PAIVA, M. R. F. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: Revisão integrativa. [online] Sanare, Sobral, 2016, Vol.15 nº.02, p.145-153.</p>

DISCIPLINA	NCL 04 - Psicologia da Aprendizagem
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 10h prática
EMENTA	<p>Fundamentos psicológicos sobre o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem. Teoria das inteligências Múltiplas.</p> <p>Pressupostos epistemológicos das teorias de aprendizagem.</p> <p>Abordagens Teóricas comportamentalistas, a abordagem interacionista (Piaget) e sociointeracionista (Vygotsky). A construção do conhecimento e a perspectiva interacionista.</p>
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BOCK, Ana M. Bahia et al. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva ed.1994.</p> <p>MOREIRA, Marcos Antônio. Teorias da Aprendizagem. São Paulo: EPU, 1999.</p> <p>TELES, Maria Luiza Silveira. Uma introdução à psicologia da educação. Petrópolis: Vozes, 1975.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>COLL, César (et al). O Construtivismo na sala de aula. São Paulo: Ática, 2003.</p> <p>MADER, Bruno Jardine. Ações e debates em psicologia escolar-educacional. Curitiba: CRP, 2016.</p> <p>MASINE, Elcie Fortes Salzano, Ação da psicologia da escola. 2 ed. São Paulo: Moraes, 1981.</p> <p>OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. 5ª edição. São Paulo: Scipione, 1993.</p> <p>REGO, Teresa Cristina. Memórias de escolas: cultura escolar e constituição de singularidades. Petrópolis: Vozes, 2003.</p>

DISCIPLINA	NCL 09 - Cultura Afro-Brasileira e Indígena
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 10h prática
EMENTA	As concepções de cultura numa perspectiva afro-brasileira e indígena. As relações étnico-raciais e a implementação de legislação para a aceitação da diversidade sociocultural, valorização da história e fortalecimento da identidade dos povos. Educação de qualidade nacional e formação para a cidadania, numa sociedade justa e democrática.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>AMÉRICO JÚNIOR, Elston. Estudo das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Curitiba: Contentus, 2020. <i>E-book.</i></p> <p>GOMES, Mércio Pereira. Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2012. <i>E-book.</i> [Pearson]</p> <p>LIMA, Cláudia. Introdução à história do negro no Brasil. Recife: Raízes Brasileiras, 2009. NÃO TEMOS</p> <p>SANTIAGO, Eliete; SILVA, Delma; SILVA, Claudilene. Educação, Escolarização & Identidade Negra: 10 anos de pesquisa sobre relações raciais no PPGE Universitária/UFPE:2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ALMEIDA, Carlos A. As relações raciais no ambiente escolar. Revista Linha Direta: Educação por Escrito, Belo Horizonte, v.13, n.143, p.44-45, fev.2010.</p> <p>BRASIL. Lei 11.645/08. <i>Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena</i>, 2008. https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11645&ano=2008&ato=dc6QTS61UNRpWTcd2. acesso em 27.04.2024</p> <p>BRASIL. CNE/CP parecer nº 3, de 10 de março de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.</p> <p>BRASIL. Ministério de Educação/Secretaria de Educação Continuada. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.</p> <p>LIMA, Maria Nazaré Mota de (Org.) Escola plural: a diversidade está na sala: formação de professoras em história e cultura afro-brasileira e africana. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Educação (PUCRS), Porto Alegre, v. 30, n.3, p. 489-506, set/dez, 2007.</p>

DISCIPLINA	NCL 014 - Educação Inclusiva
CARGA HORÁRIA	Teórica 60h + 10h prática
EMENTA	Evolução histórica sobre os conceitos de deficiência e suas implicações na construção/desconstrução de estigmas, que interferem nas relações sociais, políticas e educacionais das pessoas com deficiência. Modalidades, métodos e técnicas específicas a cada deficiência, tendo em vista sua formação, escolarização e profissionalização.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>GILBERTA, Sampaio de Martino Jannuzzi. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Editora Autores Associados BVU, 2017.<i>E-book</i> [Pearson].</p> <p>MANTOAN, M Tereza Égler. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>ZORRZI, Jaime Luiz. Aprendizagem e distúrbios da linguagem escrita: questões clínicas e educacionais. Porto Alegre: Artmed, 2003. <i>E-book</i> [Pearson].</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ALEXANDRE ANSELMO GUILHERME; CAROLINE BECKER. Do Modelo Médico ao Modelo Social: Educação Inclusiva no contexto escolar. Editora Educus, 2021.<i>E-book</i> [Pearson]</p> <p>ÉRIKA LOURENÇO. Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva. Autêntica Editora, 2010.<i>E-book</i> [Pearson].</p> <p>MARIA DE FÁTIMA MINETTO. Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio. Editora Intersaberes, 2021.</p> <p>MOSQUERA, Carlos Fernando França. Deficiência Visual na Escola Inclusiva. Editora Intersaberes, 2012.<i>E-book</i> [Pearson].</p> <p>TRANCOSO, Bartira Santos. Deficiência intelectual: da eliminação à inclusão. Editora Intersaberes, 2020<i>E-book</i> [Pearson].</p>

DISCIPLINA	NCL 017 - Política e Legislação da Educação Básica
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 10h prática
EMENTA	Relação Estado, Sociedade e Educação numa perspectiva histórica; reformas educacionais na América Latina e no Brasil; estrutura e organização da educação escolar no Brasil a partir da década de 1990; arcabouço jurídico que rege as políticas educacionais; perspectivas críticas das políticas educacionais em debate.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BRANDÃO, Carlos da Fonseca. Estrutura e funcionamento do ensino. 1. ed. São Paulo: Avercamp, 2004.</p> <p>BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB passo a passo: lei de diretrizes e bases da educação nacional Lei nº 9.394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo. 4. ed. São Paulo: Avercamp, 2010.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.</p> <p>DERMEVAL SAVIANI. A lei da educação. LDB: trajetória, limites e perspectivas. Editora Autores Associados BVU, 2020.</p> <p>DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.</p> <p>SILVA, Eurides Brito da (org.). A Educação Básica Pós-LDB. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.</p> <p>MATOS, Neide da Silveira Duarte de; ORSO, Paulino José; MALANCHEN, Julia. A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base nacional comum curricular. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2020.</p>

DISCIPLINA	NCL 016 - Gestão Educacional
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 10h prática
EMENTA	Conceitos, tendências, evolução e práticas em gestão; princípios legais; políticas públicas de gestão; dimensão da gestão administrativa, pedagógica e financeira; demandas; cultura organizacional da escola; mecanismos de participação democrática; paradigmas organizacionais.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>FERREIRA, Naura, (Org) Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>FERREIRA, Naura & AGUIAR, Márcia Angela (Org) Gestão na Educação: impasses, perspectivas e desafios. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>LUCK, Heloisa. Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional. Petrópolis, RJ: Vozes. Série: cadernos de gestão. 2009.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.</p> <p>GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José Eustáquio. Autonomia da Escola: princípios e propostas. editora Cortez 2004.</p> <p>LUCK, Heloisa. A gestão participativa na escola – Volume III. Série Cadernos de Gestão. 2 ed. Petrópolis. RJ. Vozes. 2009</p> <p>SANTOS, Clovis Roberto dos. O Gestor Educacional de uma Escola em Mudança. São Paulo. Ed. THOMSON, 2002</p> <p>VEIGA, Ilma Passos. (Org) Projeto Político Pedagógico da Escola: uma Construção Possível? Campinas. São Paulo, Ed. Papiros. 2007.</p>

DISCIPLINA	NCL 015 - Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 10h prática
EMENTA	Uso instrumental da Língua Brasileira de Sinais (Libras), uso em contextos reais de comunicação com pessoas surdas. Estudos linguísticos e gramática da LIBRAS. Cultura e identidade surda. Ensino bilíngue para surdos. Deficiência auditiva e surdez. Aquisição da linguagem de crianças surdas.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004</p> <p>QUADROS, Ronice. Educação de Surdos: a Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997</p> <p>QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>GÓES, MARIA CECÍLIA RAFAEL DE. Linguagem, surdez e educação. Editora Autores Associados BVU, 2020. <i>E-book</i> [Pearson].</p> <p>MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira (Orgs.); SANTOS, Lara Ferreira dos; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. LIBRAS: aspectos fundamentais. Editora Intersaberes, 2019. <i>E-book</i> [Pearson].</p> <p>PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org.). Libras: conhecimento além dos sinais. Editora Pearson, 2011. <i>E-book</i> [Pearson]</p> <p>SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem - 5ª Edição. Summus Editorial, 2019. <i>E-book</i> [Pearson]</p> <p>SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das letras, 2000.</p>

Núcleo de Formação Específica - constituído por disciplinas específicas do Curso de Pedagogia.

DISCIPLINA	PED 201 - Relações Interpessoais
CARGA HORÁRIA	Teórica 60h + 15h prática
EMENTA	Fenômenos psicossociais dos grupos, direcionados às condições das relações interpessoais no ambiente de trabalho. Interação em fenômenos de grupo. Liderança. Dinâmicas de Grupo. Planejamento e Vivências. Relação intrapessoal.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento Interpessoal: treinamento em grupo. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2005.</p> <p>ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. 5. ed. São Paulo: Ágora, 2021. 1 recurso online. ISBN 9788571832657. (Ebook).</p> <p>SERRÃO, Margarida; Baleeiro, Maria Clarice. Aprendendo a ser e a conviver. São Paulo: FTD,1999.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>DIAS, Maria Sara de Lima; SILVA NETO, Pedro Moreira da. Dinâmica de grupo: aspectos teóricos e práticos. Petrópolis: Vozes, 2012. 130 p. ISBN 9788532644138.</p> <p>MILES, M. B. Aprendizagem em trabalho em grupo. São Paulo: Cultrix, 1968.</p> <p>SANTOS, José Osmando Gomes dos; RODRIGUES, Jader. Aprender brincando: dinâmicas, muitas dinâmicas. Petrópolis: Vozes, 2009. 191 p. ISBN 9788532638199.</p> <p>SILVA, Betânia Maria da. Dinâmica de grupo: possibilidades de uso na facilitação das relações interpessoais na organização. Recife, 2003. 47 p.</p> <p>WEIL, Pierre. Dinâmica de grupo e desenvolvimento em relações humanas. Belo Horizonte: Itatiaia, 1967. 230 p.</p>

DISCIPLINA	PED 202 - Ludicidade, Corporeidade e Educação
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 40h Extensão
EMENTA	<p>Teorias e concepções lúdicas educacionais em caráter científico. Educação e cultura corporal. O brincar na formação e desenvolvimento humano. Ludicidade na prática pedagógica: Brincar, conhecer e ensinar. Atividades lúdicas na educação. Brinquedoteca: um espaço vivo e dinâmico. Extensão: corpo, movimento e ludicidade</p> <p>Projeto integrador de Extensão: Corpo e movimento na educação Infantil – direitos de aprendizagem e campos experienciais</p>
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BROUGÉRE, GILLES. Brinquedo e Cultura. São Paulo. Cortez. 2010.</p> <p>DOHME, Vânia. Atividades Lúdicas na Educação. Petrópolis. Editora Vozes. 2011.</p> <p>ROSA, Sanny S. Brincar, Conhecer e Ensinar. 4 ed. Cortez. São Paulo 2001</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>DOHME, Vânia. Técnica de contação de histórias. 8 ed. Vozes. São Paulo. 2013.</p> <p>FERREIRA. Sandra Batista. Educação e Ludicidade. Ed. FASA. Recife. 2019.</p> <p>SANTOS, Santa Marli Pires dos (org). A ludicidade como ciência. Petrópolis: Editora Vozes. 2001.</p> <p>SANTOS, Santa Marli Pires dos (org). BRINQUEDOTECA: o lúdico em diferentes contextos 5. ed. Petrópolis: Vozes. 2002.</p> <p>WINNICOTT. D. W. O Brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1975.</p>

DISCIPLINA	PED 207 - Fundamentos Psicológicos da Educação
CARGA HORÁRIA	Teórica 60h + 10h prática
EMENTA	A psicologia do desenvolvimento. Desenvolvimento biopsicossocial e cognitivo na infância e na adolescência. A teoria psicosexual do desenvolvimento (psicanálise). Abordagens teóricas comportamentalistas (Skinner). Perspectivas teóricas que norteiam a psicologia do Desenvolvimento e o processo de aprendizagem: Construtivismo de Piaget; Sociointeracionismo de Vygotsky e a Psicogenética de Wallon. Processos psicológicos (percepção e motivação) e sua relação com a aprendizagem.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús; MURAD, Fátima [trad.] (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. v. 2 (Psicologia da educação escolar; 2). ISBN 9788536302287.</p> <p>COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús; MURAD, Fátima [trad.] (Org.). Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia Evolutiva. Porto Alegre. Artmed, v. 1 2004.</p> <p>PAPALIA, D. M.; OLDS, S. W. Desenvolvimento humano. 8. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BALESTRA, Maria Marta Mazaro. A Psicopedagogia em Piaget: uma ponte para a educação da liberdade. Editora Intersaberes, 2012.</p> <p>CAMPOS, Dinah Martins de Sousa. Psicologia da adolescência: normalidade e psicopatologia. 17ª ed. Petrópolis: Vozes. 2000.</p> <p>CELSO ANTUNES. A geografia e as inteligências múltiplas na sala de aula. Papirus Editora, 2018.</p> <p>COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (org.); DOMINGUES, Marcos A. G. [trad.]. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. v. 3 ISBN 8573071192.</p> <p>GUTIERRA, Beatriz Cauduro Cruz. Adolescência, psicanálise e educação: o mestre 'possível' de adolescentes. São Paulo: Avercamp, 2003.</p>

DISCIPLINA	PED 203 – História da Educação
CARGA HORÁRIA	Teórica 60h + 10 horas Prática
EMENTA	Visão histórica da história da educação. Visão histórica que caracteriza a diversidade cultural da humanidade das sociedades primitivas a sociedade atual, articuladas aos diferentes contextos social, econômico, político e cultural.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ARANHA, Maria Lúcia de A. História da Educação e da Pedagogia geral e do Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>GHIRALDELLI JR. Paulo. História da educação Brasileira. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016.</p> <p>ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, História da Educação no Brasil. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>MORIN, Edgar. Educar na Era Planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. Editora Cortez. 2003.</p> <p>CAERLI, R. Educação e cultura na história do Brasil. 2.ed. Curitiba: Intersaberes, 2013.</p> <p>LOPES, E.M. T. Perspectivas históricas da educação. 5.ed. Ática, 2009, (Série Princípios, 51).</p> <p>TERRA, M. de L. E. História da Educação. São Paulo: Pearson, 2014.</p> <p>VEIGA, C.G. História da Educação. São Paulo: Ática, 2007.</p>

DISCIPLINA	PED 208 - Processos de Alfabetização e Letramento
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 40h Extensão
EMENTA	<p>Perspectivas atuais Alfabetização: concepções; alfabetização e letramento: diversidade textual. Psicogênese da escrita: construtivismo. Literatura e formação de leitores. Extensão e práticas de alfabetização.</p> <p>Projeto integrador: Atividades Lúdicos e Expressões Literárias para práticas de alfabetização e Letramento</p>
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>GROSSI, Ester Pillar. Didática do nível alfabético. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.</p> <p>LEMLE, Miriam. Guia teórico do alfabetizador. São Paulo: 17ª ed. Ática, 2007.</p> <p>SOARES, M. Alfabetização: questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016. <i>E-book</i></p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BELINTANE, C. Leitura e Alfabetização no Brasil: uma busca para além da polarização. <i>In: Educação e Pesquisa</i>. v. 32, ano. 2. São Paulo: mar/ago, 2006.</p> <p>ELIAS, Maria Del. De Emílio a Emília: a trajetória da alfabetização. São Paulo: Scipione, 2000.</p> <p>FREIRE. Paulo. Pedagogia do Oprimido. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.</p> <p>FREIRE. Paulo. A Importância do ato de ler. 44ª ed. São Paulo: 44ª ed. Editora Cortez, 2003.</p> <p>TEBERASKY, Ana; FERREIRO, Emília. Psicogênese da Língua escrita, Porto Alegre: Artmed, 2000.</p>

DISCIPLINA	PED 205 - Psicomotricidade e Ensino
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 15h prática
EMENTA	Psicomotricidade e educação. Fundamentos teóricos da psicomotricidade Abordagem pluridimensional. Psicomotricidade relacional e funcional. Processo de desenvolvimento humano.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>LAPIERRE, André. Da psicomotricidade relacional à análise corporal da relação. Curitiba: UFPR, 2002.</p> <p>LOVISARO, Martha. A psicomotricidade aplicada na escola: guia prático de prevenção das dificuldades da aprendizagem. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.</p> <p>MUTSCHELE, Marly Santos. Como desenvolver a psicomotricidade? 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>FERREIRA, Carlos Alberto ARNAIZ SÁNCHEZ, Pilar; MARTINEZ, Marta Rabadán; PEÑALVER, Iolanda Viver. A psicomotricidade na educação infantil: uma prática preventiva e educativa. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>LORENZON, Agnès Michèle Marie Delobel. Psicomotricidade: teoria e prática. Porto Alegre: Edições. est, 1995</p> <p>Mattos; HEINSIUS, Ana Maria; BARROS, Darcymires do Rêgo Barros. Psicomotricidade escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak 2011.</p> <p>NASCIMENTO, Lúcia Schueler do; MACHADO, Maria Therezinha de Carvalho. Psicomotricidade e aprendizagem. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Enelivros, 1986.</p> <p>SOUSA, Dayse Campos de. Psicomotricidade: integração pais, criança e escola. Fortaleza: Livro técnico, 2004.</p>

DISCIPLINA	PED 218 Ensino de Língua Portuguesa e suas Tecnologias I
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 15h prática
EMENTA	Aspectos culturais – históricos, sociais e expressivos – da Língua Portuguesa. Comunicação: Elementos constitutivos, processos e meios de expressão. Prática de leitura e expressão oral e escrita. Dificuldades morfossintáticas e semânticas.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ANDRADE, Maria Margarida de Henriques Antônio. Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. São Paulo: 21ª ed. Ática, 2005. E E-BOOK DE 2016</p> <p>CUNHA, Celso. Nova gramática de português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. e E-BOOK DE 2019</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ANDRADE, Maria Margarida; MEDEIROS, João Bosco. Comunicação em Língua Portuguesa: normas para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>ANTUNES, Irandé. Gramática contextualizada – limpando “o pó das ideias simples”. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.</p> <p>BAGNO, Marcos. A Língua de Eulália: novela sociolinguística São Paulo: 16ª ed. Contexto, 2010.</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática de Língua Portuguesa. 37 Ed. RJ: Nova Fronteira, 2009.</p> <p>BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. São Paulo: 21ª ed. Ática, 2005. e E-BOOK DE 2016.</p>

DISCIPLINA	PED 216 - Dificuldades de Aprendizagem e Altas Habilidades
CARGA HORÁRIA	Teórica 60h + 15h prática
EMENTA	Dificuldades de Aprendizagem. Cérebro e aprendizagem. Classificação, comportamento e possíveis intervenções com dificuldades de Aprendizagem. Funções cognitivas e aprendizado. A criança e suas eficiências. Altas habilidades.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>FONSECA, Victor. Introdução às Dificuldades de Aprendizagem. Porto Alegre. Artmed. 1995.</p> <p>JARDIM, Wagner Rogério De Souza. Dificuldades de aprendizagem no ensino fundamental: manual de identificação e intervenção. São Paulo: Loyola, 2001</p> <p>SMITH, Corine; STRICK, Lisa. Dificuldades de aprendizagem de A – Z: guia completo para educadores e pais. São Paulo. Ed. Penso. 2012.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. Dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita. 2. ed. Rio de Janeiro: WAK, 2010.</p> <p>FARRELL, Michael. Dificuldades de aprendizagem moderadas, graves e profundas: guia do professor. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>GOMES, Maria de Fátima Cardoso. Dificuldades de aprendizagem na alfabetização. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.</p> <p>GRIGORENKO, Elena L.; STERNBERG, Robert J. Crianças rotuladas: o que é necessário saber sobre as dificuldades de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>SISTO, Firmino Fernandes; BORUCHOVITCH, Evely; FINI, Lucila Diehl Tolaine; BRENELLI, Rosely Palermo; MARTINELLI, Selma de Cássia. Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico. Petrópolis: Vozes, 2001.</p>

DISCIPLINA	PED 204 - Literatura Infantojuvenil
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 40h Extensão = 70 h
EMENTA	Natureza e função da Literatura Infantil e Juvenil: estrutura e ideologia das obras. O perfil do leitor e seus interesses de leitura. A formação do professor leitor. Modalidades da Literatura Infantil e Juvenil. Expressões literárias indígenas, africana e negro-brasileira no universo infantil e juvenil: temas e propostas estéticas. Análise crítica de obras literárias. Propostas metodológicas: elaboração de material didático e projetos para letramento literário em espaços de leitura.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>CAVALCANTI, Joana. Caminhos da literatura infantil e juvenil: dinâmicas e vivências na ação pedagógica. São Paulo: Paulus, 2009.</p> <p>COELHO, Nelly Novaes. Literatura Infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna: 2000.</p> <p>ZILBERMAN, Regina. A leitura e o ensino da literatura. Curitiba: InterSaberes, 2012. (Série Literatura em Foco). <i>E-book</i>. [Pearson]</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BRENMAN, Ilan. Através da vidraça da escola: formando novos leitores. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.</p> <p>CUNHA, Maria Antonieta Antunes da. Literatura infantil: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2003.</p> <p>EVANGELISTA, A. M. BRANDÃO, H. M. B. MACHADO, M. Z. V. A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.</p> <p>MAIA, Joseane. Literatura na formação de leitores e professores. São Paulo: Paulinas, 2007.</p> <p>RESENDE, Vânia Maria. Literatura Infanto-Juvenil: vivência de leitura e expressão Criadora. São Paulo: 2ª ed. Saraiva, 1997.</p>

DISCIPLINA	PED 206 - Antropologia, Cultura e Educação
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h +15h prática
EMENTA	Noções de Antropologia e cultura. Conceitos aplicados à educação. Diversidade Étnica cultural. Diferenças. Multiculturalismo. Políticas de ações afirmativas
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da educação. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>CARVALHO, Edgar A. As relações entre educação e os diferentes contextos culturais. Didática. São Paulo, n. 25, p. 19-26, 1989</p> <p>LARAIA, Roque De Barros. Cultura: um conceito antropológico. 14. ed. Rio De Janeiro: Zahar, 2001. 117 p. (Col. antropológica social</p> <p>MARINS FILHO, Luiz Almeida. A importância de um desafio para o ser humano. São Paulo: COMMIT, ©2009. 1 DVD (19 min.) NTSC, son., color.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>LARROSA, J. e LARA, N.P. (org.) Imagens do outro. Petrópolis: Vozes, 1998.</p> <p>ROCHA, E. O que é etnocentrismo. 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.</p> <p>SANTOS, J.L. O que é cultura? 14ª edição São Paulo: Brasiliense, 1994.</p> <p>SOARES, José Francisco & ALVES, Maria Tereza Gonzaga “Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica” In Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 147- 165, jan/jun, 2003.</p> <p>TASSINARI, Antonella. Produzindo Corpos Ativos: a aprendizagem das crianças indígenas e agricultoras através da participação nas atividades produtivas familiares. In Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 141-172, jul./dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ha/v21n44/0104-7183-ha-21-44-0141.pdf</p>

DISCIPLINA	PED 209 - Ensino de Matemática e suas Tecnologias I
CARGA HORÁRIA	Teórica 60h + 15h prática
EMENTA	A construção do conhecimento lógico-matemático pela criança nas séries iniciais. A construção da noção de número, contagem, operações numéricas, Sistema de numeração decimal (conceito, características e aplicabilidade), utilização de conceitos e procedimentos matemáticos para resolução de operações fundamentais.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017. www.mec.gov.br</p> <p>KAMII, Constance; JOSEPH, <u>Linda L.</u> <u>Crianças pequenas continuam reinventando a Aritmética</u>- Séries Iniciais: Implicações da teoria de Piaget. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>RAMOS, L.F. Conversas sobre números, ações e operações: uma proposta criativa para o ensino da Matemática nos primeiros anos. São Paulo: Ática, 2009.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BORBA, Rute; GUIMARÃES, Gilda (org.) Pesquisa e atividades para o aprendizado matemático na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Brasília, DF: Sociedade Brasileira de Educação Matemática - SBEM, 2015 [livro eletrônico]</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998, v.3. www.mec.gov.br</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Brasília: MEC/SEF, 1997. www.mec.gov.br</p> <p>CERQUETTI, F. Berdonneau, C. O Ensino da Matemática na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>NACARATO, A.M. A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios de ensinar e de aprender. Belo Horizonte: E-BOOK DE 2019 (PEARSON)</p> <p>PANIZZA, M. Ensinar Matemática na Educação Infantil e nas Séries Iniciais. – Porto Alegre: Artmed, 2008.</p>

DISCIPLINA	PED 210 - Projeto Pedagógico e Currículo
CARGA HORÁRIA	Teórica 60h + 10h prática
EMENTA	<p>Currículo Escolar: concepções e fundamentos. Propostas Curriculares: determinantes socioculturais, políticos, econômicos e educacionais. Teorias do Currículo. Contextualização histórica dos paradigmas curriculares. O currículo na contemporaneidade. Implicações das concepções de currículo para o processo de ensino e aprendizagem. Planejamento de proposta curricular e seus vínculos com o Projeto Pedagógico.</p>
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>PERRENOUD, Phillipe. Pedagogia diferenciada: das intenções à ação. Porto Alegre. Artes Médicas, 2000.</p> <p>SACRISTÁN, J. Gimeno. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: 3ª ed. Artes Médicas, 2000.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, SP: 29ª ed. Papirus, 2013. e E-BOOK DO ANO DE 2011 NA PEARSON</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>APPLE, Michael W. Ideologia e Currículo. São Paulo: Porto editora. 2006.</p> <p>ARROYO, Miguel Gonzalez. Currículo, território em disputa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. e E-BOOK PEARSON 2011.</p> <p>GONÇALVES, Elisa Pereira; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. (Org.). Currículo e contemporaneidade: questões emergentes. Campinas: São Paulo: Alínea, 2004.</p> <p>HERNANDEZ, Fernando. Organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: 5. ed. Artes Médicas, 1998.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (Org.) Escola: espaço do projeto político-pedagógico. 4. ed. Campinas: Papirus, 2002. e E-BOOK DE 2011.</p>

DISCIPLINA	PED 222 - Ensino de Língua Portuguesa e suas Tecnologias II
CARGA HORÁRIA	Teórica 60h + 15h prática
EMENTA	Abordagem social do ensino da língua portuguesa, diferenças dialetais, língua padrão e contexto de usos e funções da língua. Objetivos de ensino da língua e diferentes concepções de ensino da língua. Estudo dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCN) e da Base Curricular Comum de Língua Portuguesa do estado de Pernambuco (BCC). Estudos dos conteúdos e metodologias do ensino da Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental a partir dos quatro eixos do ensino da língua: oralidade, leitura, escrita e análise linguística. O livro didático: uso e função.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular Brasília, 2017. www.mec.gov.br</p> <p>MORAIS A. G. Ortografia: ensinar e aprender. Belo Horizonte Autêntica, 2001.</p> <p>TEBEROSKY, A. COLOMER, T. Aprender a ler e a escrever uma proposta construtivista. Porto Alegre, Artmed, 2003.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>CHARTIER, Anne Marie. Práticas de Leitura e Escrita. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p> <p>PAUSAS, Ascen e colaboradores. A Aprendizagem da Leitura e da Escrita a Partir de Uma Perspectiva Construtivista. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.</p> <p>SOARES, M. B. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: 17ª ed. Ática, E-BOOK DE 2017.</p> <p>SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. Trad. Cláudia Schilling, 6a ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p> <p>TEBEROSKY, Ana; COLOMER, T. Aprender a ler e a escrever. Porto Alegre: ArtMed. 2003.</p> <p>WEISZ, Telma. Por trás das letras. São Paulo: FDE, 1992.</p>

DISCIPLINA	PED 212 - Ensino de Matemática e suas Tecnologias II
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 40 Extensão
EMENTA	<p>O ensino da matemática e seus pressupostos teóricos-metodológicos e avaliativos; desenvolvimento das habilidades intelectivas: resolução de problemas, formas de raciocínio, utilização de conceitos e procedimentos matemáticos; Sistematização dos conhecimentos aritméticos, geométricos, métricos, estatísticos e probabilísticos. Novas possibilidades educativas: o jogo, elaboração de materiais, história da matemática e recursos tecnológicos.</p> <p>Projeto Integrador de extensão: Jogos Lúdicos e Resolução de Problemas com metodologias ativas para ensino da matemática na educação infantil e no ensino fundamental anos iniciais</p>
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017. www.mec.gov.br</p> <p>PANIZZA, M. Ensinar Matemática na Educação Infantil e nas Séries Iniciais. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>RAMOS, I.F. Conversas sobre números, ações e operações: uma proposta criativa para o ensino da matemática nos primeiros anos. São Paulo: ática, 2009.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BROIMAN, C; ITZCOVICH, H. O estudo das figuras e dos corpos geométricos. São Paulo: ática, 2011.</p> <p>MALDANER, A. Educação matemática: fundamentos teórico-práticos para professores dos anos iniciais. Porto Alegre: Mediação, 2011.</p> <p>NUNES, Terezinha (org.) Educação Matemática: números e operações numéricas. – São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>SÁNCHEZ HUETE, J.C. Fernández Bravo, J.A. O ensino da matemática: fundamentos teóricos e bases psicopedagógicas. Porto Alegre: ArtMed, 2006.</p> <p>SELVA, A. C. V; Borba, R. E. S. R. O uso da calculadora nos anos iniciais do ensino fundamental. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2010.</p>

DISCIPLINA	PED 214 - Ensino de Ciências e suas Tecnologias
CARGA HORÁRIA	Teórica 60h + 10h prática
EMENTA	Concepção de Ciência. Conteúdos de Ciências para a educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e EJA. As Ciências e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Proposta metodológica para o ensino das Ciências na Educação Infantil, nos anos Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. Processos de Avaliação. Análise de livros didáticos e propostas curriculares para o Ensino das Ciências. Temas transversais no ensino dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais das Ciências numa visão interdisciplinar.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>Base</p> <p>ANTUNES, Celso (Coord.). Ciências e didática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.</p> <p>BRASIL. Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/SEF, 2021. www.mec.gov.br</p> <p>DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ASTOLFI, Jean-Pierre; DEVELAY, Michel. A didática das ciências. 1. ed. Campinas, SP: Papirus, 2023.</p> <p>BIZZO, Nélío. Ciências: fácil ou difícil? São Paulo: Ática, 1998.</p> <p>CARNEIRO, Emmanuelle Alves. Professor-pesquisador no Ensino de Ciências. Curitiba: Contentus, 2020.</p> <p>CARVALHO, Anna Maria Pessoa de; GIL-PÉREZ, Daniel. Formação de professores de Ciências: tendências e inovações. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>SALLES, Gilsani Dalzoto. Metodologia do ensino de ciências biológicas e da natureza. Curitiba: Ibepex, 2007.</p>

DISCIPLINA	PED 223 - Pesquisa em Educação
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 15h prática
EMENTA	Produção e construção do conhecimento. Pesquisa em Ciências Sociais. Tipos de pesquisa científica. Pesquisa em Educação. Abordagem qualitativa e quantitativa. Perfil de um pesquisador. Métodos e técnicas de pesquisa. Comunicação dos dados segundo as normas da ABNT. Estrutura de um artigo científico. Pesquisa com estudo em campo voltado para a prática pedagógica em espaços escolares e não-escolares.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. de F. B. da. Projeto de Pesquisa: entenda e faça. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. e E-BOOK DA 6 ED. DE 2015.</p> <p>MINAYO, C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34ª. Ed. Rio de Janeiro, 2015.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22. Ed. São Paulo: 21ª ed. Cortez, 2000.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNADJER, F. O método das ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 2001.</p> <p>DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 8. ed. 2001.</p> <p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010</p> <p>MINAYO, C. de S. (Org.). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 7. Ed. 2000.</p> <p>XAVIER. A. C. Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos. Recife: Editora Respel, 2010.</p>

DISCIPLINA	PED 228 - Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 15h prática
EMENTA	Pesquisa bibliográfica. Redação científica. Metodologia, organização e estruturação de trabalho científico. Normas ABNT
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>SOUTO, Antônio. Anatomia de um artigo. Recife: UFPE, 2001</p> <p>XAVIER, Antônio Carlos dos Santos. Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos: [ciências humanas e sociais aplicadas: artigo, resumo, resenha, monografia, tese, dissertação, tcc, projeto, slide]. Recife: Editora Respel, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993.</p> <p>MARTINS, J. J. Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.</p> <p>MINAYO, M. C. de S. (Org.) DESLANDES, S.F.; GOMES, R. Pesquisa social, teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2003.</p> <p>RICHARDSON, Roberto Jarry e Colaboradores. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2008.</p>

DISCIPLINA	PED 216 - Fundamentos da Educação Infantil
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 40h Extensão
EMENTA	<p>Fundamentos e organização da educação infantil. A relação família e escola. O ensino e as aprendizagens na creche e pré-escola, suas implicações no desenvolvimento social, afetivo e cognitivo da criança. Higiene e Segurança nos espaços escolares e não escolares de atendimento à criança.</p> <p>Projeto Integrador de Extensão: Educar e cuidar na educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – práticas de higiene, saúde, direito e bem-estar.</p>
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>DEVRIES, Rheta (org). O Currículo Construtivista na Educação Infantil: práticas e atividades. Trad. Vinicius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>OLIVEIRA, Zilma M. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>SANTOS, Lana E. da Silva. Creche e Pré-escola: uma abordagem de saúde. São Paulo: Artes Médicas, 2004.</p> <p>SILVESTRE, Daniela Donini. Manual Para Cuidadores de Crianças em Creches, Berçários, Maternais e Pré-escolas: fundamentos para a qualidade em saúde, segurança, higiene e educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.</p> <p>BRASIL. Parâmetros Nacionais de Qualidade Para a Educação Infantil. Brasília, Distrito Federal, 2006. www.mec.gov.br</p> <p>BRASIL Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil, Educação Fundamental, 2017. www.mec.gov.br</p> <p>BRASIL, Lei 8.069 / 90. Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p>HOFFMANN, Jussara. Avaliação na Pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 12. ed. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2004.</p>

DISCIPLINA	PED 211 - Ensino de Artes e suas Tecnologias
CARGA HORÁRIA	Teórica 60h + 15h prática
EMENTA	Arte e educação em arte: a função da arte para o indivíduo e a sociedade. A importância da arte na educação. A história educativa na arte. Tendências pedagógicas no ensino da arte no Brasil e sua contextualização histórica. A leitura e apreciação da imagem e a produção. Desenvolvimento gráfico infantil. Alternativas teóricas e metodológicas para o ensino de Artes Visuais. Arte popular pernambucana e alguns representantes.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BARBOSA, Ana Mae. A Imagem no Ensino da Arte: anos oitenta e novos tempos. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Curricular Comum: Arte. Brasília: MEC/SEF, 2017.</p> <p>FERREIRA, A. A criança e a arte: o dia a dia na sala de aula. Rio de Janeiro: WAK Ed., 2005.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998, v.3. www.mec.gov.br</p> <p>IAVELBERG. Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores. – Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>MARTINS, M.C. F. D. Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte – São Paulo: FTD, 1998</p> <p>OSINSKI, Dulce R. Arte, história e ensino: uma trajetória. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>PEREIRA. H. Como usar artes visuais na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2008.</p>

DISCIPLINA	PED 227 - Ensino de Geografia e suas Tecnologias
CARGA HORÁRIA	Teórica 60h + 15h prática
EMENTA	As múltiplas influências das correntes geográficas no ensino de Geografia. Fundamentos teórico-metodológicos do ensino da Geografia no ensino fundamental. Estudo do currículo básico escolar da geografia para a formação do cidadão enquanto protagonista de seu espaço geográfico. Alfabetização cartográfica. Propostas metodológicas que envolvem conhecimentos referentes a conceitos, procedimentos e atitudes no ensinar e aprender Geografia. Análise crítica e elaboração de recursos didáticos para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano/ EJA).
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. MEC. 2017. www.mec.gov.br</p> <p>CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; COSTELLA, Roselane Zordan. Brincar e cartografar com os diferentes mundos geográficos: a alfabetização espacial. Editora EdiPUC- RS, 2016. <i>E-book</i>.</p> <p>PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria H. Para ensinar e aprender Geografia. São Paulo: Editora Cortez, 2007.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ANTUNES, Celso. A geografia e as inteligências múltiplas na sala de aula. Papirus Editora, 2018. <i>E-book</i>.</p> <p>MENDONÇA, Francisco de Assis. Geografia e meio ambiente. [8. ed.]. São Paulo, SP: Contexto, 2010.</p> <p>MICHALISSZUN, Mário Sergio. Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira. Curitiba: InterSaber, 2014. <i>E-book</i>.</p> <p>PASSINI, Elza Yasuko; Passini, Romão; Malysz, Sandra T. (org.). Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado. Editora Contexto, 2007. <i>E-book</i>.</p> <p>SAUER, Carlos; PINTO, Roberto. Sociedade, natureza e espaço geográfico. Curitiba: InterSaber, 2016. <i>E-book</i>.</p>

DISCIPLINA	PED 219 - Coordenação Pedagógica e Planejamento Educacional
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 40h Extensão
EMENTA	<p>Construção da identidade profissional do coordenador pedagógico no cotidiano escolar. Organização de rotina de trabalho, atribuições e papéis do coordenador. Mediação, articulação e formação. Concepção, pressupostos, elementos e modelos de planejamento educacional. Determinantes do planejamento educacional no Brasil. Mecanismos de planejamento participativo educacional. Metodologia para elaboração de planos, programas e projetos escolares.</p> <p>Projeto Integrador de Extensão: Liderança, Trabalho Colaborativo no Planejamento e Gerenciamento Escolar</p>
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ALMEIDA, Claudia Mara; SOARES, Kátia D. Pedagogo Escolar: as funções supervisora e orientadora. Curitiba: InterSaber, 2012. <i>E-book</i>.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>MOURA, Dácio G. BARBOSA, Eduardo Fernandes. Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. 6. ed. rev. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>CERVI, Rejane M. Padrão estrutural do sistema de ensino no Brasil [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaber, 2013. <i>E-book</i>.</p> <p>KUENZER, Acácia Zeneida; GARCIA, Walter; CALAZANS, Julieta. Planejamento e educação no Brasil. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>LÜCK, Heloísa. A gestão participativa na escola. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.</p> <p>OLIVEIRA, Márcia Cristina. Caminhos para a gestão compartilhada da educação escolar [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaber, 2012. (Série Processos educacionais). <i>E-book</i>.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico: uma construção possível. 29. ed. Campinas-SP: Papirus, 2011. <i>E-book</i>.</p>

DISCIPLINA	PED 221 - Ensino de História e suas Tecnologias
CARGA HORÁRIA	Teórica 60h + 15h prática
EMENTA	Fundamentos epistemológicos do ensino de História. Conteúdo de História para a Educação Infantil (Natureza e Sociedade), Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e Educação de Jovens e Adultos /EJA. Metodologias do ensino de História. Livros didáticos de História no Ensino Fundamental (séries iniciais) conteúdos e metodologias. Propostas curriculares do ensino de História das redes públicas.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BRASIL. Base Nacional Curricular Comum. 2017. www.mec.gov.br</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.</p> <p>PINSKY, J. (org.). O ensino da história e a construção do fato. São Paulo: Contexto, 1998.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BRASIL. Lei 11.645/08 - Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. 2008. INDICAR LINK</p> <p>BRASIL. Secretaria do Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História. Brasília: MEC/SEF, 1997. INDICAR LINK</p> <p>BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Natureza e Sociedade. Brasília: MEC/SEF, 1998. INDICAR LINK</p> <p>NIKITIUR, S. L. Repensando o ensino de história. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>PENTEADO, H. D. Metodologia do ensino de história e geografia. São Paulo: Cortez, 2008.</p>

DISCIPLINA	PED 231 - Gênero, Educação e Direitos Humanos
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 15h prática
EMENTA	Gênero e diversidade na escola. Identidade de gênero, educação em direitos humanos. Violência de gênero. Diversidade sexual. Corpo e educação. Sexismo, racismo e homofobia. Políticas Públicas.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BRASIL, Resolução 01, 30 de maio de 2012. Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. www.gov.br</p> <p>CONTARDO CALLIGARIS; MARIA HOMEM. Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo. 7 Mares, 2022.</p> <p>LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>AQUINO, Júlio Groppa. Educação e biopolítica: um panorama da produção acadêmica brasileira no campo educacional (2001-2016). Educar em Revista, Curitiba, v.33, n.66, p.95-112, out./dez. 2017.</p> <p>FABIO KONDER COMPARATO, A afirmação histórica dos direitos humanos. 12. São Paulo 2018. 0. ISBN 9788553607846. (Ebook).</p> <p>LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.</p> <p>MEYER, Dagmar E. (org.). Corpo, gênero e sexualidade. Porto Alegre: Mediação, 2004.</p> <p>SEFFNER, Fernando; FELIPE, Jane. Educação, gênero e sexualidade: (im)pertinências. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2022.</p>

DISCIPLINA	PED 226 - Educação de Jovens e Adultos
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 15h prática
EMENTA	Abordagem da Educação de Jovens e Adultos - EJA, ressaltando os conceitos de alfabetização: leitura e escrita, letramento e alfabetismo; a história da EJA no Brasil; análise das características dos educandos - a variedade de agentes promotores, o ideário da educação popular, políticas públicas atuais em EJA; A Legislação Educacional e EJA no Brasil; as tendências teóricas e práticas da EJA: formação e prática do educador; Experiências de EJA no Brasil: final do século XX
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1982.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.</p> <p>FREIRE, Paulo. Ação Cultural para a Liberdade, São Paulo: Paz e Terra, 2007.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>CARBONELL, Sônia. Educação estética para jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido: Paulo Freire. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação e Atualidade Brasileira. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>SANTIAGO, Eliete; BATISTA NETO, José [Org.]. Paulo Freire e a educação libertadora: memórias e atualidade. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.</p> <p>SOUZA, Maria Antônia. Educação de Jovens e Adultos. Curitiba: IBPEX, 2007</p>

DISCIPLINA	PED 224 - Pedagogia nas Organizações
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 40h Extensão
EMENTA	<p>Papel da educação em espaços de educação não formal. Processos educativos desenvolvidos em espaços não escolares. Projetos educacionais. Classe hospitalar. Movimentos sociais.</p> <p>Projeto Integrador de Extensão: Os Campos de Atuação e Saberes Pedagógicos nos Espaços de Educação não formal</p>
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>GOHN, M^a da Glória. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>MATOS, Elizete Lucia. Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde. Curitiba. Ed. Vozes, 2006.</p> <p>RIBEIRO. Almeida Escotto do Amaral. A Pedagogia Empresarial. Vozes, São Paulo, 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>GADOTTI, Moacir. Perspectivas Atuais da Educação. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf.</p> <p>GOHN, M^a da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf</p> <p>KOWALCZUK, Lidiane Mendes Ferreir, VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. O Pedagogo nas Organizações. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5214_3159.pdf</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 1999.</p> <p>TEIXEIRA, Luiz Monteiro. Educação e Sociedade: Compromissos com o Humano. São Paulo: Loyola, 2007.</p>

DISCIPLINA	PED 215 - Educação no/do Campo
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 15h prática
EMENTA	Concepções e práticas da educação do campo. O direito dos povos camponeses à educação. Educação popular e com conhecimento por elas produzido. A educação do Campo no campo. A educação do campo enquanto produção de cultura. A educação do campo na formação dos sujeitos. A educação do campo como formação humana para o desenvolvimento sustentável. A educação do campo e o respeito às características do campo.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>MARTINS, Aracy Alves. Educação do campo: desafios para a formação de professores. 1 ed. Autêntica, 2009.</p> <p>MEIRIEU, Philippe. O cotidiano da escola e da sala de aula. 1 ed. Artmed, 2009.</p> <p>SAVIANI, Demerval; SOUZA, Rosa Fátima De; VALDEMARIM; Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares De. O legado educacional do século XX no Brasil. 1 ed. Autores associados, 2004. <i>E-book</i>.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ARROYO, Miguel. Por uma educação do campo. 1 ed. Vozes, 2004.</p> <p>ARROYO, Miguel. Outros Sujeitos, outras pedagogias. São Paulo: Vozes, 2014</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.</p> <p>SOUZA, João Francisco. E a educação popular: O quê? Uma pedagogia para fundamentar a educação, inclusive escolar, necessária ao povo brasileiro. Recife-PE: Editora Bagaço, 2007.</p> <p>PAIVA, Vanilda Pereira. Perspectivas e dilemas da educação popular. 2 eds. Graal editora, 1984.</p>

DISCIPLINA	PED 229 - Políticas Públicas e Financiamento da Educação Básica
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h + 40h Extensão
EMENTA	<p>Políticas públicas. Fontes de recursos e orçamento. Procedimentos de execução. Custo estudante. Programas e Projetos educacionais. Execução Gestão pública e mecanismos de controle social. Projeto Integrador de Extensão:</p> <p>Projeto de Extensão: As Políticas Públicas e o Financiamento da Educação no chão da escola</p>
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB passo a passo: lei de diretrizes e bases da educação nacional Lei nº 9.394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo. 4. ed. São Paulo: Avercamp, 2010.</p> <p>GOUVEIA, Andréa Barbosa. Políticas e financiamento na EJA: as mudanças na política de financiamento da educação e possíveis efeitos na EJA. Eccos: revista científica, São Paulo, v.10, n.2, p.379-395, jul./dez. 2008.</p> <p>OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Tereza (Org.) Gestão, financiamento e direito à educação. Análise da LDB e da Constituição Federal de 1988. São Paulo: Xamã, 2001.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação: 2014-2024. Brasília, 2015. https://br.search.yahoo.com/search?fr=mcafee&type=E210BROG0&p=O+Estado%2C+a+pol%C3%ADtica+educacional+e+a+regula%C3%A7%C3%A3o+do+setor+educ%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil%3A. Acesso maio de 2023</p> <p>CUNHA, Luiz Antônio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo: Cortez; 1991.</p> <p>FREITAS, Neli Klix. Políticas públicas e inclusão: análise e perspectivas educacionais. Jornal de Políticas Educacionais, Curitiba, v.4, n.7, p.25-34, jan./jun. 2010.</p> <p>SILVA, Maria Abádia da; BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. Controle social em educação básica pública. Jornal de Políticas Educacionais, Curitiba, v.4, n.8, p.91-97, jul./dez. 2010</p> <p>SILVA, Carlos Eduardo Moreira da. Direito à educação em face do princípio da reserva possível: a importância dos instrumentos de controle social. Jornal de Políticas Educacionais, Curitiba, v.5, n.9, p.41-50, jan./jun. 2011.</p>

DISCIPLINA	PED 231 - Educação, Contemporaneidade e Trabalho Docente
CARGA HORÁRIA	Teórica 30h +10h prática
EMENTA	Educação e Sociedade. Desafios da docência. Saberes docentes. Profissionalização docente. Carreira docente. Formação permanente.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>ALVES, Rubem. A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2022. 1 recurso online. ISBN 9788530809867.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 2011.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>DINIZ, Margareth; FERRAZ, Cláudia Itaborahy. Diferença, diversidade e formação docente: contribuições da psicanálise à discussão da inclusão. Educação (PUCRS), Porto Alegre, RS, v.38, n.2, p.185-192, maio/ago. 2015.</p> <p>FLORES, Maria Assunção. Algumas reflexões em torno da formação inicial de professores. Educação (PUCRS), Porto Alegre, v.33, n.3, p.182-188, set./dez. 2010.</p> <p>MORIN, Edgar. Amor, poesia, sabedoria. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.</p> <p>NÓVOA, António. Profissão professor. 2. ed. Porto: Porto, 1999.</p> <p>TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.</p>

Componente de Estágio Curricular Supervisionado – 400h

DISCIPLINA	PED 217 - Orientação e Estágio Supervisionado na Educação Infantil
CARGA HORÁRIA TEÓRICO/PRÁTICA	120 h
EMENTA	Características de Instituições formais e não formais: creches e pré-escolas; Prática pedagógica e prática de ensino. A sala de aula da Educação Infantil; Espaço e tempo; Relação criança-criança; criança – professor; criança – profissionais. Ensino e aprendizagem. Formas de intervenção
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>FEITEN, Marta Buriola. O estágio supervisionado. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001</p> <p>FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti. Os Fazeres na Educação Infantil (org.) Editora Cortez. São Paulo, 2009.</p> <p>OSTETTO, Luciana. (Org.) Educação infantil: saberes e fazeres da formação de professores. Campinas: Papyrus, 2015.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. <i>Parâmetros de qualidade para a educação infantil</i>. Brasília, 2006. SE ONLINE INDICAR LINK</p> <p>BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.</p> <p>GOMES. Marineide de Oliveira. Formação de Professores na educação Infantil. Editora Cortez, S. Paulo. 2002.</p> <p>LOPES, Amanda Cristina Teagno. Educação infantil e Registro de Práticas. Cortez, 2009.</p> <p>SILVA, Isabel de Oliveira e. Profissionais da educação infantil: formação e construção de identidade. São Paulo: Editora Cortez, 2003.</p>

DISCIPLINA	PED 220 - Orientação e Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental - Anos Iniciais
CARGA HORÁRIA TEÓRICO/PRÁTICA	120 h
EMENTA	A Escola de Ensino Fundamental – anos iniciais: concepção, objetivos, finalidade, áreas curriculares, fundamentos legais, carga horária, perfil do estudante e dos professores. Formação docente: concepções, desafios e possibilidades pedagógicas. Projeto político – pedagógico: eixos de trabalho, espaços e tempos didáticos, problemas e possibilidades da prática, regência. Projetos de Intervenção Pedagógica.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ANDRÉ, Marli. Práticas inovadoras na formação de professores. Papyrus Editora, 2017. E-book</p> <p>BRASIL, Conselho Nacional de Educação MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. Resolução CNE/CEB, número 7 de 14 de dezembro de 2010. Online</p> <p>RECIFE. Política de Ensino da Rede Municipal do Recife. Edição revisada, 2016. Disponível em: http://www.portaldaeducao.recife.pe.gov.br/sites/default/files/arquivos_informativos_ho/me/ensino_fundamental_1_ao_9_ano_-_politica_de_ensino_rmer_2021.pdf</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ARAÚJO, Rute Pereira Alves de (org.). Estágio supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental: experiências reflexivas. Jundiaí, SP: Paco e Littera, 2019. E-book</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.</p> <p>PIMENTA, S.G.; LIMA, M.S. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>VEIGA, ILMA, Passos de Alencastro. Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações. Campinas: Papyrus, 2006.</p> <p>VEIGA, ILMA Passos de Alencastro. A aventura de formar professores. Papyrus Editora, 2010.</p>

DISCIPLINA	PED 225 - Orientação e Estágio Supervisionado em Educação de Jovens e Adultos
CARGA HORÁRIA TEÓRICO/ PRÁTICA	80 h
EMENTA	Estágio supervisionado em Educação de Jovens e Adultos. Concepções da alfabetização de adultos e a continuidade dos estudos para esta modalidade de ensino. Concepção de adulto e análise de metodologias para esta modalidade. Projeto político – pedagógico: eixos de trabalho, espaços e tempos didáticos, problemas e possibilidades da prática, produção científica em EJA.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BRASIL, MEC. Um Salto para o Futuro: Educação de Jovens e Adultos. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999. Disponível em: www.mec.gov.br</p> <p>FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>LOCH, Jussara Margareth de Paula <i>et al.</i> EJA: planejamento, metodologias e avaliação. Porto Alegre: Mediação, 2009</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>FREIRE. Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2011.</p> <p>_____. Paulo. Ação cultural para liberdade e outros escritos. 4. ed. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1979.</p> <p>GODOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>MOLL, Jaqueline. (org) “Educação de Jovens e Adultos”. Porto Alegre: Mediação, 2004.</p> <p>PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições de educação de adultos. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1986.</p> <p>RIBEIRO, Vera Maria M. <i>et al.</i> Metodologia da Alfabetização: pesquisa em educação de jovens e adultos. Campinas: Papirus, 2013 E-BOOK DE 2013 [PEARSON]</p>

DISCIPLINA	PED 230 - Orientação e Estágio Supervisionado em Gestão: Escolar e não Escolar
CARGA HORÁRIA TEÓRICO/PRÁTICA	80 h
EMENTA	O pedagogo em espaços escolares e não-escolares. Dimensões da Gestão: administrativa, pedagógica, financeira, de pessoas e de projetos educativos. Projetos e experiências de gestão. Práticas de gestão: desafios e possibilidades e alternativas.
REFERÊNCIAS	<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão escolar: teoria e prática. 5. ed. 2011.</p> <p>LUCK, H. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Série Cadernos de Gestão V. II. Vozes. 2009.</p> <p>MACHADO, L. M. Administração e supervisão escolar: questões para o novo milênio. São Paulo: Pioneira, 2000.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. S. (Org.). O coordenador pedagógico e o espaço da mudança. São Paulo: Loyola, 2009.</p> <p>GOHN, M. da G. Educação não-formal e cultura política. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>GOHN, M. da G. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e Pedagogos para quê? São Paulo: Cortez. 1999.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 3. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.</p> <p>LIBÂNEO, H. Concepções e processos democráticos de gestão. Série Cadernos de Gestão. V. III. Vozes, 2006a.</p> <p>LIBÂNEO, H. A gestão participativa na escola – Volume III. Série Cadernos de Gestão. 2 ed. Petrópolis. RJ. Vozes, 2006b.</p>

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

BRASIL. **LEI Nº 9.795, DE 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº1, DE 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2, DE 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

BRASIL. **Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. **Resolução CNE CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017.** Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

BRASIL. **Resolução Nº 7, DE 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o PNE 2014-2024, e dá outras providências.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2 de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Nacionais para Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Institui a BNC – Formação.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB N° 1, de 27 de outubro de 2020.** Dispõe sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação continuada de professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para formação continuada de professores da Educação Básica (BNC – Formação Continuada).

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018,** do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior brasileira.

BRASIL. **Resolução N°. 01, de 15 de maio de 2006.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v.143, n. 92, 16 mai. 2006 a. Seção I, pp. 11-12.

BRASIL. **Lei N. ° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (2014-2024), pela Lei Federal nº 13.005/2014. Meta 12, estratégia 12.7.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB N.5, de 17 de dezembro de 2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. 2009.

BRASIL. Resolução CNE/CP. N. 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da Cultura Afro-Brasileira e Africana. DOU. Brasília, 2004. Seção 1, p. 11.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP. N 1, de 30 de dezembro de 2012. **Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos.** DOU. Brasília, 2012. Seção 1, p.48.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria N. 1.134, de 10 de outubro de 2016. Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para oferta de disciplinas na modalidade à distância. Brasília, 2016.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, Pedagogos e Formação de Professores.** Campinas: Papius, 1996.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SANTA DOROTÉIA DO BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Institucional da FAFIRE (2016-2020).** Recife, 2015.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SANTA DOROTÉIA DO BRASIL. **Plano Interprovincial de Educação (2013-2018)**. Recife, 2012.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2006, 128p.

FAFIRE. **Resolução Nº 001/2021 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CEPE**, estabelece as diretrizes para a inserção da Extensão nos currículos dos Cursos de Graduação da FAFIRE e dá outras providências. 2021.

FAFIRE. **Instrução Normativa de Avaliação (INA) INA-CGG**. No 02/2019, de 13 de dezembro de 2019. Dispõe sobre os critérios avaliativos.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001 (Coleção Extensão Universitária, v.1).

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Avaliação da Extensão Universitária**. Brasília: MEC/SESu; Curitiba: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001 (Coleção Extensão Universitária, v.3)

XI FOREXT. Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária. São Paulo: Campinas, 2004.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: UFRGS. 2012.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

GATTI, B. A. et al. Professores do Brasil: novos cenários de formação - Brasília: UNESCO. 2019.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: para que?** Disponível em: [r.search.yahoo.com/search? fr=mcafee&type=E211BR0G0&p=Gadotti%2C+M.++\(2017\).](https://r.search.yahoo.com/search?fr=mcafee&type=E211BR0G0&p=Gadotti%2C+M.++(2017).+)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) . Censo da Educação Superior, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-e-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-e-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>.

IMPERATORE, Simone L. Brum e PEDDE, Valdir “**Curricularização**” da **extensão universitária no Brasil**: questões estruturais e conjunturais de uma política pública. Disponível em: https://curricularizaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1_Artigo_Curricularizaca_da_Extensao_Universitaria_no_Brasil.pdf.

SILVA, Carmem Silvia Bissoli da. **Curso de Pedagogia no Brasil**: história e identidade. São Paulo: Autores Associados, 1999.

ANEXOS

- Anexo 1 - Regulamento das Atividades Complementares
- Anexo 2 - Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC / Artigo
- Anexo 3 - Regulamento dos Processos de Avaliação das Aprendizagens - INA CGC
01/2023
- Anexo 4 - Regulamento da Prática Pedagógica Curricular
- Anexo 5 - Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório
- Anexo 6 - Regulamento do Núcleo Docente Estruturante - NDE
- Anexo 7 - Regulamento com Normas Gerais de Uso dos Laboratórios
- Anexo 8 - Regulamento de Uso da Sala de Apoio Didático Paulo Freire
- Anexo 9 - Regulamento de Uso da Sala de apoio Didático Centro de Estudos e Debates -
CENEDE
- Anexo 10 - Regulamento de Funcionamento do Colegiado do Curso
- Anexo 11 - Regulamento da Iniciação Científica
- Anexo 12 - Regulamento da Extensão
- Anexo 13 - Regulamento sobre o uso da Biblioteca

ANEXO: 1

REGULAMENTO PARA CUMPRIMENTO DAS 100 HORAS DAS ATIVIDADES TEÓRICO - PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO (ATPA) DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

As **Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA)** são atividades acadêmicas de natureza teórico-práticas desenvolvidas em áreas específicas de interesse dos estudantes conforme definido no Projeto Pedagógico do Curso - PPC e serão desenvolvidas por meio de múltiplas atividades de iniciação científica, iniciação à docência, participação em cursos extensão, monitorias, eventos científicos, entre outras.

As ATPA têm por finalidade o enriquecimento dos processos de ensino e aprendizagem, ampliando os horizontes de conhecimento teórico/prático do estudante para além da sala de aula na instituição. Busca ainda abrir perspectivas aos diferentes contextos de sua área profissional.

Exigência legal

As Atividades de Teórico-Práticas de Aprofundamento fundamentam-se nas diretrizes de cada Curso e estão previstas conforme PPC de cada Curso.

A) No Curso de Pedagogia, por decisão colegiada, estão previstas a vivência de 100 (cem) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento.

B) No Projeto pedagógico dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, Letras e Pedagogia da UNIFAFIRE.

A integralização das atividades teórico-práticas de aprofundamento é condição necessária para a colação de grau e deverá ocorrer no período em que o aluno estiver regularmente matriculado.

As Atividades Teórico-Práticas Aprofundamento têm a finalidade de:

A) Atender necessidades de aprofundamento de determinados estudos;

B) Articular vários campos do saber;

C) Favorecer a articulação teoria e prática;

D) Estimular a conquista da autonomia profissional e intelectual do estudante exigindo construção de planos de estudo para cumprimento de atividades a serem realizadas em cada semestre;

F) Incentivar a pesquisa que propicia o prazer da descoberta, a busca de informações, esclarecer e orientar ações tendo em vista as necessidades do discente;

E) Propiciar o gosto pelo trabalho comunitário como meio de intervenção na realidade;

F) Incentivar a busca de espaços para estágio não curriculares.

G) Contribuir para a ampliação do universo cultural do aluno;

Quando realizar as atividades teórico – práticas de aprofundamento.

As ATPA podem ser cumpridas durante todo o curso

São consideradas atividades para fins de cômputo de carga horária, a participação em: palestras, seminários, colóquios, fóruns, congressos, conferências, minicursos, oficinas temáticas, conferências; cursos de extensão, apresentação de trabalhos em eventos científico - culturais relacionados ao curso (sob forma de pôsteres, painéis, seminários, minicursos, oficinas, outros), participação em atividades de extensão comunitária, estágios não curriculares relacionados à área de educação, monitorias na área docente, iniciação à docência, iniciação à pesquisa, publicações em revistas científicas, atividades musicais, atividades literárias, grupos folclóricos, grupos de teatro, visitas técnicas, trabalho voluntário em instituições educativas, atividades que propiciem o desenvolvimento social, cultural e acadêmico, viagens de estudo e outras que poderão ser validadas pelo setor competente.

Compete à Coordenação de Estágio das Licenciaturas (responsável pela análise e validação das atividades):

Encaminhar à Coordenação do Curso ao final de cada semestre um relatório especificando a situação de cada estudante em relação ao cumprimento das atividades tendo em vista a carga horária prevista por semestre.

Compete ao estudante

A) Conhecer as normas referentes a Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento;

B) Desenvolver as atividades propostas, cumprindo a carga horária definida por período;

C) Participar das atividades disponibilizadas pela UNIFAFIRE durante o semestre letivo, fazendo sua prévia inscrição, caso julgue necessário;

D) Solicitar junto à Secretaria Acadêmica da UNIFAFIRE a validação das atividades em que participou, em

formulário próprio encontrado no portal do estudante, preencher e enviar para atpa@fafire.br;

E) Apresentar documento comprobatório da participação na atividade contendo a carga horária;

F) Apresentar uma cópia do documento original que ficará arquivada na Ficha Individual do estudante;

G) Cumprir a carga horária prevista por período;

H) Desenvolver as atividades de aprofundamento, segundo sua própria conveniência, oportunidade e compatibilidade de horário, observado o próprio plano de estudos.

As ATPA poderão ser realizadas na UNIFAFIRE ou em outra instituição legalmente reconhecida pelos órgãos competentes.

No processo de validação observar-se-á por ocasião da análise do requerimento do estudante: a natureza da atividade em função dos objetivos do curso; a instituição promotora do evento tendo em vista seu reconhecimento legal; a carga horária máxima definida por atividade ou grupo de atividades.

Compete à Coordenação de Estágio das Licenciaturas, juntamente com a Secretaria Acadêmica, se responsabilizar pela apuração da carga horária de cada estudante, as quais serão registradas na Ficha Individual de cada estudante. O estudante transferido poderá aproveitar as atividades já cumpridas em suas instituições de origem.

Quadro das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Letras e Pedagogia, conforme quadro a seguir

ITEM	CATEGORIA DA ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
A	Participação em palestras, seminários, colóquios, fóruns, simpósios, congressos, oficinas temáticas, conferências, minicursos, encontros locais, estaduais, nacionais, internacionais na condição de ouvinte, cujos conteúdos sejam significativos no conjunto geral da formação profissional.	80 h
B	Participação em cursos de extensão cujos conteúdos sejam significativos no conjunto geral da formação profissional.	60 h
C	Apresentação de trabalhos em eventos científico-culturais sob forma de: comunicação, oficinas temáticas, minicursos, painéis, lançamento de livros, outros.	40h *
D	Estudos complementares pertinentes à área de formação, tais como: cursos de idiomas, cursos de alfabetização, cursos na área de informática e outros a serem analisados pela Coordenação competente.	60h
E	Participação em atividades de extensão comunitária: trabalho voluntário nos projetos sociais em instituições educativas devidamente reconhecidas.	50h
F	Estágios não obrigatórios na área de educação ou na área de formação específica.	40h
G	Monitoria na área de educação ou na área de formação específica regimentalmente estabelecida.	60h
H	Participação em Projetos de Iniciação Científica, com duração de um ano, aprovados e concluídos segundo orientações do NUPEX.	90 h
I	Publicação de artigos em revistas científicas.	40 h
J	Publicação de resumos em Anais de congressos, encontros, seminários, outros.	30h *
K	Viagens de estudo e visitas técnicas cujos objetivos estejam em conformidade com o Projeto do Curso.	30h *
L	Disciplinas cursadas na UNIFAFIRE como enriquecimento curricular, desde que em outro curso.	60h
M	Disciplinas cursadas em outras IES, no caso de transferência, e não computadas na equivalência.	60h
N	Atividades Complementares cursadas em outras IES, relacionadas à área da formação, no caso de transferência.	60h

O	Participação em atividades musicais, literárias, grupos folclóricos, grupos de teatro e atividades esportivas (desde que essas se configurem como atividade formativa e sistemática, acompanhada por um profissional da área específica).	40h *
P	Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso.	10h
Q	Participação como ouvinte em apresentação de TCC, dissertação de mestrado e defesa de tese de doutorado.	20h *
R	Participação, na condição de colaborador, em eventos promovidos pela UNIFAFIRE.	40h **
S	Intervenção pedagógica em empresas, hospitais, fundações, ONG e outros.	30h *
T	Participação em Programas de Iniciação à Docência PIBID e Residência Pedagógica	60 h***
U	Vivência de atividades nos Laboratórios.	60h ***
V	Participação em atividades promovidas pelos Laboratórios de apoio Didático CENEDE (Centro de Estudo e Debates) e Espaço Paulo Freire e outros.	60h
X	Participação cidadã em serviços da justiça eleitoral	10h
y	Participação como representantes de curso e como membros da CPA	30h

*A cada uma dessas atividades poderá ser atribuída a carga horária máxima de 5 (cinco) horas.

**A cada participação será atribuída uma carga horária de 5 (cinco) horas.

***A cada semestre de atuação 30 horas.

Revisada em março 2023

ANEXO: 2
REGULAMENTO PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DAS LICENCIATURAS – ARTIGO CIENTÍFICO

1. DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

1.1 A elaboração e entrega do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é condição para a obtenção do Grau de licenciado em Pedagogia, Ciências Biológicas e Letras.

1.2 O TCC realizado em forma de Artigo Científico, resultará de um projeto de pesquisa, podendo contemplar uma pesquisa bibliográfica e/ou de campo.

1.3 O TCC tem início a partir do sexto período, com a elaboração do projeto sob a orientação do Professor da disciplina Pesquisa em Educação, tendo como referência as linhas de pesquisa definidas pelos Cursos.

1.4 A disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é oferecida no sétimo período com uma carga horária de 30 horas.

1.5 O TCC deverá ser encaminhado, devidamente protocolado, dentro do prazo estabelecido no Calendário Acadêmico da IES

2. DA ORIENTAÇÃO

2.1 Para o desenvolvimento do TCC será obrigatória a orientação de um professor da IES, com experiência comprovada no trabalho com projeto científico-acadêmico e experiência na área em que orienta.

2.2 Para a orientação o professor tem uma carga horária de 2 (duas) horas semanais, e se organizará de tal forma que, semanalmente, garanta o atendimento aos grupos de estudantes conforme agenda definida com os estudantes.

2.3 A Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, constará no horário e regular de matrícula.

3. DAS COMPETÊNCIAS

3.1 Cabe ao orientador:

- a) Acompanhar o desenvolvimento do trabalho
- b) Indicar bibliografia;
- c) Marcar os encontros coletivos e individual a partir do horário de aula divulgado aa cada semestre;
- d) Realizar as correções que se fizerem necessárias;
- e) Elaborar um relatório semestral sobre a real situação em que se encontra o trabalho;
- f) Conferir e assinar a versão final do TCC;
- g) Emitir parecer sobre o TCC e atribuir a nota final;
- h) Controlar a frequência dos estudantes, respeitando a legislação vigente.

3.2. Cabe ao estudante:

- a) Realizar sua matrícula no TCC;
- b) Comparecer aos encontros com o professor orientador, nos dias e horas agendados;
- c) Ler o parecer do orientador e fazer as alterações sugeridas, quando for o caso;
- d) Elaborar o artigo observando as normas definidas para elaboração de artigo científico;
- e) Entregar a produção estabelecida conforme agendamento prévio;
- f) Entregar o TCC no Protocolo Geral da Instituição devidamente assinado por ele e seu Orientador(a), no prazo determinado no Calendário Acadêmico da IES.

4. DA APRESENTAÇÃO

4.1 Cabe ao Orientador do TCC criar mecanismos de apresentação/socialização dos artigos.

4.1.1 Caso o trabalho não tenha sido entregue no prazo, o estudante deverá matricular-se no TCC e entregá-lo no semestre subsequente.

5. DA AVALIAÇÃO

- a) Serão atribuídas notas de 0 (zero) a 10 (dez).
- b) O orientador poderá solicitar a presença do orientando para quaisquer esclarecimentos;
- c) O TCC será aprovado com uma média igual ou superior a 7 (sete);
- d) O TCC não aprovado poderá ser refeito e reapresentado até o semestre subsequente;
- e) O TCC não aprovado poderá ser refeito e reapresentado até o semestre subsequente.

ITENS AVALIADOS:	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Coerência entre a Introdução e as Considerações Finais	2,0
Fundamentação Teórica	2,0
Percurso Metodológico e Análise dos dados	2,0
Uso correto das Normas da ABNT	2,0
Organização e Socialização do Trabalho	2,0
Total	10,0

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1 os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso e pela Coordenação Geral de Graduação.

ANEXO: 3

REGULAMENTO E INSTRUÇÃO NORMATIVA DA AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

INSTRUÇÃO NORMATIVA DE AVALIAÇÃO (INA) –
Coordenação Geral de Graduação CGG nº 01, de 04 de outubro de
2023.

Ementa: Dispõe sobre os critérios avaliativos da Instrução Normativa de Avaliação, uniformizando a valoração do julgamento de nota dos instrumentos de avaliação, aplicáveis para as disciplinas da Graduação na modalidade presencial e na modalidade semipresencial.

A Coordenadora Geral de Graduação, no uso de suas atribuições e de acordo com Artigo 20, do Regimento Interno, considerando que avaliação é parte integrante e estruturante da prática educativa que está a serviço das aprendizagens dos alunos e, em sua dinâmica, fornece informações para a melhoria dos processos de ensino e da aprendizagem.

RESOLVE: Regular a avaliação de desempenho acadêmico dos alunos dos cursos de graduação da UNIFAFIRE.

I – Dos Procedimentos

1 - Para fins dos procedimentos avaliativos o semestre letivo está dividido em duas unidades acadêmicas que correspondem à realização de um conjunto de situações pedagógicas descritas nos Planos de Ensino de cada Disciplina e seus processos avaliativos com periodicidade de registro definidos no Calendário Acadêmico Institucional;

2 - Em cada uma das unidades acadêmicas, a avaliação do processo de ensino e aprendizagem compreenderá, as seguintes situações:

2.1 - Procedimento avaliativo com estratégias e instrumentos diversificados, podendo ser individual ou em grupo para as disciplinas da Modalidade Presencial e obrigatoriamente individual para as disciplinas Semipresenciais.

2.2 – Na Modalidade Presencial, a prova em formato escrito, atenderá ao período determinado no Calendário Acadêmico Institucional, composta por questões de múltipla escolha, discursivas que requeiram compreensão, análise, interpretação e produção, a ser realizado individualmente pelo aluno e que represente a síntese dos conteúdos vivenciados na disciplina, valorizando a interdisciplinaridade.

2.3 – Na Modalidade EaD, ou seja, nas disciplinas semipresenciais, a prova em formato impresso e/ou eletrônico através de agendamento para sua realização, com preenchimento de gabarito para correção com leitura ótica e/ou automatizada, será previamente agendada conforme Calendário Acadêmico Institucional, composta por questões de múltipla escolha, que requeiram compreensão, análise, interpretação, a ser realizada individualmente pelo aluno e que represente a síntese dos conteúdos vivenciados na disciplina, valorizando a interdisciplinaridade.

2.4 – As estratégias de avaliação deverão ser discutidas com o Núcleo Docente Estruturante – NDE de cada Curso.

3 - Em cada uma das unidades acadêmicas, tanto para disciplinas ofertadas na modalidade presencial, quanto nas semipresenciais, será atribuído julgamento de nota expresso em grau numérico de zero a dez, assim distribuídos:

a) Somatório das atividades diversificadas - 3,0 (três) pontos;

b) Prova - 7,0 (sete) pontos.

4 - A culminância de cada uma das unidades acadêmicas dar-se-á com a realização da prova, conforme o Capítulo V do Regimento Geral da UNIFAFIRE.

4.1 - Quando o aluno não comparecer a uma das provas, em consonância com os itens 2.2 e 2.3, será facultado ao aluno o direito de requerer a segunda chamada. Caso contrário, permanecerá com apenas a nota das avaliações (item 2.1) dos instrumentos diversificados, com até 3,0 (três) pontos da respectiva unidade.

4.2 - Conforme parágrafo 2º, do Artigo 73, do Regimento da UNIFAFIRE, o aluno poderá requerer, apenas, uma segunda chamada, por disciplina, durante o semestre letivo.

5 - No início de cada período letivo, o docente, quando da apresentação do Plano de Ensino, informará aos alunos os critérios de avaliação, a periodicidade dos instrumentos de verificação de aprendizagem e seus conteúdos/competências.

Quando da elaboração das estratégias e instrumentos de avaliação, recomenda-se:

a) Utilizar linguagem clara e objetiva;

b) Definir, criteriosamente, os conteúdos, competências e habilidades a serem ensinados e trabalhados;
c) Estabelecer prioridades na definição dos conteúdos, das competências e das habilidades com base em sua relevância acadêmica;

d) Considerar os objetivos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), no Plano de Ensino, e observar os parâmetros do Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE).

6 - O processo avaliativo dos alunos com necessidades educacionais especiais, deve atender as especificidades da deficiência, com a utilização de estratégias que facilitem o processo de sua aprendizagem, tempo e espaço diferenciados conforme a necessidade de cada educando e para o qual o professor contará com a orientação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico UNIFAFIRE – APPFIRE e do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado – NAAEE.

7 - Os Estágios Curriculares Obrigatórios serão avaliados conforme descrito no Projeto Pedagógico de cada Curso.

8 - A Prova Final, prevista no Calendário Acadêmico Institucional, envolverá todos o conteúdo, competências e habilidades trabalhados durante todo o semestre letivo.

II – Do Registro

1 - O docente deverá registrar na caderneta, sistematicamente, o conteúdo desenvolvido nas aulas, a frequência dos alunos e os resultados de suas avaliações.

1.2 - As notas obtidas nas unidades acadêmicas deverão ser inseridas no Portal do Professor, de acordo com o período informado no Calendário Acadêmico Institucional.

III – Do Aluno

1 - É obrigatória a participação do aluno nos processos de avaliação do desempenho acadêmico.

2 - O aluno ou seu procurador poderá requerer a segunda chamada junto à Secretaria Acadêmica, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito horas), antes da aplicação da prova de segunda chamada.

2.1 - A segunda chamada será realizada exclusivamente por prova, valendo de 0 a 7,0 (sete) pontos.

2.1.1 - A segunda chamada, prevista no Calendário Acadêmico Institucional, e com as datas divulgadas pelas coordenações de Cursos envolverá todos os conteúdos, habilidades e competências trabalhados, na disciplina, durante o semestre letivo.

2.2 - A nota de cada unidade acadêmica, dar-se-á pelos resultados das pontuações dos itens da seção I – 3 desta Instrução Normativa de Avaliação.

IV – Dos Casos Omissos

4.1 - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação Geral da Graduação, ouvida a Coordenação do Curso de cada curso, notificados à, e em casos que couber, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

Recife, 04 de outubro de 2023.

Maria das Graças Soares da Costa - Reitora

Walnéa Virginia Mangueira de Lima – Vice-reitora

Ana Cristina Fonseca – Coordenadora Geral de Graduação

ANEXO: 4

REGULAMENTO E ORIENTAÇÃO PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA CURRICULAR COMO COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIO NOS CURSOS DE LICENCIATURA

Da Concepção

Uma concepção de prática como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento, que tanto está presente nos cursos de formação nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio nos momentos em que se exercita a atividade profissional. (Parecer CNE/CP 9/2001).

A Prática, componente curricular obrigatório dos cursos de licenciatura, permeia todo o processo formativo articulada no conjunto do projeto pedagógico, trabalhada em todas as disciplinas e desenvolvida por meio de diferentes procedimentos metodológicos.

Da fundamentação legal

Art. 12 - Res 2/02 § 1º, CNE/CP - A prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso.

Resolução CNE/CP nº 02/2019 Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática pedagógica como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

Do currículo

Todas as disciplinas que constituem o currículo de formação e não apenas as disciplinas pedagógicas têm sua dimensão prática. É essa dimensão prática que deve estar sendo permanentemente trabalhada, tanto na perspectiva da sua aplicação no mundo social e natural quanto na perspectiva didática. (Parecer 009/2001 CNE/CP)

A prática, como componente curricular, terá, necessariamente, a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas (Parecer 28/01CNE/CP)

Da operacionalização curricular

As atividades concernentes à formação profissional devem ser norteadas pela relação teoria/prática, prática/teoria, não apenas nos momentos que a lei impõe como práticas devem ser iluminadas por essa relação, como também nos momentos voltados para os aspectos cognitivos. (Parecer 09/01 CNE/CP).

Compreendendo-se que a relação teoria/prática é imanente ao conjunto de atividades curriculares nos cursos de licenciatura, toma lugar aqui, o necessário domínio pelo professor em formação de procedimentos de investigação científica, tais como: registro, sistematização de informações, análise e comparação de dados, levantamento de hipóteses, entre outros. Meios através dos quais o estudante vai se apropriando de conhecimentos. Tais procedimentos significam dizer que a Prática como componente curricular traz em seu bojo o germe da pesquisa como elemento essencial da formação docente.

Fundamentando-se, portanto, no Art. 13 § 1º da Res 01/02, a prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.

Das sugestões para a organização do trabalho do professor.

No Curso de Pedagogia, a carga horária de 400 horas de Prática Pedagógica Curricular é distribuída ao longo do curso. Cada professor(a), ao organizar o PLANO DE ENSINO da disciplina, selecionará entre outras, atividades de investigação, objeto da prática, as quais demandarão por conhecimentos de outras disciplinas, favorecendo, assim a prática interdisciplinar.

Trata-se, pois, de uma concepção de Prática que, segundo a resolução as diretrizes legais, deve ser em tempo e espaço curricular específico. Nesse caso a dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar.

O que propomos é que os professores mantenham um diálogo entre os diferentes, pois, como diz Fazenda (1991,

p.18) “A medida em que abrimos canais comunicativos entre as disciplinas caminhamos para se pensar a interdisciplinaridade. E uma das possibilidades de execução de um projeto interdisciplinar na universidade é a pesquisa coletiva”.

Proposta de atividades

- Levantamento de informações para construção de projetos de investigação;
- Construção e desenvolvimento de projetos de investigação pedagógica;
- Construção de instrumentos de coleta de dados;
- Aplicação de instrumentos;
- Tratamento de dados;
- Diário de campo;
- Diário de leitura;
- Produção de relatórios;
- Produção literária;
- Pesquisa em jornais, revistas, documentários...
- Visitas a instituições educacionais;
- Entrevistas e produção de texto sobre concepções de ensino, aprendizagem e avaliação que permeiam o cotidiano escolar;
- Análise de material didático;
- Visitas a ONGs, entrevistas e produção de texto sobre as concepções que permeiam o cotidiano;
- Análises de projetos na área de educação;
- Visitas a escolas – observação, análise e sistematização da prática observada;
- Excursões didáticas;
- Sínteses de obras pertinentes à área;
- Pesquisa bibliográfica;
- Pesquisa documental;
- Pesquisa em laboratórios;
- Estudo de casos;
- Situações - problema
- Análise de vídeos
- Uso do computador para o desenvolvimento de programas e softwares educativos;
- Pesquisas na internet, seguida de análises crítica;
- Projetos de extensão comunitária
- Observação e análise de aulas.

Na caderneta Acadêmica constará um espaço destinado às anotações relativas ao cumprimento das atividades destinadas à Prática, bem como a carga horária cumprida por aluno.

Regulamento revisado pelas Coordenações dos Cursos de Licenciaturas e NDEs das Licenciaturas em 2023

ANEXO: 5

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR OBRIGATÓRIO DOS CURSOS DE LICENCIATURA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - este regulamento tem por finalidade normatizar o Estágio Curricular Obrigatório dos Cursos de licenciatura, em conformidade com as Políticas e Diretrizes de Estágio Curricular Obrigatório, com o Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Ciências Biológicas, Letras e Pedagogia e com a Missão da UNIFAFIRE.

Art. 2º - O Estágio Curricular Supervisionado compreende o estágio obrigatório e o não – obrigatório, efetivando-se através de atividades de aprendizagem profissional, social e cultural, proporcionadas aos estudantes em situações reais de vida e de trabalho, sendo realizado na comunidade, sob a responsabilidade da UNIFAFIRE.

Art. 3º - O Estágio Curricular Obrigatório se define por promover a formação humana e profissional com visão sistêmica e integrada do campo de atuação, um agente de mudanças no exercício das atividades, desempenhando-as de modo responsável, comprometido e ético.

Art. 4º - O Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado é entendido como componente curricular das licenciaturas, uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico (Resolução CNE/CP nº 02 de 20/ 12/2019) e, portanto, integra o corpo de conhecimentos dos cursos de formação de professores, campo de conhecimento e eixo curricular central, lugar de síntese que possibilita trabalhar aspectos indispensáveis à construção da identidade, saberes, e posturas específicas ao exercício profissional.

§ 1º O estágio constitui-se como o espaço por excelência da vinculação entre formação teórica e vivência profissional, um espaço em construção, que representa o envolvimento do estudante-docente em toda dinâmica escolar, o que significa compreender a totalidade do trabalho pedagógico desenvolvido na escola, ultrapassando as formas clássicas de observação, participação e regência.

§ 2º O estágio é de cumprimento obrigatório para estudantes dos cursos de licenciatura, requisito para aprovação e obtenção do diploma.

Art. 5º - O Estágio Curricular Não Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, de acordo com os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura, acrescido à carga horária regular e obrigatória, a ser realizado em local de interesse do aluno e, de acordo com suas peculiaridades, pode dar direito a comprovante de Atividades Complementares, desde que devidamente comprovadas e previstas no regulamento específico.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 6º - O Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Letras e Pedagogia têm por objetivos:

- I. Construir conhecimentos e desenvolver habilidades, preparando para o exercício profissional nas diferentes áreas de atuação.
- II. Compreender a prática pedagógica em sua totalidade, analisando-a à luz de referenciais teóricos que a expliquem e a redimensionem.
- III. Aprender a observar, a formular questões de investigação e a encontrar métodos de trabalho e técnicas que permitam elucidar a questão com o apoio em referenciais teóricos.
- IV. Aprimorar o processo de formação docente na ótica de construção de saberes, investigação e reflexão da prática.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES

Art. 7º - O desenvolvimento do estágio nos cursos de licenciatura deve seguir as seguintes diretrizes:

- 1- Superar a dicotomia teoria e prática, contribuindo para a construção da identidade docente;
- 2- Constituir-se momento de formação profissional seja pelo exercício direto in loco, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado (Parecer CNE/CP 2/2015);
- 3- Ser um espaço de reflexão da própria prática à luz da teoria, a fim de ressignificar práticas desenvolvidas;
- 4- Possibilitar ao futuro profissional a construção de uma visão mais ampla de sua atuação na escola e em outros espaços educativos: secretarias de educação, ONGs, espaços culturais, meios de socialização educativa;

- 5- Realizar-se com pesquisa, tanto quando os estudantes se mobilizam para aprofundar questões que emergem da prática, como a partir de projetos de pesquisa dos Professores Orientadores.

CAPÍTULO IV DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 8º Critérios para definição dos campos de estágio

- I. As escolas e espaços educativos não escolares deverão acolher a proposta de estágio da UNIFAFIRE
- II. Os campos de estágio deverão estar localizados na RMR
- III. Os professores formadores deverão abrir espaço para o estagiário realizar a regência conforme proposta institucional.

Art. 9º. Parágrafo Único- São considerados campos de estágio, as escolas da rede pública de ensino, escolas da rede privada, bem como espaços não escolares, onde são desenvolvidos ações e projetos educativos, abertos à intervenção pedagógica.

- I- Escolas de Ensino Fundamental (Modalidades: Ensino Regular e Educação de Jovens e Adultos – EJA)
- II- Escolas que oferecem o Curso Normal Médio e o Ensino Médio.
- III- Instituições que desenvolvem projetos de apoio ao aluno com dificuldades de aprendizagem.
- IV- ONGs que desenvolvem ações/projetos educativos.
- V- Projetos de apoio às crianças/adolescentes em situação de vulnerabilidade social.
- VI- Escolas comunitárias, profissionalizantes e cursos livres.
- VII- Instituições que desenvolvem programas de formação continuada de docentes.
- VIII- Associações comunitárias.
- IX- Empresas que abrem espaço para intervenção pedagógica.
- X- Secretarias estaduais e municipais de educação.
- XI- SESC, SENAI, SENAC, SESI, SEBRAE
- XII- Instituições que oferecem disciplinas isoladas.
- XIII- Espaço hospitalar (classe hospitalar)

CAPÍTULO V CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 10 - O Estágio Curricular Supervisionado, nos Cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Letras e Pedagogia tem uma carga horária de 400 horas, em observância ao disposto na Resolução CNE/ CP nº 02 de 20 de dezembro de 2019.

Art. 11 - Segundo os Projetos Pedagógicos dos cursos os estágios são assim distribuídos:

- I. **Curso de Pedagogia – Quinto período: Orientação e Estágio Supervisionado na Educação Infantil com carga horária de 120; Sexto período: Orientação e Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental – Anos Iniciais com carga horária de 120h; Sétimo período: Orientação e Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos com carga horária de 80h; Oitavo período: Orientação e Estágio Supervisionado em Gestão Educacional: escolar e não escolar com carga horária de 80h.**
- II. Curso de Ciências Biológicas: quinto período – Orientação e Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental – anos finais; sexto período- Orientação e Estágio Supervisionado no ensino médio; sétimo período - Orientação e Estágio Supervisionado em espaços educativos; oitavo período – Orientação e Estágio Supervisionado com pesquisa em espaços escolares e outros espaços educativos onde há intervenção pedagógica.
- III. Curso de Letras: sexto período – Orientação e Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I; sétimo período – Orientação e Estágio Supervisionado em Língua Inglesa I; Oitavo Período – Orientação e Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa II e Orientação e Estágio Supervisionado em Língua Inglesa II.

CAPÍTULO VI DAS COMPETÊNCIAS

Art. 12 - Compete à Coordenação de Estágio das Licenciaturas

- I. Elaborar, acompanhar e avaliar o Projeto de Estágio dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, Letras e Pedagogia;
- II. Acompanhar/avaliar o desenvolvimento do Projeto de Estágio;
- III. Identificar e divulgar, junto aos professores e alunos, os espaços escolares e não escolares disponíveis para a realização dos estágios;
- IV. Manter contato com as instituições educacionais concedentes de estágio, para análise das condições de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e acordos, quando for o caso;
- V. Providenciar as informações necessárias para assinar os termos de compromisso a serem firmados entre alunos e instituições concedentes de estágio;

- VI. Elaborar projetos que viabilizem o desenvolvimento do Projeto de Estágio;
- VII. Encaminhar à(s) Diretoria(s) competentes propostas para firmação de convênios com instituições escolares e não escolares para a realização de estágios;
- VIII. Oferecer subsídios aos Professores Orientadores de estágio e alunos a fim de garantir a concretização do Projeto de Estágio da Instituição;
- IX. Promover a necessária aproximação entre a Instituição e os campos de estudo;
- X. Realizar sessões de estudo envolvendo os professores Orientadores de Estágio;
- XI. Promover intercâmbio entre instituições de ensino, a fim de socializar experiências de estágio;
- XII. Coordenar, junto com os Orientadores de Estágio, o Encontro anual – Prática Pedagógica e Cotidiano Escolar;
- XIII. Convocar e realizar reuniões de acompanhamento dos estágios;
- XIV. Providenciar documento de apresentação do aluno junto ao campo de estágio;
- XV. Analisar, com os Professores Orientadores, Projetos de Investigação e de Intervenção Pedagógicas a serem desenvolvidos pelos estagiários;
- XVI. Definir a documentação necessária à realização dos estágios;
- XVII. Controlar a documentação do estágio;
- XVIII. Oferecer subsídios para a construção do plano de estágio e do relatório final;
- XIX. Definir, junto com os Orientadores de Estágio, o prazo para entrega dos relatórios e documentação comprobatória da realização dos estágios;
- XX. Atualizar, em cada semestre, o cadastro das escolas/instituições campos de estágio;
- XXI. Analisar o requerimento do aluno em relação ao cumprimento das AACC tendo como referência os critérios definidos nas normas institucionais e encaminhar à Secretaria de Graduação para registro;
- XXII. Avaliar as ações desenvolvidas junto a todos os envolvidos na operacionalização do Projeto de Estágio.

Art 13 - Compete aos Professores Orientadores de Estágio

- I. Orientar o Estagiário na elaboração e cumprimento do Projeto de Estágio;
- II. Acompanhar e assessorar o Estagiário;
- III. Elaborar o plano de ensino em consonância com o Projeto de Estágio da Instituição e encaminhá-lo à Coordenação do Curso e à Coordenação de Estágio para análise e acompanhamento;
- IV. Realizar reuniões com a equipe técnica, administrativa e professores formadores dos campos de estudo para apresentação e discussão/avaliação da Proposta de Estágio da Instituição;
- V. Realizar visitas aos campos de estágio para acompanhar a prática de estágio dos alunos;
- VI. Estimular a formação de professores reflexivos, avaliando continuamente as atividades desenvolvidas no estágio;
- VII. Indicar as fontes de pesquisa e de consultas necessárias ao aprofundamento teórico;
- VIII. Entrar em contato com o professor formador a fim de garantir o acompanhamento do estagiário;
- IX. Encaminhar à Coordenação de Estágio a relação nominal dos campos de estágio em cada período s fim de garantir a atualização do cadastro;
- X. Encaminhar, à Coordenação de Estágio, quando solicitado, informações sobre o andamento dos estágios;
- XI. Validar o aproveitamento da carga horária profissional para redução da carga horária de estágio;
- XII. Avaliar os estágios junto aos alunos;
- XIII. Orientar a elaboração dos relatórios o qual deverá ser progressivamente construído ao longo do período de estágio;
- XIV. Orientar o Estagiário sobre documentação comprobatória da realização dos estágios;
- XV. Encaminhar à Secretaria de Graduação, no prazo definido pela Instituição, a documentação comprobatória da realização dos estágios.
- XVI. Avaliar os estágios, junto aos estagiários e campos de estágio, e apresentar, quando necessário, sugestões para redimensionamento do Projeto de Estágio.

Art. 14 - Compete ao Estagiário:

- I. Informar-se sobre o estágio junto ao Professor Orientador;
- II. Definir, junto com o Professor Orientador, a escola ou espaço não escolar onde realizará o estágio;
- III. Requerer, junto ao Professor Orientador, a carta de apresentação dirigida ao Gestor da Escola/Instituição onde o estágio será realizado;
- IV. Informar continuamente ao Professor Orientador o cumprimento da carga horária definida;
- V. Solicitar do Professor Formador ou a outros profissionais que acompanharam a atividade realizada, a assinatura na ficha de frequência;
- VI. Zelar pela ficha de frequência considerando ser a mesma um documento comprobatório de realização do estágio;
- VII. Comparecer aos encontros semanais de planejamento, orientação, acompanhamento, estudos, relato de

experiências;

VIII. Elaborar a proposta de estágio e apresentá-la ao Professor Orientador;

IX. Informar ao Professor Orientador o andamento das atividades previstas;

X. Cumprir integralmente a proposta da IES relativa ao estágio no que se refere a carga horária, atividades, relatórios;

XI. Entregar relatório no tempo previsto, assinando o documento comprobatório- ATA;

XII. Solicitar da escola campo/instituição a declaração de cumprimento do estágio;

XIII. Comunicar ao Professor Orientador qualquer interrupção do estágio;

XIV. Realizar as leituras e pesquisas indicadas que visam à formação profissional;

XV. Cuidar da documentação específica de estágio: declaração da escola/instituição onde realizou o estágio e a ficha de frequência;

XVI. Ao final do estágio, entregar ao Professor Orientador os documentos exigidos, sem rasuras, incluindo a ficha de frequência, que deverá ser assinada pelo Professor Orientador, após analisar o cumprimento das atividades definidas e da carga horária correspondente a cada período.

CAPÍTULO VII DA FREQUÊNCIA DO ESTÁGIO

Art. 15 - O controle da frequência do estagiário dar-se-á através de:

I. Registro na caderneta escolar;

II. Registro no formulário de controle de frequência do campo de estágio.

CAPÍTULO VIII DAS FALTAS JUSTIFICADAS

Art. 16 - Serão consideradas faltas justificadas aquelas asseguradas nas leis vigentes e no Regimento do Centro Universitário Frassinetti do Recife.

CAPÍTULO IX DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 17. A avaliação das atividades de Estágio Curricular Obrigatório se valerá dos seguintes instrumentos:

1. Relatório final de estágio;

2. Apresentação de atividades desenvolvidas, resultado da observação e análise das atividades desenvolvidas no período de estágio.

Art. 18 - Será considerado aprovado na disciplina de Estágio Curricular Obrigatório o estudante que:

1. Cumprir a carga horária exigida para o estágio, por período;

2. Cumprir a exigência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência nos encontros presenciais;

3. Obter nota igual ou superior a 7,0 (sete).

Não haverá realização de segunda chamada nem exame final para os estudantes que não lograrem aprovação na disciplina de estágio, devendo os mesmos, em tais circunstâncias, cursar novamente a referida disciplina, mediante nova matrícula.

Parágrafo Único - Não caberá aos estágios, exercícios domiciliares ou regime de acompanhamento especial, previstos para as demais disciplinas.

CAPÍTULO X DO SEGURO OBRIGATÓRIO

Art. 19 - Deverá o acadêmico-estagiário estar assegurado mediante apólice de seguros pessoais.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 - O Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório dos Cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Letras e Pedagogia será apresentado a cada início de semestre letivo pelo Professor Orientador de Estágio do Curso às turmas iniciantes nas atividades de estágio.

Art. 21 - O presente regulamento poderá ser modificado sempre que constatadas necessidades relevantes, sendo as modificações aprovadas em primeira instância pelo Coordenador do Curso, e pelo Conselho da Instituição.

Art. 22. Os casos omissos ao presente Regulamento serão analisados no âmbito do Conselho da Instituição, ouvidos a Coordenação Geral de Graduação, a Coordenação do Curso e a Coordenação de Estágio das Licenciaturas.

Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado das Licenciaturas

Revisado em 2024

ANEXO: 6

REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIFAFIRE

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E OBJETIVO DO NDE

Art. 1º - O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação da UNIFAFIRE.

Art. 2º - O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo responsável pela concepção, avaliação, atualização e consolidação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação.

Parágrafo Único - Cada um dos cursos acima mencionados terá seu NDE, conforme estabelece este Regulamento.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º- São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional dos egressos dos cursos;

II. Conduzir os trabalhos de reestruturação dos projetos pedagógicos dos cursos, objetivando suas atualizações curriculares, quando necessárias, para aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE;

III. Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento dos cursos definidas pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CEPE e pelo Regimento da UNIFAFIRE;

IV. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades constantes nos projetos pedagógicos dos cursos;

V. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão que contribuam para a melhor formação dos integrantes dos cursos;

VI. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação da UNIFAFIRE;

VII. Exercer as demais atribuições que lhes são explícitas ou implícitas conferidas pelo Regimento da Faculdade, bem como legislação e regulamentos a que se subordine.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído:

I. Pelo Coordenador do curso, membro nato, como presidente do núcleo;

II. Por quatro docentes do curso, designados pela Direção da UNIFAFIRE.

Parágrafo Único - O Coordenador será substituído nas faltas e impedimentos pelo membro do Núcleo Docente Estruturante - NDE mais antigo no magistério, na UNIFAFIRE.

Art. 5º. O período de permanência de cada participante no NDE, será de 2 (dois) anos, enquanto o docente mantiver vínculo empregatício com a UNIFAFIRE, devendo ser renovado, a cada dois anos, em no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos seus membros.

Art. 6. Ocorrendo vacância de um ou mais membros antes dos 2 (dois) anos previstos para a renovação do Núcleo, os membros do NDE, por maioria, indicarão os substitutos à Direção da UNIFAFIRE.

Parágrafo Único: A ausência de membros do NDE a 2 (duas) reuniões, a cada semestre, implicará a sua substituição.

CAPÍTULO IV

DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA PARTICIPAREM DO NDE

Art. 7º. Os docentes que compõem o NDE devem fazer parte do curso e possuir titulação acadêmica de pós-graduação e pelo menos 60% obtidas nos programas stricto sensu.

Art. 8º. O percentual de docentes que compõem o NDE com formação acadêmica na área do curso é de, pelo menos, 80% (oitenta por cento).

Art. 9º. Ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% de tempo integral, em consonância com a Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 10. Compete ao Presidente do Núcleo Docente Estruturante:

I. Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;

II. Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;

III. Encaminhar as deliberações do NDE;

- IV. Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;
- V. Coordenar a integração com os demais colegiados e setores da instituição.

CAPÍTULO VI DAS REUNIÕES

Art. 11. O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, pelo menos 3 (três) vezes por semestre e no máximo 5 (cinco) incluindo as reuniões extraordinárias, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 12. O *quorum* mínimo para dar início à reunião é de 3 (três) membros do NDE.

Art. 13 - A pauta dos trabalhos das sessões ordinárias será obrigatoriamente a seguinte:

- a) Leitura e aprovação da Ata da sessão anterior;
- b) Avaliação das deliberações da última reunião;
- c) Assuntos da pauta prevista;
- d) Outros assuntos de interesse geral.

§ 1º - Podem ser submetidos à consideração do plenário, assuntos de urgência, a critério do Núcleo Docente Estruturante - NDE, que não constem da Ordem do Dia, se encaminhados por qualquer um de seus membros;

§ 2º - Das reuniões, um dos membros do Núcleo Docente Estruturante - NDE, lavrará ata circunstanciada que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Art. 14. As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

Art. 15 Os membros do NDE farão jus ao pagamento, correspondente a 1 (uma) hora/aula, por hora de reunião realizada e integrará a sua carga horária na UNIFAFIRE.

Art. 16 – Cada reunião deverá ter uma duração aproximada de 3 (três) horas.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos pelo NDE ou órgão superior.

Art. 18. O presente Regulamento entra em vigor após aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE.

Presidente do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CEPE
Aprovado em Reunião do CEPE, em de 27 de dezembro de 2016.

ANEXO: 07

NORMAS GERAIS PARA UTILIZAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE PRÁTICAS MULTIDISCIPLINARES

Normas gerais

Todos os laboratórios do Centro Universitário Frassinetti do Recife deverão seguir estas normas gerais, uma vez que estas normas envolvem responsabilidade, compromisso e disciplina. Todos(a) aqueles que desenvolvem atividades individuais e/ou em grupos nestes ambientes, devem seguir estas normas, que garantem aos seus usuários um trabalho com mais qualidade, segurança, responsabilidade, compromisso e ética, exigindo boas práticas laboratoriais que devem ser seguidas e respeitadas por todos(as) que façam uso destes espaços. As normas de cada laboratório estão a seguir:

Normas de uso gerais dos laboratórios

1. Permitida a entrada, somente, de pessoas autorizadas nos laboratórios;
2. Higienizar as mãos com água e sabão ou álcool 70% antes de iniciar o manuseio dos materiais e equipamentos no laboratório;
3. Quando necessário, recomenda-se o uso de máscara;
4. Usar o jaleco de mangas longas, sempre que estiver dentro do laboratório, mesmo que não esteja trabalhando (para laboratórios da área de saúde);
5. Utilizar os equipamentos de proteção individual (luvas, touca, gorro, máscara, óculos etc.), de acordo com a orientação do técnico, professor e/ou auxiliar técnico e bolsista (para laboratórios da área de saúde);
6. Não é permitido beber, comer, fumar ou aplicar cosméticos dentro do laboratório, em decorrência do alto risco de contaminação;
7. Utilizar roupas e calçados adequados que proporcionem maior segurança, tais como: calças compridas e sapatos fechados;
8. Não será permitida a frequência nos laboratórios trajando shorts, minissaias, camiseta tipo regata, chinelos e bonés;
9. Tomar os devidos cuidados com os cabelos, mantendo-os presos (para laboratórios da área de saúde);
10. Ler sempre o procedimento experimental com a certeza de ter entendido todas as instruções;
11. Em caso de dúvidas, ou se algo anormal tiver acontecido, chamar o técnico, professor ou monitor imediatamente;
12. Para utilização de produtos químicos ou qualquer equipamento, é necessário auxílio e autorização dos técnicos, professores ou monitores (para laboratórios da área de saúde);
13. Manter sempre limpo o local de trabalho, evitando obstáculos que possam dificultar as análises;
14. Não trabalhar com vidros que tenham bordas cortantes;
15. Não deixar sobre a bancada vidros quentes e frascos abertos;
16. Caso você tenha alguma ferida exposta, esta deve estar devidamente protegida;
17. Em caso de acidentes, avise imediatamente o técnico, professor ou monitor responsável;
18. Cada equipe é responsável pelo seu material, portanto, ao término de uma aula prática, tudo o que você usou deverá ser limpo e guardado em seus devidos lugares;
19. Não retirar do laboratório nenhum material;
20. Quando houver quebra ou dano de materiais ou aparelhos, comunique imediatamente aos professores ou ao monitor responsável;
21. Não fazer uso de materiais ou equipamentos que não fazem parte da aula prática;
22. O material disponível no laboratório é de uso exclusivo para as aulas práticas, por isso use-o adequadamente;
23. Laboratório é local de trabalho sério e não para fugir de aulas teóricas, por isso desenvolva a responsabilidade e o profissionalismo;
24. É proibido guardar objetos pessoais (bolsas, jalecos, livros, calçados etc.) por um longo período de tempo no laboratório, sendo autorizado seu armazenamento, apenas, durante as atividades momentâneas no laboratório;
25. Realizar o estudo em tom de voz baixo, para não atrapalhar os colegas;
26. Não será permitido o uso de aparelhos celulares;
27. O não cumprimento destas normas poderá acarretar advertências ao aluno ou à equipe.

Normas de uso do laboratório multidisciplinar de anatomia, fisiologia e patologia

1. Cumprir normas gerais;
2. Realizar o agendamento do laboratório com até 1 (uma) semana de antecedência pelo link do google formulário disponibilizado;

3. Higienizar as mãos com água e sabão ou álcool 70% antes de iniciar o manuseio dos materiais e equipamentos no laboratório;
4. Uso obrigatório de máscara, jaleco, calçado fechado e calça comprida;
5. As peças anatômicas dos diversos sistemas devem estar acondicionadas em recipientes específicos contendo formol e organizadas no armário do laboratório de Anatomia Humana para evitar o seu ressecamento e desgaste;
6. Os encéfalos, cortes de encéfalo e hemisférios cerebrais, não podem ser colocados uns sobre os outros, para evitar que se estraguem mais rapidamente;
7. O material anatômico utilizado pelos estudantes, seja em aula normal ou em estudo livre, deverá ser controlado pelo professor durante a aula, e em estudos livres pelo monitor ou pelo técnico dos laboratórios quanto ao número e manuseio adequado;
8. Cada aula prática deverá contar com a presença de, pelo menos, um funcionário, sendo que não poderá permanecer fora da sala quando a aula prática estiver sendo realizada, a não ser com a solicitação do professor;
9. Caso haja qualquer tipo de dano ou perda de peça anatômica artificial ou instrumental, o grupo de alunos ficará responsável pela reposição imediata;
10. Solicitação de grupos ou cursos diferentes em mesmo horário poderá ser concedida de acordo com autorização prévia da equipe técnica dos laboratórios;
11. Ao terminar o uso do bico de Bunsen, verifique se as torneiras do gás estão bem fechadas, evitando assim explosões e intoxicações;
12. Nunca deixar ou abrir frascos de líquidos inflamáveis (éter, álcool, acetona, benzeno etc.) nas proximidades de chamas;
13. Nunca devolver a solução para o frasco estoque, pois esta pode estar contaminada;
14. Descartar o material de acordo com as instruções dadas pelo técnico, professor e monitor;
15. Não jogue nada na pia sem a autorização do técnico, professor monitor ou auxiliar técnico;
16. Nunca verificar odor de substâncias em laboratórios;
17. Tempo máximo permitido para estudo: uma hora e quarenta (100 minutos) por grupo;
18. A utilização e manuseio da autoclave deverão ser feita pelo professor e técnico dos laboratórios;
19. Zelar pela limpeza e conservação das peças;
20. Não retirar do laboratório nenhum material;
21. É proibido guardar objetos pessoais (bolsas, jalecos, livros, calçados etc.) por um longo período de tempo no laboratório, sendo autorizado seu armazenamento, apenas, durante as atividades momentâneas no laboratório;
22. Caso o(a) professor(a) ou monitor (a) observe, por parte do(s) aluno(s), atitudes de agressão ou desrespeito às peças anatômicas, deverá encaminhar o(s) estudante(s) imediatamente à coordenação do respectivo curso.

Normas de uso do laboratório de técnica dietética e tecnologia dos alimentos

1. Cumprir as normas gerais;
2. Realizar o agendamento do laboratório com até 1 (uma) semana de antecedência pelo link do google formulário disponibilizado;
3. Higienizar as mãos com água e sabão ou álcool 70% antes de iniciar o manuseio dos materiais e equipamentos nos laboratórios;
4. Uso obrigatório de máscara;
5. Deixar os objetos pessoais como bolsas, sacolas, mochilas, cadernos e livros nos armários específicos, levando apenas o necessário para anotações durante a aula;
6. Usar, obrigatoriamente a vestimenta para as aulas práticas que serão compostas de calça comprida e camisa, jaleco branco (limpos, com mangas e conservado), proteção (touca descartável) para os cabelos e sapatos fechados;
7. Não usar calças/saias curtas, nem entrar sem jaleco, sem proteção para o cabelo, com sandálias ou sapatos abertos;
8. Entrar no laboratório com os cabelos presos;
9. Manter as unhas das mãos cortadas e sem esmalte ou base;
10. Estar com a barba feita;
11. Retirar ornamentos pessoais (anéis, brincos, relógios, pulseiras) antes de iniciar a aula prática, quando necessário;
12. Lavar as mãos e antebraços com água e sabão e fazer desinfecção, ao entrar no laboratório, com álcool 70%, seguindo as normas da ANVISA/OMS;
13. Repetir o procedimento ao iniciar o trabalho e sempre que se fizer necessário;
14. Não fumar no laboratório;
15. Não tossir, escarrar ou coçar partes do corpo, quando estiver manipulando alimentos;
16. Não levar à boca talheres, espátulas ou as mãos utilizadas para manipular os alimentos;
17. Ser responsável pela limpeza total de sua área de trabalho, área de pesagem e área de degustação;

18. Lavar todos os materiais, utensílios e equipamentos, sempre após o uso;
19. Remover manchas de panelas de alumínio, fervendo-se com uma solução de vinagre ou limão (2 colheres de sopa para 1 litro de água), durante 15 minutos;
20. Lavar depois, sem remover completamente, a gordura que, obstruindo os poros, impede a ferrugem;
21. Secar todos os materiais, utensílios e equipamentos, antes de guardá-los;
22. O(s) equipamento(s) deve(m) ser guardado(s) / desligado (s) nas mesmas condições em que foi/foram encontrado(s) e caso haja algum problema ou dano detectado, este(s) deverá(ão) ser relatado(s) aos demais responsáveis e ao coordenador ou vice-coordenador;
23. Verificar a coincidência entre a voltagem do aparelho e a voltagem da rede elétrica ao ser autorizado o uso de qualquer equipamento;
24. Os utensílios de corte, equipamentos elétricos e fogões devem ser utilizados de forma adequada a fim de evitar acidentes;
25. Comunicar imediatamente ao docente a quebra de qualquer material durante a utilização;
26. É proibido consumir qualquer alimento ou bebida, exceto água no laboratório;
27. É proibido guardar alimentos sobre os armários do laboratório;
28. As pessoas envolvidas nos laboratórios (professores, alunos e funcionários) têm acesso à utilização de toucas e luvas de procedimento, sempre que necessário para uso no laboratório;
29. Em caso de acidentes de natureza química, física, biológica ou ergonômica, deverá ser adotado as medidas de protocolo presentes na legislação vigente;
30. É proibida a permanência de pessoas não autorizadas;
31. Não retirar do laboratório nenhum material;
32. É proibido guardar objetos pessoais (bolsas, jalecos, livros, calçados etc.) por um longo período no laboratório, sendo autorizado seu armazenamento, apenas, durante as atividades momentâneas no laboratório;
33. Manter o máximo de silêncio para ter um bom ambiente de trabalho.

Normas de uso dos laboratórios de informática

1. Cumprir o regimento geral dos laboratórios;
2. Realizar o agendamento do laboratório com até 1 (uma) semana de antecedência pelo link do google formulário disponibilizado e envio de e-mail para a coordenação da tecnologia da informação;
3. Higienizar as mãos com água e sabão ou álcool 70%, antes de iniciar o manuseio dos equipamentos no laboratório;
4. Uso obrigatório de máscara;
5. É proibido consumir qualquer alimento ou bebida, exceto água no laboratório;
6. É proibido instalar software não licenciado (“pirata”);
7. Não alterar a configuração padrão dos softwares instalados;
8. Não abrir, desmontar, consertar e reconfigurar qualquer equipamento;
9. Zelar pelo uso correto dos equipamentos;
10. É proibido levar equipamentos particulares para utilização no laboratório, salvo dispositivos de armazenamento removível de pequeno porte, como pendrives;
11. É proibido mover e retirar equipamentos sem autorização da coordenação de tecnologia da informação e/ou técnico de laboratório;
12. Não é permitido desenvolver e disseminar vírus de computador nos equipamentos;
13. É proibido criar e/ou utilizar programas que tenham o objetivo de obter senhas ou outros dados pessoais de outros usuários.
14. Não pichar ou riscar as mesas, cadeiras ou computadores do laboratório de Informática.
15. Os usuários são terminantemente proibidos de acessar sites de jogos ou outros que não sejam para fins pedagógicos;
16. É proibido acessar páginas ou utilizar software com conteúdo pornográfico;
17. Não Fumar e/ou consumir qualquer tipo de alimento ou bebida;
18. Não utilizar os equipamentos para fins pessoais, ou qualquer outro tipo de atividade incompatível com as atividades acadêmicas;
19. Não retirar do laboratório nenhum material;
20. O(s) equipamento(s) deve(m) ser guardado(s) nas mesmas condições em que foi/foram encontrado (s) e caso haja algum problema ou dano detectado, o(s) mesmo(s) deverá(ão) ser relatado(s) aos demais responsáveis e ao coordenador ou vice-coordenador;
21. Comunicar imediatamente ao docente e técnico de laboratório a quebra de qualquer equipamento durante a utilização;
22. Não fumar no laboratório;
23. Desrespeitar, agredir verbalmente outras pessoas e usar vocabulário de baixo calão;

24. Não tornar públicos assuntos pessoais alheios, conteúdo de correspondências eletrônicas particulares sem autorização;
25. É proibido publicar ou enviar produtos de trabalho de outras pessoas, violando os direitos autorais; utilizar os computadores para fins incompatíveis com as atividades da aula que está sendo ministrada, ou seja, navegar na internet, fazer atividades de outra disciplina etc.;
26. É proibido alterar instalações elétricas (desligar computadores da tomada, desligar disjuntores etc.);
27. É proibido instalar e desinstalar softwares sem a permissão do professor responsável;
28. É proibido guardar objetos pessoais (bolsas, jalecos, livros, calçados etc.) por um longo período de tempo no laboratório, sendo autorizado seu armazenamento, apenas, durante as atividades momentâneas no laboratório;
29. Manter o máximo de silêncio para ter um bom ambiente de trabalho;
30. Os computadores devem ser desligados no final da seção diária de trabalho e conferidos pelo professor-responsável, técnicos de laboratório responsável ou pelo coordenador de tecnologia da informação;
31. Arquivos gravados pelo usuário em discos rígidos devem ser copiados para seu dispositivo de armazenamento pessoal ao terminar a sessão diária de uso, pois os discos rígidos serão apagados sem prévio aviso;
32. Problemas e ocorrências estranhas observadas com o equipamento devem imediatamente ser reportadas ao professor-responsável ou técnicos de laboratório, conforme o caso;
33. Deixar as cadeiras encostadas na mesa com o teclado e mouse no lugar;
34. Zelar pela boa utilização dos computadores, cadeiras, mesas e demais equipamentos dos laboratórios de informática.

ANEXO 08

REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE APOIO DIDÁTICO DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIFAFIRE - ESPAÇO PAULO FREIRE.

Fixa normas para o uso do Laboratório de Apoio Didático dos Cursos de Licenciatura da UNIFAFIRE - Espaço Paulo Freire – para vivências/experiências de atividades de formação básicas e específicas das Licenciaturas.

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Art. 1º - O Laboratório de Apoio Didático Espaço Paulo Freire, caracteriza-se como um espaço multidisciplinar e interprofissional que atende às Metodologias, bem como demais disciplinas que necessitem de equipamentos e da organização de mobília que viabilize aulas/atividades com debates e em pequenos grupos.

Art. 2º - O Laboratório de Apoio Didático funciona no Espaço da UNIFAFIRE que homenageia o Educador Pernambucano Paulo Freire.

CAPÍTULO II

DA FINALIDADE

Art. 3º - A finalidade do Laboratório de Apoio Didático constitui-se em:

- a) Oferecer aos docentes, que lecionam as Metodologias, equipamentos de apoio que lhes permitam exercer a sua ação docente, previstas nas disciplinas do Projeto Pedagógico de cada Curso/PPC;
- b) Possibilitar aos docentes das demais disciplinas espaço de estudos e/ou do desenvolvimento de atividades que necessitem da organização, disponibilização de equipamentos e mobília que viabilize atividades de debates e em pequenos grupos.

CAPÍTULO III

DA DISPONIBILIDADE E ACESSIBILIDADE

Art. 4ª – O Laboratório de Apoio Didático encontra-se disponível diariamente, das 07h10 às 21h50, para o desenvolvimento de atividades voltadas ao campo educativo, sob assistência de um coordenador e de demais profissionais que dão suporte aos docentes e discentes no desenvolvimento das referidas atividades.

Art. 5º - O acesso ao Laboratório de Apoio Didático será realizado por agendamento prévio ao funcionário disponível no ponto e solicitado, exclusivamente, por docentes. Neste será explicitado data, horário, bem como finalidade de uso.

CAPÍTULO IV

DO USO DO LABORATÓRIO

Art. 6º - Na utilização do Laboratório de Apoio Didático, caberá ao docente:

- a) Cuidar e fazer bom uso dos equipamentos do espaço;
- b) Orientar os/as estudantes a manterem o espaço limpo e organizado após atividades com recorte e colagem;
- c) Guardar e manter organizados nos armários os materiais didáticos de sua respectiva disciplina;
- d) Solicitar aos estudantes que ao final da aula organizem a bancada e cadeiras;
- e) Após uso do Laboratório, desligar os equipamentos, fechar a sala e devolver a chave ao funcionário responsável pelo agendamento.

CAPÍTULO V

DA ASSISTÊNCIA E MANUTENÇÃO

Art. 7º - O Laboratório será assessorado por um coordenador e por demais funcionários a fim de possibilitar assistência e orientação quanto ao uso; no caso da existência de monitor, ele poderá acompanhar e orientar sobre o uso do espaço;

Art. 8º - Assim, como as demais dependências da Instituição, o Laboratório de Apoio Didático deverá ser mantido limpo diariamente por funcionários da instituição.

CAPÍTULO VI

DA ATRIBUIÇÃO DA COORDENAÇÃO DO LABORATÓRIO DE APOIO DIDÁTICO ESPAÇO PAULO FREIRE

Art. 9º - O coordenador do Laboratório de Apoio Didático terá as seguintes atribuições:

I. Organizar e supervisionar encontros periódicos voltados para a formação profissional e acadêmica dos

licenciandos;

II. Manter um espaço permanente de articulação/intercâmbio com entidades educacionais e culturais;

III. Promover oficinas e sessões de comunicação de trabalhos acadêmicos desenvolvidos em sala de aula (TCC), em outros espaços (NUPIC) e por outros programas como o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e a Residência Pedagógica, dentre outros;

IV. Divulgar as atividades e ações desenvolvidas na comunidade acadêmica, incentivando a participação dos alunos e professores;

V. Viabilizar, junto ao setor de informática, declarações semestrais que comprovem a carga horária vivenciada por cada participante para fins de ATPA (Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento)

VI. Expedir declarações para os parceiros/ convidados.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.10 - Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela coordenação do laboratório, pelas coordenações dos cursos e pela coordenação geral de graduação.

O presente regulamento entra em vigor a partir da sua aprovação nas reuniões dos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos das Licenciaturas e Colegiados dos Cursos.

Coordenação do Curso de Pedagogia

Coordenação do Curso de Letras

Coordenação do Curso de Ciências Biológicas

NDEs dos Cursos de Licenciaturas

Revisado em março de 2023.

ANEXO: 09

REGULAMENTO DO CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES (CENEDE) DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIFAFIRE

Estabelece normas para o uso e funcionamento do Centro de Estudos e Debates (CENEDE) como Laboratório Didático de Formação Básica e Específica das Licenciaturas.

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E OBJETIVO DO CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES

Art. 1º - O Centro de Estudos e Debates (CENEDE) é um setor responsável pela realização de atividades voltadas para a formação básica e específica dos licenciandos da UNIFAFIRE.

Art. 2º - Esse espaço visa contribuir para manter a chama da Missão Institucional e dos princípios norteadores da UNIFAFIRE, como o respeito à dignidade da pessoa e o exercício da cidadania e a prática do diálogo, os quais perpassam as várias atividades desenvolvidas por este centro de estudos.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES

Art. 3º - São atribuições do Centro de Estudos e Debates:

- I. Contribuir para a formação profissional dos estudantes e egressos das Licenciaturas.
- II. Organizar e supervisionar atividades periódicas como formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa que contribuam para a formação básica e específica dos licenciandos da UNIFAFIRE;
- III. Zelar pela integração entre a graduação e a pós-graduação das Licenciaturas da UNIFAFIRE;
- IV. Fomentar vivências acadêmicas institucionais e interinstitucionais;
- V. Exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas pelas Coordenações das Licenciaturas.

CAPÍTULO III

DO ESPAÇO FÍSICO E FUNCIONAMENTO DO CENEDE

Art. 4º - O Centro de Estudos e Debates está localizado e disponível aos professores e licenciandos dos cursos de licenciatura da UNIFAFIRE, na sala A-114, devendo suas atividades serem previamente agendadas com o coordenador do CENEDE que disponibilizará, mensalmente, um informativo intitulado *Informe CENEDE* a ser divulgado no site institucional e em outros espaços de comunicação.

CAPÍTULO IV

DA CONSTITUIÇÃO DO CENEDE

Art. 5º - O Centro de Estudos e Debates é constituído:

- I. Pelo Coordenador do CENEDE - um professor escolhido pelo Coordenador Geral de Graduação e homologado pela Direção;
- II. Pelos professores e alunos das Licenciaturas interessados na ampliação de sua formação teórico-prática.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DO CENEDE

Art. 6º - Compete ao Coordenador do Centro de Estudos e Debates:

- I. Organizar e supervisionar encontros periódicos voltados para a formação profissional e acadêmica dos licenciandos;
- II. Manter um espaço permanente de articulação/intercâmbio com entidades educacionais e culturais;
- III. Promover oficinas e sessões de comunicação de trabalhos acadêmicos desenvolvidos em sala de aula (TCC), em outros espaços (NUPIC) e por outros programas como o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e a Residência Pedagógica, dentre outros;
- IV. Divulgar as ações do CENEDE na comunidade acadêmica, incentivando a participação dos alunos e professores;
- V. Viabilizar, junto ao setor de informática, declarações semestrais que comprovem a carga horária vivenciada por cada participante para fins de ATPA (Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento)
- VI. Expedir declarações para os parceiros/ convidados.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador do CENEDE, pelos NDE dos Cursos de Licenciatura ou órgão superior, de acordo com a sua competência.

Art. 8º - O presente Regulamento entra em vigor após aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE. Coordenações dos cursos de Licenciatura e NDEs / Revisado em 2022

ANEXO: 10

REGULAMENTO DO COLEGIADO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

1. DA DEFINIÇÃO

1.1. O Colegiado do Curso é uma instância acadêmica com funções pedagógicas e administrativas, definidas no Regimento Interno da IES. É uma instância que tem por incumbência discutir as questões da Política de Ensino, Pesquisa e Extensão e demais questões pertinentes ao curso. É constituído pelo Coordenador(a) do Curso, pelos professores do quadro efetivo do Curso, representação estudantil e da Comissão Própria de Avaliação – CPA.

2. DAS REUNIÕES

2.1. As reuniões do referido órgão são presididas pelo Coordenador(a) do Curso e acontecem, ordinariamente, duas vezes no semestre, e, extraordinariamente, quando se fizer necessário. A convocação é feita com antecedência, a fim de garantir a presença dos seus membros. Durante esse encontro, o Colegiado acompanha o funcionamento do Curso, discute, analisa e delibera sobre questões acadêmicas, pedagógicas e administrativas relacionadas às atividades do Ensino Superior.

2.2. De cada sessão do Colegiado lavra-se uma ata que, depois de votada e aprovada, é assinada pelo Coordenador(a) e pelos presentes. Todas as questões apresentadas são, posteriormente, resolvidas na Coordenadoria do Curso em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante - NDE ou encaminhado ao setor competente para soluções.

3. DAS ATRIBUIÇÕES

3.1. Cabe ao Colegiado opinar e decidir sugestões que envolvam assuntos de interesse do Curso com vistas a contribuir para o pleno desenvolvimento. Assim, tem funções específicas como:

- a) Elaborar o currículo de cada Curso de Graduação e encaminhá-lo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, para aprovação;
- b) Atribuir responsabilidades na área de Ensino, aos seus Professores, respeitadas as especialidades e coordenar as atividades desenvolvidas nesta área;
- c) Aprovar os programas, ementas e planos de ensino das disciplinas;
- d) Elaborar e aprovar os projetos de ensino e executá-los, depois de aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE;
- e) Aprovar o plano e o calendário de atividades de seu Curso;
- f) Propor a seleção de monitor;
- g) Analisar e discutir questões específicas de sua competência.

Revisado em março de 2023

ANEXO: 11

REGULAMENTO DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA / PESQUISA

Fixa Normas gerais e Edital Interno para apresentação de projetos de pesquisa

A coordenadoria geral de pós-graduação, pesquisa e extensão, através do núcleo de pesquisa, extensão e inovação torna público o presente Edital Interno, que se destina à seleção de projetos de discentes e docentes da UNIFAFIRE, para o PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIFAFIRE (ano), conforme as disposições seguintes:

1. DO PROGRAMA

1.1. Conceituação

O Programa de Iniciação Científica da UNIFAFIRE é uma atividade destinada ao desenvolvimento do pensamento científico do estudante de graduação, através da iniciação à pesquisa, sob a orientação dos docentes.

1.2. Objetivo Geral

O objetivo do Programa de Iniciação Científica é estimular o discente para o aprendizado da investigação científica de forma a promover a integração entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, desenvolvendo pesquisas que tragam impactos sociais, apresentando soluções científicas para melhoria da qualidade de vida da população.

1.3. Objetivos Específicos

- a) promover a participação de estudantes em atividades de pesquisa e que contribuam para o ensino e a sociedade;
- b) integrar professores e estudantes no processo de descoberta científica, através da pesquisa;
- c) integrar e incluir as atividades de extensão traduzindo seus resultados, com um olhar da ciência;

1.3. Da Participação

Poderão participar da pesquisa na UNIFAFIRE docentes e discentes.

2. DO REGULAMENTO

2.1. Os projetos de pesquisa submetidos por estudantes podem ser encaminhados individualmente ou por grupos de até três pessoas, sob a orientação de um docente da UNIFAFIRE.

2.1.1 O estudante poderá ser enquadrado como bolsista e/ou voluntário nos projetos de pesquisa submetidos neste Edital.

2.2. Os projetos de pesquisa submetidos por professores são de caráter individual.

2.2.1 O estudante pode se inscrever para participar dos projetos submetidos por professores, conforme escolha declarada em seu ato de inscrição;

2.2.2 O estudante terá um prazo de 30 (trinta) dias após a divulgação da lista dos projetos de pesquisa aprovados para efetuar a inscrição;

2.2.3 O docente da UNIFAFIRE só poderá orientar, com direito ao incentivo à pesquisa, um projeto de iniciação científica, próprio ou de iniciativa dos estudantes;

2.3. O estudante deverá comprovar, mediante declaração da coordenação do curso, que dispõe de pelo menos, mais dois semestres a cursar na UNIFAFIRE.

2.4. O Núcleo de Pesquisa e Extensão divulgará a relação dos projetos de pesquisa dos docentes aprovados para a seleção de estudantes, no prazo de 10 (dez) dias após a divulgação dos resultados.

2.5. Os projetos de pesquisa que envolvam acesso direto a seres humanos, ainda que seja apenas a aplicação de questionários ou entrevistas, contação de histórias, ou mesmo, manipulação de prontuários etc., devem obrigatoriamente, ser enviados ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), via Plataforma Brasil, para que seja avaliado no que se refere às questões éticas da pesquisa. As informações e documentos necessários para avaliação ética estão disponíveis no site da UNIFAFIRE.

2.5.1. O candidato fica condicionado à submissão do protocolo de aprovação da pesquisa científica pelo CEP/CONEP dentro do período regular das inscrições deste Edital;

3 DAS INSCRIÇÕES

3.2 As inscrições devem ser feitas no período de 08 a 11 de fevereiro de 2022.

3.3 Todos os candidatos deverão ter currículo cadastrado na Plataforma Lattes (www.cnpq.br).

3.4 A inscrição dos candidatos será efetuada através do formulário eletrônico de inscrição disponibilizado no site da UNIFAFIRE (<http://www.UNIFAFIRE.br>), anexando o respectivo projeto de pesquisa, acompanhado do Currículo Lattes.

3.5 A seleção do estudante será mediante análise do Histórico Escolar tomando como critério o Coeficiente de Rendimento, bem como a existência/inexistência de Exames Finais.

3.6 Os estudantes, que não submeteram projetos no presente Edital e/ou não foram aprovados pela Comissão Científica, poderão ingressar em projetos de pesquisa.

3.5.1 O interessado deverá encaminhar ao Núcleo de Pesquisa e Extensão da UNIFAFIRE uma solicitação por

escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contando a partir da data de divulgação dos projetos aprovados, especificando o nome do projeto de interesse e o respectivo orientador.

3.5.2 Uma vez aprovados, os estudantes deverão apresentar documentação necessária ao Núcleo de Pesquisa e Extensão, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da data de aprovação.

4. DOS PROJETOS

4.1 – Os projetos de pesquisa devem ser estruturados da seguinte forma: no formato A4, fonte Times New Roman, tamanho 12, com espaço 1,5 (um e meio) entre linhas; e uma cópia encaminhada para o e-mail: nupic@UNIFAFIRE.br.

4.2 – Os projetos deverão conter os seguintes itens obrigatórios:

4.2.1 – CAPA: nome da instituição, o título do trabalho e a identificação do (s) proponente (s);

4.2.2 – SUMÁRIO;

4.2.3 – LINHAS DE PESQUISA; (ANEXO)

4.2.4 – RESUMO (máximo de 250 palavras) / PALAVRAS-CHAVE;

4.2.5 – OBJETIVOS (Geral / Específicos);

4.2.6 – JUSTIFICATIVA;

4.2.7 – REFERENCIAL TEÓRICO;

4.2.8 – METODOLOGIA;

4.2.9 – QUESTÕES ÉTICAS (RISCOS E BENEFÍCIOS), em caso de projetos de pesquisas que envolvam seres humanos;

4.2.10 – CRONOGRAMA: deve ser elaborado contemplando o prazo de 10 (dez) meses de duração;

4.2.11 – ORÇAMENTO TOTAL DO PROJETO: esse item deve contemplar a previsão de todos os recursos necessários à elaboração do projeto e não deverá ultrapassar R\$ 200,00 (duzentos reais), excluindo-se materiais como computadores e impressão de trabalhos, que já estão à disposição dos projetos de pesquisa aprovados no Núcleo de Pesquisa e Extensão da UNIFAFIRE;

4.2.12 – REFERENCIAL TEÓRICO: trata-se de trazer para o texto as teorias que dialogam com o seu problema de pesquisa e te dão base para responder os objetivos da investigação. Significa trazer para o projeto um levantamento das produções científicas de outros pesquisadores que se aproximam do objeto que você quer pesquisar.

4.2.13 – REFERÊNCIAS DO PROJETO: são os autores e autoras utilizadas para elaboração do projeto de pesquisa em consonância com as normas da ABNT.

4.2.14 – Não serão admitidos acréscimos orçamentários após a aprovação do respectivo projeto de pesquisa;

4.2.15 – A ausência de quaisquer destes itens supracitados acarretará a desclassificação imediata do trabalho submetido;

5. DA ANÁLISE DOS PROJETOS

5.1 – Os projetos de pesquisa serão analisados por uma Comissão de docentes sugerida e/ou designada pelo Coordenador Geral de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, que observará os seguintes critérios para a classificação ou não classificação dos projetos:

i. Está relacionado em uma, ou mais linhas de Pesquisa e Extensão da UNIFAFIRE (ANEXO I);

ii. Relevância acadêmica, social, pedagógica e de mercado, explicitando o impacto social do conhecimento produzido, focando sua disseminação e sua aplicação na geração de benefícios para a sociedade;

iii. Clareza na formulação do problema a ser investigado;

iv. Objetivos claros, bem definidos e factíveis;

v. Fundamentação teórica bem redigida e coerente;

vi. Metodologia elaborada de maneira a atingir os objetivos;

vii. Cronograma plausível e executável;

5.1.1. Serão vantajosos projetos de pesquisa que visem sistematizar atividades extensionistas desenvolvidas pela UNIFAFIRE, e/ou, pesquisas que demonstrem seu potencial de ação extensionista, de natureza interdisciplinar e interprofissional.

5.2. Para cada linha de pesquisa dos projetos de pesquisa apresentados será designada uma Comissão de docentes de natureza preferencialmente mista, composta, pelo menos, por dois membros avaliadores, um professor ou pesquisador vinculado à UNIFAFIRE.

5.3. Após a nota emitida pelos professores avaliadores de cada área de conhecimento, o Comitê Científico, composta por todos os membros avaliadores, onde será responsável por aprovar e homologar o resultado, sob a condução do Coordenador Geral de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e/ou pela Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão.

5.4. Superada a questão formal, os membros do Comitê Científico atribuirão aos projetos notas de 0 (zero) a 10 (dez).

5.5. Os projetos de pesquisa que obtiverem notas entre 0 (zero) e 6,99 (seis pontos e noventa e nove) serão imediatamente desclassificados.

5.6. Os projetos de pesquisa que obtiverem notas entre 7 (sete) e 10 (dez) serão

considerados como classificados.

5.7. Serão declarados aprovados os projetos de pesquisa que obtiverem as maiores médias de notas entre todos aqueles apresentados entre as linhas de pesquisa até atingir a quantidade de vagas estipuladas neste Edital.

5.7.1. Em caso de empate se fará a média entre a maior e a menor nota atribuídas pelos membros do Comitê Científico. O projeto de pesquisa que obtiver a maior média será declarado aprovado.

5.8. Serão selecionados 20 (vinte) projetos de pesquisa para o ano de 2022, sendo 10 (dez) para estudantes e 10 (dez) para professores.

5.8.1. Caso não seja atingido o quantitativo máximo de projetos de pesquisa, seja dos docentes e quanto dos discentes, o mesmo poderá ser remanejado a fim de complementação, desde que não ultrapasse o total dos projetos estipulados neste Edital.

5.9. A divulgação dos resultados será feita em março de 2022, podendo essa data ser prorrogada a critério do Comitê Científico.

6. DAS BOLSAS

6.1. Os projetos de pesquisa aprovados concorrerão à bolsa de Iniciação Científica sob a forma de incentivo através de um desconto de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) nas mensalidades, ao longo de um semestre letivo.

6.2. Cada estudante fará jus a apenas uma bolsa semestral, sendo dois estudantes contemplados no primeiro semestre e o outro no segundo semestre letivo.

6.3. A atribuição das bolsas será feita mediante análise do Histórico Escolar dos candidatos aprovados.

6.4. A bolsa oferecida pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão não é cumulativa com outras bolsas e/ou descontos oferecidos pela UNIFAFIRE ou demais instituições.

6.5. A bolsa concedida será reavaliada semestralmente e poderá ser revogada a pedido do docente orientador e se o estudante não apresentar aproveitamento escolar suficiente, ilustrado nos seguintes casos:

a) Apresentar média final inferior a 07 (sete) em mais de duas disciplinas;

b) Ultrapassar, sob qualquer argumento, o número de faltas permitidas pela Legislação vigente.

c) Realizar provas finais em mais de 50% do total de disciplinas cursadas no semestre letivo.

d) Apresentar reprovação em qualquer disciplina;

e) Não cumprir suas atividades como pesquisador iniciante;

6.6. O estudante que tiver seu projeto aprovado, mas está impossibilitado de receber a bolsa, devido os impedimentos postos pelo item 6.4, deste Edital, pode ser voluntário no projeto.

6.7. O candidato aprovado poderá desistir a qualquer tempo da pesquisa desenvolvida, acarretando a perda imediata da bolsa e a impossibilidade de pleitear nova bolsa pelos próximos dois anos.

6.8. Os estudantes que após a seleção e divulgação dos projetos de pesquisa solicitarem o ingresso em alguma pesquisa, proposta tanto por estudantes quanto por professores, serão considerados como pesquisadores voluntários, não recebendo bolsa de iniciação científica.

6.8.1. A comunicação do ingresso no projeto de pesquisa deverá ser remetida ao Núcleo de Pesquisa e Extensão da UNIFAFIRE, sob a penalidade de não receber a documentação comprobatória de participação na Iniciação Científica.

6.9. Os professores contemplados neste Edital receberão um incentivo pecuniário correspondente a 02 (duas) horas aulas semanais, ou seja, uma disciplina de 30h, compatível com a respectiva titulação acadêmica.

7. DOS COMPROMISSOS DOS ESTUDANTES

7.1. Os estudantes são obrigados a participar das atividades promovidas pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão. Sua impossibilidade deverá ser justificada à Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão, por escrito.

7.2. Os prazos de entrega do relatório parcial e do artigo final da pesquisa pelos estudantes devem ser cumpridos, caso não seja possível no prazo previamente estipulado, é obrigatório uma justificativa por escrito, alegando os motivos do atraso. A Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão avaliará e dará novo prazo, caso não se cumpra esse novo prazo, os estudantes sofrerão a penalização do item 6.7 deste Edital.

7.3. Os estudantes são obrigados a apresentar os resultados da pesquisa, no formato de Artigo Científico, no Congresso de Iniciação Científica do Núcleo de Pesquisa e Extensão da UNIFAFIRE, que acontecerá no início do semestre subsequente.

7.4. É obrigatório os estudantes comunicarem, por escrito, à coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão as dificuldades na realização da pesquisa (logística, coleta de dados, entre outros) com anuência do seu professor orientador.

7.4.1. Caso a dificuldade esteja centrada no processo de orientação e/ou condução da pesquisa científica a comunicação deverá ser remetida a Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão.

7.5. Em caso de desistência, os estudantes, têm obrigação de formalizar a saída da pesquisa por meio de carta, com a ciência do professor orientador, comunicando o seu desligamento à Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão, sob a penalização do item 6.7 deste Edital.

7.6. Os estudantes são obrigados a fazer referência à sua condição de pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e Extensão da UNIFAFIRE em trabalhos científicos apresentados e publicados.

8. DOS COMPROMISSOS DOS DOCENTES PESQUISADORES

8.1. Os docentes pesquisadores são obrigados a participar das atividades promovidas pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão. Sua impossibilidade deverá ser justificada à Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão, por escrito.

8.2. Os prazos de entrega do relatório parcial e do artigo final da pesquisa pelos docentes pesquisadores devem ser cumpridos, caso não seja possível no prazo previamente estipulado, é obrigatório uma justificativa por escrito, alegando os motivos do atraso. A Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão avaliará e dará novo prazo, caso não se cumpra esse novo prazo, os docentes sofrerão a penalização do item 6.7 deste Edital.

8.3. Os docentes pesquisadores são obrigados a apresentar os resultados finais da pesquisa, no formato de artigo científico, no Congresso de Iniciação Científica do Núcleo de Pesquisa e Extensão da UNIFAFIRE, que acontecerá em conformidade com o calendário acadêmico.

8.4. É obrigatório os docentes pesquisadores comunicarem, por escrito, à coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão as dificuldades na realização da pesquisa (logística, coleta de dados, entre outros).

8.5. Em caso de desistência, os docentes pesquisadores, têm obrigação de formalizar a saída da pesquisa por meio de carta, comunicando o seu desligamento à coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão, sob a penalização do item 6.7 deste Edital.

8.6. Os docentes pesquisadores são obrigados a fazer referência à sua condição de pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e Extensão da UNIFAFIRE em trabalhos científicos apresentados e publicados.

9. DOS COMPROMISSOS DOS ORIENTADORES

9.1. Cabe aos professores orientadores orientarem os alunos em todas as fases da pesquisa.

9.2. Cabe aos orientadores elaborarem junto com os estudantes o plano de pesquisa e entregar para a coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão, no prazo de 10 (dez) dias após a aprovação do projeto.

9.3. Os orientadores têm obrigação de orientar os estudantes na elaboração de relatórios, na elaboração do artigo científico, e na apresentação de trabalhos em eventos científicos.

9.4. É obrigatório o orientador, semestralmente, informar à Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão da UNIFAFIRE sobre o cumprimento das obrigações dos estudantes, bem como sobre a observância do seu aproveitamento escolar.

9.5. Em caso de desistência, os orientadores têm obrigação de formalizar a sua saída e/ou a do estudante da pesquisa por meio de carta, comunicando o desligamento à coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão.

9.6. Os orientadores devem comparecer e acompanhar o estudante na apresentação dos resultados da pesquisa no Congresso de Iniciação Científica promovido pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. No ato da inscrição, o candidato adere às normas expressas neste Edital.

10.2. O pedido de reconsideração do resultado deste Edital deverá ser por escrito e circunstanciado de justificativa, até 05 (cinco) dias da divulgação do resultado. O pleito será avaliado pela Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão da UNIFAFIRE.

10.3. O presente Edital poderá ser revogado ou anulado, por motivação de interesse público, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito à indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

10.4. Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão resolvidos pela Direção da UNIFAFIRE.

As pesquisas que podem ser interdisciplinares devem estar associadas às seguintes linhas:

a) Ética, Empreendedorismo e Tecnologias Sociais.

Desenvolvimento de Pesquisa e/ou de atividades de Extensão para o fomento de perfis de empreendedores/as sociais; Identificação e transformação de oportunidades em conceitos e negócios; Empreendedorismo e administração: processos de desenvolvimento e crescimento das empresas; O processo de inovação, seus tipos e a criatividade empresarial; Pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e serviços; Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e outras Tecnologias Sociais; Economia solidária e as possibilidades de inserção na economia local; O comportamento ético nas organizações e os desafios para o século XXI.

b) Vulnerabilidades nas Infâncias e Adolescências Desenvolvimento de Pesquisa e/ou de atividades de Extensão para as Infâncias e/ou Adolescências em situações de risco e/ou vulnerabilidade sociais; Fundamentos teóricos e metodológicos para a infância e a adolescência no Brasil: marcos regulatórios, objetos de estudo, métodos e práticas; Estudo e desenvolvimento da Infância nas diferentes fases evolutivas: determinantes biológicos, socioafetivos, cognitivos e culturais; Estudo e desenvolvimento da adolescência nos seus aspectos bio-psíquico-sociais; Políticas Públicas, Direitos Humanos e suas interfaces para a infância e a adolescência no Brasil.

c) Juventudes, Protagonismos e Direitos Humanos Desenvolvimento de Pesquisa e/ou de atividades de Extensão sobre juventudes na perspectiva de direitos, políticas públicas e prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social; Estudos sobre trajetória dos movimentos sociais e políticas públicas de juventudes no Brasil; Promoção de interfaces e diálogos entre juventudes, estudos de gênero, sexualidades, raça, etnia, PCD's, violências e protagonismos; Elaboração de pesquisas e atividades extensionistas sobre a construção

sócio-histórica da condição juvenil no Brasil e na América latina; Sistematização de fundamentos teóricos e metodológicos para juventudes.

d) Identidades, Subjetividades, Diferenças e Direitos Humanos Desenvolvimento de Pesquisa e/ou de atividades de Extensão que fortaleçam e promovam as identidades e respeitem as diferenças de grupos e pessoas em situação de risco e de vulnerabilidade social valorizando a interseccionalidade; e) Meio Ambiente e Sustentabilidade Desenvolvimento de Pesquisa e/ou de atividades de Extensão sobre questões ambientais e sustentabilidade na sociedade e nas empresas; Impactos ambientais e gestão ambiental e/ou instrumentos de desenvolvimento sustentável; Políticas de educação ambiental; Educação ambiental e/ou atividade turística; Sustentabilidade e impacto ambiental na sociedade contemporânea; Movimentos ambientalistas e plano nacional de meio ambiente; Práticas educativas em ecologia e políticas ambientais; Eco desenvolvimento e impacto social na gestão ambiental.

f) Políticas Públicas e Bem-Estar Social Desenvolvimento de Pesquisa e/ou de atividades de Extensão que analisem e proponham práticas que transformem a realidade social, de forma a promover o direito a Políticas Públicas de saúde e/ou qualidade de vida; Políticas Públicas e atenção básica à saúde; Expectativa de vida e/ou as mudanças de cunho socioeconômico Cultural do público de interesse; Dimensões políticas, epistemológicas e profissionais sobre segurança alimentar; Estratégias e práticas que visem a segurança alimentar e nutricional de grupos e/ou populações em situação de risco e/ou vulnerabilidade; Políticas Públicas, Direitos Humanos, Cultura, Lazer e Bem Estar social.

g) Integralidade da Educação: didáticas, metodologias, práticas de ensino e formação de professores(as)/educadores(as). Desenvolvimento de Pesquisa e/ou atividades extensionistas que tratem da formação de professores/as e educadores/as sociais; metodologias de ensino nas diversas etapas e modalidades; práticas de ensino em espaços não escolares.

Prof. Me. Antônio Gildo Paes Galindo - Coordenador de Pós-Graduação

Prof. Dra. Eliene Amorim de Almeida - Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Inovação.

Anexo: 12

Orientações para o uso da Biblioteca

Este guia tem por finalidade orientar o usuário de forma mais prática e precisa quanto à utilização dos serviços oferecidos pela Biblioteca Ir. Maria Leopoldina de Oliveira, e direciona também a questão das regras de uso dentro deste espaço.

MISSÃO DA BIBLIOTECA

Promover o acesso e a disseminação da informação, favorecendo, sobretudo, a geração de conhecimentos por meio de incentivo e da valorização do hábito de ler, contribuindo para a formação profissional e humanística da comunidade acadêmica.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO 2023

Segunda a Sexta: 07h30 às 20h50 e aos Sábados: 08h00 às 13h50. Caso haja alguma alteração no horário de atendimento, a comunidade acadêmica será informada através da Biblioteca, redes sociais ou no site da Instituição.

COMPOSIÇÃO DO ACERVO

A biblioteca da FAFIRE, denominada Biblioteca Ir. Maria Leopoldina de Oliveira, foi fundada em 1994, possuindo em seu espaço uma estrutura climatizada e aconchegante. Os usuários possuem acesso a diversos tipos de informações, além de ter em seu acesso mais de 85 mil exemplares distribuídos entre livros, monografias, periódicos, *e-books* e outros tipos de materiais bibliográficos nas mais diversas áreas de conhecimento que a Instituição oferece.

SERVIÇOS OFERECIDOS

- Atendimento aos usuários;
- Empréstimo aos usuários cadastrados;
- Exposição de novas aquisições;
- Reserva de exemplares e renovação de livros no espaço físico e pela internet;
- Orientação para consulta ao acervo e a outras fontes de pesquisa;
- Visitas programadas (atividade realizada mediante agendamento prévio através do e-mail biblioteca@fafire.br.
- Orientação com relação à normalização de trabalhos científicos, conforme a ABNT;
- Biblioteca digital Saraiva e biblioteca virtual Pearson;
- Periódicos impressos em diversas áreas do conhecimento e normalização acadêmica;
- Computadores reservados para pesquisa acadêmica, base de dados e livros eletrônicos.
- Salas de estudo em grupo e cabines individuais;
- Cantinho da leitura
- Catálogo de obras online (sistema Pergamum);
- Serviços acessíveis às pessoas com deficiência.

REGRAS DE USO DA BIBLIOTECA

A Biblioteca é um espaço comunitário e seu bom funcionamento depende do respeito às regras de uso:

- O usuário é diretamente responsável pela guarda, conservação e uso do material bibliográfico retirado em seu nome, não podendo ceder a outro utente;
- O usuário é responsável por tudo o que lhe é colocado à disposição na Biblioteca (acervo, mobiliário e computadores), caberá a cada um zelar pela integridade e conservação desses materiais;
- A Biblioteca é um local de leitura, estudo e pesquisa. O silêncio é indispensável para que todos tenham melhores condições de utilização da Biblioteca;
- Telefones celulares devem ser desligados ou colocados no módulo silencioso para que não atrapalhe os outros usuários que estão estudando;
- Não é permitido no recinto da Biblioteca, ingerir alimentos; bebidas e cigarros;
- Os computadores com acesso à internet são de uso exclusivo acadêmico;

- ☑ Devolva o material dentro do prazo estabelecido evitando multas;
- ☑ Mantenha seus dados cadastrais atualizados semestralmente.

INSCRIÇÃO DO USUÁRIO

O acesso à biblioteca é restrito à comunidade acadêmica: docentes, discentes regularmente matriculados e corpo técnico-administrativo. Para realização do cadastro é necessário: **Alunos** (Documento oficial com foto e comprovante de matrícula, caso possível). **Docentes e Técnicos-administrativos** (Comprovante de vínculo empregatício atualizado e documento oficial com foto ou crachá). A inscrição deve ser renovada a cada semestre. O empréstimo é pessoal e intransferível. O usuário não deve repassar materiais sob sua responsabilidade para outrem, bem como sua senha.

ATENÇÃO: Estamos disponibilizando à comunidade acadêmica o serviço de cadastro e atualização de cadastro de modo *online*. Com este cadastro é possível acessar o Pergamum, a Biblioteca Virtual Pearson e Digital Saraiva e retirar livros na Biblioteca FAFIRE, dentre outros serviços. Envie sua solicitação junto com seus dados para o email: biblioteca@fafire.br ou para o *whatsapp* da FAFIRE, (81) 99635-3866 (opção 1), informando matrícula, o procedimento desejado e de preferência o comprovante de matrícula ou também pode ser apresentando o último boleto pago.

EMPRÉSTIMO

Os usuários da Biblioteca terão direito a empréstimos da seguinte forma.

Categoria	Material	Prazos
Discentes	06 livros de empréstimo normal 06 livros de empréstimo especial.	07 dias empréstimo normal. 01 dia empréstimo especial. Pós-graduação: 15 dias
Docentes	06 livros de empréstimo normal 06 livros de empréstimo especial	15 dias empréstimo normal. 01 dia empréstimo especial.
Técnicos Adm.	06 livros de empréstimo normal 06 livros de empréstimo especial	07 dias empréstimo normal. 01 dia empréstimo especial.

- ✓ Obras de referência (empréstimo especial) e periódicos deverão ser devolvidos no mesmo dia. O usuário poderá através do Meu Pergamum (www.fafire.br> Biblioteca> Pergamum> Meu Pergamum> *Login*), acompanhar a data de vencimento do empréstimo. Os comprovantes de empréstimo, devolução, renovação e multa paga seguirão automaticamente para o e-mail do usuário.

SOLICITAÇÃO DE EMPRÉSTIMO, RESERVA E RENOVAÇÃO

O usuário poderá realizar a renovação no balcão de atendimento com os livros em mãos ou através do Meu Pergamum (ver página 8). A renovação da obra é permitida até 10 vezes, desde que o material não seja de consulta, não esteja em atraso, reservado e não haja pendência no cadastro do usuário.

AVISO: A renovação deve ser feita um dia antes do prazo de devolução. **Em caso de atraso** na renovação, obtenha instruções pelo canal de comunicação da biblioteca (telefone, *e-mail* ou *WhatsApp*) ou compareça presencialmente para **a regularização do atraso**. Antes, verifique o horário de funcionamento do setor.

DEVOLUÇÃO

A devolução de materiais bibliográficos é realizada no balcão de atendimento. Ao devolver um item com atraso, o usuário fica impedido de retirar qualquer tipo de material até que seja regularizada a situação. As obras extraviadas, sob responsabilidade do usuário, devem ser substituídas por outras do mesmo título, autor, mesma edição ou edições superiores, sendo necessário contato com o setor para receber demais orientações.

MULTAS

Será cobrada multa para os materiais devolvidos depois do prazo estipulado no empréstimo. A multa é contabilizada por cada tipo de material e a cada dia corrido de atraso. O meio de quitação do débito deve ser conferido no balcão de atendimento ou pelos canais de atendimento. Para casos com possíveis justificativas, procure orientação no setor de atendimento da Biblioteca.

MEU PERGAMUM

Essa ferramenta reúne todas as informações sobre a utilização dos serviços da Biblioteca. E possibilita visualizar os dados referentes à/ao:

- Empréstimo;
- Renovação;
- Débito;
- Histórico de empréstimos de materiais;
- Alteração de senha.

O acesso é realizado através do *site*: www.fafire.br> Biblioteca > Pergamum> Meu Pergamum > Matrícula e senha.

BIBLIOTECA VIRTUAL E DIGITAL

A FAFIRE disponibiliza à comunidade acadêmica a Biblioteca Virtual Pearson e a Digital Saraiva que juntos somam aproximadamente mais de 15.000 mil títulos. O acesso a essas Bibliotecas é restrito. O usuário deve entrar no site www.fafire.br > clicar em Biblioteca, escolher uma das opções (Biblioteca Saraiva ou Biblioteca Pearson e digitar o número da matrícula e a senha (cadastrados na Biblioteca). Cada Biblioteca digital possui livros diversificados que podem ser buscados através do site da FAFIRE ou de modo geral na consulta ao Acervo.

PERIÓDICOS

A biblioteca da FAFIRE disponibiliza para consulta um quantitativo de aproximadamente 18 mil exemplares de periódicos em diversas áreas do conhecimento. Os artigos de periódicos constituem e agregam aprendizado, além do desenvolvimento de novas técnicas e métodos de análise. O empréstimo de periódicos é diário, por tanto, o aluno deve devolver no mesmo dia.

DOAÇÃO DE OBRAS

A Biblioteca recebe doações de livros e periódicos técnicos e científicos em condições físicas adequadas, ou seja, em bom estado de conservação, sem folhas soltas, limpos, sem mofo, infestação de insetos, marcações ou escritas à tinta. Para efetuar a doação é necessário o contato preliminar com a Biblioteca, por meio do e-mail: biblioteca@fafire.br ou do telefone: (81) 2122-3533, para confirmar o interesse e, somente após confirmação, levar até a biblioteca. O doador deverá deixar telefone, e-mail e nome completo, além de assinar um termo de doação, doando os direitos de posse do(s) livros à biblioteca.

EQUIPE

Manuela Maranhão (Bibliotecária) CRB-4/ 2274

Elykarlos Galindo, Geovanna Luna, Isabel Ulisses, Katiolane Silva, Luciana Maria, Rosenilda Andrade, Tarciana Carvalho e Thiago Rodrigues

Em caso de dúvidas, fale conosco:

E-mail: biblioteca@fafire.br

Fone: (81) 2122-3533.

WhatsApp:(81) 9 9969-9407 - Opção 1.

ANEXO 13

REGULAMENTO DA EXTENSÃO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO – CEPE. RESOLUÇÃO Nº 001/2021

Estabelece as diretrizes para a inserção da Extensão nos currículos dos Cursos de Graduação da UNIFAFIRE e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, no uso de suas atribuições Regimentais e em atenção à deliberação desse Órgão Colegiado na reunião realizada em 18 de maio de 2021 (ata em anexo):

Considerando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Considerando a concepção curricular estabelecida pela Lei Federal nº 9.394/1996;

Considerando a Meta 12, estratégia 12.7, do Plano Nacional de Educação (2014-2024), pela Lei Federal nº 13.005/2014;

Considerando o Parecer CNE/CES nº 608/2018, homologado pela Portaria MEC nº 1.350, de 14 de dezembro de 2018, publicada no DOU de 17 de dezembro de 2018, Seção 1, pág. 34;

Considerando a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior brasileira;

Considerando a vocação e os princípios norteadores da UNIFAFIRE, através da intuição pedagógica de Santa Paula Frassinetti, contida no Plano de Educação do Grupo Doroteia 2020-2024;

Considerando, ainda, ser a UNIFAFIRE uma instituição de ensino superior confessional, filantrópica e particularmente comunitária, de acordo com a Lei nº 12.881/13, qualificada como Instituição Comunitária de Ensino Superior - ICES, que por sua natureza sempre esteve voltada para as atividades extensionistas,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DA CONCEPÇÃO, DAS DIRETRIZES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 1º A extensão, em consonância com a missão social da UNIFAFIRE, é entendida como um processo de fortalecimento da formação integral do aluno, no qual a produção dos saberes teóricos e práticos construídos no percurso acadêmico venham a contribuir para a melhoria e desenvolvimento das práticas sociais inclusivas.

Parágrafo Único - Define-se, nesta Resolução, como Extensão as atividades que se integram à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre a UNIFAFIRE e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 2º Esta Resolução regulamenta as atividades acadêmicas da curricularização da extensão e sua vinculação à formação dos estudantes, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Político Institucional (PPI) da UNIFAFIRE, e de acordo com o perfil dos egressos estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos e práticas pedagógicas da UNIFAFIRE.

Art. 3º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos de graduação, e deverão fazer parte da matriz curricular e do histórico curricular estudantil.

Parágrafo único. A carga horária total se constitui na soma das horas dos componentes curriculares, incluídas as atividades complementares, trabalho de conclusão de curso (TCC), Projetos Integradores, estágio obrigatório e outras atividades previstas no PPC de cada curso de Graduação.

CAPÍTULO II

DOS PROGRAMAS ACADÊMICOS EXTENSIONISTAS

Art. 4º As atividades de extensão, atendendo aos objetivos de formação de cada curso, serão contempladas em um ou mais Programas Acadêmicos abaixo relacionados:

a. Ética, Empreendedorismo e Tecnologias Sociais: A educação e o conhecimento são a força motriz e mesmo os eixos das transformações que vêm ocorrendo no Mercado mundial, as quais trazem novas exigências para a formação pessoal e profissional. Dessa forma, promover ações extensionistas, de acordo com as necessidades das comunidades, que permitam às pessoas desses territórios atuarem como empreendedores sociais, desenvolvendo tecnologias que possam contribuir para o empoderamento pessoal e comunitário e para o enfrentamento da pobreza econômica e política é uma exigência ética, e constitui, também, os propósitos dessa linha/eixo/programa de extensão da UNIFAFIRE;

b. Vulnerabilidades nas Infâncias e Adolescências: As condições de vulnerabilidade em que vivem crianças e adolescentes - principalmente os que estão em situação de desvantagens socioeconômicas nos ambientes físico e social em que se encontram e produzem um abalo do estado psicológico, social ou mental dessas crianças e desses adolescentes, exigindo um compromisso social da UNIFAFIRE para promover a inclusão dessas infâncias

e adolescências;

c. **Juventudes, Protagonismos e Direitos Humanos:** O protagonismo juvenil, tendo em vista a sua autonomia e o exercício da sua cidadania em direção à garantia de seus direitos para isso, é necessário colocar, de fato, a pauta das juventudes, principalmente a juventude empobrecida, no bojo das atividades extensionistas da UNIFAFIRE, as quais articulam as dimensões de educação, lazer e trabalho como Direitos Humanos;

d. **Identidades, Subjetividades, Diferenças e Direitos Humanos:** A emergência da questão das identidades e das desigualdades de gênero, etnia, raça, religião e orientação sexual trazida pela sociedade "pós-moderna" exige a formação de pessoas para compressivas e sensíveis desafiadas constantemente pelas diversidades;

e. **Meio Ambiente e Sustentabilidade:** Contempla as questões ambientais e sustentabilidade na sociedade e nas empresas; Impactos ambientais e gestão ambiental e/ou instrumentos de desenvolvimento sustentável; Políticas de educação ambiental; Educação ambiental e/ou atividade turística; Sustentabilidade e impacto ambiental na sociedade contemporânea; Movimentos ambientalistas e plano nacional de meio ambiente; Práticas educativas em ecologia e políticas ambientais; Eco desenvolvimento e impacto social na gestão ambiental;

f. **Políticas Públicas e Bem-estar social:** Políticas Públicas são ações que visam ao enfrentamento da situação de pobreza política e econômica na qual vivem as pessoas que estão em situação de desvantagem social. Elas podem ser desenvolvidas pelo Estado, pelo Mercado, ou por grupos da Sociedade Civil organizada, de forma que são ações que possibilitam e estimulam que as populações empobrecidas encontrem saídas criativas para melhorar as condições concretas de suas vidas;

g. **Integralidade da Educação:** A educação é entendida como um Direito Humano, em todas as suas variáveis e possibilidades. Portanto, além da escolarização, a educação social também é considerada, sendo aquela realizada em espaços não escolares, e que contribuem de forma efetiva para uma formação cidadã.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E DO CONTROLE

Art. 5º Os Programas Acadêmicos são compostos por:

I – Projetos – ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado.

II – Cursos – ação pedagógica de caráter teórico ou prático, planejado e organizado de forma sistemática e critérios de avaliação definidos.

III – Eventos – ação extensionista que implique a apresentação ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento desenvolvido, reconhecido pela UNIFAFIRE.

IV - Prestação de Serviço – atividade de socialização de conhecimento gerado e instalado pela UNIFAFIRE, para a comunidade.

Art. 6º A curricularização da extensão, atendendo ainda aos princípios e ao disposto na Missão Institucional, destinada a aprimorar a formação humana e social dos alunos, deve preservar e ampliar a dimensão prática dos conteúdos essenciais previstos no Projeto Pedagógico dos Cursos. Por essa razão, a carga horária para a curricularização da extensão correspondente a 10% (dez) da carga horária total de cada curso serão distribuídas de acordo com as seguintes proporções:

I - 20% (vinte por cento) da carga horária de prestação de serviços à sociedade, na modalidade voluntariado, por meio de ações extensionistas institucionais (no formato de eventos, cursos e oficinas) alinhadas a um ou mais dos programas acadêmicos definidos nesta Resolução, devendo ser prestada em instituições conveniadas para tal fim, sendo acompanhadas e validadas pelo Núcleo de Extensão, através das visitas técnicas, declarações de participação com a respectiva carga horária e relatório circunstanciado.

II - 80% (oitenta por cento) da carga horária na organização da Matriz Curricular, através do reordenamento da carga horária de disciplinas, considerando a sua natureza e aderência aos Programas Acadêmicos definidos nesta Resolução.

§1º As disciplinas priorizadas para contemplar em sua prática a carga horária para a integralização da Curricularização da Extensão devem integrar ações de pesquisa e aplicação de conhecimentos nas interações com a sociedade.

§2º A reorganização da Matriz Curricular não implicará o aumento de carga horária do Curso.

Art. 7º As cargas horárias referentes às atividades integradoras no âmbito do Curso e de serviço voluntário serão registradas no sistema acadêmico do aluno mediante o depósito de documentação comprobatória e validação pela Unidade de Extensão da UNIFAFIRE.

Art. 8º As atividades de extensão desenvolvidas no âmbito das disciplinas deverão estar integradas a um ou mais programas de extensão, devendo ser detalhadas as atividades e cronograma, descritas a metodologia e as formas de avaliação e discriminada a carga horária correspondente ao registro na Caderneta Acadêmica.

Art. 9º A participação dos estudantes em demais ações de extensão, em projetos, eventos e cursos, poderá ser reconhecida para fins de integralização curricular, e será distinta das Atividades Complementares.

§1º O PPC deverá especificar as características das ações de extensão que desempenham papel formativo para os estudantes, respeitados os conceitos e princípios estabelecidos por esta resolução.

§2º As disciplinas à distância (EaD) podem promover atividades de extensão para a participação de seus estudantes, de forma presencial.

§3º As horas de estágio obrigatório e de atividades complementares não serão contabilizadas como extensão.

Art. 10 O reconhecimento e avaliação das atividades de extensão na forma de unidade curricular, constituída de ações de extensão em projetos, cursos e eventos, entre outras atividades, serão de responsabilidade do NDE de cada curso.

CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 11 Compete ao NDE:

I – Coordenar, orientar e acompanhar as ações de extensão realizadas no âmbito do curso, nos termos da curricularização da extensão previstos nesta Resolução e no PPC;

II – Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelo estudante na forma de unidade curricular e sua consonância com o que estabelece o PPC e esta Resolução;

III - planejar, coordenar e avaliar as atividades extensionistas integradoras de áreas ou cursos;

IV - Fomentar mecanismos para fortalecer e ampliar a vinculação do ensino com os núcleos de extensão e pesquisa.

Art. 12 Compete ao Núcleo de Pesquisa e Extensão:

I – Propor, no âmbito dos Programas Acadêmicos, projetos e ações para a Curricularização da Extensão;

II – Fornecer subsídios para a melhoria e ampliação das ações extensionistas no âmbito dos Cursos e da UNIFAFIRE;

III – articular parcerias, objetivando a concretização da Curricularização da extensão em práticas voltadas para a formação humana e para o compromisso social;

IV - Mobilizar núcleos, setores e serviços internos, para ampliar as oportunidades de práticas extensionistas na UNIFAFIRE;

V - Acompanhar e avaliar as atividades extensionistas de voluntariado;

VI – Aprovar a participação dos estudantes nas ações de extensão em outras áreas acadêmicas da UNIFAFIRE, em outros cursos ou entidades externas à Instituição;

VII - fomentar mecanismos para fortalecer e ampliar a vinculação da extensão com o ensino e com a pesquisa;

VIII- prover mecanismos de orientação científica a professores e alunos relativos às produções acadêmicas advindas das ações extensionistas;

IX - Cuidar da publicação das atividades vivenciadas, seus fundamentos, processos e resultados, de modo a externalizar as ações extensionistas, através da publicação do Balanço Social anual da UNIFAFIRE;

X - Manter estrita articulação com as atividades de ensino e de extensão.

Art. 13 Compete à Secretaria Acadêmica:

I - Elaborar e fazer cumprir as estratégias de creditação das atividades de extensão no histórico acadêmico dos estudantes;

II – Cuidar da documentação comprobatória para fins de registro acadêmico discente.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 Os cursos, através dos seus colegiados, terão 120 dias, a partir do início da vigência desta Resolução, para procederem às alterações em seus PPCs e encaminharem suas propostas para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

Art. 15 Os casos omissos serão resolvidos pela Direção, ouvida a Coordenação Geral de Graduação e a Coordenação Geral de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da UNIFAFIRE.

Art. 16 Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando todas as disposições que, até então, versem sobre diretrizes contrárias aquilo que foi aqui determinado.

Recife, 18 de maio de 2022.

